



**A cidade do Rio de Janeiro:
do séc. XVI ao início do séc. XX**

Volume único

Mário Luiz de Souza

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



APOIO:



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cecierj.edu.br

Presidente

Rogério Tavares Pires

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Caroline Alves da Costa

Vice-Presidente Científico

Régia Beatriz Santos de Almeida

Coordenação do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo

CEFET - Claudia Fragelli

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Mário Luiz de Souza

Diretoria de Material Didático

Ulisses Schnaider

Diretoria de Design Instrucional

Diana Castellani

Design Instrucional

Ian Queiroz

Biblioteca

Simone da Cruz Correa de Souza

Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Revisão Linguística e Tipográfica

Rosane Lira

Ilustração

Fernando Romeiro

Capa

Fernando Romeiro

Diagramação

Deborah Curci

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Reservados todos os direitos mencionados ao longo da obra.

Proibida a Venda.



https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

S729c

Souza, Mário Luiz de.

A cidade do Rio de Janeiro: do séc. XVI ao início do séc. XX.

Volume 1 / Mário Luiz de Souza. - Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2022.

360 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0271-6

1. Brasil- Período Colonial. 2. Rio de Janeiro- 1565-1800. 3. Rio de Janeiro-Fundação. 4. Vinda-Família Real. 5. Brasil- Independência. 6. Rio de Janeiro-População negra. 7. Programação da República. Título.

CDD:981.03

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT. Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Cláudio Castro

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

João Carrilho

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Maurício Aires Vieira

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: João de Melo Carrilho

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Raul Ernesto Lopez Palacio

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Lodi Ribeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora: Denise Pires de Carvalho

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

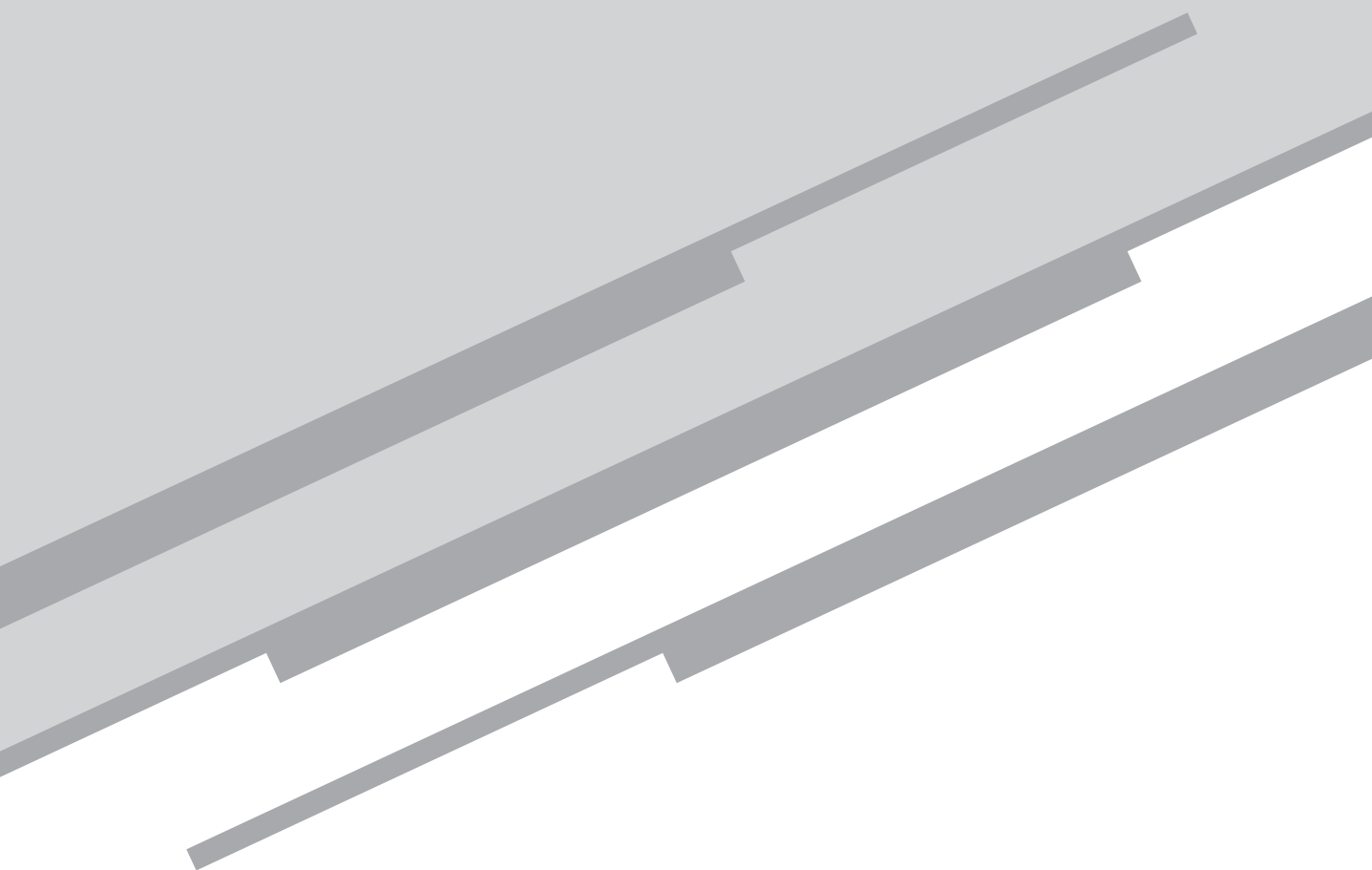
Reitor: Ricardo Silva Cardoso

Sumário

Aula 1 • As principais características estruturais do período colonial brasileiro.....	7
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 2 • Fundação da cidade do Rio de Janeiro e seu desenvolvimento de 1565 a 1800.....	35
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 3 • Expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, 1565 a 1800.....	61
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 4 • A vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro – Parte I: as transformações na cidade	81
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 5 • A vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro – Parte II: as transformações na cidade	111
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 6 • Independência do Brasil e aspectos do Primeiro Reinado, Período Regencial e Segundo Reinado.....	135
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 7 • O auge do período imperial, o café e o aprofundamento da cidade do Rio de Janeiro como entreposto comercial	159
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 8 • Rio de Janeiro, a Capital do Império: processo de modernização.....	189
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 9 • A presença negra na cidade do Rio de Janeiro – Parte I.....	227
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 10 • A presença negra na cidade do Rio de Janeiro – Parte II.....	255
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 11 • O fim do período imperial e a proclamação da República.....	279
<i>Mário Luiz de Souza</i>	
Aula 12 • A cidade do Rio de Janeiro no início da Primeira República: o processo de modernização	315
<i>Mário Luiz de Souza</i>	

Aula 1

As principais características estruturais
do período colonial brasileiro



Mário Luiz de Souza

Metas

Apresentar os principais aspectos que levaram à colonização do Brasil pelos portugueses, bem como analisar as características gerais do processo de colonização do Brasil, demonstrando que este se deu tanto dentro dos interesses da Coroa portuguesa, como também dos colonos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os fatores que levaram ao processo de colonização do Brasil;
2. reconhecer os principais aspectos econômicos do Brasil colonial.

Introdução

A chegada oficial dos portugueses no Brasil: por que viajar?

A chegada dos portugueses no Brasil se deu dentro do processo conhecido por *Expansão Marítima Europeia dos Séculos XV e XVI*, cuja primazia coube a Portugal.

Por mais que hoje pareça que a exploração dos oceanos é algo simples, na época foi uma verdadeira epopeia de titãs, devido às dificuldades a serem suplantadas para a efetivação e o sucesso de tal empreendimento.



Dificuldades de uma viagem

Um dos relatos mais importantes sobre a história do Rio de Janeiro está publicado no livro *Viagem à Terra do Brasil*, do francês Jean de Léry, ainda no século XVI. Você saberá mais sobre essa história nas próximas aulas. Por ora, fique com um trecho que demonstra as provações passadas pelos navegadores que desejavam atravessar o atlântico:

[...] O sol é fortíssimo e além do calor que padecíamos não tínhamos, fora das parcas refeições, água doce nem outra bebida em quantidade suficiente. Sofríamos assim tão cruelmente a sede que cheguei quase a perder a respiração e a ficar sem fala durante mais de uma hora, donde se compreende que o que mais desejam os marinheiros nessas longas viagens é ver o mar convertido em água doce. E se alguém perguntar se [...] morrendo de sede em meio a tanta água, não seria possível pelo menos refrescar a boca na água do mar, responderei que isso seria condenar um homem a vomitar as tripas e o intestino logo que líquido lhe chegasse ao estômago.

[...] Para cúmulo de nossa aflição na zona tórrida (zona do equador), as contínuas chuvas levaram água até os paióis, estragando e mofando a nossa bolacha. E tão pequena era a nossa ração, que nos víamos obrigados a comê-la apodrecida sem sequer desperdiçar os vermes que entravam por metade, fazendo de tudo sopas ou bolos a fim de não morrermos de fome. Nossa água doce

de tal modo se corrompera e tanto bicho acoitava que, tirada das vasilhas em que se achava depositada a bordo, a todos repugnava e o pior era que para beber se fazia mister segurar o copo com uma das mãos e tapar o nariz com outra (LÉRY, 1980, p. 73).

Havia um conjunto de entraves para realização das expedições marítimas, como o mito da presença de monstros marinhos e sereias que destruíam os navios que se atreviam a entrar no alto mar. Além da crença de que o oceano terminava no abismo do fim do mundo, movida pela ideia de que a terra não era arredondada:



Figura 1.1: O mapa fantasioso de uma terra plana, representando os grandes medos que povoavam o imaginário do homem do século XVI. Autor: Fernando Romeiro / Fundação Cecierj

Contudo, os maiores problemas para se aventurar no chamado *Mar Tenebroso* residiam na falta de recursos para tamanho empreendimento (construção de barcos, pagamento da tripulação, gastos com as viagens etc.) e de conhecimentos náuticos para pôr em prática as expedições, e do mínimo de garantias de lucro para aqueles que se envolvessem no processo.

Com a formação do seu estado nacional, a Coroa portuguesa pôde ultrapassar tais obstáculos. O poder concentrado na mão do rei permitiu aos monarcas portugueses investirem os recursos adquiridos pelos

impostos na construção de barcos, em gastos com as expedições e até na formação de centros para ampliar o conhecimento náutico visando esse processo, como foi o caso da *Escola de Sagres*.



Formação do Estado Nacional Português

Como vemos, a formação do estado nacional português foi muito importante para a expansão marítima lusitana. Mas você sabe o que fez com que Portugal se tornasse o primeiro *estado moderno*?

Resumidamente, podemos falar que a principal motivação esteve na luta contra os mouros, um povo muçulmano que dominou parte da Península Ibérica (porção continental onde hoje se situam Portugal e Espanha) durante a Idade Média. Num esforço para rechaçar essa invasão, Portugal uniu suas terras, formando o primeiro estado nacional da Europa. O processo se concretizou com a *Revolução de Avis*, quando os lusitanos passaram a ter sua própria dinastia no governo da nação.

Desde o declínio do Império Romano, a Europa Ocidental ficou extremamente dividida. A formação do estado nacional português deu início à concretização das fronteiras que vemos hoje no velho continente.

A história é bem longa e vale uma pesquisa mais aprofundada, mas o que nos interessa agora é que a unificação gerou o aumento de poder nas mãos da figura real e a participação crescente da burguesia no poder, configurando a situação ideal para que Portugal saísse na frente na corrida marítima.

Os monarcas portugueses fizeram ainda leis que garantiam benefícios ou lucros para os grupos mais abastados que se envolvessem nesse processo, atraindo a burguesia portuguesa.

Movida, principalmente, pelo comércio das especiarias do Oriente, a burguesia portuguesa foi um dos grupos sociais que mais apoiou a descoberta de rotas marítimas que levassem a essa fonte de riqueza.

O comércio dessas especiarias, em especial pimenta, cravo e canela, há muito era monopolizada pelos árabes e pelos mercadores da cidade de Veneza, devido ao controle que possuíam da rota terrestre ligando o centro produtor na região das Índias com a Europa Ocidental, podendo ter grandes lucros com essas mercadorias tão apreciadas nas mesas dos mais abastados.



Figura 1.2: O mapa evidencia as longas viagens por terra e o fato de que as rotas passavam pelas cidades italianas e pelas terras árabes, antes de serem distribuídas pelo resto da Europa.

Fonte: http://www.libertaria.pro.br/brasil/capitulo01/rota_especiarias.gif.

A chegada oficial dos portugueses no Brasil

Havia na expansão marítima, portanto, um grande interesse por parte da burguesia portuguesa, como forma de *furar* esse monopólio e conseguir vender esse produto no mercado europeu por conta própria. Só que a expansão marítima não interessava apenas à burguesia portuguesa, havia outros grupos sociais atraídos por esse processo, como podemos ver no trecho abaixo:

[...] Tende-se a explicar a expansão como o resultado de um conjunto de necessidades a um conjunto de elementos possibilitadores daquelas necessidades. Isto fica claro no caso dos países Ibéricos, que foram os pioneiros no processo, sobretudo no caso de Portugal.

A primeira daquelas necessidades era a obtenção de trigo. Jamais autossuficiente naquele que era o principal alimento de então, Portugal sofria constante escassez de trigo [...].

A necessidade de metais preciosos, sentida em toda a Europa, não era menos premente [...] à medida que a economia de mercado ganhava terreno, a escassez de metais amoeáveis se agravava, tornando necessário o descobrimento de novas fontes de aprovisionamento. O interesse europeu em ter pontos de apoio no Norte da África devia-se também a isto, pois naquela região desembocavam as caravanas provenientes do interior do continente, trazendo entre outras coisas, o ouro da Núbia.

Um terceiro fator era o interesse pelas especiarias, [...] especialmente a pimenta, a canela, noz-moscada, o gengibre, o cravo, [...]. Originários quase sempre do Extremo Oriente, levados pelos mercadores muçulmanos até o mediterrâneo e então redistribuídos por italianos (através do monopólio que possuíam da venda destes produtos no mercado europeu), as especiarias eram muito apreciadas, mas, caríssimas [...]. Os problemas políticos do mundo muçulmano em fins do século XV tornaram a oferta de especiarias muito menor, redespertando a ideia de se obtê-las diretamente nas fontes produtoras.

Entre os elementos que contribuíram para a expansão, não podemos deixar de lado certo espírito cruzadístico que ainda existia, sobretudo na península ibérica, [...]. Assim, via-se não só a expansão territorial e comercial, como também a expansão do cristianismo [...] (adaptado de FRANCO, 1980, p. 149, 150).

A expansão marítima portuguesa teve como início a conquista da cidade de Ceuta, em 1415, na época um importante centro comercial de ouro, de diversas mercadorias e de escravos, no norte da África. Depois, houve todo um desbravamento da costa africana, no sentido Norte para Sul, tendo como palco o Oceano Atlântico, em busca de riquezas e de descobrir uma rota marítima para a região das especiarias, nas Índias. O processo durou 83 anos e se consolidou em 1498, com a chegada de Vasco da Gama à cidade de Calecut, uma das principais regiões produtoras das tão almejadas especiarias, na região das Índias.



Figura 1.3: Mapa mostrando a rota portuguesa para a Índia.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/-RE8NEHw9iNA/TiTFEY8J3pl/AAAAAAAAAEs/xuEaT_EtmBI/s1600/rota_do_cabo.jpg.

Califa

Nome dado ao chefe de estado de uma Umma (comunidade, nação islâmica). Inicialmente os Califas eram diretamente ligados a Maomé, mas com a expansão do islã e com o passar do tempo, a noção de califado foi se dividindo e se espalhando. O título de Califa deixou de existir com o fim do Império Otomano, em 1924, mas atualmente podemos ver um esforço para o ressurgimento desta forma de governo por meio do Estado Islâmico, ou como conhecemos: ISIS.

A volta da expedição de Vasco da Gama, com o navio abarrotado de especiarias adquiridas por um preço bem abaixo daquele conseguido pelas rotas dominadas pelos Árabes e pelos mercadores de Veneza, comprovou a excelente viabilidade econômica da rota marítima para às Índias. O acesso aos centros produtores dessas valiosas mercadorias permitiria à burguesia portuguesa ter acesso às especiarias num valor muito abaixo daquele que chegava ao mercado consumidor europeu, podendo revender esse produto com uma margem de lucro bem alta. Tanto que D. Manuel II, rei de Portugal, organizou a maior armada, até então construída, para que fosse a Calecut e impor ao **califa** local o monopólio da venda das especiarias para os mercadores portugueses.

Assim, em 1500, a armada composta por 13 navios e comandada por Pedro Alvarez Cabral, partiu de Lisboa rumo a Calecut, para fixar a venda exclusiva das especiarias para barcos com a bandeira portuguesa, fosse pela via diplomática ou pela força dos canhões presentes em seus navios.



Figura 1.4: Doze dos treze navios da Armada de Pedro Álvares Cabral.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Alvarès_Cabral_fleet.jpg.

Para nós brasileiros, o principal acontecimento dessa expedição foi que, ao navegar pela rota portuguesa rumo ao Oriente, Pedro Alvarez Cabral chegou ao Brasil, em 22 de abril de 1500. O debate a respeito de se a chegada de Cabral nas terras brasileiras foi uma verdadeira descoberta, ou algo de que os portugueses já sabiam da existência, ou ao me-

nos algo de que tinham uma forte evidência a respeito, com a esquadra portuguesa vindo aqui apenas para tomar posse da nova terra, ainda vigora entre os historiadores.

Contudo, há uma série de elementos, principalmente a assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, em 1494, que fornecem indícios do conhecimento ou desconfiança, por parte dos portugueses, da existência dessas terras. Cabendo a Pedro Alvarez Cabral tomar posse do Brasil para o rei de Portugal, abrindo caminho para o domínio e a colonização por parte da coroa portuguesa.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo

1. Aponte os interesses ligados à expansão marítima portuguesa e explique: como Portugal se tornou a primeira potência europeia a se lançar na corrida naval?

2. Procure na internet como surgiu e o que estava estipulado no Tratado de Tordesilhas e responda:

a) Levando em consideração os interesses envolvidos no processo da expansão marítima europeia, explique como o referido tratado beneficiava os dois Estados signatários desse documento.

b) Atendo-se às discussões sobre os limites estipulados por esse tratado e ao ano de sua assinatura, demonstre porque esse documento pode ser apontado como uma prova do conhecimento ou da suspeita da Coroa portuguesa sobre a existência do Brasil, antes da chegada da esquadra de Pedro Alvarez Cabral.

Resposta comentada

1. Você deve citar os interesses da burguesia, da nobreza, da coroa e da Igreja portuguesa nesse processo, comentando sobre a importância de buscar uma rota de comércio com o Oriente que não dependesse dos italianos ou dos árabes e, por fim, apontar como a formação do Estado Nacional facilitou a centralização de poder e a arrecadação de recursos; visto que a burguesia passou a ter bastante poder e o rei passou a ser a autoridade máxima em Portugal, que era bem dividido e frágil e passou a ser um país suficientemente estruturado para arriscar empreendimentos desse nível.

2.

a) Lembrando dos interesses que estavam impulsionando a Expansão Marítima, o importante é demonstrar o quanto a divisão das terras que seriam descobertas beneficiava Portugal e Espanha. Além disso, o tratado protegia legalmente as terras a serem descobertas, o que teoricamente deveria evitar confrontos além-mar entre as duas coroas.

b) Preste atenção na data e na discussão que precedeu a assinatura desse tratado (1594) e pense: se Portugal não tivesse o conhecimento ou a forte desconfiança de que existia uma grande quantidade de terra no hemisfério sul, por que fez questão da existência desse acordo com a Espanha?

Início da ocupação



Figura 1.5: Mapa do italiano Giovanni Battista Ramusio, com ilustração do escambo de pau-brasil, publicado em 1556 no *Delle Navigationi et Viaggi*. Biblioteca Digital de Cartografia Histórica – USP

Fonte: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8717-a-costa-do-pau-brasil-e-a-costa-do-ouro-e-da-prata>.

A partir de 1530, o quadro da colonização brasileira se modificou. Por um lado, graças à presença cada vez mais constante de estrangeiros, principalmente franceses, na nossa costa e, por outro lado, graças à vertiginosa queda nos lucros do comércio das especiarias do Oriente, a coroa portuguesa, que até então não dava muita atenção para o Brasil, resolveu iniciar a colonização.

O primeiro passo da coroa portuguesa no processo de colonização se deu com a parceria do Estado e do setor privado, através do sistema de Capitânias Hereditárias. Por meio desse formato, a coroa portuguesa pôde dar início ao processo de colonização sem fazer grandes investimentos financeiros nesse empreendimento. O sistema funcionava assim: o capitão donatário recebia uma grande extensão de terra, que se alongava do litoral para o interior, até os limites da América portuguesa, determinados pelo Tratado de Tordesilhas; sem ter que pagar por ela, mas com a obrigação de defender esse território, de pôr em prática a exploração econômica da região, de trazer colonos que quisessem explorar a terra e pagar os impostos sobre as suas atividades econômicas na colônia. Foi uma forma de buscar a ocupação, defesa e exploração da terra, sem que a Coroa demandasse grandes recursos financeiros.

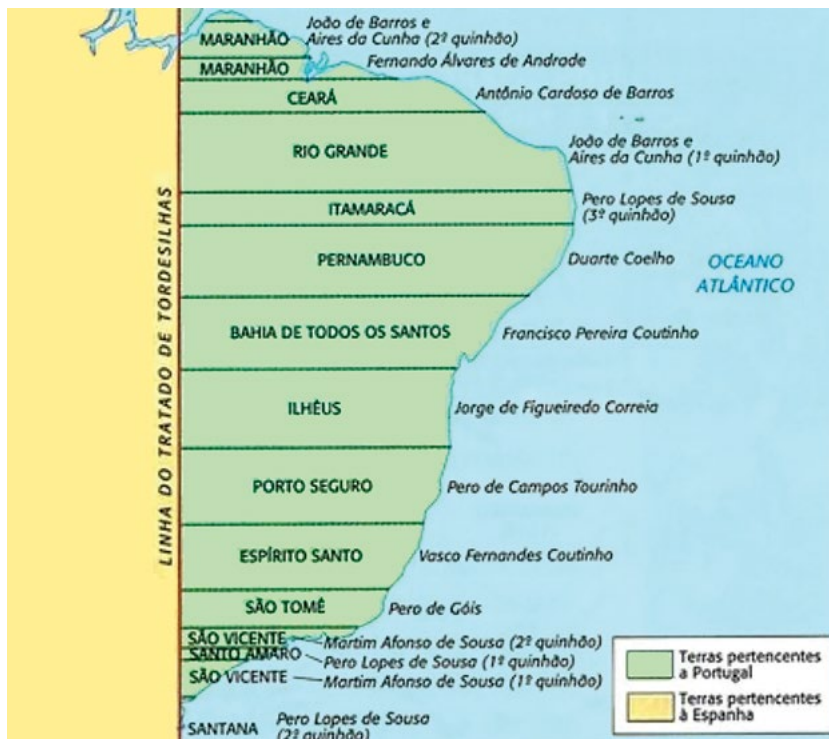


Figura 1.6: Mapa das Capitanias Hereditárias.

Fonte: <http://www.estudopratico.com.br/sistema-de-capitanias-hereditarias-do-brasil/>.

A maioria das capitanias hereditárias não deu o resultado esperado. Seja por falta de recursos financeiros dos capitães donatários, pelo ataque de índios ou pelos mais diferentes motivos, houve o total fracasso da maioria das capitanias hereditárias. Nem todas, contudo, sucumbiram. A capitania de Pernambuco, de Duarte Coelho, não apenas logrou sucesso no seu empreendimento, como também demonstrou à Coroa portuguesa a viabilidade e a importância econômica de se aprofundar a colonização do Brasil. Isso porque essa capitania teve como base de seu desenvolvimento a implantação e a produção do que se tornou o carro chefe da colonização do Brasil: a produção de açúcar branco.

Economia no Brasil Colonial

O açúcar acabou viabilizando a colonização do Brasil, por parte da Coroa portuguesa, devido a um conjunto de fatores. O açúcar de cana-de-açúcar era uma mercadoria de alto valor comercial no mercado europeu, sendo consumido apenas pelas famílias mais abastadas.

O Brasil, principalmente a região nordeste, possuía as características naturais para o plantio da cana-de-açúcar, como clima tropical, terra de massapé e acesso a água. Os portugueses conseguiram, nas suas ilhas na costa africana, acumular conhecimento sobre plantio de cana-de-açúcar e a produção de um açúcar de boa qualidade. Por fim, houve a associação entre a burguesia e a Coroa portuguesa com a burguesia holandesa, na qual essa última entrava com recursos financeiros, refino do produto e distribuição do açúcar nos melhores mercados europeus. Em resumo, enquanto os espanhóis tiveram no ouro o elemento para dominar e colonizar a América espanhola, na América portuguesa, o açúcar foi o ouro branco que gerou esse processo.

No entanto, seria um erro reduzir a relevância da produção açucareira à viabilização econômica do processo de colonização do Brasil. Somado a isso, a organização da produção de açúcar se reproduziu como base estrutural na maioria das atividades agrícolas no Brasil, durante boa parte da história que seguiremos no nosso Curso. Abaixo, segue um relato que serve para exemplificar o quanto a exploração do açúcar serviu para formação desses aspectos estruturantes:

A lavoura canavieira, como opção para a ocupação do Brasil, inaugurava uma nova forma de colonização. [...] Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxo constante de produtos destinados ao comércio europeu.

A escolha do açúcar era amplamente justificável no momento em que se buscava a solução para a efetiva ocupação do Brasil. Portugal já possuía experiência em sua produção; dispunha de contatos comerciais (*comerciantes holandeses*) que permitiam a colocação deste produto no mercado europeu; seu relacionamento com o mundo financeiro de então, principalmente com os banqueiros genoveses e flamengos (*holandeses*), abria-lhes linhas de crédito para os investimentos básicos; o Brasil possuía terras em abundância e o açúcar poderia ser produzido em larga escala.

[...] A formação de grandes unidades produtivas, dotadas de largas extensões de terra, bem como a monocultura, atenderam a uma política econômica de recursos e maximização de lucros.

A grande extensão de terras [...] garantia ao engenho a possibilidade de aumentar a sua produção e auferir maiores lucros.

A monocultura, de um lado, atendia as exigências de produção em larga escala para um mercado europeu ávido por açúcar e, de outro, atava a Colônia às linhas do comércio metropolitano.

Concentrando seus esforços na produção [...], a Colônia [...] dependia do abastecimento metropolitano, constituindo-se em mercado consumidor de produtos europeus.

[...] E mão-de-obra, na lavoura do açúcar, significou, desde o início, trabalho escravo (adaptado de FERLINI, 1986, p. 13-19).

Pela leitura do trecho acima, vemos uma estrutura econômica marcada pelo(a): produção de itens tropicais para o mercado consumidor estrangeiro, em especial o europeu; monocultura; predomínio do latifúndio; e a utilização da mão de obra escrava. Essas características foram predominantes no período colonial e imperial e algumas vigoram até os nossos dias.

Entretanto, devemos ter o cuidado para não reduzirmos a ocupação da terra e o desenvolvimento das atividades econômicas apenas à presença de grandes produtores nos seus engenhos e, muito menos, enxergar o Brasil do período como sendo exclusivamente uma grande fazenda de produtos tropicais, tendo a escravidão como única forma de trabalho.

Tanto no período colonial quanto no imperial, houve diversidade de atividades econômicas. Mesmo que a mão de obra escrava fosse predominante, havia uma mão de obra livre, tanto na zona rural como nas áreas urbanas, como feitores, administradores, carpinteiros, marceneiros e outros ofícios. A mesma diversidade havia em termos de organização de outras atividades econômicas, como no caso da pecuária e da produção de alimentos.

A criação de gado tinha uma grande importância dentro da economia e da vida colonial. Além de ofertar carne para a zona rural e a área urbana, também fornecia animais para servir como meio de transporte de mercadorias (o famoso *carro de boi*) e fonte de energia para o movimento de máquinas como as *moendas*. Muito forte no nordeste e no sul do país, a criação de gado era desenvolvida em grandes propriedades de terras, com uma produção visando o mercado interno e fazendo uso de uma mão de obra livre, o *peão*, apesar de também utilizar mão de obra escrava.

A produção de alimentos como rapadura, aguardente, toucinho, peixe seco, arroz, feijão e outros gêneros, também foi outra importante atividade econômica no Brasil colonial e imperial. Apesar de ter havido grandes propriedades de terras, voltadas para a produção de alimentos, que utilizavam mão de obra escrava, nessa atividade econômica houve o predomínio da pequena e da média propriedade de terra, utilizando a mão de obra familiar. Essa opção pela mão de obra familiar era pu-

ramente econômica e os proprietários, quando conseguiam acumular algum capital, adquiriam escravos para trabalhar nas suas terras. Mas isso não significou abrir mão do trabalho familiar. Pelo contrário, havia a combinação da exploração da terra por meio de utilização dos filhos, associado a um parco número de escravos.

A produção de alimentos ocupou um papel de destaque, por proporcionar um abastecimento, mesmo que não total, para as áreas urbanas e para as grandes propriedades de terras voltadas para produção de produtos tropicais, visando o mercado externo. Essas últimas, inclusive, conseguiam, por meio dessa produção interna, não ficar tão dependentes de alimentos vindos do exterior. Por outro lado, já que a produção de alimentos visava o mercado interno, ela permitiu que se constituísse a base para formação de redes comerciais que interligavam regiões da colônia:

A produção de alimentos encontrava-se, portanto, espalhada por todo o território colonial e se vinculava por redes terrestres ou fluviais de distribuição. As tropas de mulas transportavam essas mercadorias, concentrando-as nos pequenos núcleos urbanos que, depois, as direcionavam para um mercado mais amplo. As inúmeras vendas interioranas recolhiam localmente a produção a seu redor e negociavam-na com intermediários de um comércio mais abrangente, sediados nas maiores cidades. Foi assim que as cidades da Bahia (como era chamada a cidade de Salvador) e do Rio de Janeiro transformaram-se em praças mercantis importantes no período colonial, redistribuindo por cabotagem a produção arrecadada pelos pequenos centros interioranos.

Foi por meio dessas amplas redes comerciais, parte terrestre, parte marítima, que se formou um mercado interno no Brasil colonial, representando a base para que as produções de exportação pudessem funcionar e depender pouco do mercado internacional, a fim de suprir suas necessidades (adaptado de FARIA, 1997, p. 60).

O Trabalho escravo

Não poderíamos terminar essa aula sem traçarmos algumas linhas sobre um aspecto estrutural do período colonial e que persistiu no período imperial brasileiro: a predominância do uso da mão de obra escrava.

Desde o começo do processo de colonização, houve a utilização da escravidão nas principais unidades produtivas, tornando quase que sinônimo de trabalho no Brasil.

O escravo tornou-se a base do trabalho produtivo nas maiores das atividades econômicas. Nas grandes propriedades de terra que se dedicavam à exploração de produtos tropicais para o mercado externo e também nas minas de ouro e diamante, a exploração do trabalho escravo movia a maioria das atividades produtivas. Mesmo nas propriedades voltadas para o mercado interno, como já citamos, sua presença, ainda que em menor número que nas atividades voltadas para a exportação, também se fazia presente. O uso do escravo não se limitou à produção direta, sendo dominante, também, nas atividades domésticas de limpeza, cozinha, babá, arrumação e outros. Da mesma forma, não se pode reduzir a utilização dessa mão de obra ao setor rural, visto que havia a sua ampla inserção em diversas atividades urbanas, como mostram essas figuras:

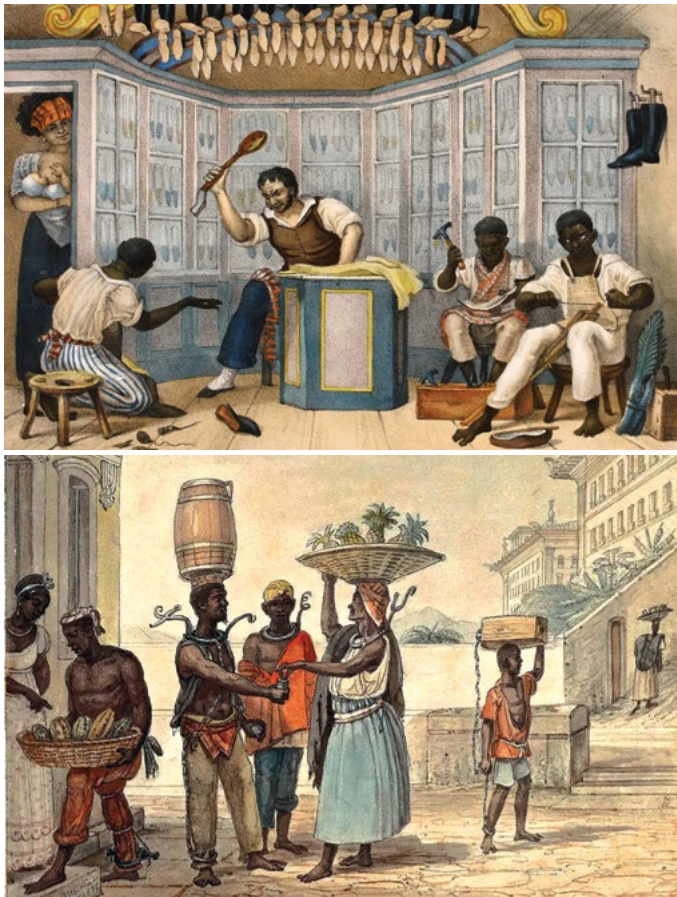


Figura 1.7: As pinturas acima foram feitas por Jean-Baptiste Debret, um pintor francês que integrou a Missão Artística Francesa, documentando por meio de imagens o Brasil colonial e seus costumes.

Fontes: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Loja_de_Sapateiro_Aquarela_Jac_by_Jean-Baptiste_Debret_1820-1830.jpg;
<https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/17327/negres-en-commission-par-un-temps-de-pluie>. Acervo Biblioteca Nacional

O uso da mão de obra escrava não se deu por fatores étnicos e sim, puramente, econômicos. Alinhado com o tipo de exploração comercial que baseou a colonização do Brasil, a mão de obra que seria utilizada demandava um menor custo, para que os empreendimentos dessem as maiores taxas de lucro possíveis, como atesta esse trecho da obra do economista Celso Furtado:

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e financeira dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras brasileiras. Ademais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiado grande, que tornaria antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando bons salários, bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra para esta região. A possibilidade de reduzir os custos, retribuindo com terra, o trabalho que o colono realizasse durante um certo período de anos, não representava atrativo ou viabilidade, pois, sem grande concentração de capital, as terras praticamente não tinham valia econômica. Por último, havia a considerar a escassez de oferta de mão-de-obra que prevalecia em Portugal [...]. Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por esta época, os portugueses já eram senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. [...] Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar este negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável (adaptado de FURTADO, 1984, p. 11).

Esse caráter econômico, principalmente a diminuição do custo, fez com que nos primeiros anos da colonização, os proprietários de terras utilizassem mais os indígenas brasileiros do que os negros africanos como mão de obra escrava dominante.

Encontrado em um número considerável no litoral, e em algumas partes do interior do Brasil, era mais barato adquirir o índio para o trabalho escravo do que gastar recursos na compra de negros, traficados da África, para servirem nas unidades produtivas. Tal fato acabou gerando um comércio interno, no qual havia apresadores de índios, que se especializavam em percorrer o litoral ou o interior do Brasil, buscando capturar índios para usá-los ou vendê-los como escravos. Esse foi o caso dos moradores de São Vicente, que entraram para a história como os bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil em busca de

metais preciosos. Contudo, mesmo existindo, de fato, a busca por metais preciosos, boa parte dessas excursões era para capturar índios para servirem como escravos em suas terras, ou para vendê-los para outros proprietários de terra.

Por volta de 1610, mesmo com a continuidade do trabalho escravo indígena em algumas partes do Brasil, o negro africano passou a vigorar como mão de obra escrava dominante. Essa mudança não foi movida por fatores como a resistência e a não adaptação do indígena brasileiro à escravidão, como era explicado nas escolas há umas décadas atrás. Tais explicações escamoteavam os verdadeiros fatores que levaram à substituição do índio pelo negro africano, como mão de obra escrava predominante, ao mesmo tempo em que reforçavam o racismo contra a população negra ao sustentar que esta se adaptava à escravidão, os seja, servia naturalmente para ser escrava.

Essa questão tornou-se um referencial tão forte em determinados segmentos da população brasileira, inclusive entre alguns negros, que antes de entrarmos nos fatores que levaram ao predomínio do negro como mão de obra, é importante desfazermos alguns mitos.

Primeiro, não existe a melhor adaptação de um povo à escravidão, como se isso estivesse estabelecido no DNA de sua etnia. A escravidão é uma forma de trabalho que se caracteriza pela imposição dessa situação, através do uso da força, sobre aqueles que serão escravos, *independentemente de cor ou raça*. Segundo, o negro nunca se acomodou diante da escravidão. A resistência do negro a essa degradante forma de trabalho foi uma marca constante durante o período colonial e imperial, por meio de suicídios, fugas, rebeliões e formação de quilombos. Essa última forma de resistência, por exemplo, esteve tão presente na realidade brasileira daquela época, que até hoje há comunidades quilombolas, vivendo em terras que serviram de refúgio e liberdade para seus antepassados.



Escravidão ao longo da história

Gregos, egípcios, romanos, chineses, incas... O que tantas civilizações diferentes possuíram comum? A resposta é: escravos.

Diferentemente do que algumas pessoas possam pensar, a noção de escravidão independe de etnia, pois em todos os cantos do

mundo tivemos escravos. Na Grécia Antiga, a maioria dos escravos era formada por brancos, uma vez que eram obtidos na própria região européia, por exemplo.

A escravidão moderna tomou um viés racista, porém, por milênios, homens de todos os cantos do mundo subjugavam seus inimigos e os mantinham como escravos, ou então simplesmente os compravam como se fossem mercadorias. A escravidão é um mal social que já se manifestou (e ainda se manifesta) das mais diversas formas; e combatê-la (e também aos seus resquícios) é uma tarefa necessária para que tenhamos uma sociedade justa.

Em resumo, falácias como adaptação e falta de resistência do negro à escravidão não servem para explicar a sua utilização massiva, após 1610, como mão de obra; apenas servem para fortalecer o preconceito e a discriminação sobre a população negra na nossa sociedade.

As causas dessa substituição, portanto, não podem ser entendidas devido às características étnicas dos escravos, mas a fatores econômicos. Alguns historiadores sustentaram que o tráfico negreiro foi responsável por isso, devido aos valores que tal comércio gerava para o comércio metropolitano, já que o comércio de índios para escravidão não gerava recursos para a Coroa e nem para burguesia metropolitana, pois a captura e venda dos índios para servirem como escravos eram feitas por pessoas residentes na própria colônia. Desta forma, a burguesia metropolitana não participava desse comércio e a metrópole tinha dificuldade de cobrar impostos sobre essa atividade. Apesar da relevância comercial do tráfico negreiro, no entanto, concordamos com aqueles historiadores que apontam a busca dessa resposta não no tráfico negreiro, mas na própria complexidade e contradição do sistema de dominação e de escravidão indígena, submetida pelos colonos:

As epidemias, a mortalidade ligada ao trabalho forçado e a ruptura da economia de subsistência indígena tradicional, a fuga de tribos inteiras mais para o interior, acabaram por inviabilizar uma *plantation* açucareira baseada no trabalho dos índios, seja escravo, seja livre, em teoria, mas na verdade sob compulsão, na imensa maioria dos casos. Assim, as primeiras décadas do século XVII viram a transição ao predomínio da escravidão negra.

Isso mostra não ser correta a hipótese, bastante popular há alguns anos, de que, sendo o tráfico de escravos da África peça essencial da acumulação européia de capitais, *foi o tráfico que gerou a escravidão dos africanos*, e não o contrário: em outras palavras, *a oferta teria precedido a procura*. Pelo contrário, o que aconteceu foi que com a insuficiência crescente da disponibilidade de escravos indígenas, uma procura já existente passou a ser atendida de outro modo, isto é, pela importação de africanos (adaptado de FLAMARION, 1990, p. 79).

Como se pode observar, portanto, o africano passou a ser a mão de obra predominante no sistema escravista que sustentou boa parte das atividades econômicas do período colonial e imperial, devido às próprias contradições do sistema colonial que levaram à exaustão da utilização da mão de obra escrava indígena. Não é à toa que o tráfico negreiro tornou-se fundamental para a economia brasileira, sendo responsável pelo abastecimento dessa mão de obra que se configurou na diáspora de 3.000.000 a 3.500.000 africanos, entre 1530 e 1850; arrancados de suas terras e de seu povo, para se transformarem em fonte de riqueza e ascensão social para os seus senhores.

A escravidão e a utilização do africano como mão de obra escrava também esteve na base de outra importante atividade econômica do período colonial: a exploração de ouro e de diamantes na região da atual Minas Gerais.

A partir do começo do século XVIII, desenvolveu-se a exploração dessas riquezas minerais na região das Gerais em rios e em minas. Desde o seu começo, havia uma forte intervenção da exploração dessa riqueza ao mesmo tempo em que estabelecia um rígido controle sobre a arrecadação desses minérios na forma de impostos, inclusive montando um aparato coercitivo a fim de controlar o contrabando na região das Gerais.

As minas e os lotes de terras nos rios, para a extração dessas riquezas, eram sorteadas pela metrópole; mas para participar desse sorteio, o pretendente teria que comprovar ser proprietário de escravos, para realizar as atividades de trabalho. O próprio tamanho das minas e dos lotes eram condicionados à quantidade de escravos que a pessoa possuía. Assim, a importância da posse de escravos na atividade mineradora não se restringia à questão da produção direta dessas riquezas.

Essa produção mineradora, principalmente a de ouro, na região das Gerais, levou a modificações nos aspectos sociais, políticos e econômicos da colônia. Em termos sociais, dois aspectos se destacam. Um é que, por

não demandar grandes recursos financeiros, essa atividade econômica acabou atraindo pessoas que não detinham um grande capital, inclusive indivíduos que, mesmo não tendo condições de obter um escravo para participar do sorteio para ter uma mina, poderiam, na ilegalidade, aventurar-se na busca de algum ouro num rio, para depois conseguir adquirir os escravos e entrar no sonhado sorteio. O outro aspecto é que, no trabalho da exploração de ouro, os escravos tinham mais condições de conseguir comprar sua liberdade.



Figura 1.8: Lavragem de ouro em Itacolomi, Minas Gerais. Na imagem, podemos ver a grande quantidade de escravos empregados na atividade mineradora. Autor: Johann Moritz Rugendas.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Lavage_du_Mineral_d'Or_-_pres_de_la_Montagne_Itacolumi.jpg.

Pecúlio

Soma economizada e reservada, em dinheiro, para uma eventualidade futura.

Apesar de ser um trabalho mais árduo que o da atividade agrícola, o escravo poderia adquirir um **pecúlio** porque o dono das minas dava um prêmio ao cativo que conseguisse uma pepita de grande valor. Fora isso, e mais relevante, o proprietário permitia que o escravo ficasse com o ouro que conseguia achar depois de seu horário de trabalho. Desta forma, mesmo sendo um trabalho muito mais duro que na região rural, o escravo das minas tinha mais condições concretas de comprar a sua liberdade, em comparação ao escravo do campo.

Mas isso não quer dizer que todos e nem mesmo uma maioria de escravos conseguia isso, pelo contrário, poucos passaram de cativos a libertos, dessa forma. Tanto que proliferou na região das Gerais, a formação de quilombos por escravos fugitivos.

Conclusão

Apesar de nossa disciplina ser focada no Rio de Janeiro, falamos durante quase toda a aula sobre questões coloniais que atingiram o Brasil de forma geral. Mas como estes fatos impactaram na história da cidade maravilhosa?

Sob o ponto de vista político, a principal transformação causada pela descoberta do ouro residiu na substituição de Salvador pela cidade do Rio de Janeiro, em 1763, como capital da colônia e sede do governo dos Vice-Reis. Inserido no plano de controle sobre a produção aurífera, principalmente no transporte dos impostos arrecadados, o Rio de Janeiro foi elevado à condição de capital da colônia, por estar mais perto do centro de produção de ouro do que a cidade de Salvador, permitindo um deslocamento mais seguro do ouro arrecadado por caminho terrestre até o Rio onde seria embarcado para Lisboa.

Nessa mesma linha estratégica, seria mais fácil estabelecer políticas de controle e de intervenção na região das Gerais a partir do Rio de Janeiro. Na parte econômica, destaca-se o efeito que a exploração de ouro gerou no comércio colonial, mais especificamente no comércio intercolonial. O porto do Rio de Janeiro tornou-se o mais importante da colônia, sendo a porta de entrada de escravos traficados da África e de produtos europeus para a região das Gerais. Do nordeste, houve a venda de açúcar e gado para a região das Gerais, com o mesmo acontecendo com a região Sul da colônia, de onde vinham gado, cavalo e produtos de couro. Todo esse comércio intercolonial reforçou a posição da cidade do Rio de Janeiro como relevante entreposto comercial da colônia, mas isso será assunto da nossa próxima aula.

Atividade final

Atende ao objetivo 2

1. Preencha o quadro abaixo sobre as atividades agropecuárias do período colonial brasileiro, apontando atividade econômica, produto, mercado consumidor, tipo de propriedade de terra (pequena, média ou grande), mão de obra utilizada.

Atividade Econômica	Produto	Mercado Consumidor	Tipo de Propriedade de Terra	Mão de Obra

Resposta comentada

Cada coluna deverá ser completada através do que pede o seu enunciado: as atividades econômicas seriam *comércio, agricultura, pecuária, pesca*; os produtos, as mercadorias oriundas das atividades econômicas citadas, podendo ser *açúcar, cachaça, peixe, escravo, gado*; os mercados consumidores são para onde os produtos são vendidos, por exemplo, *África, Europa, interior da colônia, região do Prata*; tipos de propriedades de terras são os tamanhos das propriedades: *pequena, média* ou *grande* (latifúndio); e as mãos de obra utilizadas nessas produções: *familiar, escrava* ou *assalariada*.

2. Faça um quadro comparativo colocando as características da produção mineradora e da produção açucareira, com relação a esses itens:

a) Principal região do Brasil onde houve a implantação de cada uma das atividades econômicas citadas, ou seja, local que foi a principal região

produtora de açúcar e local que foi a principal região da extração de ouro e de diamante.

b) Relação com outras áreas da colônia: escrever e exemplificar se a produção açucareira e a produção mineradora geraram uma relação comercial com outras regiões da colônia, com a venda de produtos dessas últimas para os locais onde eram produzidos o açúcar e extraídos os metais preciosos.

c) Influência sobre o crescimento urbano: demonstrar se a produção açucareira e a produção mineradora geraram um crescimento do setor urbano próximo a esses locais de produção, inclusive das atividades típicas do setor urbano, ou se mantiveram um caráter mais rural, sem gerar grandes transformações.

d) Controle da metrópole sobre a atividade: citar se a fiscalização da metrópole sobre a produção açucareira e de ouro e diamantes se deu da mesma forma. Em outras palavras, se foram usados os mesmos instrumentos, o mesmo aparato e a mesma intensidade.

e) Mão de obra predominante: apontar a mão de obra que foi mais utilizada na produção açucareira: mão de obra assalariada, mão de obra servil (servo do sistema feudal) ou mão de obra escrava.

Resposta Comentada

a) Minas Gerais e Centro-Oeste/ Nordeste.

b) Ambas consumiam os víveres produzidos nas pequenas e médias propriedades espalhadas pelo território da colônia.

c) O comércio gerado pelas atividades fez com que centros urbanos se formassem nas proximidades.

d) Na produção mineradora, tivemos cobrança de impostos como *quinto* e *finta* e a criação da Intendência das Minas, que foram ações da coroa portuguesa para tentar controlar a mineração e evitar desvios; já na produção açucareira, o comércio pro mercado externo foi a principal via de lucro da atividade e, no período, toda saída era controlada em algum nível pela Coroa.

Em ambos os casos foi escrava, mas muitos escravos compravam sua liberdade com seus rendimentos e muitos homens livres se aventuravam na atividade.

Resumo

Nessa aula, podemos destacar alguns pontos.

A chegada dos portugueses no Brasil não pode ser entendida como algo fortuito, mas como um fato histórico inserido na Expansão Marítima europeia, na qual Portugal teve a primazia desse processo. No comando da expedição para impor o monopólio da venda das especiarias na região de Calecut, Pedro Álvares Cabral afastou os seus navios da rota portuguesa para as Índias e tomou posse do Brasil como terra da Coroa portuguesa, no ano de 1500.

Nas primeiras três décadas, após a chegada dos portugueses, o Brasil não sofreu uma colonização efetiva, uma vez que a Coroa portuguesa estava mais interessada no lucro com o comércio das especiarias e, por outro lado, não havia sido encontrado nada de grande valor lucrativo que justificasse um processo desse tipo. O comércio do pau-brasil, realizado na forma de escambo com os indígenas, não requiritava um processo de colonização para ser efetivado.

A partir de 1530, devido à presença de estrangeiros, principalmente franceses, na costa brasileira, e à diminuição dos lucros com o comércio das especiarias, a Coroa portuguesa resolve iniciar a colonização do Brasil. O açúcar foi o produto que viabilizou a colonização do Brasil, ao mostrar à Coroa e à burguesia de Portugal o potencial financeiro da América portuguesa, por possuir uma região propícia para o cultivo da cana-de-açúcar e para a produção dessa mercadoria de alto valor comercial no mercado europeu.

A produção de açúcar gerou uma estrutura que se constituiu numa das principais bases da organização econômica do Brasil colonial. Mas não podemos reduzir as atividades econômicas, no Brasil, a essas bases estruturais. Ao lado desses aspectos, vigoraram outros, como a produção de alimentos voltados para o mercado interno, mão de obra familiar e a existência de pequenas e médias propriedades de terras. Essa diversidade não pode ser suprimida do conhecimento sobre o Brasil no período colonial.

A escravidão tornou-se o sistema de trabalho no qual se sustentou a maioria das atividades econômicas no Brasil colonial e imperial. A escolha desse tipo de trabalho se deveu a fatores unicamente econômicos, não tendo nada com questões éticas ou raciais. Do século XVI ao início do século XVII, os indígenas brasileiros compunham, a maioria, da mão

de obra escrava utilizada nas principais unidades produtivas. Logo após o início do século XVII, o negro africano passou ocupar o lugar de mão de obra dominante na estrutura econômica brasileira. Esse fato tornou-se uma marca tão forte dessa sociedade, que ter escravos, mesmo que um, era sinônimo de *status*.

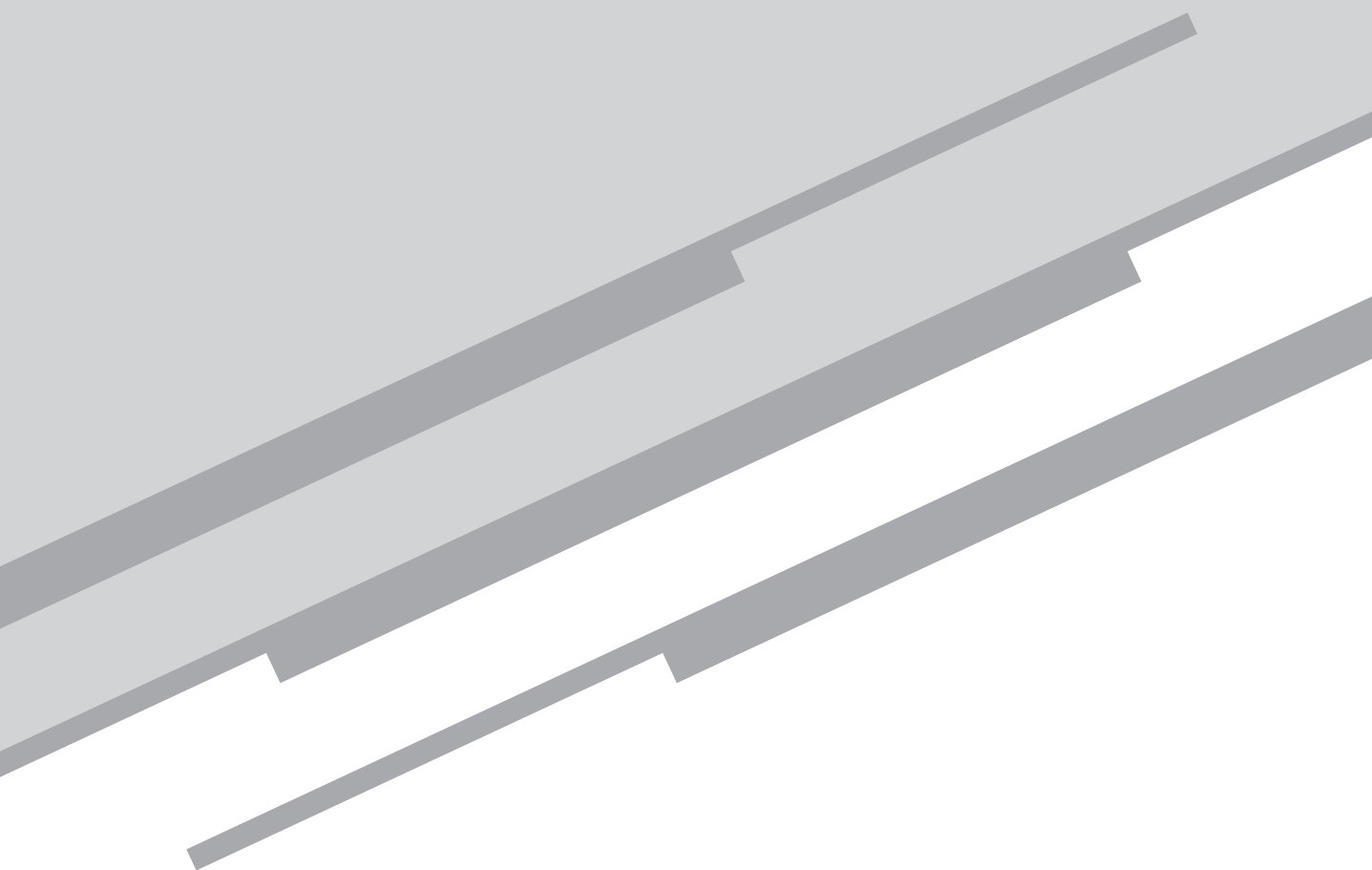
A escravidão pode ser apontada como a raiz do racismo contra o negro na sociedade brasileira. Além dos estigmas que foram criados para legitimar a escravidão do africano, as idéias de que o negro se adaptava a escravidão e não resistia a esse regime de trabalho opressor serviram para reforçar a visão preconceituosa sobre a população negra. É importante termos ciência do quanto esse tipo de explicação é errônea e não serve para esclarecer por que o negro foi usado como escravo. A explicação não deve ser buscada no negro, mas na própria estrutura e processo de riqueza implementados pelos brancos no processo de colonização.

Referências

- FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- FERLINI, Vera Lúcia. *A Civilização do Açúcar: Séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FLAMARION, Ciro. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- LÉRY, Jean. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

Aula 2

Fundação da cidade do Rio de Janeiro
e seu desenvolvimento de 1565 a 1800



Mário Luiz de Souza

Pré-requisito

Para que possamos aproveitar a aula ao máximo, caso você não conheça tão bem a cidade do Rio de Janeiro, procure ter um mapa ao seu alcance. Recomendamos o Google Maps, que é um serviço gratuito e bem detalhado.

Metas

Trabalhar os principais fatores que levaram à fundação da cidade do Rio de Janeiro e analisar os fatores que levaram ao desenvolvimento da cidade no período colonial; mais precisamente entre 1565 e 1808.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os fatores que levaram à fundação da cidade do Rio de Janeiro.
2. sintetizar as principais atividades econômicas da região.

Introdução

O início do Rio como o conhecemos.

Quando a família real portuguesa chegou ao Rio de Janeiro, em 1808, encontrou uma cidade que já se destacava como centro urbano, político e área econômica da colônia portuguesa no continente americano. O enfoque desta aula está no processo de desenvolvimento da cidade, no período de 1565 a 1800.

Fundação da cidade do Rio de Janeiro: a luta contra os franceses e os tupinambás.

Como abordado na aula anterior, diante do relativo abandono a que a Coroa portuguesa relegou o Brasil, no período entre 1500-1530, barcos estrangeiros, principalmente franceses, abordavam a costa brasileira, num comércio de escambo com os índios. Esse contato era intenso a ponto de pôr em risco a soberania de Portugal sobre o Brasil. Diante disso e da diminuição dos lucros com o comércio das especiarias do oriente, a Coroa portuguesa resolveu enviar uma expedição, comandada por Martim Afonso de Souza, para coibir a presença de estrangeiros nas terras brasileiras e iniciar núcleos de colonização.

Apesar da missão de Martim Afonso de Souza ter como alvo toda a costa brasileira, esse comandante concentrou suas atenções no nordeste e no sudeste brasileiros, chegando a fundar a primeira cidade da América portuguesa, São Vicente (em 1532). A atenção voltada a São Vicente se devia à localização da mesma numa área onde trilhas indígenas abriam caminho para o rio Paraguai e, com isso, para a região do Peru e das ricas minas de prata do Potosí.

O Rio de Janeiro, portanto, ficou em segundo plano, nesse processo de defesa, pois suas possibilidades de acesso à região da prata sob domínio espanhol ainda não tinham sido vislumbradas. Nem mesmo o fato de Martim Afonso de Souza ter recebido as capitânias de São Vicente e do Rio de Janeiro representou uma modificação dessa postura. Pelo contrário, mesmo com a relativa importância de São Vicente, os olhos da Coroa portuguesa estavam centralizados no Nordeste do Brasil, atraídos pela produção açucareira.

Essa primazia portuguesa pelo nordeste brasileiro, no processo de colonização, toma um maior corpo com a instalação do Governo Geral

no Brasil e a vinda do primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549. Nessa ação política da Coroa portuguesa havia o objetivo de efetivar uma organização administrativa e uma ação militar visando afastar o perigo que grupos estrangeiros e índios hostis representavam para implantação e de núcleos de povoamento e de exploração econômica sob controle de Portugal, dando condições mais concretas para colonização do Brasil. Porém, a administração de Tomé de Souza reforçou a defesa e a relevância do Nordeste frente a outras regiões da colônia.

Em 1549, esse governador geral fundou a cidade de São Salvador, na Bahia, e a elegeu como capital da colônia, instalando em sua área importantes órgãos da administração colonial e eclesiástica: ouvidor, encarregado das questões judiciais; capitão-mor, encarregado da defesa; provedor-mor, responsável pela arrecadação dos impostos e taxas reais. Somado a isso, Tomé de Souza fomentou o crescimento da cidade de São Salvador instalando construções para a administração colonial, a Igreja matriz e o colégio jesuíta, entre outras obras.

Mas se a região da Baía de Guanabara não recebia a atenção devida dos portugueses, o mesmo não pode ser dito dos franceses. Há muito tempo descontente com os termos do Tratado de Tordesilhas, a Coroa francesa apoiava a incursão de barcos franceses na Baía de Guanabara, inicialmente movida pelo comércio do pau-brasil. Tal escambo promoveu uma união entre franceses e os tupinambás, na qual os primeiros se beneficiavam do pau-brasil, víveres, água e ajuda militar, que recebiam na relação com esses índios. Essa relação foi primordial para os franceses, quando resolveram instalar uma colônia no Rio de Janeiro.



A Carta de Adão

Já sabemos que o Tratado de Tordesilhas dividiu o mundo a ser descoberto entre Espanha e Portugal, porém não tardou para que outras potências entrassem no jogo da expansão marítima.

Querendo também participar da corrida colonial, essas nações enviaram suas frotas para o mar, mesmo que na “ilegalidade”, desrespeitando descaradamente o que foi oficializado em Tordesilhas. Para mostrar o quanto os franceses, por exemplo, se importavam com a validade do tratado, temos a passagem his-

tórica onde o rei Francisco I afirmava desconhecer a cláusula do “testamento de Adão” que reservara o mundo unicamente a portugueses e espanhóis.

Munido do apoio secreto do rei francês, Henrique II – filho de Francisco I - e de comerciantes da cidade de Dieppe, o cavaleiro Nicolas Durand de Villegagnon chegou, em novembro de 1555, na baía da Guanabara, com 600 homens, e fundou a colônia França Antártica na ilha de Serigipe (atualmente ilha de Villegagnon, que fica na Baía de Guanabara), onde agora se situa a Escola Naval (em 1938, essa ilha foi recoberta por concreto e ligada ao continente).



Figura 2.1: Escola Naval da Marinha do Brasil, na ilha de Villegagnon. Acervo da Marinha do Brasil. Autor: desconhecido.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escola_Naval.jpeg

Nessa ilha, Villegagnon ergueu o Forte Coligny e tinha por objetivo construir uma cidade próxima às margens do que hoje é a praia do Flamengo. Mas a nova colônia não deu os resultados esperados, devido a um conjunto de fatores que impediram o sucesso do empreendimento.

O temperamento de Villegagnon e as regras que impôs aos membros da colônia geraram diversas dissidências e conflitos. Villegagnon imputou uma disciplina férrea, proibindo o relacionamento sexual dos franceses com as índias e exigindo uma carga de trabalho exaustiva dos homens.

Surgiram conflitos religiosos entre os colonos católicos e calvinistas que Villegagnon não soube resolver, favorecendo a divisão e o antagonismo no seio dos membros da colônia.

A postura de Villegagnon afetou até a relação construída dos franceses com os tupinambás, porque não respeitava alguns de seus costumes, obrigando, por exemplo, as índias a andarem vestidas, por considerar a nudez pecaminosa.



Thevét vs Léry

A administração de Villegagnon foi marcada por grandes crises; os problemas da França Antártica estão gravados nas obras de Antré Thévet e Jean de Léry.

Ambos os autores são dos mais importantes cronistas do século XVI, pois escreveram suas impressões sobre um Brasil ainda desconhecido pelos europeus, recheando suas obras com as maravilhas da “nova” terra e, principalmente, com pontos de vista divergentes quanto ao fracasso da colônia francesa na baía da Guanabara.

Thévet era católico e se posicionou ao lado de Villegagnon, colocando a culpa do malogro da colônia nos protestantes e nos pecados que circundavam a ilha (nativos e seus costumes “profanos”). Por outro lado, Léry, que era protestante, deu um ponto de vista oposto, colocando o problema nas costas de Villegagnon e de seu comportamento instável, que resultou em diversas execuções e problemas internos que enfraqueceram a França Antártica, fazendo com que eles não conseguissem resistir às investidas portuguesas.

Falar de ambas as obras de maneira tão resumida chega a parecer um pecado. Sua riqueza vai muito além de um simples jogo de acusações. Caso você se interesse, leia “Viagem à Terra do Brasil”, de Jean de Léry, e “As singularidades da França Antártica”, também nomeada “América e demais terras e ilhas descobertas de nossos tempos”, de André Thévet.

Em retaliação às imposições francesas, os índios chegaram, em alguns momentos, a deixar de prestar os auxílios de água e víveres para a jovem colônia, dificultando a vida desses colonos.

Para piorar toda essa situação, não havia um apoio mais consistente da Coroa francesa a essa colônia, porque devido aos problemas financeiros que o Estado francês estava passando, a administração francesa concluiu que não era o momento de ter um conflito direto com os portugueses.

Diante dessas dificuldades, Villegagnon retornou à França, em 1559, para tentar reverter a posição do rei da França sobre a França Antártica e para se defender de acusações que sofria em Paris sobre o tratamento reservado aos membros dessa colônia. Mas sua investida foi infrutífera e não voltou a tempo de ver os portugueses atacarem e tomarem o Forte Coligny, em 1560, dando fim ao sonho da França Antártica.

A presença francesa no Rio de Janeiro gerou uma grave preocupação na Coroa portuguesa. Apesar dessa região não configurar como área de grande relevância na política colonial, a Coroa portuguesa percebeu que o Rio de Janeiro servia como área estratégica de defesa de sua colônia, pois aquele que dominasse essa região teria mais chances de realizar uma investida na capitania de São Vicente e, em extensão, não só as regiões mais ao sul da colônia, como também, até mesmo, o Nordeste do Brasil. Nesse caso, a expulsão dos franceses e o estabelecimento de um núcleo de colonização no Rio de Janeiro se deveram, inicialmente, a fatores militares ligados à posição estratégica dessa área para a ampliação do controle e defesa da Coroa portuguesa sobre suas posses na América.

No entanto, essa tarefa não foi de fácil solução. Mesmo com a falta de auxílio do seu rei, os franceses instalados na França Antártica possuíam um forte apoio dos tupinambás. Quando os franceses instalaram a França Antártica, os tupinambás tinham acabado de sair de uma guerra vitoriosa contra os termiminós, tomando as suas terras no Rio de Janeiro e os expulsando para a região do Espírito Santo.

Coube a Mem de Sá, nomeado por D. João III, em 1556, a Governador Geral das Capitanias do Brasil, a tarefa de combater os franceses e submeter os tupinambás. Com a ajuda dos termiminós e dos tupiniquins, Mem de Sá atacou e conquistou o Forte Coligny, dando fim à França Antártica, numa batalha cujo número de combatentes até hoje é pauta de discussão:

O padre Manuel de Nóbrega, que assiste aos combates, fala de sessenta franceses e oitocentos índios entrincheirados na fortaleza. Mem de Sá estima 116 o número de franceses, apoiado por mais de mil índios, contra uma centena de portugueses e um número um pouco maior de nativos. André Thevet, que deixara o Brasil havia muito tempo, prefere imaginar que os franceses não passavam de uma dezena a lutar contra dois mil invasores, bem equipados com canhões e armas de fogo. (ENDERS, 2009, p.30)

Essa vitória, não representou o fim da presença francesa no Rio de Janeiro e muito menos a submissão dos tupinambás. Pelo contrário, os franceses que conseguiram fugir da tomada portuguesa do Forte Coligny se abrigaram junto aos tupinambás no continente e começaram a organizar uma resistência aos portugueses e seus aliados indígenas. Ciente desse perigo, o padre Manuel da Nóbrega mandou uma carta ao cardinal infante D. Henrique de Portugal, pedindo mais auxílio a Mem de Sá e defendendo a colonização efetiva do Rio de Janeiro:

Parece-me absolutamente necessário povoar o Rio de Janeiro e fundar aqui uma outra cidade como a da Bahia, graças a qual tudo ficará mais garantido, tanto a capitania de São Vicente quanto a do Espírito Santo, que atualmente estão bem enfraquecidas; os franceses seriam definitivamente expulsos e os índios, mais fáceis de sujeitar. (ENDERS, 2009, p.31).

O trecho acima demonstra o quanto a presença francesa e dos tupinambás colocava em risco o domínio de Portugal na região e o quanto a colonização dessa área foi impulsionada por motivos de estratégia militar. No entanto, o verdadeiro perigo para os planos portugueses não estava no punhado de franceses que conseguiram sobreviver à conquista do Forte Coligny. A grande ameaça aos planos portugueses na região era a resistência dos tupinambás, pondo em risco até o próprio controle da capitania de São Vicente.



Cunhambebe

Uma coisa que você deve sempre ter em mente quanto aos relatos da era dos descobrimentos é que, neles, a fantasia e a realidade se misturam de uma forma que fica muito difícil para o historiador conseguir separar e, sendo assim, certas figuras tomam proporções inumanas dentro do imaginário do colono brasileiro.

Um dos personagens mais proeminentes e assustadores dessa época foi Cunhambebe. A imagem de um guerreiro enorme e musculoso, que havia comido mais de 60 portugueses em vida, era simplesmente pavorosa, assim como suas lendas em batalha.



Figura 2.2: Cunhambebe, por André Thevet.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Quoniambec.jpg>

Hans Staden, um dos principais cronistas da época, diz ter encontrado Cunhambebe pessoalmente e tentou convencê-lo a não comer carne humana na seguinte passagem:

Comia de uma perna, segurou-a diante da boca e perguntou-me se também queria comer. Respondi: “Um animal irracional não come um outro parceiro, e um homem deve devorar um outro homem?”. Mordeu-a então e disse: “Jauára ichê”. Sou um jaguar. Está gostoso. (STADEN, 1974, p.34)

Mesmo que, provavelmente, tenha sido uma tirada humorística (já que o fato ocorreu durante uma festa onde todos estavam bêbados), a emblemática frase “Jauára ichê” ajudou a criar uma imagem de predador para o líder tupinambá.

Cunhambebe foi responsável pela resistência tupinambá contra os portugueses e a favor dos franceses. Teria morrido em 1555 (provavelmente vítima de varíola), sendo sucedido por seu filho, que também recebeu a alcunha de Cunhambebe. Seu filho teria negociado com Padre Manuel de Nóbrega o armistício de Yperoig, primeiro tratado de paz do continente americano.

Esse grupo indígena preparou uma grade investida sobre essa capitania, que só foi suspensa devido à ação dos padres Manuel de Nóbrega e José de Anchieta, que conseguiram uma trégua momentânea entre esse grupo indígena e os portugueses naquela região. Essa trégua acabou permitindo que os portugueses concentrassem seu efetivo no combate aos franceses e aos tupinambás no Rio de Janeiro, cuja tarefa Mem de Sá atribuiu ao seu sobrinho, Estácio de Sá.

Em primeiro de março de 1565, Estácio de Sá desembarcou entre o Pão de Açúcar e o Morro do Cão, acompanhado de 220 homens, fundando naquela localidade a cidade de *São Sebastião do Rio de Janeiro* e passando a resistir às investidas dos tamoios, enquanto esperava reforços para fazer uma maior frente aos seus inimigos. Mas Estácio de Sá esperaria até 1567, quando Mem de Sá, acompanhado dos padres Manuel de Nóbrega e José de Anchieta, viria em socorro do sobrinho, trazendo mais soldados portugueses e índios. Com a chegada desse reforço os portugueses, auxiliados pelos índios termiminós do chefe Arariboia, travaram a batalha de Uruçu-mirim contra os tupinambás e uns 15 franceses. Não obstante a perda de Estácio de Sá nesse combate, vítima de uma flecha envenenada que atingiu seu olho, os portugueses saíram vitoriosos da batalha, infligindo uma séria derrota aos seus inimigos.



Araribóia

Se falamos de Cunhambebe, o maior líder ao lado dos franceses, precisamos falar sobre o líder tupi que estava do lado dos portugueses, certo? Araribóia, chefe principal dos temiminós, foi a peça chave para a vitória portuguesa e o sucesso da colonização. Com seus mais de oito mil homens, pôde reforçar as linhas portuguesas nas batalhas para expulsar os franceses e, de quebra, exterminar seus antigos inimigos tupinambás.



Figura 2.3: estátua de Araribóia na praça homônima, em Niterói. Foto: Junius.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Araribóia2.jpg>

Assim como Cunhambebe, a figura de Araribóia também está envolta num misto de fantasia e realidade. Diz-se que na grande batalha de Uruçumirim, ele teria atravessado a baía de Guanabara a nado para liderar o ataque, demonstrando incrível preparo físico.

Araribóia se converteu ao cristianismo, assumiu o nome de Martim Afonso de Sousa e fundou a cidade de Niterói. Também perdeu a vida para varíola - assim como incontáveis nativos que não tinham defesa biológica para essa doença estrangeira -, mas não sem antes deixar sua marca no emblemático caso das pernas cruzadas, onde enfrentou a autoridade de Antônio Salema (Governador do Rio de Janeiro) ao se sentar de maneira “desrespeitosa”, no dia de sua posse como governador na cidade do Rio de Janeiro. dizendo: “Minhas pernas estão cansadas de tanto lutar pelo seu Rei, por isto eu as cruzo ao sentar-me, se assim o incomodo, não mais virei aqui!”, e dessa foi para Niterói e nunca mais retornou ao Rio de Janeiro.

Seja por meio de relatos fantasiosos ou pela verdade, é sempre importante lembrar destas figuras, para que não pensemos erroneamente que a colonização foi um ato puramente europeu de domínio, mas sim um resultado de incontáveis forças e interesses que envolviam ativamente os indígenas, tanto na figura de oprimidos quanto na de opressores.

Os poucos franceses que participaram dessa batalha foram mortos no calor da batalha ou enforcados, após esse conflito. Já os tupinambás perderam centenas de vidas, alguns dos seus principais chefes, e muitas de suas aldeias foram queimadas, restando aos sobreviventes se abrigarem na Região de Cabo Frio.

Todavia essa derrota não representou o fim das hostilidades entre os portugueses e os tupinambás. Mesmo vindo de Cabo Frio, esses indígenas realizavam excursões contra os portugueses que tinham, após a Batalha de Uruçu-mirim, deslocado o assentamento criado por Estácio de Sá, próximo ao Pão de Açúcar, para o Morro do Castelo. No entanto, em 1575 houve o derradeiro embate entre portugueses e os tupinambás, quando o Governador Antônio Salema, comandando quatrocentos brancos e setecentos índios, fez uma investida sobre esse grupo até a região de Cabo Frio, destruindo aldeias, matando muitos índios, trazendo um grande número de cativos para escravidão e forçando os sobreviventes a se embrenharem pelo interior do Brasil.

Em suma, não obstante a presença francesa, a história da fundação e dos primeiros desenvolvimentos da cidade do Rio de Janeiro não pode ser apartada da guerra de conquista dos portugueses com relação aos tupinambás.



Figura 2.4: quadro de Benedito Calixto - Partida de Estácio de Sá Para Combater os Franceses.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nobrega1.jpg>

Atividade 1

1. Especifique os objetivos e os problemas da França Antártica.

2. Demonstre por que a fundação da cidade do Rio de Janeiro se deveu mais a interesses militares, do que à simples colonização e ocupação.

3. Faça uma análise do que o último parágrafo da primeira parte dessa aula, reproduzido a seguir, quis dizer:

Em suma, não obstante a presença francesa, a história da fundação e dos primeiros desenvolvimentos da cidade do Rio de Janeiro não pode ser apartada da guerra de conquista dos portugueses com relação aos tupinambás.

Resposta comentada

1. Os objetivos se inserem na luta para ter regiões que seriam transformadas em colônias, pelos países europeus, e na questão religiosa que existia em muitos desses Estados. Os problemas se referem aos atritos internos do próprio grupo que veio para fundar a França Antártica, em especial o conflito religioso e as determinações do seu líder, somados às dificuldades para o estabelecimento da colônia em terras brasileiras.

2. Você deve demonstrar que a fundação da cidade do Rio de Janeiro foi feita mais em função da importância de se constituir um núcleo urbano, para fortalecer a defesa do território diante da ameaça francesa, e para o domínio sobre os tupinambás, do que para a simples colonização e ocupação.

3. O importante na resolução dessa questão é explicar a resistência dos tupinambás ao domínio dos portugueses; e que a verdadeira disputa pelas terras que hoje compõem a cidade do Rio de Janeiro, apesar da presença francesa, foi realmente entre os lusos e os tupinambás.

Aspectos econômicos

Na região da cidade do Rio de Janeiro existia uma grande quantidade de pau-brasil, mas para que a efetiva implementação da cidade se desse dentro dos planos portugueses, havia a necessidade de se estabelecerem atividades econômicas que estruturassem uma ocupação mais efetiva da região. Em outras palavras, as atividades econômicas eram fundamentais para o desenvolvimento da cidade e sua função estratégica para os planos portugueses.

Após o afastamento do perigo representado pelos tupinambás, paulatinamente começaram a se desenvolver uma série de atividades econômicas no entorno do núcleo urbano, uma delas inimaginável nos nossos dias: pesca de baleia na Baía de Guanabara. Segundo Enders (2009), havia um grande número de baleias na Baía de Guanabara, entre os meses de junho e agosto, favorecendo não apenas a pesca desse mamífero, como todo um conjunto de atividades em torno da exploração do comércio desse animal no Rio de Janeiro e nas áreas próximas:

Por volta de 1640, o litoral da capitania do Rio de Janeiro, em particular Búzios, Niterói e Ilha Grande, se torna um centro de pesca. A exploração da baleia, cujas técnicas foram introduzidas no Brasil pelos bascos, no começo do século XVII, implica uma divisão precisa de tarefas. Uma flotilha de pequenas embarcações se ocupa de acuar o animal, arpoá-lo e rebocá-lo até a margem. A seguir, outra equipe o esquarteja e derrete a gordura para extrair o óleo, que serve principalmente para alimentar as lâmpadas, embora tenha vários outros usos. Nada se perde da baleia: a carne é consumida pelas populações pobres, pelos escravos dos engenhos, pelas tripulações que atravessam o Atlântico. As cartilagens e os tendões são úteis aos sapateiros e o âmbar, aos perfumistas.

A Coroa de Portugal, que mantém o monopólio da pesca da baleia até 1801, concede a particulares o direito de construir armações, ou seja, instalações necessárias a essa atividade. Além dos barcos, dos molhes e dos dispositivos para içamento, a extração do óleo e dos subprodutos pressupõe fornos, tintas de estocagem, entrepostos, oficinas, acampamentos para escravos e os operários. Todas essas operações requerem madeira e água em abundância. (ENDERS, 2009, p.41)

Como podemos ver, a exploração da baleia demandou uma série de atividades, indo da construção de pequenas embarcações à produção de utensílios para a guarda de produtos e abastecimento de água e víveres, o que impulsionou a diversidade econômica na região do Rio de Janeiro e no seu entorno, como será abordado mais à frente.

A produção açucareira foi outra atividade econômica que marcou o período colonial do Rio de Janeiro. Essa produção passou por um processo de crescimento constante, com três engenhos no final do século XVI; 120, no final do século XVII; e 606, no final do século XVIII.

No início, a maioria dos engenhos ficava a alguns quilômetros do centro urbano, depois a fronteira açucareira foi se expandindo até chegar à região de Campos de Goytacazes. Nessa produção açucareira, destacou-se a posse de engenhos na mão de algumas famílias, como os Correia de Sá, e de instituições religiosas, notadamente a Companhia de Jesus. Detentora de uma parcela substancial das terras da cidade, em função de ter recebido de Estácio de Sá uma sesmaria na região, a Companhia de Jesus possuiu engenhos em São Cristóvão, Macaé, Campos de Goytacazes, Santa Cruz, Engenho Velho e Engenho Novo.



Cana de Açúcar no Norte Fluminense

Até hoje, a cana é um produto abundante no norte-fluminense. A cana mostrou ter mais usos do que na produção de açúcar, e hoje em dia serve também para a produção de combustível. Se quiser saber mais sobre a história e a progressão da cana na região de Campos dos Goytacazes, veja essa matéria: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao08/materia02/>.

A produção açucareira no Rio de Janeiro chegou a ser a terceira maior no Brasil, por volta de 1770, sendo suplantada apenas pela Bahia e por Pernambuco, respectivamente a primeira e a segunda maiores regiões produtoras. Contudo, antes de sua expansão para Campos

de Goytacazes, o açúcar produzido no Rio de Janeiro não detinha uma grande importância no comércio dessa mercadoria no mercado europeu frente ao produzido no Nordeste.

A qualidade do açúcar nordestino e a proximidade dessa região com o continente europeu, diminuindo o tempo de travessia Brasil-Europa e os custos da viagem, tornavam o açúcar produzido no Nordeste uma mercadoria mais rentável do que aquele produzido no Rio de Janeiro. Mesmo assim, o começo da produção açucareira no Rio, bem como a de seus derivados, notadamente a cachaça, teve uma relevância vital para outro comércio que se estabeleceu no porto do Rio de Janeiro: o do tráfico de escravos oriundos da África.

Desde o começo do século XVII, havia um forte comércio do Rio de Janeiro com regiões da África de onde viam marfim, ouro em pó e principalmente escravos. Do porto do Rio de Janeiro, partiam navios rumo a Santo Antônio de Angola, colônia portuguesa na África, para estabelecer um comércio de escambo no qual trocavam açúcar, farinha de mandioca, utensílios e cachaça, por escravos.

Estabeleceu-se no Rio, portanto, um intenso comércio de escravos localizado no porto situado na Praça XV (em 1776 o desembarque de escravos foi transferido para o cais do Valongo, por ordem do marquês do Lavradio). Esse comércio transformou o Rio de Janeiro na porta de entrada para milhares de negros africanos que viveriam os horrores da escravidão e gerariam a riqueza para aqueles envolvidos nessa atividade.

Comércio escravista

Os comerciantes de escravos instalados no Rio de Janeiro, por exemplo, aproveitavam todas as condições favoráveis que o local propiciava para o aumento da lucratividade com o tráfico negreiro. Beneficiavam-se do acesso mais barato ao açúcar, à aguardente e à farinha de mandioca, produzidos no Rio, para fazer o escambo pelos escravos na África. Beneficiavam-se da localização geográfica do Rio, que permitia uma viagem num tempo mais curto para Angola, comparado aos portos no Nordeste, e diminuía os custos dessas expedições, bem como também sua revenda para o Rio Grande do Sul, Espírito Santo e São Paulo. Quando houve a descoberta de ouro na região das Gerais, no início do século XVIII, esse papel no tráfico negreiro reforçou-se, uma vez que o porto do Rio de Janeiro tornou-se a principal porta de entrada dos escravos africanos para o trabalho nas minas.

Mas antes da descoberta dos metais e pedras preciosas na região das Gerais, os comerciantes de escravos instalados no Rio de Janeiro tinham como área preferencial para a venda de sua mercadoria humana, o contrabando com a região do Peru. A localização do Rio de Janeiro permitiu uma ligação pelo mar com o Rio da Prata e, através deste, com a região do Peru, onde havia ricas minas de prata; estabelecendo-se um forte comércio ilegal com essa região da Coroa espanhola.

Assim, do porto do Rio partiam navios levando açúcar, cachaça, tabaco, vinhos, bacalhau e tecidos europeus para região do Peru; e trazendo as tão apreciadas moedas de prata, formando um comércio bem lucrativo, como atesta esse depoimento de um comerciante de 1596:

Por meio de barcos de 30 ou 40 toneladas cada um, carregados de açúcar, arroz, tafetás, chapéus e outros gêneros de mercadorias do país, os quais levados ao longo do Rio da Prata, nos barcos referidos, são por ali transportados até o Peru. E estes barcos até o Peru levam de viagem 10 a 12 dias [...] e depois de quatro ou cinco meses regressavam a este Rio de Janeiro, carregados de reais de prata e trazendo daqueles lugares não mais mercadorias, mas dinheiro.” (LESSA, 2005, p.35)

Esse comércio com a região da Prata rendia 300% de lucro e tomou um maior vulto durante a União Ibérica (1580-1640), quando as fronteiras estipuladas pelo Tratado de Tordesilhas deixaram de ser um marco legal que dividia as terras da Espanha e de Portugal na América do Sul, abrindo espaços para que comerciantes instalados no Rio de Janeiro estabelecessem uma maior circulação de mercadorias entre essas duas regiões.

Nesse intenso comércio do Rio com a região da Prata, a venda de escravos negros africanos teve um papel de destaque:

Em sua imensa maioria, esses africanos não permaneciam na cidade. Iam, no início, para o Rio da Prata, no auge do contrabando do metal. O escambo contrabandeado de negros escravos por prata foi uma das primeiras atividades regulares da cidade (LESSA, 2005, p.36).

Desta forma, estabeleceu-se uma ponte mercantil ligando *Rio-África-Rio-Região do Rio da Prata*, no qual seres humanos se tornaram uma

mercadoria de enriquecimento de um seleto grupo de comerciantes e donos de minas.

Tal comércio acabou gerando na cidade do Rio de Janeiro um grupo de comerciantes que se especializaram no tráfico de escravos africanos para o Brasil, tornando o porto do Rio num dos principais entrepostos dessa atividade econômica, responsável pela maior diáspora africana da História.

A venda de tabaco foi outro importante ponto da pauta do comércio do Rio de Janeiro com a Região da Prata. Não obstante a sua utilização no comércio de escravos na África, parte do tabaco produzido na Bahia, em São Paulo e nas Minas Gerais era embarcado no porto do Rio, para ser vendido na Região do Rio da Prata. Esse comércio acabou tendo um caráter oficial, entre 1778-1780 e 1790-1792, quando fábricas de tabaco na região da Prata assinaram acordos de importação de fumo com exportadores do Rio de Janeiro.

Pelo que foi mostrado, com o passar do tempo, o Rio de Janeiro se transformou num importante entreposto comercial e desenvolveu atividades econômicas características de uma colônia numa região tropical. No entanto, o Rio não tinha se transformado apenas num produtor de mercadorias tropicais e importante entreposto comercial dessas mercadorias e de outras oriundas da África e da Europa: movido pelo crescimento econômico e pela expansão urbana da cidade, havia outras atividades econômicas, das quais destacamos três.

1. Produção de Alimentos: nas áreas periféricas ao seu núcleo urbano e em locais próximos, como Niterói, São Gonçalo e regiões ribeirinhas, havia produção de víveres para a cidade, como feijão preto, mandioca, farinha de mandioca, milho, carne, peixe salgado e outros produtos. No século XVIII, essa produção se diversificou (inclusive com a produção de arroz) e se expandiu a ponto de o Rio de Janeiro, em especial as freguesias de Magé, Iguaçu, Macacu e Irajá se tornarem produtores de alimentos para outras regiões da colônia e até para Angola (SILVA, 1990, p.82).

2. Produção manufatureira: sob o ponto de vista da metrópole, não havia interesse do desenvolvimento de manufaturas de tecidos, roupas e móveis na colônia, para favorecer a venda desses produtos por parte dos comerciantes metropolitanos e aumentar a arrecadação da Coroa com esse comércio. Por isso, à exceção da produção de tecidos grossos para sacos e vestimentas para escravos, as manufaturas, eram proibidas

no Brasil. Entretanto, no século XVIII, havia a presença de manufaturas voltadas para a fabricação de tecidos finos em algumas regiões do Brasil, entrando em choque com a determinação imposta pela Coroa.

No Rio de Janeiro, havia uma das maiores concentrações desse tipo de estabelecimento na colônia, contendo 16 manufaturas que se dedicavam à produção de tecidos finos; algumas trabalhando com fios de ouro e de prata. Essa produção manufatureira, como de outras regiões do Brasil, teve seu término com a edição do Alvará de janeiro de 1785, da Coroa portuguesa, ordenando a proibição de manufaturas e teares em toda colônia, mantendo a exceção para aquelas voltadas para a produção de tecidos grossos para sacos e vestimenta dos cativos.

3. Indústria Naval: o desenvolvimento dessa atividade no Rio de Janeiro esteve ligado ao crescimento de outras atividades econômicas que requisitavam um suporte na área naval. A pesca na Baía de Guanabara e as atividades comerciais que ligavam o porto do Rio às áreas no seu entorno, às regiões da colônia, ao Rio da Prata e à África demandavam a oferta de construção e de reparos de embarcações no Rio de Janeiro, para diminuir os custos de tais empreendimentos. Segundo Cavalcanti (2004), entre 1785 e 1805 foram vendidas 42 embarcações dos mais diferentes tipos, cujos valores obtidos “[...] alcançaram a casa dos 114.770\$810rs, quantia que daria para adquirir, por exemplo, 50 sobrados na rua mais valorizada da cidade, ou seja, na rua Direita”. (CAVALCANTI, 2004, p.83). Apesar de boa parte das embarcações construídas no Rio de Janeiro ser de pequeno porte, a Coroa portuguesa encomendou ao Conde Cunha, então Vice-Rei, a construção de um navio de grande porte num estaleiro do Rio, em 1763. Tal obra foi concluída em 1767, quando a nau *São Sebastião* foi entregue à Marinha Portuguesa.

Todo esse conjunto de atividades econômicas, indo do setor produtivo ao setor comercial demonstra o quanto o Rio de Janeiro já detinha uma estrutura econômica relevante, antes de se tornar capital da colônia, em 1763. A alteração da geografia política da colônia, com a mudança da capital, de Salvador para o Rio, apenas reforçou um papel que o Rio de Janeiro já havia ocupado, como região produtora das mais variadas mercadorias e entreposto comercial de grande relevância, no panorama colonial. Com a elevação do status da cidade ao de capital da colônia, graças à demanda da metrópole por um maior controle sobre a arrecadação dos impostos oriundos da extração do ouro, e para combater o contrabando de metais preciosos, o Rio de Janeiro pode desfrutar de melhores condições para ampliação de suas atividades econômicas.

Seu porto, por exemplo, tornou-se o principal da colônia, sendo a porta de entrada de boa parte dos escravos africanos e de mercadorias de origem europeia direcionados para a região das Gerais; como também para o escoamento do ouro e diamantes para Portugal. Somado a isso, o Rio de Janeiro se destacou como um dos eixos do comércio inter-colonial, visando o abastecimento da região das Gerais; sendo caminho pelo qual passava o gado, o couro e a carne-seca vindos do Sul. Mesmo com o declínio da produção de ouro na região das Gerais, o Rio de Janeiro manteve a sua posição como entreposto comercial de grande envergadura.

Em outras palavras, no transcorrer dos séculos XVII e XVIII, o Rio de Janeiro havia se transformado num grande produtor de produtos tropicais e, principalmente, entrepostos comerciais, sendo as águas da Baía de Guanabara, a sua via comercial mais importante. Fazendo uma analogia, a Baía de Guanabara passou a ter, para a economia do Rio de Janeiro, a mesma importância que o Atlântico tinha para a economia portuguesa. Pelas suas águas saíam açúcar, cachaça e farinha de mandioca para a África; e desse continente, vinham ouro em pó, marfim e, essencialmente, escravos; bem como também partiam mercadorias europeias e escravos negros africanos, primeiro para a região do Peru e depois para a região das Gerais, de onde vinham os cobiçados metais e pedras preciosas.

Da mesma forma, por essas águas, chegavam ao Rio de Janeiro, víveres produzidos nas regiões banhadas pela Baía de Guanabara, para abastecer a cidade ou seguirem viagem, pelo mar, para África ou, por terra, para a região das Gerais. Enfim, em termos externos e internos, a Baía de Guanabara se transformou numa via comercial relevante, e o Porto do Rio de Janeiro, seu epicentro.

Essa forte atividade econômica favoreceu o acúmulo de capital na cidade do Rio de Janeiro, com a formação de famílias detentoras de uma riqueza que, de acordo com Cavalcanti, estavam acima de fortunas situadas em Portugal:

[...] havia na cidade do Rio de Janeiro, no período analisado, um grupo de negociantes de grosso trato e senhores de engenho – num total de 25 nomes como nos mostra Fragoso-, extremamente ricos, cuja fortuna individual variava entre 55.519\$920rs e 926.759\$480rs, ou seja, quantia muito superior à acumulada pelos expoentes de Lisboa, cuja riqueza oscilava entre 6.000\$000rs a 65.000\$000rs (CAVALCANTI, 2004, p.94)

Tal fato pode ser ilustrado pela excursão organizada por Salvador de Sá (líder da família mais rica e influente no período colonial do Rio de Janeiro), em 1648, para recuperar São Paulo de Luanda, que tinha sido tomada pelos holandeses. Na época em que os holandeses invadiram e dominaram o Nordeste brasileiro (1630-1654), também tomaram o entreposto português em Angola, para manter o fluxo de escravos africanos para a produção açucareira no Nordeste. Como isso afetou os negócios no Rio, Salvador de Sá, fazendo uso de recursos próprios e de burgueses do Rio e Janeiro, organizou uma expedição militar composta por navios da própria cidade e um grupo de soldados formados por 950 cariocas e alguns pernambucanos, para retomar a feitoria portuguesa em Angola e ter o controle sobre o tráfico de escravos. O sucesso dessa investida foi tamanha, que o governo português colocou Salvador de Sá como governador de Angola por três anos.

Essa ação de Salvador de Sá em Angola é apenas um dos exemplos que podem ser citados a respeito do quanto a acumulação de capital no Rio de Janeiro favoreceu a ação de grupos locais mais abastados em investimentos para além de suas fronteiras. Segundo Lessa (2005), o Rio de Janeiro teve uma presença marcante no início da colonização do Sul da colônia, estando presente na fundação da colônia de Sacramento, em 1680, enviando tropas e recursos financeiros, sob a gestão de dom Manuel Lobo, governador do Rio. Esse movimento também se reproduziu na colonização da região do Rio Grande do Sul, onde havia uma forte participação financeira de capital oriundo do Rio de Janeiro. Em todas essas ações havia o apoio da Coroa portuguesa. A Carta Régia, em outubro de 1699, obrigava o governo da Nova Colônia de Sacramento à jurisdição do Rio de Janeiro. Da mesma forma, uma determinação Real, de agosto de 1738, estipulava a submissão jurídica da capitania do Rio Grande do Sul e a submissão em termos de provimento da Ilha de Santa Catarina ao Rio de Janeiro. Mesmo após ser elevada a capitania real, em setembro de 1760, a colônia do Rio Grande do Sul continuou submetida ao governo do Rio de Janeiro até 1807.

Atividade Final

1. Preencha a tabela abaixo com relação às características econômicas do Rio de Janeiro durante o período colonial.

Atividade Econômica	Mercadoria	Mercado Consumidor

2. Estabeleça a relação entre o fato da cidade do Rio de Janeiro ter sido um importante entreposto comercial com as condições para formação de ricas famílias na cidade.

Resposta Comentada

1. A tabela deve ser preenchida estabelecendo-se a relação entre as três colunas. A primeira, contendo as atividades econômicas que porventura se estabeleceram no Rio de Janeiro, como agricultura, pecuária, contrabando, pesca e outras que o texto indique. A segunda coluna deve ser o produto obtido ou produzido a partir de cada atividade econômica citada na primeira coluna, como açúcar, peixe salgado, etc. Na terceira coluna, deve constar o local para onde esse produto era vendido, podendo ser a metrópole, o mercado interno etc.

2. Você deve demonstrar que algumas das atividades comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro tomaram tamanha envergadura, que acabaram gerando condições para que determinadas famílias da cidade acumulassem riquezas e tivessem uma vida abastada; muitas vezes superior a de famílias que moravam na Metrópole.



Resumo

O surgimento da cidade do Rio de Janeiro se insere no processo de ocupação da região como forma de evitar que os franceses dominassem essa área. A partir disso, essa investida foi estendida para São Paulo e para a parte Sul da colônia. Para combater os franceses, a Coroa portuguesa teve que enviar tropas e fomentar a colonização da região. Dessa forma, apesar do perigo representado pelos franceses, que chegaram a formar um núcleo de colonização, a França Antártica, real ameaça para os planos portugueses, acabou se consumindo na aguerrida resistência que os tupinambás fizeram aos portugueses. Mesmo depois da fragorosa derrota dos franceses, que eram apoiados pelos tupinambás, esse grupo indígena manteve sua resistência aos portugueses, sendo, por isso, implacavelmente perseguidos, até deixarem de ser um perigo aos planos da Coroa portuguesa.

Com a expulsão dos franceses e, principalmente, com a progressiva eliminação da ameaça tupinambá, o processo de colonização da região do Rio de Janeiro pode começar a se desenvolver. No período coberto pela nossa aula, vimos que, paulatinamente, uma série de atividades econômicas foi se estabelecendo na cidade e no seu entorno: produção de produtos como açúcar, tabaco, cachaça e gêneros alimentícios (feijão-preto,

farinha de mandioca, arroz, carne de gado); pesca de peixe e de baleias; tráfico negreiro; contrabando com a região do Prata; indústria naval; produção de manufaturas (que depois foi proibida). Toda essa dinâmica favoreceu que o Rio de Janeiro se transformasse num importante entreposto comercial da colônia, possibilitando uma forte acumulação de capital na mão de algumas famílias. Tal fato se aprofundou com a descoberta de ouro na região das Gerais e a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. A partir disso, a posição do Rio de Janeiro como entreposto comercial se aprofundou com seu porto, passando a ser o principal da colônia.

A posição do Rio de Janeiro como região de defesa para outras áreas da colônia e as atividades econômicas que foram se desenvolvendo não podem ser excluídas, se quisermos entender o processo de expansão do Rio de Janeiro no período coberto por essa aula. Por ter sido fundada como cidade e não como vila, o Rio de Janeiro teve condições de ter uma administração municipal que pôde investir recursos públicos para a organização e expansão da área urbana. Desta forma, houve mais facilidade para se estabelecerem leis visando o ordenamento urbano e recursos para investimento em obras de cunho social, como de abastecimento de água e de melhoria da questão sanitária. Com a elevação do Rio de Janeiro ao *status* de capital da colônia e de residência dos Vice-Reis, houve uma maior oferta de recursos financeiros para a efetivação de obras públicas. Em termos da influência econômica sobre a expansão urbana, vimos que o centro do Rio de Janeiro tornou-se a parte mais valorizada da cidade, em especial a Praça XV. Devido à presença do porto, na Praça XV, formou-se um quadrilátero que abarcava as residências dos mais afortunados, relevantes lojas comerciais, mercado e centro administrativo e religioso. Desse epicentro, a cidade se alargava, estipulando a fronteira entre a área urbana e a rural, bem como o local para onde se dirigiam os produtos vindos das regiões no entorno, da Europa, da região do Prata e da África.

Referências

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a ida e a construção da cidade, da invasão francesa à chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

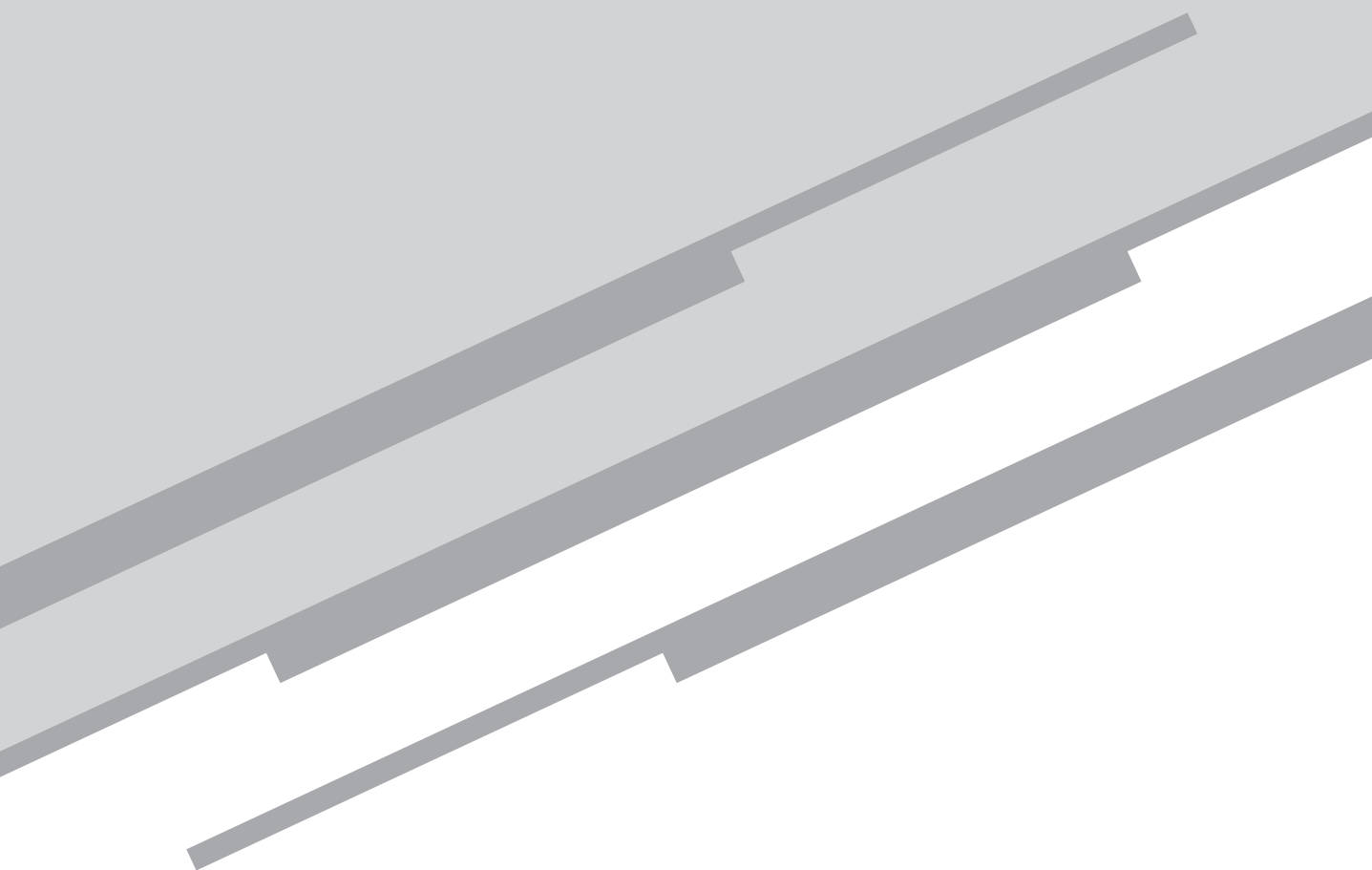
FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2005.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

Aula 3

Expansão urbana da cidade do
Rio de Janeiro, 1565 a 1800



Mário Luiz de Souza

Pré-requisito

Para que possamos aproveitar esta aula ao máximo, caso você não conheça tão bem a cidade do Rio de Janeiro, procure ter um mapa ao seu alcance. Recomendamos o Google Maps, que é um serviço gratuito e bem detalhado.

Metas

Estudar a expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro entre 1565 e 1808.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar a expansão urbana do Rio de Janeiro com seus aspectos políticos, sociais e econômicos.

A expansão urbana da cidade

A expansão da cidade do Rio de Janeiro, no período colonial coberto por essa aula, esteve ligada à função militar e administrativa, dentro do projeto de colonização portuguesa; bem como à evolução econômica.

Como foi citado no início dessa aula, logo após as primeiras vitórias sobre os tupinambás e os franceses, o núcleo urbano, que marcou o início da cidade do Rio de Janeiro, foi transferido do assentamento próximo ao Pão de Açúcar, onde a cidade foi fundada, para o morro do Castelo. Na escolha dessa mudança, havia o predomínio da estratégia militar, uma vez que esse morro permitia uma maior defesa diante das hostilidades dos tupinambás. Seguindo essa lógica, o morro do Castelo ocupou o papel de principal ponto de defesa da jovem cidade e o local de sua incipiente administração.



O Morro do Castelo

O início do século XX foi muito marcante para a o Rio de Janeiro devido à quantidade de reformas urbanas pelas quais a cidade passou. Uma das mais marcantes foi a demolição do Morro do Castelo.

O Morro era visto como um obstáculo ao crescimento urbano da cidade. Além disso, o prefeito da época, Carlos Sampaio, alegou que o morro, por ser um espaço relativamente pobre e com construções muito antigas, deveria ser demolido para as comemorações do centenário da independência que ocorreria no ano seguinte.

Sendo assim, em 1921, o morro desapareceu do horizonte carioca e seu corpo foi utilizado para fazer alguns aterros na Urca, no Jardim Botânico e em algumas outras áreas na baía de Guanabara.

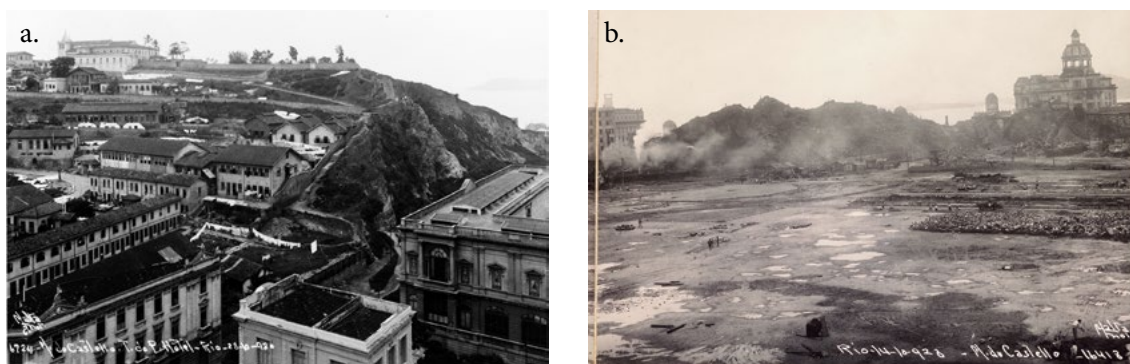


Figura 3.1: (a) antes e (b) depois do desmanche do Morro do Castelo. Fotos: Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles

Fontes: (a) <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/6841>;

(b) <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/105612>.

Nesse período, o núcleo urbano da cidade se constituiu a partir de um perímetro formado pelos morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição, que se interligavam por caminhos que depois dariam surgimento às primeiras ruas de envergadura da cidade, como a Rua da Direita (atual Primeira de Março) que ligava os dois primeiros morros citados. Esse perímetro não se alterou durante um bom tempo, como podemos depreender do apontamento de Enders (2009) de que, por volta de 1641, a parte urbanizada da cidade se estendia do Morro do Castelo à atual Rua Uruguaiana (na época denominada *Rua da Vala*, porque era mais uma rua voltada para a drenagem do pântano que ficava às margens do morro de Santo Antônio e dos dejetos da população).

Na metade do século XVII, a periferia da cidade era formada a partir da Rua Uruguaiana e nela havia fazendas, chácaras e engenhos:

[...] A periferia imediata do Centro começou a se desenvolver primeiramente através de engenhos de açúcar. Os bairros nasceram na periferia, derivados de zonas de produção de açúcar. Lapa, Glória, São Cristóvão, dentre outros, eram a periferia imediata em meados do século XVII. O mesmo ocorreu com a Zona Sul: a Lagoa Sacopirã e a Gávea tinham engenhos de açúcar e cachaça desde o século XVII. Nas zonas Norte e Oeste, como a toponímia revela, era predominante o açúcar: Engenho de Dentro, Engenho Novo e Real Engenho (Realengo). Houve, nessas áreas, uma variante: a produção de alimentos. O “boi de cada dia” proveio, basicamente, de Santa Cruz e a pé entrava na vila pelo Largo da Cancela (LESSA, 2005, p.48).

Com o término da ameaça dos tupinambás e o avanço da situação do Rio como entreposto comercial houve o deslocamento do centro administrativo e do setor das moradias para a região do atual Centro da cidade, tendo o Porto na Praça XV (antiga Praia do Polé) como elemento aglutinador desse processo. Próximas ao Porto, formaram-se ruas, contendo sobrados nos quais havia a conjugação de casas comerciais na parte térrea e local de habitação nos andares superiores, estruturando uma paisagem urbana ainda presente em algumas ruas do Centro.

A expansão do Rio de Janeiro e o crescimento das atividades econômicas no século XVII, de acordo com Lessa (2005), podem ser medidos pelo número de Igrejas erguidas na cidade: Nossa Senhora da Apresentação (1613); São Francisco da Penitência (1619); São Francisco Xavier (1625); São Cristovão (1627); Candelária (1627); Rosário (1639); Glória do Outeiro (1671); Penha (1635); e São Roque, em Paquetá (1635), dentre outras (LESSA, 2005, p.38). Por sinal, uma das principais construções urbanas do Rio de Janeiro do século XVII, foi a Igreja e Mosteiro de São Bento, no morro de São Bento. Esse conjunto religioso, cuja marca arquitetônica é o barroco, foi construído sob o comando de padres beneditinos vindos da Bahia em 1590. Sua obra se iniciou em 1633 e foi concluída entre 1670 e 1690. Esse conjunto religioso possibilitava uma boa observação do Rio de Janeiro e da Baía de Guanabara, como mostra o quadro abaixo:

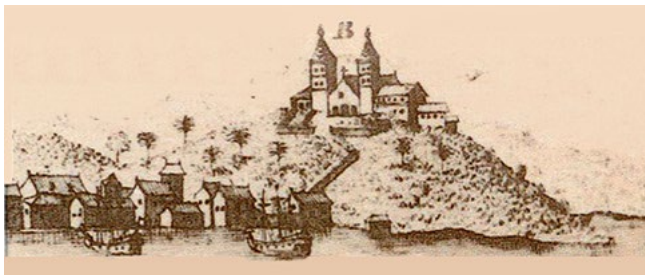


Figura 3.2: parte do panorama de François Froger retratando o Mosteiro de São Bento. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/or329849.jpg>

A região do Porto tornou-se o centro nevrálgico do Rio de Janeiro. O Centro da cidade era o ponto de aglutinação de casas comerciais, mercado, oficinas, trapiches e residências dos mais afortunados, como marco da expansão da cidade:

[...] No Rio de Janeiro, o porto inicial situou-se nos arredores do que é hoje a Praça XV. Nas cercanias do Morro do Castelo, onde hoje está a rua D. Manuel, situava-se o “porto dos jesuítas”, na antiga Praia de Piaçaba. Sua expansão se fez pela direita, em direção ao Morro da Glória. Aliás, aquele vice-rei fez um cais na Glória. Nesta praia, o marquês do Lavradio promoveu a mais importante feira de comércio anual da Colônia. Pela esquerda, a partir do Castelo, a cidade expandiu-se à beira-mar pela rua Direita (atual Primeiro de Março). Após o Morro de São Bento (55 metros de altura), projetado no mar, havia a Prainha (atual praça Mauá), principal ancoradouro das embarcações que do fundo da baía traziam alimentos para a cidade. A saída da Prainha é a atual rua do Acre, que foi antes da era dos supermercados a principal rua do comércio atacadista de alimentos – os chamados “secos e molhados”. Da Prainha em diante, o litoral era formado por uma sucessão de enseadas subdivididas por projeções rochosas e delimitadas por encostas montanhosas. A essa sucessão de sacos correspondiam morros (Conceição, Livramento, Providência, do Pinto, São Diogo etc.). Os sacos do Valongo, Valonguinho, Nossa Senhora da Saúde, da Gamboa, dos Alferes e, próximo ao Caju, o imenso Saco de São Diogo, que ia até Campo de Santana – o qual, drenado, deu origem ao canal do Mangue. Fica como recordação a ponte dos Marinheiros, antigo ancoradouro colonial. O mar ligava-se até o Largo da Carioca pela antiga rua da Vala (atual Uruguaiana). Na parte montanhosa, que delimitava os sacos, vão se desenvolver os bairros da Gamboa Saúde e Santo Cristo. A rua do Morro da Conceição, onde esteve o Palácio Episcopal, é de fins do século XVI.

Nos dois séculos iniciais, o porto principal, onde se processava o tráfico de escravos e se faziam as grandes transações mercantis ia o Castelo à Prainha. No século XVIII o trapiche de escravos que ficava na rua Direita, foi transferida para o Valongo – o primeiro saco após a Prainha. Deste ponto até a Praia Formosa, na altura do Caju, o porto foi se estendendo. A cidade cresceu nesse eixo [...] (LESSA, 2005, p.45)

O Centro também se destacou como área onde havia os órgãos da administração municipal e alguns da administração colonial no Brasil: Casa da Moeda (1698), Tribunal da Relação no Rio de Janeiro (1751), Mesa de Inspeção (1751), Senado da Câmara do Rio de Janeiro (1757), Junta da Fazenda (1760, que foi à primeira junta a ser instalada em toda colônia pela Coroa portuguesa). Esses órgãos de cunho administrativo, financeiro, jurídico e político, locais, fortaleceram a representatividade do Centro como área nobre da cidade. Tal fato se reforçou com a trans-

formação do Rio de Janeiro, em 1763, em capital da colônia e sede do vice-reinado.

A transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, como já foi citado, se insere no planejamento da Coroa portuguesa de ter maior controle sobre sua arrecadação na produção de ouro e no combate ao contrabando, na região das Gerais. Mais próximo desse local, do que Salvador, o Rio de Janeiro possibilitava a formação de um caminho mais seguro para o transporte e armazenamento do ouro e dos diamantes, frente à investida de corsários e de frotas estrangeiras. A própria Baía de Guanabara possuía condições naturais que favoreciam uma defesa diante de um ataque naval:

[...] A baía, com 140 Km de perímetro, possui uma barra de apenas 1.600 metros entre suas extremidades, os costões do Pão de Açúcar e Santa Cruz. No meio está a Pedra da Laje. Entre esta os costões da barra há, de um lado, um canal de 900 metros, com profundidade de 50 metros. É o único e excelente acesso possível à baía. Os outros 700 metros pelo outro lado são impraticáveis à grande navegação, pela presença de recifes perigosos. A baía de Guanabara permitiu uma triangulação militar impecável, mormente após a construção de uma fortaleza na Laje (LESSA, 2005, p.21)

No entanto, essa condição natural de nada valeria em termos defensivos se não fosse erguido um conjunto de fortalezas no entorno da Baía da Guanabara, no século XVII, voltadas para se contrapor uma invasão por essas águas. Na entrada da baía, formou-se a defesa central, com um tripé de fortalezas: Fortaleza de Santa Cruz (1555), em Niterói; Fortaleza de São João, na Urca, que data da fundação da cidade do Rio de Janeiro e recebeu essa denominação em 1618; e Fortaleza da Laje (1716), hoje denominado *Forte Tamandaré*, numa ilha na entrada da baía. Além dessas fortificações, houve a construção de outras bases militares: (1) em Niterói, o Forte de São Luiz ou Forte do Pico (1775); o Forte Barrão do Rio Branco (1557); o Forte Gragoatá, cuja data de inauguração é contraditória, variando entre 1610 e 1710; Forte Boa Viagem; (2) no Rio de Janeiro, o Forte da Praia de Fora (1567), hoje *Forte Barrão do Rio Branco*; o Forte Urbano de Santa Cruz (1605); e o Forte da Ilha das Cobras (1639). No século XVIII, esse arco de defesa se ampliou, com a construção do Forte do Vigia (Forte do Leme), em 1779. A maioria dessas edificações encontra-se em bom estado de preservação e aberta à visitação pública.

A elevação do Rio de Janeiro ao *status* de capital da colônia, reforçou o Centro como parte mais representativa da cidade, e a área da Praça XV, como seu local mais importante, em termos administrativo, residencial e comercial; como podemos observar na reprodução do quadro de Jean-Baptiste Debret, abaixo:

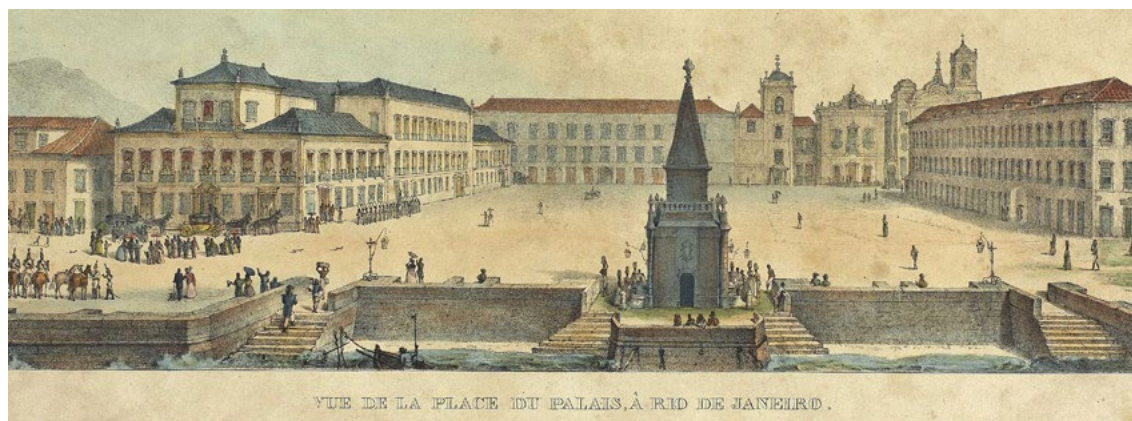


Figura 3.3: quadro de Jean-Baptiste Debret. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_137.jpg

Apesar desse quadro de Debret retratar a Praça XV (Largo do Paço) de 1819, fornece uma visão dessa área no século XVIII, uma vez que boa parte das construções ali retratadas foi edificada no transcorrer desse século, como podemos verificar pela análise dessa tela.

À esquerda, vemos a Casa do Governador, hoje Paço Imperial, construída entre 1738 e 1743, a pedido do governador Gomes Freire, conde de Bobadela. Quando o Rio de Janeiro passou a ser capital da colônia, passou a ser uma das sedes do vice-rei, denominada *Casa dos Despachos dos Vice-Reis* ou *Paço dos Vice-Reis*. Depois, com a vinda da Família Real (1808), passou a se chamar *Paço Real* e a partir do governo de D. Pedro I, *Paço Imperial*.

À direita há um conjunto de sobrados que se caracterizavam por concentrar comércio de mercadorias de alto valor e habitação de famílias mais abastadas, como a casa dos Teles sobre o Arco do Teles. Esse conjunto arquitetônico formado pelo Arco do Teles e a residência dessa família foi construído a mando do Dr. Francisco Barreto Teles, em 1743, e abrigou durante décadas os membros dessa família detentora do Juizado dos Órfãos e de outras Varas de Justiça no Rio de Janeiro.

O Arco do Teles faz a ligação entre a Praça XV e outras ruas do Rio antigo, passando pela Travessa do Comércio e indo para a Rua da Lapa dos Mercadores. Nas vielas logo após a entrada do Arco do Teles, havia outras residências de famílias ricas e estabelecimentos comerciais que hoje dão lugar a um conjunto de bares, restaurantes e locais para filmagem de filmes e propagandas. Ao fundo, voltando à tela de Debret, vemos o Convento do Carmo e a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, também conhecida como *Igreja do Carmo* ou *Antiga Sé*. Essa igreja foi construída entre 1761 e 1770 por frades carmelitas que contrataram a edificação desse templo religioso, substituindo uma capela que havia naquele lugar. Hoje em dia, essa igreja é um dos pontos religiosos e turísticos mais relevantes da Rua Primeiro de Março. Na parte da frente do quadro de Debret, há a área do Porto do Rio onde eram descarregadas mercadorias e principalmente escravos, mostrando o quanto esse local foi aterrado, uma vez que onde era banhado pelas águas da Baía de Guanabara hoje há uma área para pedestre, um prédio do Tribunal de Justiça e o Terminal das Barcas Rio-Niterói. Também nessa parte, vemos o Chafariz da Pirâmide, construído em 1779, pelo mestre Valentim de Fonseca e Silva, a pedido do Marquês do Lavradio. Esse chafariz, como outros erguidos naquela época, tinha a função de propiciar água para os habitantes da cidade e para os navios que chegavam ao porto.

Essa ligação com o Centro do Rio, mais especificamente com o Porto, também envolvia a área rural e as freguesias que se formavam no entorno do Rio, seja pela produção de produtos alimentícios para o setor urbano ou produção de produtos para o tráfico negreiro, para exportação ou para contrabando. Sobre esse aspecto, vale lembrar que muitos dos bairros atuais do Rio de Janeiro, bem como as cidades no seu entorno foram herdados tanto de unidades produtivas do período colonial, como de **freguesias** que surgiram naquela época: Engenho Novo, Engenho Velho, Cosme Velho Pereira, fazenda Copacabana, Laranjeiras (na região existia muitos sítios e chácaras com produção de laranjas), fazenda de Santa Cruz, freguesia do Irajá (1644), freguesia do Meriti (provavelmente antes de 1645), freguesia de São Gonçalo (1646), freguesia de Jacarepaguá (1661), freguesia de Campo Grande (1673), freguesia de Inhaúma (1684), freguesia de Itaboraí (1684), freguesia da Ilha do Governador (1710).

A expansão da cidade do Rio de Janeiro também esteve ligada à questão do fornecimento de água e da melhoria das condições sanitárias. O abastecimento de água para o consumo, por sinal, era um dos grandes problemas da população urbana e demandou o envolvimento do poder público para

Freguesia

Paróquia; menor unidade de administração civil, no império português.

sua superação. O chafariz do Mestre Valentim, na Praça XV, fazia parte de um conjunto de 11 chafarizes erguidos na gestão de alguns Vices-Reis, na tentativa de amenizar o problema do abastecimento de água:

[...] chafariz da Carioca, no antigo Campo de Santo Antônio, depois chamado *Largo da Carioca*. Construção do governo Aires Saldanha; b) primeiro chafariz no Largo do Paço, obra do conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, no centro da praça, posteriormente demolido; chafariz do Mestre Valentim, obra de d. Luís de Vasconcelos e Souza, no Largo do Paço, em substituição ao construído pelo conde de Bobadela, ainda hoje existente; d) chafariz da Glória, no Caminho da Glória, obra do marquês do Lavradio; e) pocinho da Glória, no Largo da Glória, obra antiga; f) chafariz das Marrecas, na Rua dos Barbons, hoje *Evaristo da Veiga*, realização de d. Luís de Vasconcelos e Souza; g) fonte dos Amores, projeto do Mestre Valentim, no Passeio Público, obra de d. Luís de Vasconcelos e Souza; h) chafariz do largo do Moura, obra do conde Resende; i) chafariz do largo do Capim, também do Conde Resende; j) chafariz do Campo do Santana, obra iniciada no governo do vice-rei d. Fernando José de Portugal; k) chafariz do Lagarto, na altura da lagoa da Sentinela, hoje *Rua Frei Caneca*, obra do governo d. Luís de Vasconcelos e Souza (CAVALCANTI, 2004, p.36).

Essa ação do poder público, portanto, não se insere num projeto de simples embelezamento da cidade via construção de chafarizes. Acima disso, essas construções buscavam responder às demandas da população, inclusive dos menos favorecidos:

Certamente foi o suprimento de água, o sistema de utilidade pública que determinou a distribuição socioespacial da população. Não sendo cidade estuarina, sua população dependeu criticamente da água do Rio Carioca e de poucos outros regatos. Ter escravos para buscar água era sinal de grande riqueza. Os mais modestos compravam água dos aguadeiros, que a transportavam pelo Caminho da Ajuda, do Flamengo, Catete e Laranjeiras até o Centro. A construção de um sistema de canalização de água, com os aquedutos e chafarizes no Centro da cidade, representou um “substancial” apoio à população pobre e gerou um adensamento da população no entorno das bicas d’água. Os ricos, fugindo dos miasmas, com chácaras nos altos, dispunham de mananciais próprios e/ou escravos e animais para buscar água boa. A pobreza apinhada no Centro e nos baixos, sob condições terríveis de higiene, vivia nas proximidades de uma água racionada (LESSA, 2005, p.50).

A questão do abastecimento de água acabou impulsionando uma das principais obras do período na área urbana, a construção dos Arcos da Lapa (Aqueduto da Lapa). Com o objetivo de construir um sistema de canalização que levaria água do Rio Carioca para o setor urbano, essa obra, determinada pela Câmara Municipal, iniciou-se em 1673. No entanto, sua conclusão levou décadas, com a canalização sendo instalada em 1718, na gestão do governador Antonio de Brito Freitas de Menezes; e seu funcionamento só ocorreu entre 1720 e 1725, na gestão do governador Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, com a água chegando ao Campo da Ajuda, atual Cinelândia. Mesmo assim, a conclusão dessa obra, como também do conjunto de chafarizes construídos, não resolveu o problema do abastecimento de água da cidade.

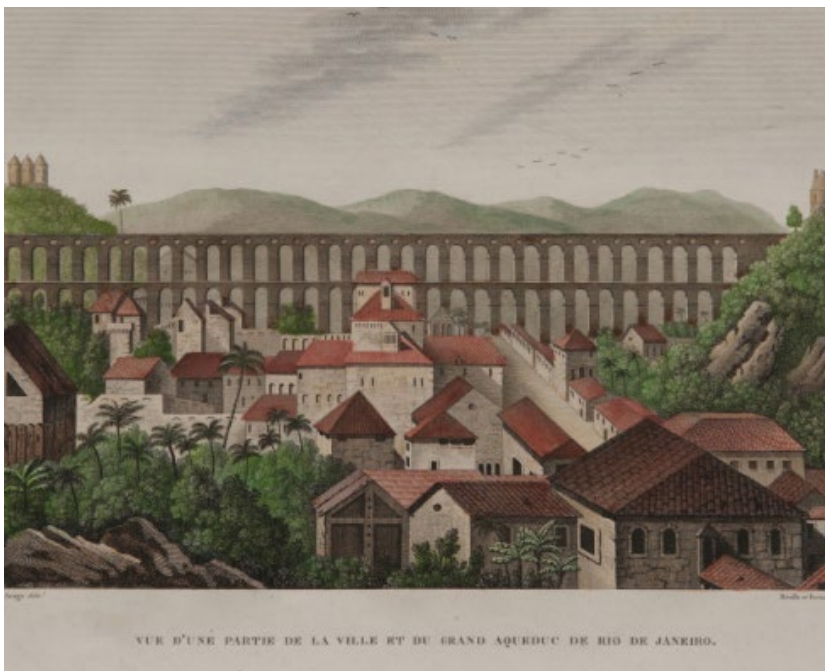


Figura 3.4: gravura retratando os Arcos da Lapa. Autores: Jacques Arago e Réville et Bovinet.

Fonte: <https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/18130/vue-d-une-partie-de-la-ville-et-du-grand-aqueduc-de-rio-de-janeiro>

A construção do Passeio Público foi outra obra desse período que merece ser destacada no âmbito da questão sanitária. Um dos frutos do trabalho do Mestre Valentim, contratado pelo Vice-Rei Luis de Vasconcelos para realizar o projeto e ser o responsável pela sua execução, o Passeio Público tornou-se o primeiro parque público do Rio de Janeiro.

Esse Parque, concluído em 1783, foi construído sobre parte de um aterro que se fez sobre a Lagoa do Boqueirão (ficando entre o que hoje é a divisão entre a Cinelândia e a Lapa) e se estendia até a Praia do Boqueirão, na margem da Baía da Guanabara daquela época. Não obstante seu caráter de lazer, nessa obra havia uma preocupação com a questão sanitária.



As obras de Mestre Valentim

Valentim da Fonseca e Silva foi um dos mais importantes artistas e urbanistas da história do Brasil. Caso queira saber mais sobre ele, aqui temos uma reportagem feita em homenagem aos seus 200 anos de falecimento pela TV Brasil: <https://www.youtube.com/watch?v=-IutNbBxcU8>.

O aterro da Lagoa do Boqueirão era visto como algo necessário para preservar a qualidade da água que vinha por meio do Aqueduto da Lapa. Assim se conjugou uma ação de embelezamento e lazer da cidade, com uma preocupação com sua condição sanitária. Ao longo dos anos, o Passeio Público sofreu algumas modificações de acordo com os interesses dos gestores públicos e o avanço do processo de ocupação da cidade. Hoje em dia, por exemplo, os limites do fundo do Parque não mais margeiam as águas da Baía de Guanabara, devido a uma sucessão de aterros necessários à construção de obras públicas como a Avenida Beira-Mar e o Parque do Flamengo.

Como no caso do Passeio Público, a questão sanitária também esteve como pano de fundo de outras obras que levaram à expansão do núcleo urbano da cidade. Nessa perspectiva, não podemos deixar de lado o Campo de Santana (Praça da República). No começo, a área do Campo de Santana era conhecida por *Campo da Cidade*, passando a *Campo de São Domingos*, no final do século XVII, em decorrência de uma igreja construída naquele local pela Ordem Dominicana. Sob esse mesmo aspecto religioso, o termo *Campo de Santana* originou-se da Igreja Nossa Senhora de Santana, construída em 1753.

No final do século XVIII, essa região que até então era dominada por pântanos e servia como depósito de lixo e esgoto da cidade foi aterrada, a mando do Vice-Rei Conde Resende, visando a expansão urbana e os cuidados sanitários com a cidade. Com esse processo, formou-se um grande descampado que, pouco a pouco, passou a ser ocupado por chácaras, transformando-se no início da área rural da cidade. Depois, esse espaço passou a ser engolido pela expansão urbana, com novo loteamento da região dando lugar a novas habitações e novas ruas da Cidade Nova.



Figura 3.5: Campo de Santana atualmente e no final do século XVIII e início do século XIX. Autores: Tito Martins; Thomas Ender; Franz Josef Fröhbeck.

Fontes: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_Campo_de_Santana.jpg;
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Thomas_Ender_Campo_de_Santana.jpg;
https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Franz_Josef_Fr%C3%BChbeck_Rio_de_Janeiro_Campo_de_Santana.jpg.

As obras e construções citadas até aqui mostram a importância do poder público no processo de expansão urbana e na melhoria das condições de vida no Rio de Janeiro, mesmo que atrelada ao projeto de colonização da Coroa portuguesa e aos interesses das classes dirigentes da cidade.

Numa região marcada geograficamente por morros, lagos e pântanos, a ação pública foi fundamental para a construção de portos, pontes, mercados, ruas e aterros para expansão urbana e melhoria das condições sanitárias da cidade. Nesse caso, os poderes imputados às Câmaras Municipais, pela Coroa portuguesa, facilitaram esse tipo de ação, como mostra esse trecho do historiador Boris Fausto:

Devemos por último fazer referência especial a um órgão de poder constituído de membros da sociedade: as Câmaras Municipais, com sede nas vilas e nas cidades. Elas eram compostas de membros natos, ou seja, não eleitos, e de representantes eleitos. Votavam nas eleições, que eram geralmente indiretas, os “homens bons”, ou seja, proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos-novos. O campo de atividade das Câmaras Municipais variou muito. Nos primeiros tempos da colônia, Câmaras como São Luis, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se de fato a principal autoridade das respectivas capitanias, sobrepondo-se aos governadores e chegando mesmo, em certos casos, a destituí-los. Posteriormente, seu poder diminuiu, refletindo a concentração da autoridade nas mãos dos representantes da Coroa. As Câmaras possuíam finanças e patrimônios próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juizes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. Elas foram controladas, sobretudo até meados do século XVII, pela classe dominante dos proprietários rurais e expressava seus interesses. [...] Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência (FAUSTO, 2009, p.64)

Os poderes detidos pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro permitiram aos administradores municipais deter o controle sobre as finanças, justiça, determinações e leis locais que favoreceram a ocupação e a expansão urbana da cidade. Com a elevação a centro político da colônia, esse processo foi ampliado, porque os Vice-Reis puderam utilizar os poderes e recursos públicos que estavam sob seus governos para reforçar a expansão e a melhoria urbana da nova capital.

Mas a ocupação e a expansão da cidade do Rio de Janeiro não estiveram ligadas apenas à ação de seus administradores, à expansão econômica e aos acontecimentos internos na colônia, por mais que expressassem os interesses da Metrópole; como foi o caso da mudança da capital da colônia, gerada pela descoberta de ouro nas Gerais. Fatores externos

também repercutiram na ordenação do espaço urbano, cujo melhor exemplo foi a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses, em 1759.

Em primeiro de julho de 1565, Estácio de Sá criou duas sesmarias na região do Rio de Janeiro, uma doada à municipalidade e outra, maior, à Companhia de Jesus, cujos padres, com destaque para Manuel de Nóbrega e José de Anchieta, tiveram uma importante participação na conquista portuguesa sobre os tupinambás. Nas terras recebidas, os jesuítas ergueram uma série de estabelecimentos, casas, fazendas e engenhos que configurava um grande patrimônio no Rio de Janeiro, na época da expulsão da Companhia de Jesus da América portuguesa. Na área urbana, possuíam o colégio no morro do Castelo e 71 imóveis distribuídos nas melhores ruas da cidade como: Alfândega, Candelária, Direita, Dom Manoel, Ouvidor, Rosário, Violas, Praia do Peixe e Travessas do Guindastes e da Quitanda. Na área rural, detinham fazendas e engenhos em São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo e Santa Cruz. Todo esse patrimônio foi confiscado pela Coroa portuguesa e vendida a particulares, com exceção da fazenda de Santa Cruz, que foi repassada para a municipalidade, abrindo novas áreas para a expansão da cidade, como aponta Cavalcante:

[...] com o desaparecimento das linhas limítrofes de sua sesmaria – verdadeiras barreiras que representavam a cidade, impedindo-a de expandir-se naturalmente para o interior do continente – o Rio de Janeiro pôde crescer, no decorrer do século XVIII, em direção a São Cristóvão, Tijuca, Andaraí, Pedregulho, São Francisco Xavier, Engenho Novo; e expandir-se pela atual Zona Norte, até alcançar os terrenos da Câmara da Freguesia de Irajá e, daí em diante, espalhar-se pela baixada de Santa Cruz (CAVALCANTI, 2004, p.72).

Enfim, ditado pelos mais distintos fatores, o Rio de Janeiro, desde a sua fundação, passou por um processo de expansão urbana e rural, que o diferenciava, em muito, daquele início no qual se reduzia a quatro morros interligados por alguns caminhos. Apesar dessa expansão não fazer jus à importância política e econômica que o Rio de Janeiro havia ocupado na colônia e no projeto de colonização da Coroa portuguesa, era um dado concreto. No início do século XIX, mais precisamente com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, essa ocupação e expansão urbana sofreram uma mudança mais ampla ainda; mas isso é assunto para outra aula.

Atividade 1

Faça um roteiro turístico, com no mínimo 40 linhas, no qual você apresente a expansão da cidade do Rio de Janeiro, abordada nessa aula, a um grupo de turistas, seguindo a proposta abaixo:

- O tema central será a Praça XV.
- Além do tema central, o roteiro também deverá abordar um desses aspectos da cidade: construções militares visando à defesa da cidade; obras públicas ligadas ao abastecimento de águas; ação do poder público na questão sanitária; a relação entre ser centro administrativo e a expansão urbana; surgimento de ruas e bairros.
- Inserir dois aspectos das características da economia do Rio de Janeiro, contida na tabela que você fez na **Atividade 2**.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta comentada

O roteiro turístico deverá centrar-se em três eixos:

- a) O eixo central será a Praça XV. Você deve começar com um breve histórico sobre o processo da fundação da cidade e depois fixar numa abordagem sobre a Praça XV. Sobre esse último ponto, deve trabalhar a sua característica histórica e arquitetônica, a partir do que foi desenvolvido nessa aula; apontando o seu surgimento e sua importância, citando os monumentos e construções históricas presentes nesse espaço e fazendo uma relação com o passado desse local.
- b) Esse eixo será para dar um maior embasamento ao roteiro turístico trabalhado junto aos turistas. Nesse caso, você deverá escolher e desenvolver um dos temas citados, inserindo a questão da expansão do Rio de Janeiro.
- c) Como o eixo acima, esse também terá a função de embasar a expansão do Rio de Janeiro, apontando o quanto as atividades econômicas que estão ligadas a esse fato; não esquecendo que o eixo central é a Praça XV.

Resumo

O surgimento da cidade do Rio de Janeiro se insere no processo de ocupação da região como forma de evitar que os franceses dominassem essa área. A partir disso, essa investida foi estendida para São Paulo e para a parte Sul da colônia. Para combater os franceses, a Coroa portuguesa teve que enviar tropas e fomentar a colonização da região. Dessa forma, apesar do perigo representado pelos franceses, que chegaram a formar

um núcleo de colonização, a França Antártica, real ameaça para os planos portugueses, acabou se consumindo na aguerrida resistência que os tupinambás fizeram aos portugueses. Mesmo depois da fragorosa derrota dos franceses, que eram apoiados pelos tupinambás, esse grupo indígena manteve sua resistência aos portugueses, sendo, por isso, implacavelmente perseguidos, até deixarem de ser um perigo aos planos da Coroa portuguesa.

Com a expulsão dos franceses e, principalmente, com a progressiva eliminação da ameaça tupinambá, o processo de colonização da região do Rio de Janeiro pode começar a se desenvolver. No período coberto pela nossa aula, vimos que, paulatinamente, uma série de atividades econômicas foi se estabelecendo na cidade e no seu entorno: produção de produtos como açúcar, tabaco, cachaça e gêneros alimentícios (feijão-preto, farinha de mandioca, arroz, carne de gado); pesca de peixe e de baleias; tráfico negreiro; contrabando com a região do Prata; indústria naval; produção de manufaturas (que depois foi proibida). Toda essa dinâmica favoreceu que o Rio de Janeiro se transformasse num importante entreposto comercial da colônia, possibilitando uma forte acumulação de capital na mão de algumas famílias. Tal fato se aprofundou com a descoberta de ouro na região das Gerais e a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. A partir disso, a posição do Rio de Janeiro como entreposto comercial se aprofundou com seu porto, passando a ser o principal da colônia.

A posição do Rio de Janeiro como região de defesa para outras áreas da colônia e as atividades econômicas que foram se desenvolvendo não podem ser excluídas, se quisermos entender o processo de expansão do Rio de Janeiro no período coberto por essa aula. Por ter sido fundada como cidade e não como vila, o Rio de Janeiro teve condições de ter uma administração municipal que pôde investir recursos públicos para a organização e expansão da área urbana. Desta forma, houve mais facilidade para se estabelecerem leis visando o ordenamento urbano e recursos para investimento em obras de cunho social, como de abastecimento de água e de melhoria da questão sanitária. Com a elevação do Rio de Janeiro ao *status* de capital da colônia e de residência dos Vice-Reis, houve uma maior oferta de recursos financeiros para a efetivação de obras públicas. Em termos da influência econômica sobre a expansão urbana, vimos que o centro do Rio de Janeiro tornou-se a parte mais valorizada da cidade, em especial a Praça XV. Devido à presença do porto, na Praça XV, formou-se um quadrilátero que abarcava as residências

dos mais afortunados, relevantes lojas comerciais, mercado e centro administrativo e religioso. Desse epicentro, a cidade se alargava, estipulando a fronteira entre a área urbana e a rural, bem como o local para onde se dirigiam os produtos vindos das regiões no entorno, da Europa, da região do Prata e da África.

Referências

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a ida e a construção da cidade, da invasão francesa à chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2005.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

Aula 4

A vinda da Família Real Portuguesa
para o Rio de Janeiro – Parte I:
as transformações na cidade

Meta

Trabalhar os fatores que levaram a vinda e o estabelecimento da Família Real Portuguesa no Brasil. Apresentar as modificações que esse processo gerou na cidade do Rio de Janeiro, partindo do fato de que se tornou a capital do governo português instalado na colônia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os fatores que levaram à vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil e suas primeiras modificações no contexto colonial.
2. identificar as modificações econômicas, urbanas e culturais na cidade do Rio de Janeiro;
3. relacionar as transformações dos costumes e hábitos da elite colonial na cidade do Rio de Janeiro com as modificações geradas a partir da vinda da Família Real.

Introdução

Como uma capital de um reino europeu

Ao chegar ao Brasil, em 1808, a Família Real Portuguesa resolveu se instalar na cidade do Rio de Janeiro, transformando o local na capital do reino português na colônia. Mas para que isso fosse efetivado, havia a necessidade de se implementar uma série de ações na cidade, para que essa pudesse ter uma aparência mais afeita a uma capital de um reino europeu, ainda que instalada numa região tropical. Seguindo o que foi escrito anteriormente, essa aula tem por objetivo demonstrar as modificações pelas quais passou a cidade do Rio de Janeiro, a partir da chegada da Família Real.

Vinda da Família Real Portuguesa

No início do século XIX, era travada uma luta entre a França e a Inglaterra pelo domínio comercial na Europa. Para fortalecer a economia francesa, o imperador Napoleão Bonaparte iniciou uma série de guerras, conquistando diversos Estados europeus com o propósito de transformar essas regiões em mercados consumidores dos produtos vendidos pela burguesia francesa. A Inglaterra, que depois de sua Revolução Industrial necessitava de cada vez mais de mercados consumidores para os seus produtos, não podia aceitar a expansão francesa pelo continente europeu e passou a direcionar suas forças militares para conter o avanço do exército francês.



Figura 4.1: o exército francês de Napoleão preocupava a Inglaterra e atrapalhava sua expansão econômica. Autor: Horace Vernet.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:lana.jpg>

No embate entre a França e a Inglaterra, a primeira obteve um melhor resultado no solo europeu, devido ao fato de possuir um exército mais forte e organizado, além da grande capacidade de Napoleão Bonaparte na arte da estratégia militar. Contudo, Napoleão não conseguiu o seu intuito de conquistar a Inglaterra, pois a marinha inglesa causou sérios danos à marinha francesa, impossibilitando o exército francês de atravessar o Canal da Mancha e invadir a Inglaterra. Houve, assim, uma situação de impasse: a Inglaterra não tinha condições de vencer o exército francês e a França não tinha condições de invadir a Inglaterra e consumir sua vitória.

Napoleão passou, então, a fazer uso de uma estratégia, fora dos círculos militares, para tentar vencer a Inglaterra. Como havia conquistado a maioria dos países da Europa Ocidental, em 1806 ele decretou o Bloqueio Continental, estipulando que nenhum país da Europa ocidental poderia comercializar com a Inglaterra. Já que não havia condições de invadir a Inglaterra, Napoleão pensou em asfixiar economicamente esse país.

BLOQUEIO CONTINENTAL - A conquista da Europa

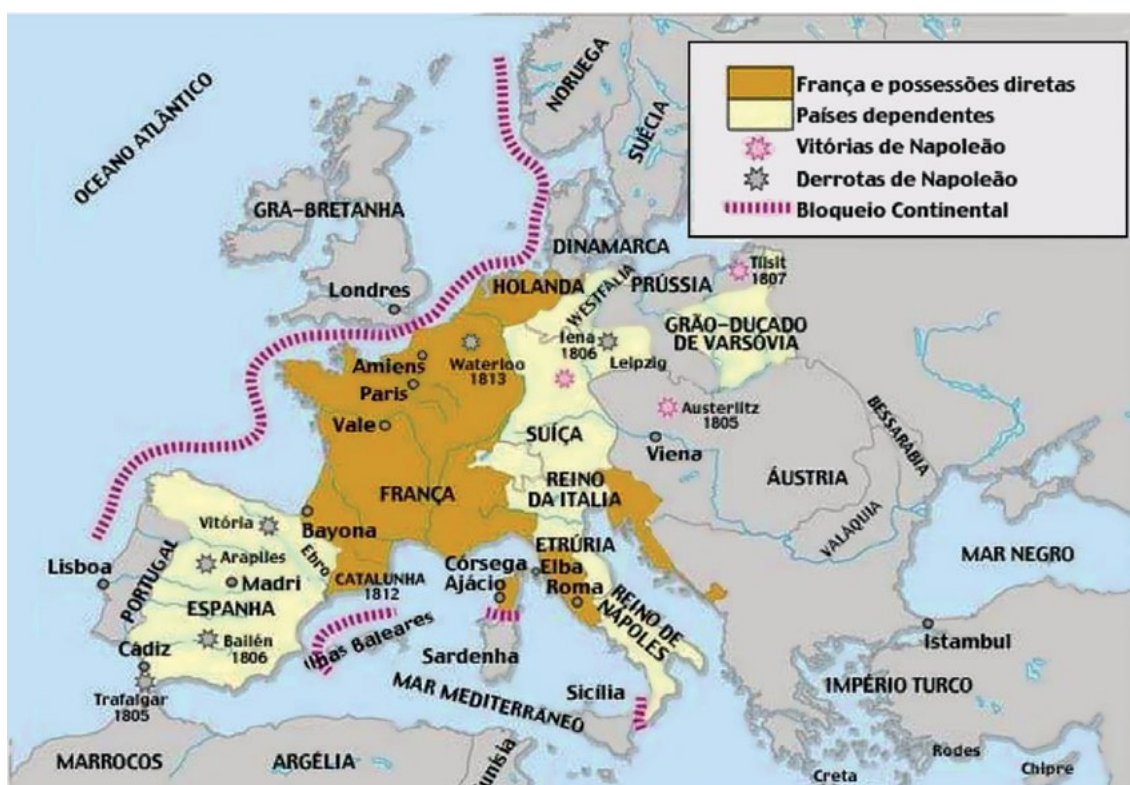


Figura 4.2: o Bloqueio Continental estipulado por Napoleão visava asfixiar economicamente a Inglaterra.

Fonte: <http://www.infoescola.com/historia/bloqueio-continental/>

No período desse conflito, Portugal não havia sido invadido pela França e mantinha fortes laços comerciais com a Inglaterra, sendo um dos poucos Estados europeus que não aderira ao Bloqueio Continental. Logo, por essa atitude, o governo português começou a receber ameaças do governo francês para que deixasse de manter relações comerciais com a Inglaterra; chegando ao ponto de Napoleão ameaçar invadir o país, caso sua reivindicação não fosse assumida pela coroa portuguesa. Por outro lado, o governo inglês, com medo de perder um dos poucos parceiros comerciais que lhe restava, pressionava o príncipe regente de Portugal, D. João, a abandonar o país e fugir para o Brasil, onde poderia estabelecer um novo governo, com a proteção inglesa. Para a Inglaterra, isso poderia proporcionar uma maior presença no mercado consumidor e produtor brasileiro, como também mais acesso ao contrabando com as colônias espanholas.

Frente à pressão que sofria da Inglaterra e da França, D. João procurava ganhar tempo e receber melhores propostas desses governos para tomar sua decisão final. Porém, em novembro de 1807, Napoleão cansou de esperar uma resposta favorável do príncipe regente e mandou suas tropas invadirem Portugal, através da fronteira desse país com a Espanha. Ciente de que não havia condições do exército português resistir à investida francesa, D. João, entre 25 e 27 de novembro de 1807, partiu de Portugal, escoltado pela marinha inglesa, rumo ao Brasil, com a família Real e mais 15 mil pessoas, em sua maioria, nobres, grandes comerciantes e altos funcionários; deixando as tropas e o povo português para lutarem contra os franceses. Desta forma, o Brasil passaria a ser o centro do governo e do império português.



Figura 4.3: embarque da família real para o Brasil.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Autor_não_identificado_-_Embarque_da_Família_Real_Portuguesa.jpg

Depois de quatro meses de uma viagem turbulenta, marcada até por uma epidemia de piolhos que obrigou as mulheres da comitiva real a rasparem os cabelos, e uma breve estadia na Bahia, a família Real chegou, em janeiro de 1808, no Rio de Janeiro. Logo que chegou à capital da colônia, D. João tomou a primeira grande medida de impacto, decretando a “Abertura dos Portos Brasileiro às Nações Amigas”, em 28 de janeiro de 1808. Com essa medida, na prática havia sido eliminado o exclusivismo colonial.



Exclusivismo colonial

O *exclusivismo colonial* ou *pacto colonial* era uma medida econômica estabelecendo as relações comerciais entre as metrópoles e suas colônias. Por essa imposição, estas últimas só podem comercializar com as primeiras; ou seja, vender e comprar produtos de suas metrópoles. Esse procedimento tinha por objetivo favorecer a burguesia metropolitana, garantindo-lhes o monopólio do comércio com a colônia; e aumentar a arrecadação de taxas e impostos, pelo Estado. Houve casos no qual a metrópole permitiu que membros da burguesia de outros Estados participassem do exclusivismo colonial, quando percebiam que esse seria o melhor caminho para aumentar os rendimentos com o comércio colonial e a respectiva arrecadação de impostos e taxas pelo governo. Isso, por exemplo, houve no comércio do açúcar no Brasil, quando a coroa portuguesa permitiu a participação da burguesia holandesa, que entrou com capital, refino do açúcar e sua distribuição por regiões da Europa ocidental. Mas as características do exclusivismo colonial, citadas nesse parágrafo, não devem ser entendidas como algo que prevaleceu durante todo o período colonial, na mesma intensidade. Houve períodos em que essa medida foi posta em prática com maior rigor e outros em que nem tanto; sempre dependendo do produto e das condições financeiras da Coroa portuguesa para impor essa medida. O caso do tráfico de escravos africanos para o Brasil é emblemático para mostrarmos os limites do exclusivismo colonial. No começo do processo da colonização, os comerciantes portugueses monopolizavam o tráfico de escravos africanos para o Brasil. Mas após a invasão holandesa no Brasil (1630-1654), esse tráfico foi monopolizado por comerciantes brasileiros instalados no porto de Salvador e, principalmente, no porto do Rio de Janeiro.

Essa explicação é importante para entendermos a relevância do decreto da “Abertura dos Portos Brasileiros às Nações Amigas”. A partir dessa medida, qualquer nação amiga podia comercializar através dos

portos brasileiros. Tal medida foi impulsionada pela necessidade da Coroa portuguesa de restabelecer a arrecadação de impostos, para fazer frente a suas despesas no Brasil, diante da ocupação de Portugal pelas tropas francesas. Porém, a “Abertura dos Portos Brasileiro às Nações Amigas”, não favoreceu apenas a Coroa portuguesa: a principal nação “amiga” de Portugal, naquele período, era a Inglaterra; e o acesso sem restrições aos portos brasileiros permitiu que a burguesia inglesa vendesse seus produtos no mercado consumidor brasileiro, bem como intensificar o contrabando com as colônias espanholas; além de comprar produtos brasileiros num preço mais atraente do que aqueles vendidos pela burguesia portuguesa na Europa; atenuando os efeitos do Bloqueio Continental.

Por sinal, a “Abertura dos Portos Brasileiro às Nações Amigas” não foi a única determinação de D. João que favoreceu a ação comercial da burguesia inglesa nas terras brasileiras. Como havia uma grande dependência do governo português frente à Inglaterra, tanto para proteger as colônias, quanto para manter uma relação comercial para arrecadar impostos, D. João, respondendo à pressão diplomática inglesa, assinou o Tratado de Navegação e Comércio com Inglaterra, em 1810; no qual ficou estipulado que os produtos trazidos por navios ingleses pagariam uma taxa de 15% do valor da mercadoria na alfândega; os transportados por navios portugueses pagariam uma taxa de 16%; e navios com bandeiras de outros países, 24%. Como havia o repasse dessas taxas para os preços dos produtos, vemos o quanto esse Tratado favorecia a Inglaterra.

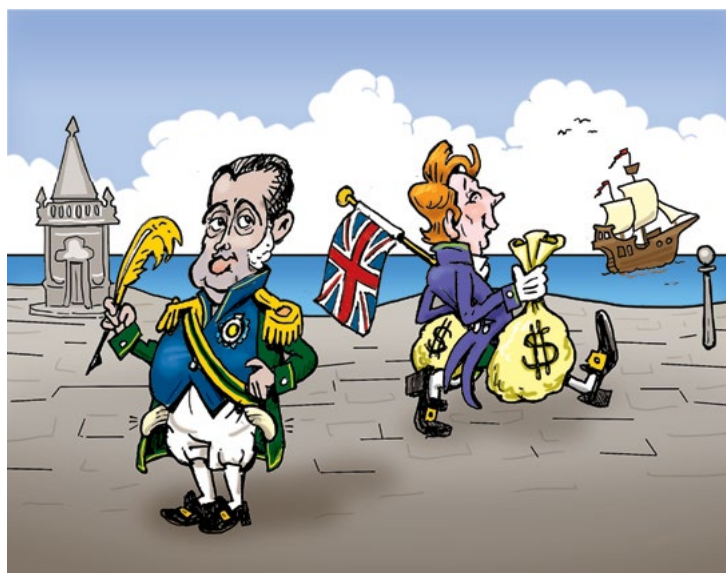


Figura 4.4. Ilustração: Fernando Romeiro / Fundação Cecierj

Essa relação comercial com a Inglaterra, estabelecida pelos dois tratados citados, também favoreceu os grandes proprietários de terras e os grandes comerciantes brasileiros, principalmente aqueles ligados ao comércio exportador. De uma maneira geral, os setores mais abastados da sociedade colonial se beneficiaram, uma vez que passaram a ter acesso a uma maior quantidade e variedade de produtos ingleses, num preço mais barato do que aqueles vendidos pelos comerciantes portugueses.

Mas os comerciantes portugueses, que tinham controle sobre uma parcela substancial do comércio no Brasil, não ficaram satisfeitos com as medidas de D. João. Para esse grupo, a “Abertura dos Portos Brasileiro às Nações Amigas” e o Tratado de Navegação e Comercio de 1810, vinham de encontro aos seus interesses. Passaram, então, a fazer pressão para que D. João modificasse essa situação. Diante disso, D. João fez algumas alterações nesses decretos. Com relação ao primeiro, estipulou que haveria o comércio livre apenas nos portos de Belém, São Luis, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Já com relação ao segundo, as taxas cobradas dos produtos trazidos por navios portugueses foram igualadas àquelas cobradas dos navios ingleses. Na prática, as duas medidas melhoraram as condições para os comerciantes portugueses, mas não afetaram muito os interesses ingleses. Os principais portos da colônia ficaram abertos ao livre comércio e a igualdade das taxas ainda favorecia os ingleses porque, com a Revolução Industrial, produziam mercadorias de melhor qualidade e mais baratas do que aquelas transportadas pelos navios portugueses.

Independentemente dessa disputa comercial, as ações de D. João demonstram o quanto a vinda da Família Real para o Brasil havia impactado e transformado a colônia, como veremos no caso do Rio de Janeiro.

Atividade 1

Atende ao objetivo

1. Estabeleça a relação entre os conflitos no contexto europeu e a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

2. Com relação ao primeiro decreto assinado por D. João, logo que esse chegou ao Brasil:

a) explique a principal modificação que esse decreto gerou na economia colonial brasileira. Justifique sua resposta;

b) cite dois fatores que fizeram D. João assinar esse decreto. Justifique sua resposta;

c) aponte os grupos que se beneficiaram com esse decreto. Justifique sua resposta.

Resposta comentada

Na primeira questão, você deve mostrar como o conflito entre França e Inglaterra, culminando no Bloqueio Continental, foi um ato decisivo para a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil.

Na segunda questão, você deve:

a) explicar que, com a Abertura dos Portos às Nações Amigas, na prática, o exclusivismo colonial tinha oficialmente sido rompido, uma vez que qualquer nação “amiga” poderia comercializar nos portos brasileiros.

b) o principal é abordar o quanto esse decreto estava relacionado à ampliação dos recursos do Estado, que estava sendo implementada no Brasil, com a vinda da Família Real; através da cobrança de taxas e impostos sobre o comércio; como também responder à demanda de diminuição de parte dos efeitos negativos do Bloqueio Continental, pela Inglaterra.

c) demonstrar o quanto a abertura dos portos acabou beneficiando os grandes proprietários de terras, principalmente do setor agrário-exportador e membros da elite colonial brasileira em geral; e os comerciantes ingleses.

Mudanças na cidade do Rio de Janeiro com a vinda da Família Real.

Na cidade do Rio de Janeiro, havia certa estrutura administrativa, devido ao fato de ser capital da colônia. Mas, para exercer o papel de capital do reino português e sede do império, era necessário estruturar outros órgãos que trouxessem maior organização e ação ao Estado. Fora isso, esse ato serviria para empregar os burocratas e alguns membros da nobreza que vieram com a Família Real. Assim sendo, passou a atuar no Brasil:

- Casa da Suplicação, uma espécie de tribunal superior;
- Desembargo do Paço;
- Mesa da Consciência e Ordens, ligado ao arcebispado do Brasil;
- Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, voltada para a segurança pública e outras funções, sobre as quais debatemos mais à frente;
- Banco do Brasil, para a guarda dos recursos financeiros vindos com a Família Real e sua comitiva, como também o atendimento do setor produtivo e do comércio local.

Em termos militares, foi criado o Arsenal de Marinha, a Fábrica de Pólvora e a Brigada Real (espécie de corpo de fuzileiros). Contudo, a implantação desses e de outros órgãos não foi suficiente para posicionar a cidade do Rio de Janeiro como capital de um reino, com o mesmo porte das capitais europeias.



(a)



(b)



(c)

Figura 4.5: representações (a) do Arsenal de Marinha (Juan Gutierrez), (b) da Fábrica de Pólvora (Johann Moritz Rugendas) e (c) de um soldado da Brigada Real.

Fontes: (a) <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/6294>;

(b) https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas_-_Porto_Estrella.jpg;

(c) ilustração de Fernando Romeiro / Fundação Cecierj

Como vimos na Aula 1 e na Aula 2, a cidade do Rio de Janeiro, desde o começo da colonização, passou por um processo de crescimento e desenvolvimento, chegando no final do século XVII e início do século XIX, como capital e principal entreposto comercial da colônia. À época da chegada da Família Real, destacava-se no contexto colonial pela quantidade de órgãos da administração instalados no seu centro urbano; pela diversidade de atividades econômicas existentes na sua área; pela defesa contra invasões estrangeiras; pela interligação econômica com outras áreas da colônia e com regiões do exterior, como a Região do Prata e Angola; pela construção de obras públicas visando a expansão urbana e a resolução de problemas naturais, como a falta de abastecimento de água; e por ser residência de famílias abastadas, cujo o capital era superior ao das mais ricas famílias de Lisboa. Apesar disso, não havia comparação entre o Rio de Janeiro e as principais capitais dos reinos europeus.

Em face dos principais centros urbanos da Europa, o Rio de Janeiro mais parecia uma cidadezinha do interior: não possuía uma vida cultural intensa, iluminação pública em todas as ruas, oferta de transporte em grande quantidade e, nas ruas, vigorava uma pavimentação que nos dias de chuva fazia reinar a lama como uma das marcas do centro urba-

Código de Postura

No Código de Posturas, era estipulado todo um tratamento reservado a ruas, praças, comércio, prédios públicos, fontes, calçadas, pontes e as mais variadas construções que formavam o conjunto do espaço urbano. Devido à marcante presença de escravos pelas ruas da cidade, esse Código de Postura também versava em relação aos escravos, estabelecendo aspectos como suas vestimentas, aglomerações e horário de transitar pelas ruas. Tais aspectos estavam ligados a questões morais e de segurança da época.

no. Fora o costume, ainda presente, de as famílias dos sobrados jogarem os seus excrementos na rua, principalmente à noite. Mesmo com a proibição desse ato, presente no **Código de Postura**, tal prática ainda vigorava, sendo precedida do grito de “água vai”, que era a senha para quem estivesse passando se proteger. Somado a isso, para horror dos viajantes, pelas ruas havia uma grande circulação de escravos realizando tarefas e vendendo todo tipo de mercadorias para os seus senhores:

[...] caminhando pelas ruas e cruzando as praças, sentados em caixotes (nas esquinas à espera de trabalho, recolhendo água dos chafarizes, fazendo a barba ou cortando cabelo de um freguês numa escadaria, vendendo acarajé ou pamonha de milho em tabuleiros cobertos por uma toalha branca ou empinando papagaios nos terrenos baldios. Os negros eram senhores das ruas (SILVA, 2011, p. 49).



Figura 4.6. Ilustração: Fernando Romeiro / Fundação Cecierj

Com a chegada da Família Real, a cidade do Rio de Janeiro foi alçada ao status de capital do governo português e centro do império luso. A partir disso, houve necessidade de implementar uma série de transformações no âmbito administrativo, econômico, urbano, cultural e dos costumes, buscando adequar a cidade ao seu papel de capital do reino português instalado no Brasil.

Dentre essas transformações, podemos destacar algumas efetuadas ao longo do ano de 1808, após a chegada da Família Real. A Imprensa Régia, com o objetivo de divulgar documentos, legislações e determinações do Estado; o primeiro jornal impresso na colônia, a Gazeta do Rio de Janeiro, que apesar de anúncios e notícias locais, na verdade passou a atuar mais como um órgão oficial do governo; o Museu Real, que mesmo sem ter um grande acervo, era uma novidade no raso espaço cultural da colônia. Nos anos seguintes, esse processo continuou. Em 1813, o Real Teatro de São João começou as suas atividades, inclusive com a apresentação de companhias estrangeiras, passando a ser frequentado pela Família Real e por membros da Corte e das famílias mais abastadas da cidade. Em 1814, a Real Biblioteca, cujo acervo chegou à colônia em 1811, abriu suas portas ao público, disponibilizando o maior acervo da América Latina; em 1816, o Real Jardim Botânico, contendo espécies vegetais de diversas regiões do mundo, passou a ser frequentado pelos moradores da colônia, ofertando um primoroso espaço de lazer na cidade, acompanhando a característica das grandes cidades europeias da existência de um grande parque no seu interior. Nesse mesmo ano, chegou à cidade a missão francesa comandada por Joachim Le Breton, membro do Institut de France, composta por 18 membros, dos quais se destacavam: os pintores Jean-Baptista Debret e Nicolas-Antoine Taunay; o arquiteto Grand Jean de Montigny; os escultores Auguste Marie Taunay e Marc Ferrez; e o **gravador** Charles Simon Pradi. A contratação desse grupo residia no objetivo central de retratar a Família Real e enaltecer o Estado português no Brasil, glorificando a presença real na colônia. Mas também havia a intenção de desenvolver o ensino e a prática das belas-artes no Brasil, cujo projeto tomou forma mais concreta com a criação da Academia de Belas-Artes, em 1820. Tal empreendimento resultou no predomínio do estilo neoclássico francês, na arte e nas fachadas das edificações da cidade, destronando a predomínio do barroco nesses aspectos. Além disso, os quadros, painéis e traços arquitetônicos construídos por membros da missão francesa, nos servem como um enriquecedor registro histórico do cotidiano, do trabalho e da vida, no começo do século XIX.

Gravador

Artista que faz cópias de uma obra que ele criou, utilizando técnicas como xilogravura, litografia, metal e serigrafia. O artista faz uma matriz, a partir da qual serão reproduzidas cópias, através do trabalho de um impressor. Cada cópia passará pela supervisão final e pelo aprimoramento do artista, fazendo com que cada peça, por mais que seja uma cópia, também tenha as suas próprias características.



As diferenças entre o estilo neoclássico francês e o barroco, assim como mais detalhes sobre esse processo de modificação da cidade de um estilo para o outro, você verá na próxima aula.

Sobre as transformações citadas nos dois parágrafos acima, não vamos fazer maiores observações, porque isso será objeto de estudo da nossa próxima aula. Agora vamos fazer uma abordagem sobre as transformações na cidade do Rio de Janeiro, com a vinda da Família Real, no aspecto populacional, econômico, urbano e dos costumes.

Transformações nos aspectos populacional, econômico, urbano e dos costumes

Sem sombra de dúvida, o aumento populacional gerado pela vinda de 15 mil pessoas que faziam parte da comitiva real foi o primeiro grande impacto da vinda da Família Real sobre a cidade do Rio de Janeiro. Tal deslocamento fez com que a população da cidade, estimada entre 43 a 50 mil pessoas, passasse, de uma hora para outra, de 58 mil a 65 mil pessoas, fomentando os mais diferentes impactos. Um dos primeiros que podemos citar foi a obtenção de habitações para acomodar os membros da comitiva Real. Havia a necessidade de se obter residências para essas pessoas morarem, como também sediar órgãos públicos que seriam criados. Para alguns moradores da cidade, essa alocação dos membros da comitiva, em especial, da Família Real, serviu aos seus interesses pessoais, cedendo suas propriedades de bom grado. Esse foi o caso de Elias Antônio Lopes, traficante de escravos, que doou a sua residência na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, para D. João morar. Porém, essa não se constituiu na única forma de se obter residências para os membros da comitiva. Havia a requisição forçada de casas, para abrigar os membros da corte e instalar órgãos governamentais. Diante disso, os moradores da cidade passaram a conviver com o receio de encontrar fixada à porta de sua casa a sigla “P.R.” (imóvel requisitado por ordem do Príncipe Real), que o povo passou a denominar de “ponha-se na rua”. Aproximadamente dez mil casas foram requisitadas nesse processo.

A vinda da corte também teve forte influência no comércio na cidade e nos costumes até então estabelecidos, principalmente entre os membros da elite colonial. Como uma parcela substancial das 15 mil pessoas que vieram com a Família Real era formada por nobres, grandes comerciantes e altos funcionários, o mercado consumidor da cidade se ampliou de maneira vertiginosa, tanto em relação a produtos de consumo mais baratos, como em relação a produtos de valor mais elevado. Acostumados com o padrão de vida europeu, tais pessoas procuravam reproduzir na colônia os seus hábitos e costumes, fomentando o crescimento das atividades já existentes e de outras que surgiram, diante das novas demandas. O papel do Rio de Janeiro como entreposto comercial da colônia se ampliou, havendo cada vez mais trigo, charque e couro vindos do Rio Grande do Sul; óleo de baleia, de Florianópolis; gado e muares, do Paraná; açúcar e mulas, de São Paulo; algodão, açúcar e gado, do nordeste; e fumo e produtos agrícolas, de Minas Gerais. Das regiões circundantes à cidade, houve o incremento das atividades já existentes, principalmente de gêneros alimentícios, constatado pelo aumento do número de navios que passou a circular na Baía de Guanabara, trazendo produtos dessas áreas.

E não havia apenas o incremento da venda de mercadorias produzidas no mercado. Da conjunção das condições econômicas de boa parte da comitiva Real com o processo da Abertura dos Portos, o consumo de produtos europeus passou por um processo de forte expansão. Mesmo com a vigência da guerra na Europa, em 1808, ancoraram no Porto do Rio de Janeiro 90 navios estrangeiros, e em 1810, esse número pulou para 422, na maioria, navios ingleses. Artigos de vestuário, perfumes, joias, vinhos, licores e alimentos como queijos e outras guloseimas vinham da Europa para serem consumidos por um grupo seleto de cidadãos. Somados a isso, vinham também móveis, objetos de cobre, ferro e vidro. Com o fim da guerra na Europa, graças à derrota definitiva de Napoleão, em 1815, na batalha de Waterloo, tal comércio se intensificou, com produtos europeus sendo trazidos por países das mais diferentes bandeiras:

[...] Do Reino Unido vinham fazendas, metais, gêneros alimentícios e mesmo vinhos espanhóis; da França, artigos de luxo, quinquilharias, móveis, livros e gravuras, sedas, manteigas, licores, velas, rogas; da Holanda, cerveja, vidros, linhos e genebra; da Áustria, que comercialmente representava o norte da Itália e o sul da Alemanha, relógios, pianos, fazendas de linho e seda, veludos, ferragens, produtos químicos; do restante da Alemanha,

vidros da Boêmia, brinquedos de Nuremberg, utensílios de ferro e latão; da Rússia e da Suécia, mais utensílios de ferro, cobre couro, alcatrão; da costa da África, ouro em pó, marfim, pimenta, ébano, cera, azeite de dendê, goma arábica e – a nota triste dessa relação – escravos negros (SCHWARCZ, 2011, p. 234).

Tal comércio com o setor externo e a expansão do mercado consumidor no Rio de Janeiro acabaram atraindo a fixação de estrangeiros na cidade. Os ingleses tiveram a primazia nesse processo, devido aos acordos comerciais assinados entre D. João e a Coroa Inglesa. Mas, principalmente após 1815, franceses, espanhóis, alemães, suíços, suecos e holandeses, entre outros, se faziam presentes no espaço urbano da cidade, entrelaçando sua vida com a atividade comercial que levavam nesse lado do Atlântico. O caso francês serve para ilustrar esse processo:

[...] Em 1816, já havia no Rio seis padarias francesas; o trigo vinha do Rio Grande do Sul. Em 1814, após a queda de Napoleão (*o autor se refere à primeira queda, depois Napoleão volta ao poder até ser derrotado na batalha de Waterloo em 1815*), multiplica-se a presença francesa na capital. A colônia era estimada em 1.400 pessoas e havia 100 lojas francesas. [...] Em 1814, na Rua do Ouvidor, são oito cabeleireiros e 13 barbeiros franceses. Aliás, o idioma obrigatório naquela rua era o francês. [grifos nossos] (LESSA, 2000, p. 92).

O aumento da atividade comercial e da população do Rio de Janeiro pode ser medido pelo crescimento do número de escravos na cidade. A quantidade de escravos mais do que dobrou a partir da vinda da Família Real, passando da média anual de 21 navios negreiros no porto do Rio de Janeiro, entre 1796 e 1808, para 51 navios negreiros entre 1808 e 1825. Esses escravos realizavam o mais variado tipo de atividades no setor urbano:

[...] Com a densidade urbana, crescem os itens transacionados pelo comércio intraurbano [...]. O aumento da riqueza dos estabelecimentos mercantil e burocrático ampliou a escravaria doméstica prestadora de serviços caseiros. Ao mesmo tempo, no interior da cidade, multiplicam-se os escravos ligados à prestação de serviços logísticos – transporte de cargas, trabalhos portuários, limpeza, abastecimentos de água etc. (LESSA, 2000, p. 78)



Figura 4.7: como vemos, a intensificação da forma de trabalho mais degradante já criada pela humanidade acabou sendo uma mostra do quanto a cidade do Rio de Janeiro cresceu em termos populacionais e comerciais. Autor: Jean Baptiste Debret.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean_Baptiste_Debret_-_Loja_de_barbeiros,_1821.jpg

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. A partir do número de pessoas que veio na comitiva real, explique o impacto dessa migração sobre a questão da habitação e do comércio na cidade do Rio de Janeiro.

2. Preencha a tabela abaixo com exemplos de produtos produzidos tanto na colônia quanto no continente europeu, levando em consideração as modificações no comércio da cidade do Rio de Janeiro.

Local	Produto

3. Releia as resposta que você deu para a tabela da pergunta anterior e explique que diferença podemos fazer entre a economia brasileira e a economia européia.

4. Explique o que podemos entender com relação à escravidão, a partir do que está escrito no parágrafo e na citação localizados logo antes da Figura 3.6.

Resposta comentada

Para resolver a primeira questão, sua resposta deverá ser em duas partes. No caso da habitação, deverá: apontar que, diante da vinda de 15 mil pessoas, houve o problema de se obter acomodações para todos; explicar como isso foi conseguido; e qual foi o impacto desse processo sobre a população local. No caso do comércio, o importante é explicar como o tipo de pessoas que fazia parte da comitiva real acabou gerando o crescimento do mercado consumidor na cidade do Rio de Janeiro em termos quantitativos e qualitativos.

Na segunda questão, você deve preencher a tabela colocando na primeira coluna o local de onde vem o produto e, na segunda coluna, o tipo de produto. Por exemplo: na primeira coluna, você pode escrever Rio Grande do Sul e, na segunda coluna trigo, charque e couro. Faça isso para todos os produtos, oriundos tanto do mercado interno, quanto do mercado externo.

Para responder à terceira pergunta, você deve comparar os tipos de atividades econômicas existentes no Brasil com aquelas presentes nos centros europeus; buscando demonstrar o quanto as diferenças entre essas atividades geraram uma dependência nossa com relação à Europa.

Na resposta à quarta pergunta, você deverá desenvolver uma análise demonstrando o quanto todo esse processo de crescimento incrementou o uso da mão de obra escrava, responsável pela maioria das atividades de trabalho na colônia, tanto no setor rural quanto no urbano.

Modificações no setor urbano e na área de costumes e hábitos, com a vinda da Família Real

O Rio de Janeiro sofreu uma série de mudanças, no aspecto urbano, após a vinda da Família Real, realçando a marca de uma cidade dividida entre uma pequena população mais abastada e uma maioria formada por escravos e brancos pobres. Nesse processo, destaca-se a ação do Estado, através da ação da Intendência Geral da Polícia da Corte, criada em 10 de maio de 1808.

A denominação desse órgão já indica que uma de suas funções era estabelecer a ordem na cidade do Rio de Janeiro. Como sede do governo central, era necessário que a cidade estivesse sob controle, uma vez que, para os olhos da elite e dos setores dirigentes, o número de escravos, negros libertos e brancos pobres que circulavam pelas ruas da capital do reino na América oferecia a visão de um perigo eminente. Sob essa lógica, a Intendência Geral agia reprimindo a prática da capoeira, a expressão de qualquer culto de origem africana e qualquer ação vista como um perigo à tranquilidade da cidade, mesmo aquelas vindas dos brancos pobres. Em suma, cabia à Intendência Geral da Polícia da Corte, usar seu aparelho repressor para manter as ruas das cidades dentro da ordem estabelecida pelo governo.



Figura 4.8: a capoeira era uma das práticas repreendidas pela Intendência Geral. Autor: Johann Moritz Rugendas.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendasroda.jpg>

Porém, as funções da Intendência Geral da Polícia da Corte iam muito além daquilo que sua denominação podia sugerir, tendo uma presença marcante no ordenamento urbano da cidade. Sob a gestão de Paulo Fernandes Lima, que durante 13 anos atuou como primeiro intendente desse órgão, a Intendência Geral realizou diversas ações na cidade, tentando torná-la mais próxima de uma cidade que poderia ser vista como a capital de um reino. Assim, criou 19 largos e 49 novas ruas, ampliando as áreas da cidade; aterrou e drenou locais insalubres, para melhorar as condições de vida da cidade e para expandir áreas para construção de novas residências; tentou melhorar o abastecimento de água da cidade, com a transferência de águas dos rios Comprido e Maracanã, para o Campo de Santana; expandiu a iluminação pública, procurando combater a escuridão que predominava nas ruas após o entardecer; realizou o calçamento de ruas, diminuindo os lamaçais e favorecendo o transporte em carruagens; e investiu na contratação de mais guardas, principalmente para a vigilância noturna. Sob sua gestão, vias importantes foram construídas, como a Estrada da Polícia, indo da cidade do Rio de Janeiro ao município de Vassouras; além de uma estrada ligando o centro da cidade à São Cristóvão, cujo traçado foi aproveitado para a construção da atual Avenida Presidente Vargas. Foi uma gestão marcada por ações dos mais variados tipos no espaço urbano:

[...] eliminou as rótulas das casas, forçou a demolição de construções excessivamente desalinhadas, construiu o Teatro São João, uma rede de caminhos carroçáveis entre o centro e a periferia (Floresta da Tijuca-Cascatinha, Furnas, Nova Iguaçu, Maricá, São Gonçalo etc.), implementou as primeiras calçadas, captou água do rio Maracanã, construiu o cais do Valongo, completou o aterro do Campo de Santana (LESSA, 2000, p.80).



Figura 4.9: quadro de Jean-Baptiste Debret mostrando os escravos trabalhando no calçamento de ruas.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_-_Calçadores,_1824.jpg

Nesse período, houve o surgimento de novos bairros e expansão de alguns já existentes. Como exemplo de uma expansão, destaca-se o bairro de São Cristóvão, que era o local de moradia de D. João e para onde migraram as famílias mais abastadas, motivadas pelo prestígio de morar no mesmo bairro em que residia o Príncipe Regente e parte da Corte:

Favorecido pelo privilégio de abrigar a residência da família real, o velho arraial de São Cristóvão passou também a ser procurado pelos que tinham poder de mobilidade. Isso, entretanto, só foi possível depois que a Câmara Municipal mandou aterrar a parte do Saco de São Diogo vizinha ao Caminho do Aterrado, ou das

Lanternas (no atual lado par da Av. Presidente Vargas), que ligava o centro à quinta da Boa Vista. Resolvido o problema da acessibilidade, o bairro rapidamente viu multiplicadas as moradias ricas, fenômeno que se estendeu, embora em grau mais modesto, até a ponta do Caju [...] (ABREU, 2011, p.37).

Porém São Cristóvão não foi a única freguesia para onde se dirigiram os membros da elite. Catete, Botafogo, Lapa, Glória, Santa Tereza e outros locais mais distantes do Centro também foram escolhidos como locais de residência dessas famílias. Nesses espaços, graças à influência estrangeira, foram construídas casas no estilo de chácaras, contendo um bom número de cômodos bem arejados e com amplos terrenos ao redor das residências, demarcando a posição social dos seus habitantes. Isso, contudo, não pode ser interpretado como o abandono do Centro do Rio como local de moradia:

Abrigando agora o Paço Real, na atual Praça XV, e as repartições mais importantes do Reino, as freguesias da Candelária e São José transformaram-se gradativamente em local de residência preferencial das classes dirigentes, que ocupavam os sobrados das ruas estreitas da Freguesia da Candelária, ou dirigiam-se às ruas recém-abertas do Pantanal de Pedro Dias (Rua dos Inválidos, do Lavradio e do Resende, no atual bairro da Lapa) (ABREU, 2011, p.37).

Mesmo assim, cada vez mais, o centro da cidade foi se destacando como área comercial, ponto de atividades culturais e local de moradia dos mais pobres. Estes, ao contrário dos mais abastados, moravam nos cortiços que se expandiam pelo centro da cidade, vivendo nas precárias condições de habitação que marcavam esse tipo de residência.

A introdução do serviço de carruagem, a partir de 1816, serviu para ilustrar as transformações urbanas geradas com a vinda da Família Real. Antes disso, o deslocamento era predominantemente a pé ou com meios de transporte nos quais as pessoas eram carregadas por escravos. Com o serviço de carruagens, esse hábito passou por algumas mudanças, chegando ao ponto de a posse ou o aluguel de uma carruagem representar uma distinção social. Estabelecendo uma analogia, seria o mesmo status que em nos nossos dias imputamos aos proprietários dos carros zero quilômetro.

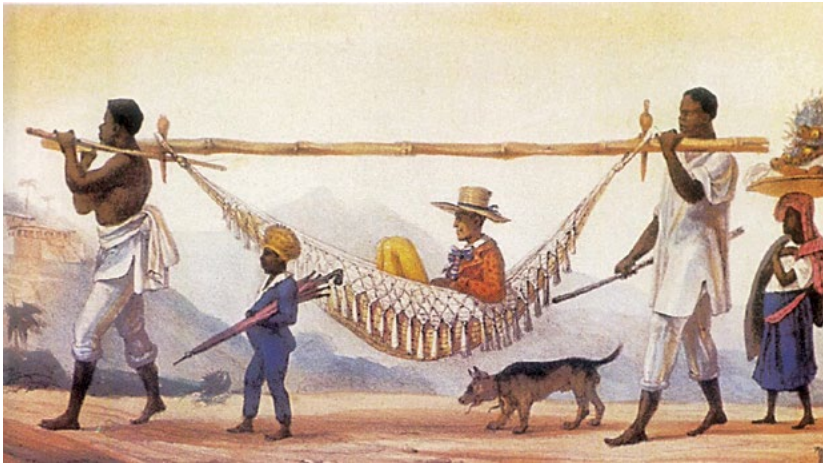


Figura 4.10: quadro de Jean-Baptiste Debret mostrando escravos carregando uma pessoa pelas ruas.

Fonte: <https://alfredojunior.files.wordpress.com/2013/05/debret2.jpg>.



Figura 4.11: o aluguel do serviço de carruagem se tornou uma representação de status social elevado. Autor: Henry Chamberlain.

Fonte: <http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/467>.

A presença da corte e o crescimento da oferta de produtos estrangeiros, tiveram forte influência na mudança de hábitos dos moradores da cidade, principalmente nas famílias mais abastadas. Apesar do poder aquisitivo de algumas dessas famílias, a forma de vida que levavam estava longe do padrão de consumo das famílias abastadas residentes na Eu-

ropa. As casas, por exemplo, apesar de possuírem cômodos espaçosos, não eram dotadas de uma diversidade de móveis e muito menos de objetos de grande valor. Após 1808, esse quadro mudou vertiginosamente, com essas famílias aderindo cada vez mais a um padrão de consumo e ostentação ditado pelo padrão das famílias abastadas da Europa:

[...] Assim, como a abertura do comércio, chegavam livremente uma grande quantidade de mercadorias finas e objetos de uso duvidoso. E a elite se acostumaria rápido com a exibição de alguns truques de brilho imediato: relógios de parede, candelabros de cristal, lustres de 12 luzes, camas de sofá com cortina, leitos de acaju com cortinas de franjas, mesas de chá e de costura de jacarandá, quadros, papel pintado, porcelanas, cristais, vidros, panos de linho, plumas, jóias, espartilhos, biombos, figuras de porcelana mate (SCHWARCZ, 2011, p. 231).

Nessa mudança de hábito, a influência francesa passou a ser uma forma de conduta, principalmente em termos de vestimenta, por mais que existisse a presença inglesa. Vestir-se à francesa passou a ser uma prática entre os homens e as mulheres de posses, chegando ao ponto de ser comum a utilização de roupas feitas por tecidos que não estavam apropriados ao calor do Rio de Janeiro, e sim ao clima de Paris ou de Londres.

E não foi apenas na vestimenta, na decoração das casas, no uso de jóias e no consumo de produtos europeus que os membros da elite local mudaram seus hábitos. Seguindo o exemplo dos membros da corte e dos estrangeiros que vieram morar no Rio de Janeiro, passaram a frequentar com maior constância lugares públicos voltados para atividade de recreação, e teatros, para assistir a peças e a apresentações de companhias nacionais e estrangeiras. Até mesmo o hábito de restringir as moças dessas famílias abastadas aos muros de suas casas foi paulatinamente abalado, com a popularização do costume da ida da família, ou das senhoras com suas filhas às lojas comerciais e aos cafés do centro da cidade:

[...] O fim da guerra na Europa e a chegada ao Rio de um bom número de profissionais da moda francesa aceleraram o processo [*mudança do hábito das moças não saírem de casa, a não ser para ir à igreja*]. Até então, os vendedores de tecidos, botões, linhas e fitas batiam à porta das freguesas, que escolhiam o que queriam, sem sair de suas salas de visitas. E as costureiras iam às provas dos vestidos na moradia dos clientes. Depois que se abriram no centro da cidade as lojas francesas de tecidos, com suas mantas

e grandes estoques, e as modistas, os chapeleiros e os cabeleireiros estrangeiros ganharam fama, tornou-se de bom-tom ir às compras nas ruas Direita e do Ouvidor, e elegante freqüentar as confeitarias e as casas de chá [grifos nossos] (SILVA, 2011 p.1).

No bojo desse processo de transformação, as ruas da Direita e do Ouvidor se tornaram o epicentro dessa mudança de consumo e hábito ditado pelos padrões europeus. A rua do Ouvidor tornou-se o centro do alto consumo, com suas lojas de tecidos, vestidos, roupas masculinas, chapéus, jóias, sapatarias, perfumarias e livrarias somando-se à presença de cafés, cabeleireiros e confeitarias. Andar por ali, fazendo compras, ou deleitar-se com as bebidas e guloseimas ofertadas passou a ser o passeio obrigatório de muitas famílias de posses e de políticos. Não é à toa que nessa rua havia um grande número de redações de jornais, ávidos pela venda de suas folhas de informação para o seletivo grupo de frequentadores dessa rua.

Lógico, como toda mudança, não podemos dizer que havia uma mudança de hábito seguida por todas as famílias, principalmente na questão das moças das famílias mais abastadas freqüentando a rua da Direita ou a rua do Ouvidor. Mas sem sombra de dúvida, o contato com a corte e os estrangeiros abalou os hábitos e costumes presentes na cidade.

Atividade final

Atende ao objetivo 3

1. Sobre a ação da Intendência Geral da Polícia da Corte, aponte as medidas tomadas por esse órgão com relação aos seguintes aspectos:

a) segurança pública.

b) ruas e estradas.

c) saneamento, problema de abastecimento de água e iluminação pública.

2. Especifique os locais e os tipos de casas onde os membros da elite e os mais pobres passaram a se estabelecer, com a vinda da Família Real.

3. Faça um texto, com no mínimo 20 linhas, no qual você seria um estrangeiro que viveu na cidade do Rio de Janeiro, entre 1807 e 1825, abordando as modificações ocorridas nos hábitos e costumes das famílias da elite colonial.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta comentada

1. No aspecto que consta em cada letra, o aluno deverá escrever as ações da Intendência Geral da Polícia da Corte sob a gestão de Paulo Fernandes Lima, destacando:

a) segurança pública: especificar os grupos e as práticas sociais e culturais que eram mais reprimidas.

b) ruas e estradas: apontar as ruas e estradas que foram criadas ou melhoradas, indicando o objetivo e importância dessas obras.

c) saneamento, problema de abastecimento de água e iluminação pública: descrever as obras que buscavam diminuir esses problemas na cidade.

2. A resolução dessa questão pede que o aluno aponte os bairros no qual boa parte da elite passou a residir e o local onde a maioria dos mais pobres passou a morar. Além disso, devem ser descritas como eram as residências dos mais ricos e dos pobres, nesses lugares.

3. O aluno deve desenvolver um texto mostrando a mudança de hábitos e de costumes dos membros das famílias da elite, abordando a questão do padrão de consumo, ostentação de riqueza, meios de transporte, aspectos culturais e padrões de comportamento.

Resumo

A partir dos conflitos existentes na Europa, envolvendo a Inglaterra e a França, a Família Real portuguesa veio se estabelecer no Brasil, quando o exército francês invadiu Portugal para obrigar a Coroa portuguesa a aderir ao Bloqueio Continental.

Com a chegada da Família Real, e as 15 mil pessoas que faziam parte da comitiva real, houve um processo de transformações na colônia. Na área econômica, uma das principais transformações foi o decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, que, na prática, acabou com o exclusivismo colonial, expandindo o comércio colonial com Inglaterra, em 1808, e depois com outros Estados da Europa.

A cidade do Rio de Janeiro também passou por uma série de transformações com a vinda da Família Real. De capital da colônia, a cidade

passou a ser a capital do reino português na América portuguesa, sendo alçada a centro do império luso. Tal fato, associado à Abertura dos Portos e à vinda de 15 mil pessoas que compunham a comitiva real, impulsionou um conjunto de modificações na cidade em termos culturais, urbanos, econômicos e na área de costumes e hábitos. A própria elite colonial não ficou imune a esse processo de transformação, passando a incorporar no seu estilo de vida hábitos de famílias abastadas de Europa.

Por outro lado, toda essa transformação sofrida pela cidade do Rio de Janeiro beneficiou mais os setores mais abastados da sociedade, enquanto a população mais pobre e explorada, inclusive os brancos pobres, não usufruíram de muitas dessas mudanças.

Referências

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

CALCEIRA, Jorge. O Processo Econômico. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise colonial e independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. p. 161-204.

ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FARIA, Sheila Castro. *A colônia brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2000.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise colonial e independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.p. 205- 248.

SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise colonial e independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. p. 35-75.

Aula 5

A vinda da Família Real Portuguesa
para o Rio de Janeiro – Parte II:
as transformações na cidade

Meta

Aprofundar as características de algumas construções e das modificações culturais que buscavam adequar a cidade do Rio de Janeiro como capital do império português, centrado em criar uma capital europeia nos trópicos.

Objetivos

Ao final dessa aula, você deverá ser capaz de:

1. compreender a importância dos estrangeiros na transformação cultural da cidade do Rio de Janeiro na capital do império;
2. identificar que as transformações no âmbito cultural também estavam inseridos num projeto civilizador posto em prática pela Família Real, calcado num modelo europeu e num projeto de afirmação política de D. João e dos membros da sua família, como fatores para o desenvolvimento do Brasil;
3. verificar que as ações culturais não podem ser vistas apenas como expressões neutras sobre a realidade, pelo contrário, em muitos casos estão inseridas em relações de poder.

Introdução

O aprofundamento da cidade do Rio de Janeiro como uma capital europeia nos trópicos

Na aula anterior, vimos os fatores que trouxeram a Família Real para o Brasil e as modificações que esse processo gerou na cidade do Rio de Janeiro. Como sede da moradia da Família Real e do governo português, o Rio de Janeiro passou por uma série de transformações a fim de adequar a cidade à sua nova função. Nesse sentido, uma série de ações em termos culturais, instituições e de obras foram implementados na cidade.

Agora vamos dar continuidade ao estudo sobre esse processo de transformação do Rio de Janeiro como capital do império português, ampliando a compreensão a respeito das mudanças na cidade, dentro do projeto de transformar a nova capital numa capital europeia.

A “Missão Francesa” e sua influência

Após a deposição de Napoleão como imperador da França (1815), um grupo de artistas franceses que deram apoio, com seus quadros e obras, à legitimação e glorificação desse governo, se viram desempregados e com dificuldades de manter suas atividades na França.

Diante disso, Joaquim Lebreton, que ocupava o cargo de secretário perpétuo da Classe de Belas Artes do Instituto da França e de administrador do Museu do Louvre, encaminhou ao representante do governo português na França, Pedro Joaquim Visto Menezes Coutinho, a proposta para criar no Brasil uma academia de belas artes, com pintores, escultores, arquitetos e outros profissionais franceses. Esse representante, por sua vez, enviou tal proposta para o Conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo, que de pronto viu com bons olhos tal empreendimento, que se adequava aos seus planos de trazer cientistas, intelectuais e artistas estrangeiros para pôr em prática uma base civilizatória no Brasil calcado na cultura europeia. Se a Família Real e a corte portuguesa se encontravam no Rio de Janeiro e a cidade tinha se transformado na capital do império português, era necessário dar um ar europeu a essa cidade, que era o centro político do poder português nos trópicos. Era imperativo transformar aquela cidade colonial em uma cidade com marcas de um centro urbano europeu, que agora abrigava a Família Real portuguesa. A cultura seria a arma ideal para isso.

As pinturas, esculturas e outras obras seriam feitas tendo por base o neoclassicismo predominante na Europa, e não no barroco que se desenvolvia no Brasil. O Conde da Barca conseguiu o apoio político e financeiro de D. João para o projeto apontado por Joaquim Lebreton, conseguindo que o Príncipe regente assinasse um decreto oficializando a academia como um órgão oficial e estabelecendo um pecúlio para os membros franceses atuarem nesse órgão. Assim, em março de 1816, Joaquim Lebreton desembarcou no Porto do Rio de Janeiro, acompanhado de um seleto grupo de franceses, para atuar na Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, oficializada pelo Decreto de 12 de agosto de 1816.



Acompanhando Joaquim Lebreton, vieram os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay; o arquiteto Grandjean de Montigny; os escultores Auguste Marie Taunay e Marc Ferrez; e o gravador Charles Simon Pradi. O grupo também era formado, entre outros, pelo professor de mecânica François Ovide; os arquitetos Charles Henrique, Symphorien Louis Meuné; o mestre-serralheiro Nicolas Magliori Enout, o mestre-ferreiro Jean-Baptiste Level; os carpinteiros e armadores de carros Luis Josep Roy e Hippolyte Roy e os surradores de peles e curtidores Pilité e Fabre.



Figura 5.1: (a) Jean-Baptiste Debret; auto-retrato publicado em *Voyage pittoresque et historique au Brésil* (1834); (b) Grandjean de Montigny; pintado por volta de 1843 pelo alemão Augusto Müller.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Debret.jpg>;
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Muller-grandjean-mnba.jpg>

A denominação da Escola e os ofícios dos seus membros demonstram que o objetivo dessa instituição não seria apenas o de ser um espaço para o aprendizado das denominadas *belas artes*. No começo do século XIX, predominava a ideia de que havia uma relação entre as belas artes, a ciência e alguns ofícios práticos para as atividades econômicas.

Entretanto, esses ofícios já existiam e eram ensinados a novos profissionais no Brasil, como indicam as atividades econômicas abordadas nos outros módulos do curso. O que acontece é que não havia escolas para sistematizar essa formação, e muitos dos que exerciam esses ofícios eram vistos de forma preconceituosa. Numa sociedade marcada pelo uso intensivo da mão de obra escrava, predominava o preconceito contra o trabalho de cunho braçal, interpretado como coisas de escravos.

A vinda da missão francesa teria como um dos objetivos implementar esse ensino de forma mais eficiente e, na medida do possível, combater o preconceito existente sobre os praticantes dessas profissões. O aumento desses tipos de profissionais se fazia necessário em decorrência do aumento das atividades econômicas geradas pelo fim do pacto colonial. O volume de comércio que houve a partir da *Abertura dos Portos às Nações Amigas* demandava um maior número de trabalhadores especializados em determinados ofícios, de ferreiros a carpinteiros.

Mesmo com essa importante função, e mais outras que serão abordadas à frente, a implantação dessa Escola sofreu diversos percalços.

Muitos portugueses que atuavam na administração do governo criaram obstáculos a sua fixação. Na comunidade de+ artistas, músicos e funcionários portugueses presentes na Corte havia grande resistência a brasileiros e a estrangeiros, nos ofícios em que os lusos atuavam.

Esse aspecto ficou mais tangível quando Henrique José da Silva, pintor português, assumiu a direção da Escola, após a morte de Joaquim Lebreton, em 1819. Tal situação criou o paradoxo de ter na direção da Escola uma pessoa que abertamente era contrária a presença dos franceses e criava obstáculos até para receber renomados pintores franceses. A situação chegou ao ponto de Debret e Grandjean de Montigny, em 1821, alugarem uma casa no Centro do Rio para dar aulas particulares e, nesse mesmo ano, Nicolas Antoine Taunay voltou para França, desgostoso com o tratamento reservado aos artistas franceses.

Somente depois de 10 anos essa situação foi resolvida. Em 5 de novembro de 1826, com a presença do imperador D. Pedro I, a Escola foi inaugurada, tendo um novo nome: *Academia Imperial de Belas Artes*. Sua localização ficou próxima à atual Praça Tiradentes; e seu projeto arquitetônico, baseado no estilo neoclássico, ficou a cargo Grandjean de Montigny. O prédio só foi demolido em 1938, restando apenas o seu grandioso portal, que foi transferido e se encontra até hoje no Jardim Botânico.

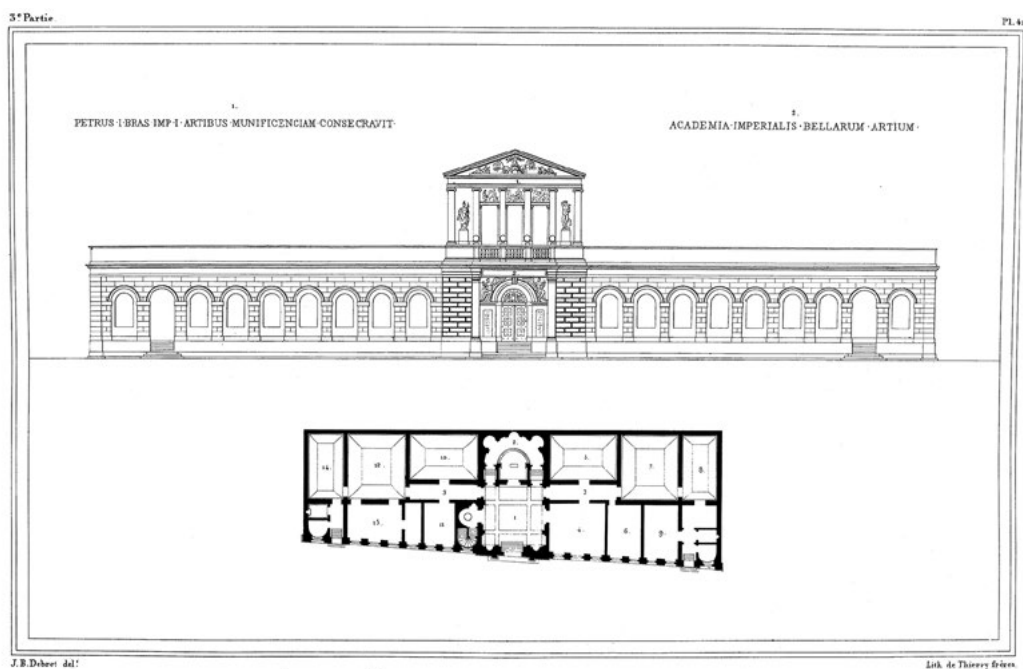


Figura 5.2: planta e fachada da Academia Imperial de Belas Artes, publicada por Debret.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Planta_e_Fachada_da_Academia_Imperial_de_Belas_Artes-Debret-1826.jpg.



Figura 5.3: portal da Academia Imperial de Belas Artes, no Jardim Botânico.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jbrj_portal_antiga_academia_belas_artes.jpg.

Com a sua inauguração, a Academia começou a funcionar de acordo com o que tinha sido planejado. Em dezembro de 1829, sob a organização de Jean-Baptiste Debret, houve a primeira exposição de arte no Brasil, a Exposição da Classe de Pintura de História da Academia, que gerou outras exposições e prêmios para os expositores, até mesmo na Europa.

Sob o comando do francês Émile Tauney após a morte de Henrique José da Silva, em 1834, a Academia passou por diversas transformações qualitativas, com estímulo aos alunos através de premiação, financiamento de viagens para que se especializassem na Europa, mais exposições e abertura para a participação de artistas não vinculados à Academia. Em 1854, Araújo Porto-Alegre passou a ser o primeiro brasileiro diretor geral da Academia. Apoiado por D. Pedro II, inseriu nesta diversas modernizações: aprofundou seu aspecto educacional; priorizou a arte brasileira (ainda que inspirada no neoclassicismo europeu); valorizou a produção de pinturas, embora valorizasse mais os temas ligados

às paisagens; criou a cadeira de desenho industrial. Esse último aspecto demonstra a manutenção da relação entre arte, ofício e ciência que estava no objetivo central da criação da Academia, além de responder a uma demanda do setor industrial que começava a crescer no Brasil.

Apesar dos percalços citados para iniciar as atividades da Academia, membros da missão francesa atuaram fortemente em dois aspectos, mesmo antes da inauguração da Academia Imperial de Belas Artes.

Iconografia

Conjunto de imagens e desenhos que constam nas mais diferentes obras, como pintura em quadros e painéis, escultura, gravuras, pinturas em paredes, monumentos, charges etc. São muito utilizadas como fontes históricas porque registram aspectos de uma determinada época e facilitam a compreensão, após uma análise crítica da obra estudada, de aspectos da sociedade abordada. No caso do período histórico que estamos estudando, uma das principais fontes iconográficas, em termos dos membros da missão francesa, foram os quadros dos pintores franceses.



Figura 5.4: quadro de Nicolas-Antoine Taunay sobre a vista do Rio de Janeiro.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay.jpg.



Figura 5.5: quadro de Nicolas-Antoine Taunay - Morro da Glória.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nicolas-Antoine_Taunay_-_Vista_tirada_do_Morro_da_Glória,_c._1820.jpg.



Figura 5.6: quadro de Jean-Baptist Debret representando o passeio de um alto funcionário do governo português no Brasil.

Fonte: <https://www.ifch.unicamp.br/eha/chaa/Imagens/yobenj/84-debret.jpg>.



Figura 5.7: quadro de Jean-Baptist Debret registrando uma cena do carnaval no Rio de Janeiro.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:“Carnaval_de_Rua_Prancha”_by_Jean-Baptiste_Debret,_engraving_made_in_1834.jpg.

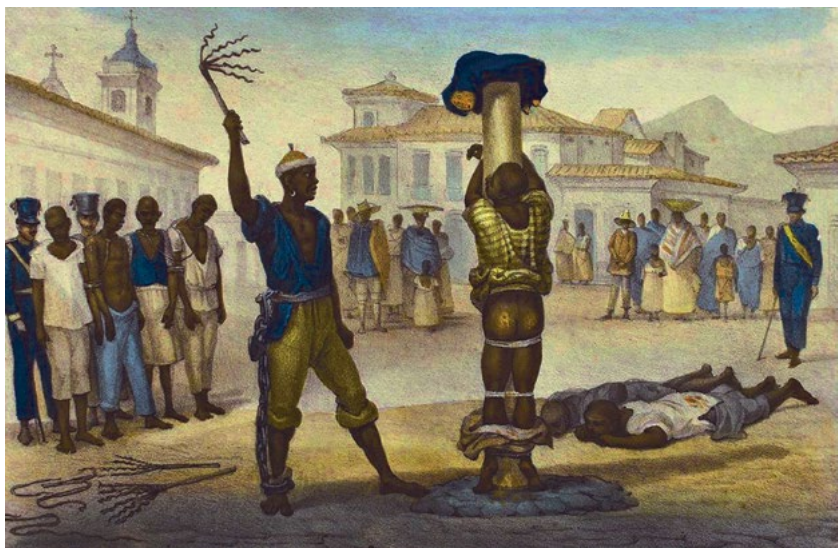


Figura 5.8: quadro de Jean-Baptist Debret sobre um escravo sendo castigado.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%27Exécution_de_la_Punition_de_Fouet_by_Jean-Baptiste_Debret_2.jpg.

O segundo aspecto em que os membros da missão francesa atuaram fortemente, reside na construção de uma iconografia voltada para re-

gistrar a vida da Família Real e legitimar suas ações como fatores centrais para o processo de crescimento, desenvolvimento e aumento do processo civilizatório do Brasil, baseado nos pressupostos europeus. Como o governo português instalado no Rio de Janeiro governava a colônia, Portugal e seu império, cabia dar à Família Real essa difusão de legitimação de governança e poder. Por outro lado, essa atuação fez com que os membros da missão francesa, envolvidos nesse processo de grandiosidade da Família Real e do governo português, tivessem acesso a mais recursos financeiros, para além do pecúlio que já recebiam. Como na sociedade colonial não havia esse forte hábito ligado às artes, o Estado passou a ser o grande mecenas desses pintores, escultores e arquitetos:

[...] Arte e Estado casavam-se de forma harmoniosa, como se a lógica de um se imbricasse na do outro. Era hora de criar uma iconografia patriótica e estatal, assim como prover de tradição essa circunstância histórica em tudo irregular e contingencial.

Afinal, transmigrada a corte e assegurada a nova situação, era agora preciso dotar a nova sede de uma história, de outra memória, e, nessa sociedade majoritariamente analfabeta, nada melhor do que uma grande iconografia para criar e projetar uma nova representação oficial. E assim se faria: ao invés de uma corte imigrada, temerosa e bastante isolada, surgiram imagens glorificadoras desse império dos trópicos; exótico por certo, particular em suas cores e gentes e costumes, mas universal na monarquia que o liderava. De um lado, desempregados como estavam, os artistas napoleônicos viram na estada no Brasil uma oportunidade de “fazer a América”, recuperar o pecúlio perdido, afastar-se da Europa em guerra, e ainda ganhar novos repertórios culturais, fixar imagens e anotar paisagens. De outro, o governo de D. João veria nos pintores franceses uma maneira certa de contar com essa arte acadêmica que, na França, produzia quase que um exército de pintores a serviço do Estado (SCHWARCZ, 2011, p.235).

Jean-Baptiste Debret foi um dos pintores que se destacou nesse processo. Nascido em Paris, 1768, Debret foi um dos principais pintores da missão francesa no Brasil. Tornou-se pintor oficial da corte no país, registrando desde o dia a dia da Família Real, como também seus momentos mais solenes e de grande envergadura política. Produziu uma extensa obra, registrando os mais diversos aspectos da vida na sociedade brasileira do início do século XIX.

Em suas obras, observamos aspectos da população indígena, da situação dos escravos, da forma de vida na corte, dos costumes populares e das festas religiosas. Ao voltar à França, após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, lançou entre 1834 e 1839 o livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, que continha os desenhos de suas obras no Brasil e o seu comentário a respeito de cada situação retratada. Sua importância será melhor abordada mais à frente, quando discutiremos o Real Teatro São João. Por ora, apresentamos dois quadros que ilustram essa exaltação política relativa à vinda e o poder da Família Real, centralizada na figura de D. João.



Figura 5.9: quadro de Armando Martins Viana: Chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro.

Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13299-rua-uruguaiana-uma-trajetória-singular>.

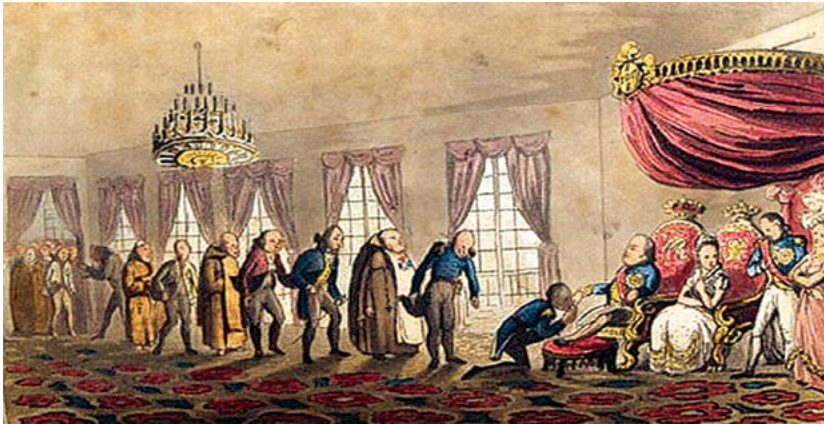


Figura 5.10: Cerimônia do **Beija-Mão** em quadro de A.P.D.G.London.

Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/exposicoes/1808-1818-a-construcao-do-reino-do-brasil/aclamar/>. Acervo Biblioteca Nacional.

No transcorrer do período imperial, a Academia aprofundou essa sua relação com o Estado, criando obras exaltando a família real, retratos do imperador, os atos do governo e ocupação do Brasil pelos portugueses.

No campo histórico, os quadros produzidos estavam centrados em legitimar a visão dos soberanos da família Real como os mais dotados das condições intelectuais e morais para governar o país; da colonização portuguesa como a melhor que aconteceu no Brasil; dos portugueses como os responsáveis por trazerem a civilização para essas terras; e de D. Pedro I como o salvador do Brasil do jugo português; sempre pondo em destaque o papel do português nesse processo e deixando de lado quase todos os outros grupos étnicos e raciais que faziam parte da sociedade brasileira. Os únicos que eram retratados eram os índios, mesmo assim dentro de uma visão muito romantizada.

Beija-mão

Cerimônia frequente, na qual as pessoas pediam auxílio a D. João para resolver problemas envolvendo o Estado ou questões privadas que necessitavam da ação do governo em termos policiais e jurídicos. Ao mesmo tempo, reforçavam sua lealdade ao príncipe regente e demonstravam seu reconhecimento sobre seu poder



Figura 5.11: quadro de manuel Araujo Porto-Alegre sobre a coroação de D. Pedro II (que foi coroado com 15 anos).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Manuel_de_Ara%C3%BAjo_Porto-alegre_-_estudo_para_a_sagra%C3%A7%C3%A3o_de_Dom_Pedro_II_-_c._1840.jpg.



Figura 5.12: quadro Vitor Meireles – Primeira Missa no Brasil.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Meirelles-primeiramissa2.jpg>.



Figura 5.13: A Proclamação da Independência. Quadro de François-René Moreaux.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independencia_brasil_001.jpg.

A Academia Imperial de Belas Artes teve um papel fundamental no ordenamento das artes plásticas no Brasil do século XIX. Sua formação, baseada nos modelos europeus, com amplo predomínio do neoclassicismo e do romantismo, deixou de lado um rico barroco com influência brasileira e foi a base do ensino das artes no Brasil daquele período.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

1. A partir dos dois primeiros parágrafos do texto sobre a missão francesa, estabeleça a relação entre os interesses dos artistas franceses e o Estado português.

2. Especifique se a ação da missão francesa ligava-se apenas às artes ou se também estava relacionada a outros ofícios da vida prática.

3. Imagine que você está com um grupo de turistas num museu e quer demonstrar como os quadros feitos por membros da missão francesa servem como fontes históricas para entendermos o Rio de Janeiro do século XIX. Escolha dois quadros e explique o que eles representam.

4. Estabeleça a relação entre a citação da historiadora Lilia Moritz Schwarcz, na página 121, com o relato sobre a ação de Debret e suas duas obras, apresentadas por meio das **Figuras 5.9 e 5.10**.

5. Entre as obras que estão nas **Figuras 5.11, 5.12 e 5.13**, escolha uma que, na sua opinião, mais demonstre como a arte pode ser usada para fortalecer a imagem dos soberanos ou de uma cultura dominante. Justifique a sua escolha.

Resposta comentada

Na questão 1, você deve abordar os principais interesses tanto do Estado português, quanto dos próprios membros da missão francesa, na sua vinda para o Brasil; destacando, nos dois casos, se sua motivação foi simplesmente artística, ou se havia interesses de ordem econômica, política ou social.

Na questão 2, observe a formação e ocupação dos membros da missão francesa e, a partir disso, explique se a sua vinda se prendia apenas a ensinar o ofício da pintura ou se eles também se dedicaram a outras formações profissionais.

Na questão 3, você vai trabalhar com o conceito de *fonte histórica*, ou seja, um documento (como um escrito, uma figura, um quadro, uma carta etc.) que um historiador usa para entender como eram: as relações sociais, as construções, as formas de trabalho, a paisagem, o tratamento reservado a algumas pessoas e todo o possível referente a uma determinada época. No caso da nossa resposta, você vai escolher duas obras que estejam entre a página 7 e 12 e escrever um pequeno comentário sobre como e o que as mesmas mostram a respeito do antigo Rio de Janeiro.

Para resolver a questão 4, **é necessário** entender a importância da iconografia para o Estado, que consta na citação da historiadora Lília Moritz Schwarcz, na página 10; e depois verificar nas **Figuras 5.10 e 5.11** se essas obras realmente demonstram tal importância.

Na questão 5, você deve responder estando consciente de que um quadro também pode ser usado como instrumento de propaganda de uma determinada ideia ou da visão que se quer sobre uma situação; da superioridade de uma cultura sobre a outra; ou da forma como o governante pode ser visto, dignificando o seu poder. Nesse caso, escolha uma das três figuras citadas no enunciado da questão e explique o que seu conteúdo quer passar.

Real Theatro de São João

No período colonial brasileiro, mais especificamente no transcorrer do século XVIII, começaram a surgir, em algumas cidades, pequenos teatros, as chamadas *Casas de Óperas*. No Rio de Janeiro, desde 1747, na Rua da Ópera, existia a *Casa da Ópera*, de propriedade do padre Ventura, dedicada a pequenos espetáculos. Após o incêndio desse teatro, foi inaugurado, em 1776, uma outra casa da ópera, denominada Ópera Nova, também conhecida como *Teatro Manuel Luís*, em homenagem ao seu proprietário. Em comparação a primeira, esse teatro oferecia melhores condições para seus frequentadores e para os artistas que se apresentavam nesse local, tornando-se o ponto de referência teatral da cidade do Rio de Janeiro, até a chegada da Família Real.

Com o estabelecimento da Família Real e da corte portuguesa no Rio de Janeiro, essa situação se alterou. A Ópera Nova passou a se chamar *Teatro Régio*, buscando uma maior relação com a corte. Entretanto, embora fosse o melhor teatro da cidade, o Ópera Nova não possuía as acomodações e espaços ideais para receber a Família Real, os membros da corte e o grande número de membros mais abastados da sociedade do Rio de Janeiro – que passaram frequentar o teatro, influenciados pelo hábito dos membros da Família real e da corte. Isso requisitava a construção de um novo teatro que correspondesse ao número crescente de frequentadores dos espetáculos teatrais e também proporcionasse melhores condições de trabalho para atuação de companhias e de artistas estrangeiros, que passaram a vir em maior número para o Brasil.

Somada a isso, havia a necessidade de se criar na capital do império português instalado no Brasil, um grandioso teatro, no estilo de qualquer corte europeia, que legitimasse ainda mais a posição da cidade nessa função de ser o lugar onde a família Real vivia e governava o seu império. Nesse teatro, a relação entre cultura e política estaria sempre presente.

A empreitada coube a D. Fernando José de Portugal e Castro, vice-rei do Brasil desde 1801, que utilizando de suas próprias posses e contando com o auxílio financeiro de alguns membros da corte, comprou um terreno próximo à atual Praça Tiradentes e mandou construir um teatro, onde hoje se localiza o Teatro João Caetano.

O local, na época, era um grande terreno pantanoso e servia apenas para comércio de animais. Não obstante as condições do terreno, D. João VI assinou um decreto, em maio de 1810, legitimando a construção e o funcionamento desse teatro. No dia 12 de outubro de 1813, houve a inauguração do *Real Theatro de São João*, em homenagem a D. João. O Real Theatro chamava atenção pela sua grandiosidade. Possuía 1200 poltronas e 112 camarotes, divididos em quatro pavimentos. Nesses camarotes havia aqueles destinados aos membros da Família Real, e os outros eram para os fidalgos e membros mais relevantes do governo português. Era dotado de um ótimo palco, um bom espaço para orquestra, camarins e tudo que fosse necessário para o conforto dos artistas e para um belo espetáculo. A fachada do prédio era baseada no estilo neoclássico, explicitando a influência europeia; e o teatro parecia muito com o de São Carlos de Lisboa, em Lisboa.



Figura 5.14: Real Theatro São João em gravura de Jacques Arago e Lerouge et Benard.

Fonte: <https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/18145/avue-de-la-salle-de-spectacle-sur-la-place-do-rocio-a-rio-de-janeiro>.

Logo após a sua inauguração, o Real Theatro se transformou no centro da atividade cultural do Rio de Janeiro e do próprio Brasil, tendo como gêneros de espetáculos a ópera, a música sacra, a dança e as peças teatrais. Pelo seu palco passaram importantes artistas nacionais e de companhias estrangeiras. Em muitos casos, havia a conjugação da atuação de artistas nacionais com estrangeiros, prática muito estimulada por D. João, como demonstra a atuação do monarca com relação aos músicos da fazenda Santa Cruz e do padre José Maurício, como será abordado mais à frente.

Muito mais do que uma ópera

O Real Theatro também se transformou no principal local da presença de membros da elite, especialmente nos espetáculos cuja presença de D. João e dos membros da Família Real eram confirmada. Nesse dias, a concorrência pela presença no teatro era enorme e as pessoas vestiam os seus melhores trajes, joias e outros ornamentos. Por mais que o Real Theatro abrisse suas portas para um espetáculo cultural, para os membros da elite também era um momento de exibir e receber prestígio social.

Nesse ponto, cabe destacar que além do aspecto cultural e social, o Real Theatro também teve seu papel político na busca pela legitimação do governo de D. João e de processos políticos que marcariam o gover-

no de D. Pedro I e D. Pedro II.

Em primeiro lugar, o próprio nome do teatro era uma referência a D. João, valorizando a figura do monarca. Esse aspecto ficou evidente ainda no espetáculo de inauguração do teatro, a ópera *O Juramento dos Numes*, enaltecendo D. João VI como rei de Portugal e do Brasil. De autoria de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho, a música foi composta por Bernardo José de Sousa e Queirós, compositor do Real Theatro, e nos intervalos executaram-se danças. *Numes* eram as divindades mitológicas, como Vênus e Vulcano, que prestavam juramento ao príncipe ameaçado em suas fronteiras pelas *hostes francesas* – o exército de Napoleão, que invadira Portugal em 1807. Recorrendo à Antiguidade clássica, o escritor criou um poema lírico em que os deuses gregos dialogavam sobre os motivos para defender o rei português e seu novo Império nos trópicos, região que ainda viria a ser a “atalaia e farol do mundo inteiro” (SOUZA, 2009, p.185).

Essa exaltação se completou com o final apoteótico, quando ao término da ópera desceu o seguinte pano de boca, que separava o palco da plateia, feito por Jean-Batiste Debret:



Figura 5.15: pano de boca do Real Theatro São João, denominado Bailado Histórico, feito por Jean-Baptista Debret.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_-_Cenário_para_o_Bailado_Histórico.jpg.

Nessa obra de Debret, D. João VI vem do mar, tendo aos seus pés representantes seus reinos, Portugal, Brasil e Algarves; escoltado por guardas e sendo observado por deuses mitológicos e espécies de anjos. Tal imagem passa uma visão de supremacia e de anunciação do poder de D. João, representado como o centro de tudo.

Esse processo de exaltação continuou ao longo dos anos nesse teatro. No início de cada espetáculo, um orador vinha para o palco e declamava para a plateia um pronunciamento enaltecendo o governo de D. João. Nas datas festivas dos membros da Família Real, ou diante de um grande acontecimento no seio dessa família, como o nascimento de mais um membro ou um casamento, sempre havia um grande espetáculo comemorativo.

A sacada na parte da frente do Real Theatro São João também foi usada para pronunciamentos políticos de grande envergadura. Nela, por exemplo, D. Pedro I, comunicou ao povo do Rio de Janeiro que tinha acabado de declarar a independência do Brasil de Portugal, assim que retornou de São Paulo. Além disso, em 1824, no interior do teatro houve a coroação de D. Pedro I como imperador do Brasil.

A partir de 1824, o Real Theatro São João começou a passar por diversos percalços e pelas modificações do cenário político brasileiro. Em 25 de março de 1824, após D. Pedro I jurar respeitar a primeira Constituição do Brasil (Constituição de 1824), houve uma peça para comemorando esse fato. Contudo, no meio do espetáculo, foi iniciado um incêndio que destruiu boa parte do teatro; e mesmo antes de sua restauração, passou a se chamar *Theatro de São Pedro de Alcântara*, em homenagem ao novo governante do país, D. Pedro I, em setembro de 1824. Apesar da mudança de nome oficializada, o teatro só retornou as suas atividades em 26 de janeiro de 1826, com um espetáculo em homenagem ao nascimento da imperatriz Leopoldina. Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o nome do teatro mudou para *Theatro Constitucional Fluminense*. Sendo que um ano depois, numa homenagem ao jovem D. Pedro II, voltou a sua anterior denominação, *Teatro de São Pedro de Alcântara*. Mais tarde, o nome mudou novamente para *Imperial Theatro de São Pedro*, já que o governo declarava o Brasil como um império, ficando com esse nome até a proclamação da república. Na década de 1850, novamente o teatro sofreu com dois incêndios, um em agosto de 1851, e outro, em janeiro de 1855; gerando reformas que foram se sucedendo ao longo do tempo. No período da Primeira República, o teatro passou por outras modificações e, a partir de 1923, passou a se chamar *João Caetano*.

Sem sombra de dúvida, o Real Theatro São João transformou-se num marco da cultura no Brasil, no século XIX. Tendo como marca central a cultura europeia, possibilitou o desenvolvimento de músicos brasileiros e o processo de ensino musical no país. Pôs o Brasil na cena internacional como um país possuidor de um grande espaço para apresentação de artistas estrangeiros, valorizando as gestões dos governantes oriundos da Família Real. Por sinal, uma das principais marcas do Real Theatro São João se assenta na relação entre cultura e política, que sempre, de uma forma ou de outra, esteve inserida nesse teatro.

===== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 2 e 3

1. Aponte os gêneros musicais que demonstram o predomínio da cultura europeia a partir do Real Theatro.

2. Explique como o Real Theatro modificou os hábitos da elite local.

3. No final do texto sobre o Real Theatro São João aparece a frase: “Por sinal, uma das principais marcas do Real Theatro São João se assenta na relação entre cultura e a questão política, que sempre, de uma forma ou de outra, estava inserida nesse teatro”. Aponte um aspecto citado no conteúdo do texto que mais justifica essa afirmação.

Resposta comentada

Na questão 1, você terá que verificar os gêneros musicais que eram apresentados no Real Theatro e explicar se isso indica que havia o predomínio de tipos de musicais característicos do continente europeu ou se vigoravam gêneros musicais brasileiros.

Na questão 2, a resposta deve se centrar nos aspectos que o surgimento do Real Theatro acabou gerando junto à elite local, ou seja, as transformações sobre os hábitos, aspectos culturais e a postura dos membros da elite brasileira, gerados com a abertura dessa casa de espetáculos.

Na questão 3, você pode remeter ao pano de fundo criado por Jean-Batiste Debret, ao conteúdo das peças ou às homenagens que aconteciam nesse teatro. Escolha qual desses pontos mais estabelece a relação entre os espetáculos culturais apresentados nesse teatro e os interesses políticos do Estado.

Resumo

A partir da abordagem sobre a vinda e atuação da Missão Francesa, como também da criação do Real Theatro, nessa aula abordamos o projeto desenvolvido pelo Estado de dar determinados aspectos europeus a cidade do Rio de Janeiro. Capital do império português instalado no Brasil, tendo como principais habitantes D. João e a Família Real, o Rio de Janeiro passou por um processo de modernização a fim de conferir um ar europeu ao local onde estava a Corte portuguesa e o governo. Afinal, o Rio de Janeiro nem nos aspectos urbanos e culturais se assemelhava a uma cidade média da Europa, quanto mais corresponderia à capital do império luso instalado nos trópicos. Foi necessário não apenas instalar órgãos voltados para a administração do país e do império português, como também implementar uma estrutura mínima de modernização tipicamente europeia, cujo aspecto cultural era fundamental.

Associado a isso, todo o processo de criação de obras plásticas, desde os quadros feitos pelos pintores franceses, aos muitos espetáculos que seriam apresentados no Real Theatro tinham a função política de enaltecer a presença da Família Real no Brasil e sua função como instrumento-chave para o desenvolvimento dessa região.

Mas esse projeto não ficou restrito à vinda da Missão Francesa e à construção do Real Theatro, como vamos demonstrar na próxima aula.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- CALCEIRA, Jorge. O Processo Econômico. SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 161-204.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984.
- LAVOR, João Conrado Niemeyer. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. *Rodriguésia*. vol. 35, n.57. Rio de Janeiro, Jan/Dez, 1983.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. SILVA, Alberto da Costa. *Crise colonial e independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 205-248.
- _____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Revista Convergência Lusíada*, 24, 2º Semestre – 2007, p. 67-99.
- SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. SILVA, Alberto da Costa. *Crise colonial e independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 35-75.
- SOUZA, Arini Fernandes. Teatro João Caetano conta sua história. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n.3, 2009, p.181-197.

Aula 6

Independência do Brasil e aspectos
do Primeiro Reinado, Período
Regencial e Segundo Reinado

Meta

Demonstrar como foi o processo de independência do Brasil e as principais características econômicas, sociais e políticas do período imperial, bem como sua influência sobre a cidade e a província do Rio de Janeiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. compreender os aspectos centrais que levaram à independência do Brasil e como esse processo beneficiou alguns grupos específicos;
2. identificar os principais aspectos políticos e sociais do período imperial.

Introdução - A organização do império no Brasil e suas influências sobre a província e a cidade do Rio de Janeiro.

Neste módulo, continuaremos a falar a respeito das transformações por que o Brasil passou com a vinda da Família Real, dando ênfase ao processo de independência do nosso país e à constituição do regime imperial. Assim, focaremos nos aspectos que levaram à separação definitiva do Brasil de Portugal, verificando as causas desse processo e a organização social, econômica e política do período imperial.

Abordaremos também os impactos desse período e, em especial, da expansão da fronteira agrícola cafeeira, sobre a província do Rio de Janeiro, modificando o seu interior, e sobre a cidade, aprofundando a sua função econômica de entreposto comercial.

Começaremos a aula abordando o processo de independência, que dependeu de um fato histórico ainda maior: a crise do antigo sistema colonial.



Província

É a subdivisão de um império ou país. No período do império, não se utilizava a denominação *estado*, e sim, *província*. Assim, não se falava *estado do Rio de Janeiro*, *estado de São Paulo* ou *estado de Minas Gerais*; no seu lugar, era *província do Rio de Janeiro*, *Província de São Paulo*, *província de Minas Gerais*. Da mesma forma, o governante de cada província era chamado de *presidente da província* e a escolha da pessoa que ocuparia esse cargo era um privilégio do imperador; ou seja, não havia eleições.

Assim como hoje há o *estado* do Rio de Janeiro e a *cidade* do Rio de Janeiro, naquela época, havia a *província* do Rio de Janeiro e a *cidade* do Rio de Janeiro.

A crise do antigo sistema colonial

Após o processo de expansão marítima do século XV, os países europeus conquistaram regiões em diversas partes do mundo, em especial no continente Americano. Inglaterra, França, Holanda e, notadamente, Espanha e Portugal, detinham a propriedade de todas as regiões desse continente, denominando a região conquistada como *colônia* e o Estado europeu conquistador como *metrópole*.

Na maioria das terras conquistadas, houve a implantação de um sistema colonial de exploração.

Nas áreas onde havia condições para a produção agrícola tropical, para ser vendida no mercado europeu, ou onde houvesse pedras e metais preciosos para serem explorados, logo as metrópoles estabeleciam um controle e colocavam em prática o *pacto colonial*, ou *exclusivismo colonial*.

Sob esse contrato, a colônia só podia comercializar com sua metrópole, ou seja, só podia vender e comprar qualquer tipo de produto dos comerciantes que recebessem autorização do rei da metrópole. A maioria desses comerciantes era da própria metrópole, até mesmo para que existisse maior controle e apoio para o processo colonizador.

O Estado colonizador se beneficiava com os impostos e taxas cobrados, tanto aos comerciantes da metrópole que participavam do comércio colonial, quanto aos produtores das mercadorias tropicais nas colônias.

A mesma ação acontecia com aqueles que exploravam as riquezas minerais nas colônias. Estes recebiam o direito de extrair os metais e pedras preciosas encontradas, mas tinham que pagar taxas e impostos ao governo da metrópole para participar dessa atividade. Seguindo essa lógica, os estados europeus que possuíam colônias, do século XVI ao XVIII, exploraram as riquezas naturais dessas regiões, chegando ao ponto de alguns, como Portugal e Espanha, dependerem quase que totalmente delas para gerarem os recursos necessários a sua sobrevivência.

No final do século XVIII e início do XIX, houve uma alteração radical desse quadro. Nesse período, houve a denominada *crise do antigo sistema colonial*, que ocorreu devido a um conjunto de fatos históricos:

a) a revolução industrial inglesa: com essa modificação no seu processo produtivo, a Inglaterra passou a ser a primeira e única grande produtora de itens industrializados, necessitando de áreas para exportar os

seus produtos; de forma que a existência de regiões controladas por suas metrópoles, por meio de pactos coloniais, não interessava à economia inglesa. À Inglaterra, interessava o acesso livre aos mercados das regiões colonizadas por outros Estados, ou seja, o fim do pacto colonial;

b) o *liberalismo político* e o *liberalismo econômico*. O primeiro, surgiu do movimento Iluminista, por meio do qual filósofos do século XVII, começaram a defender um pensamento contrário ao poder dos reis absolutistas, e alguns também passaram a apregoar o direito de rebelião do povo contra um governo despótico, pondo em prática, em seu lugar, uma forma de governo mais de acordo com os seus interesses. O segundo, tendo como base as ideias do filósofo Adam Smith (1723-1790), atacava fortemente o pacto colonial e a intervenção do Estado na economia, defendendo que não deveria haver barreiras comerciais entre os países e as diversas regiões do mundo;

c) a crise econômica que se abateu sobre Portugal e Espanha, no final do século XVIII e início do XIX. Diante dessa crise, os Estados aumentaram os impostos sobre suas colônias, justamente no momento em que o monopólio comercial da metrópole sobre a colônia deixava de favorecer a elite colonial;

d) a independência dos EUA, que era colônia da Inglaterra, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789, destruindo o Estado absolutista francês, que servia de exemplo para os outros Estados absolutistas da Europa; espalhando a ideia de *liberdade* e de que os povos tinham o direito de se levantar contra os tiranos, organizando a forma de governo que estivesse mais de acordo com seus desejos.

Em resumo, a situação econômica dos Estados colonizadores; o aumento da exploração sobre os moradores das colônias, principalmente por meio das formas de acréscimo de impostos; o surgimento de ideias pregando liberdade política, econômica e o direito de os povos se rebelarem contra governos despóticos; todos esses fatores incentivaram o processo de independência em muitas regiões do continente Americano, principalmente na América Espanhola e na América Portuguesa.

Mercantilismo

Doutrina econômica existente no período do antigo sistema colonial e dos Estados absolutistas, que afirmava que a riqueza de um Estado seria medida por meio do *metalismo*, ou seja, do número de metais preciosos, ouro e prata que pudessem ser acumulados na forma de moeda.

Para os Estados que não possuíam minas desses metais em grande quantidade em suas fronteiras, os mercantilistas apontavam que o comércio externo seria a melhor forma de se atingir o metalismo. Para isso, tinham que atingir uma balança comercial favorável, isto é: exportar seus produtos ao preço mais caro possível e importar mercadorias ao preço mais baixo possível. O pacto colonial propiciava essa balança comercial favorável, na medida em que o Estado comprava produtos tropicais nas suas colônias ao preço mais baixo possível e vendia no mercado europeu, pelo preço mais alto possível.



Figura 6.1: mapa com as datas da independência nos países que foram colônia da Espanha e de Portugal (apenas o Brasil), no continente Americano.

Fonte: <https://edu.glogster.com/glog/independencia-da-america-espanhola/25g56n8rwh2?=&glogpedia-source>

O processo de independência do Brasil

Portugal foi um dos maiores Estados colonialistas no período do Antigo Sistema Colonial, possuindo colônias no continente americano, africano e asiático e acumulando riquezas oriundas dessas terras. Só o Brasil, sua principal colônia, forneceu, por três séculos, riquezas para a Coroa Lusa, por meio da exploração de produtos agrícolas tropicais, de ouro e diamantes, por meio da cobrança de impostos e das vendas de produtos manufaturados vindos do mercado europeu.

Seguindo as práticas do **mercantilismo**, a Coroa portuguesa instalou o pacto colonial, ou exclusivismo colonial, estipulando que a colônia só podia comercializar com a sua metrópole, ou seja, o Brasil só podia vender e comprar produtos dos comerciantes portugueses. O comércio colonial se traduzia num bom negócio para o Estado e para os comerciantes portugueses.

Esta visão da colônia como fornecedora de riqueza para metrópole não deve encobrir o fato de que esta relação também beneficiava alguns segmentos instalados no Brasil, que compunham a *elite colonial*. Os grandes comerciantes e, principalmente, os grandes proprietários de terras e de escravos centralizavam em suas mãos a maioria da riqueza produzida na colônia, e detinham poder sobre ou outros indivíduos da sociedade colonial, que ia dos escravos ao branco pobre.

Mesmo a questão do pacto colonial, que criava um forte controle sobre o preço e a circulação das mercadorias no processo de exportação e importação, não foi de todo ruim para esta classe dominante em função de dois fatores.

- a) o acesso dos grandes proprietários de terras a um mercado externo certo para vender os seus produtos, pois o monopólio exercido pelos portugueses assegurava que estes comprariam os produtos brasileiros para revender;
- b) os preços estabelecidos pela metrópole, na venda dos produtos brasileiros para os comerciantes portugueses, que garantiam uma boa margem de lucro para os proprietários de terras no Brasil, pois se isto não ocorresse ninguém viria se instalar na colônia para produzir as mercadorias.

Dentro deste contexto, tirando alguns conflitos localizados que nunca tiveram o poder de aglutinar toda a elite brasileira numa luta contra a dominação portuguesa, a classe dominante colonial brasileira aceitava as restrições que o sistema colonial lhe impunha, porque também se beneficiava desse processo.

No final do século XVIII e início do XIX, emergiram alguns fatores que mudaram esse quadro.

- a) o primeiro seria a situação econômica que Portugal e o Brasil passam a viver. Portugal tornou-se um parasita da economia brasileira. Como não produzia nada de grande valor que pudessem vender no mercado europeu, os grandes comerciantes lusos viviam da venda dos produtos brasileiros na Europa e da venda de produtos europeus no Brasil, para obter sua lucratividade.

A Coroa portuguesa incentivava esta relação comercial porque era a única forma de aumentar os recursos econômicos do Estado, através dos impostos cobrados, em Portugal, dos comerciantes portugueses que participavam desse processo, e, no Brasil, sobre as vendas dos proprietários de terras e dos comerciantes.

Como seus gastos aumentavam cada vez mais, a Coroa portuguesa aumentava proporcionalmente os impostos sobre os moradores da colônia.

- b) o segundo fator, foi que a partir do final do século XVIII, a produção agrícola brasileira passava por um momento de crescimento de produção, frente aos anos anteriores, resultando numa boa safra de diversos produtos, como açúcar, algodão e tabaco, o que poderia render um bom lucro para os proprietários de terras. Entretanto, Portugal não estava em condições de vender toda a produção brasileira no mercado europeu, porque os preços que os comerciantes portugueses ofertavam por esses produtos estava acima daqueles vendidos pelos comerciantes de outros países. Por exemplo, o açúcar das Antilhas holandesas saía mais barato que o açúcar brasileiro. Com isto os comerciantes portugueses encontravam cada vez menos espaço para vender os produtos brasileiros, gerando insatisfação entre os membros da elite brasileira.

Tal situação poderia fomentar a ideia de um processo de independência entre os membros dessa elite, acompanhando as ideias de liberdade diante da crise do antigo sistema colonial, abordadas anteriormente. Entretanto, o estabelecimento da Família Real no Brasil, em 1808, acabou gerando condições para que um processo de independência não fosse acalentado pela elite brasileira, pelo menos por enquanto.

Como vimos na Aula 3, a *Abertura dos Portos às Nações Amiga*, representou o fim do pacto colonial e aumentou as atividades comerciais, primeiro com a Inglaterra e depois com outros Estados europeus, o que em muito beneficiou os grandes proprietários de terras e de escravos.

A liberdade de comércio acabou freando qualquer ideia de independência que houvesse entre os membros da elite brasileira. Essa perspectiva também se aprofundou quando o Brasil foi elevado à situação de *Reino Unido a Portugal e Algarves*, em 1815, através de um Decreto assinado por D. João, saindo da situação de colônia e passando a ser um Estado unido a Portugal.

Dentro desse contexto, a necessidade de se envolver num processo de independência ocupava uma relevância cada mais para a elite brasileira. Porém a Revolução do Porto, em Portugal, em 1820, gerou uma mudança radical da elite brasileira, frente à questão da independência do país.

Napoleão já tinha sido derrotado desde de 1815, mas Portugal estava sendo governado por um lorde inglês, uma vez que D. João VI e os nobres que tinham acompanhado na fuga não queria voltar para Portugal, em função do governo e dos negócios que tinha estabelecido no Brasil.

Revoltados com esta situação e com a perda de lucros de seus negócios, um grupo de grandes comerciantes portugueses, com apoio do povo, realizou o movimento armado denominado *Revolução do Porto*, na cidade do Porto, em de 1820. O objetivo desse levante residia na expulsar o governante inglês e implantar uma nova forma de organização política nas terras lusas, calcado na monarquia constitucional.

Com a vitória da Revolução do Porto, foi instalado o Parlamento, denominado *Corte*, e os deputados aprovaram um decreto instituindo a **monarquia constitucional**, a criação de uma Constituição e a exigência da volta de D. João VI e da Família Real.

Quando D. João VI recebeu a ordem de voltar para Portugal, tentou resistir e ficar no seu novo reino. Entretanto, a elite brasileira pressionou para que o rei voltasse para Portugal. Esta postura da elite brasileira, à primeira vista, poderia parecer uma contradição, afinal D. João VI estabeleceu mudanças econômicas e políticas que acabaram beneficiando os proprietários de terras. Entretanto, este grupo social tinha o receio de D. João VI utilizar o absolutismo para governar o Brasil de uma forma desinteressante para a elite. Assim, acreditavam que retirando os poderes de D. João VI, o perigo estava sanado, pois através de uma monarquia constitucional seria mais fácil manter o controle sobre o rei e garantir os últimos privilégios adquiridos.

Como o novo governo do Portugal tinha dado ao Brasil o direito ter seis deputados brasileiros no Parlamento que faria a nova Constituição, tal gesto foi interpretado como uma garantia de manutenção dos ganhos políticos e econômicos adquiridos pelo país desde a vinda da Família Real. Assim, sem apoio da elite colonial, D. João VI voltou para Portugal, deixando em seu lugar o seu filho, D. Pedro, como príncipe regente do Brasil.

Contudo, quando os seis deputados brasileiros ocuparam seus cargos no Parlamento português, descobriram que a realidade era bem diversa daquela que a elite brasileira estava esperando. No processo de construção da Constituição havia um forte movimento de deputados portugueses para que o Brasil voltasse à situação de colônia e, com isso, o pacto colonial fosse restabelecido.

Monarquia constitucional

Sistema de governo no qual o rei existe, mas não governa o país. O governante é o primeiro-ministro, escolhido pelo Parlamento. O partido que possui a maioria dos deputados no Parlamento, ou que consegue formar essa maioria se coligando com outros partidos, faz essa escolha. O Parlamentarismo é, dessa forma, o contrário do absolutismo, no qual o rei detém poder total sobre o Estado, podendo administrar seus órgãos e estabelecer as leis e os impostos sem interferência nenhuma e sem precisar de autorização.

Sem a capacidade de combater essa intenção, os deputados brasileiros retornaram e passaram essa informação para os membros da elite.

A partir disso, a elite brasileira começou a abraçar a ideia de independência do Brasil, pois voltar à situação de colônia representaria abrir mão de todos os ganhos estabelecidos

Além disso, para esse grupo dominante, não interessava qualquer tipo de independência, mas uma independência que mantivesse a liberdade econômica, a unidade territorial do país, o poder da elite local e que não modificasse a estrutura econômica e social existente. Queriam uma independência que mantivesse o controle do país, a grande propriedade de terra e a continuidade da escravidão em suas mãos. Para isso, a independência deveria ter pouca ou nenhuma participação popular e das massas de escravos.

Desse modo, era fundamental que a independência fosse de cima para baixo, controlada pelos grupos mais abastados e poderosos da sociedade. É dessa forma que podemos entender a aproximação deste grupo com D. Pedro, feita através de altos funcionários do império, como José Bonifácio, que foi o principal articulador da independência do Brasil.

Esta aliança em prol da independência satisfaria dois interesses em jogo. Para D. Pedro, seria ter um reino no qual seria o governante, sem o fantasma da monarquia constitucional. Para a elite brasileira, seria realizar a separação definitiva de Portugal sem precisar recorrer aos grupos dominados pela mesma elite, garantindo a liberdade de comércio e o poder político, uma vez que D. Pedro utilizaria as tropas e os funcionários que lhe eram fieis, para proclamar a independência, sem a mobilização da massa pobre ou dos escravos.

Diante desse movimento, o governo português não ficou de braços cruzados. Mandou ordens expressas a D. Pedro para retornar imediatamente a Portugal, exigência que foi logo, por ele, rejeitada. Esse foi o fato que desencadeou o famoso Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, quando diante da pressão sobre o príncipe, foi organizada uma manifestação, em frente ao palácio, de populares, pedindo-lhe que ficasse.

Diante da manifestação, D. Pedro não titubeou e declarou: “se é para o bem estar geral da população, diga ao povo que fico”. Quando a notícia chegou em Portugal, o governo português decretou que as tropas portuguesas que estavam no Brasil não obedecessem mais às ordens de D. Pedro e mandou um regimento para prendê-lo.



Figura 6.2: quadro O Dia do Fico, de Jean Baptiste Debret.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dia_do_Fico.jpg

Quando chegou a notícia de destacamento português que veio para o Brasil para prender D. Pedro, o príncipe regente estava em São Paulo buscando debelar um movimento contra a sua presença no Brasil e conseguir apoio ao processo de independência. Na sua ausência do Rio de Janeiro, capital do reino, D. Pedro tinha deixado a sua esposa, Dona Leopoldina, no comando do governo, como princesa regente. Diante da proximidade das tropas enviadas por Portugal. Dona Leopoldina, com apoio de José Bonifácio e outros membros da elite brasileira, assina um Decreto estabelecendo a independência do Brasil frente à Portugal e manda uma mensagem informando tudo ao seu marido. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro, ainda no interior de São Paulo, recebe a carta de sua esposa e decreta, as margens do Rio Ipiranga, a independência do Brasil legitimando o Decreto assinado por Dona Leopoldina.



Figura 6.3: quadro de Georgina Albuquerque: Dona Leopoldina assinando o Decreto que estabeleceu a independência do Brasil.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Maria_Leopoldina_regent.jpg

Entretanto, não foi tão fácil estabelecer a independência. Portugal não aceitou a declaração e passou a resistir, principalmente através das tropas que já estavam instaladas no Brasil. Apesar de a elite não querer o envolvimento da massa popular, o povo brasileiro recebeu de bom grado a ideia de independência, e em muitos lugares surgiram conflitos entre as tropas portuguesa e a população local. Diversos estabelecimentos de comerciantes portugueses foram atacados pela população, demonstrando o ódio acumulado por anos de dominação.

Os conflitos só não foram maiores porque os proprietários de terras tinham receio de armar seus escravos e os grupos mais pobres para lutar pela independência. Inclusive D. Pedro, com a ajuda da elite, teve que contratar mercenários para lutar contra as tropas portuguesas.

A questão da independência do Brasil só foi resolvida com a intervenção do governo inglês, que pressionou o governo luso a assinar um tratado reconhecendo a independência da sua antiga colônia.

Em troca, o governo brasileiro se comprometeu a pagar uma indenização de 2.000 libras esterlinas a Portugal. Como o governo brasileiro não tinha este dinheiro, pegou esse montante emprestado nos bancos ingleses.

E não foi somente com Portugal que o Brasil teve dificuldades para que sua independência fosse reconhecida.

O governo inglês, que tanto lutou pelo reconhecimento da situação de liberdade do Brasil, exigiu do governo brasileiro a assinatura de um tratado estabelecendo que, sobre as mercadorias inglesas, haveria uma taxa de importação menor que a das mercadorias dos outros países.

Assim, a independência surgiu, agradando D. Pedro, a elite brasileira e os ingleses. O primeiro poderia exercer um governo sem o fantasma de uma monarquia constitucional forte; os membros do segundo grupo conseguiram uma independência sem colocar em perigo a manutenção da grande propriedade de terra, a utilização da mão de obra escrava e sem precisar ceder ganhos políticos para a população em geral; e os ingleses garantiram privilégios nas vendas de seus produtos ao mercado consumidor brasileiro.



Figura 6.4: quadro Proclamação da Independência, de François-René Moreaux.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Independencia_brasil_001.jpg

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Explique como o pacto colonial garantia lucro para os comerciantes da metrópole.

2. Cite duas formas de pensamento que surgiram durante a crise do antigo sistema colonial e que favoreciam o processo de independência nas antigas colônias.

3. Demonstre como a Revolução do Porto foi um fato histórico fundamental para a independência do Brasil.

4. Veja o quadro de François-René Moreaux, *Proclamação da Independência*, na **Figura 6.4**, e responda:

- a) o que o quadro sugere?

- b) a partir do que foi visto sobre o processo de independência do Brasil, explique a crítica que pode ser feita, em relação a esse quadro.

Resposta comentada

1. Para responder a essa pergunta, você deverá demonstrar o que o pacto colonial estipulava sobre a relação entre a colônia e a metrópole e como isso beneficiava esta última.
 2. No caso dessa questão, você poderá retomar o liberalismo político, o liberalismo econômico ou a ideia de liberdade que os eventos como independência dos EUA e a Revolução Francesa trouxeram a respeito da liberdade, para demonstrar sua influência no processo de independência nas colônias.
 3. Nessa resposta, o importante é destacar o que foi estipulado em Portugal com relação ao Brasil, após a Revolução do Porto, que levou a elite brasileira a abraçar a ideia de realizar a independência do Brasil.
 4. (a) Escreva o que as expressões das pessoas no quadro e a figura de D. Pedro, da forma como estão representados, passam sobre o significado da independência. Para isso, prenda-se ao quadro e não se detenha no conteúdo desenvolvido na aula.
 5. (b) Para essa resposta, trate dos interesses da elite e de D. Pedro ao realizarem a independência do Brasil, especificando os seus objetivos e o papel que achavam que o povo deveria ter nesse processo.
-
-
-

Período imperial brasileiro

O período imperial brasileiro é dividido em três fases: Primeiro Reinado (1822-1831), Período Regencial (1831-1840) e Segundo Reinado (1840-1889).

O Primeiro Reinado se iniciou com a coroação de D. Pedro como o primeiro imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, passando a ser denominado D. Pedro I. O governo de D. Pedro I foi marcado, de um lado, pela formação das bases políticas do império e, de outro lado, por um governo conturbado.

Sobre o surgimento das bases políticas do império, um dos principais aspectos desse período residiu na construção e institucionalização da primeira constituição do Brasil, em 1824. Na verdade, essa não foi a primeira constituição a começar a ser construída no nosso país. Em

1823, D. Pedro I autorizou que houvesse um processo eleitoral para serem escolhidos os deputados que comporiam uma Assembleia Constituinte, cujo objetivo seria construir a primeira constituição do Brasil, a Constituição de 1823.

Logo que os trabalhos da Assembleia Constituinte iniciaram, D. Pedro I percebeu que muitas das leis que estavam sendo propostas tinham por finalidade diminuir seu poder no comando do país e na administração do Estado brasileiro. Além disso, algumas propostas restringiam ou impediam a participação de portugueses nos cargos relacionados à administração do Estado.

Diante disso, D. Pedro I dissolveu os trabalhos da preparação da Constituição de 1823, antes que fossem concluídos, prometendo que ele mesmo daria ao país a sua primeira Constituição. Assim, pelas mãos de D. Pedro I e de alguns juristas, surgiu a Constituição de 1824.

Esse documento estipulava que no Estado brasileiro haveria quatro poderes:

1. Poder Executivo, exercido pelo imperador e seus ministros e que tinha a função de administrava o Estado e cuidar da defesa interna e externa;
2. Poder Judiciário, formado por juízes escolhidos pelo imperador, com a função de julgar os delitos contra a lei;
3. Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador; dava-lhe o direito, entre outras coisas, de indicar e destituir os juízes e os presidentes das províncias, aprovar ou reprovar as leis criadas no Parlamento e retirar de seus cargos os deputados, mesmo que fosse todo o Parlamento (neste caso, marcando novas eleições), caso o considerasse necessário para o bem do país;
4. Poder Legislativo, composto pelos deputados e senadores, escolhidos através de eleições, aos quais cabia fazerem as leis que regiam o país. Sobre as eleições, só tinham direito a voto e a se candidatarem, homens maiores de 21 anos e que tivessem uma renda mínima anual estipulada na Constituição; além disso, essa eleição se dava em dois níveis, dividindo os indivíduos em *votantes* e *eleitores*.

Primeiro, os votantes votariam em quem seriam os eleitores, depois, estes votariam em quem ocuparia os cargos de deputados e senadores. Para ser votante, o homem deveria ter uma renda de 100 mil reis. Para ser eleitor, a renda mínima exigida era de 200 mil reis. Para se candida-

tar a deputado e a senador, a renda mínima deveria ser de 400 mil reis e 800 mil reis, respectivamente. Essa forma de votação excluía a maioria da população do direito ao voto e de se candidatar aos cargos de deputados e senadores.

A Constituição de 1824, portanto, com seus quatro poderes e o **voto censitário**, tornou-se a base da organização política do período imperial, sendo substituída apenas no período republicano, pela Constituição de 1891.

Mesmo tendo construído o documento que serviu de base da organização política do império, o governo de D. Pedro I não escapou de ter uma conturbação interna muito forte.

O governo imperial já iniciou com um gasto exorbitante de recursos financeiros com armas, munições e até pagamento de mercenários, contratados para aumentar as forças militares leais a D. Pedro. O combate às tropas portuguesas, no Brasil, cessou apenas em 1824, quando foi assinado o tratado em que Portugal reconhecia a independência do Brasil.

Para piorar, o governo se envolveu em outros dois conflitos militares. O primeiro foi no Nordeste, em 1824, com um movimento de cunho republicano e separatista, liderado pela província de Pernambuco, denominada *Confederação do Equador*. As tropas imperiais esmagaram esse movimento e seus líderes foram mortos.

O segundo ocorreu no cone sul do país, com a *Guerra da Cisplatina*. A região da Cisplatina pertencia ao Brasil, mas era povoada pelos uruguaios. O governo argentino incentivou os uruguaios a iniciarem um processo de independência do Brasil, para criar seu próprio país. Após o levante dos uruguaios, D. Pedro I enviou as tropas imperiais e teve início uma guerra que durou de 1825 a 1828, encerrando com a derrota brasileira.

Voto censitário

Direito de voto obtido pela comprovação de uma renda estipulada pela Lei eleitoral. O voto censitário foi utilizado ao longo da história para excluir a maioria do povo do direito de votar.



Figura 6.5: mapa do Cone Sul após a Guerra da Cisplatina.

Fonte: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/cisplatina.html>

Somando os gastos com todos esses conflitos militares e a indenização que o Brasil devia a Portugal, estipulada no tratado já citado, dá para se ter uma ideia do aumento dos gastos do Estado no início do governo de D. Pedro I e seus reflexos financeiros sobre a sociedade. Para fazer frente a todo esse alargamento das despesas, houve aumento dos impostos. Tais fatos ampliaram a animosidade e o desencanto com relação ao governo do primeiro imperador do Brasil.

Essa situação se agravou com a falta de confiança de boa parte da elite brasileira em D. Pedro I. Mesmo com sua majestade tendo sido o protagonista no processo de independência, não havia uma boa relação entre este e os membros da elite brasileira. Sendo o primeiro na linha sucessória ao trono português, havia o receio, entre membros da elite brasileira, que caso D. Pedro I também assumisse como rei de Portugal, poderia haver uma nova tentativa da elite portuguesa em retornar, com alguma forma de controle sobre sua antiga colônia.

Nem mesmo o fato de D. Pedro I ter abdicado, em 1826, do trono português, atenuou a postura da elite brasileira. Junto a isso, o temperamento forte do imperador e suas composturas mais afeitas a um rei absolutista dificultavam mais ainda essa relação. D. Pedro I era acusado de centrar as decisões do governo nele mesmo, tomando medidas sem escutar os membros da elite e mantendo uma distância em relação a esta. Para se ter uma ideia, todos os ministros do governo eram portugueses assim como a maioria de seus conselheiros.

Assim, o governo de D. Pedro I foi se desgastando e perdendo apoio entre os brasileiros. Por outro lado, os portugueses, residentes no país, cada vez mais se aproximavam do monarca porque viam nele um protetor de seus negócios e de seus interesses no Brasil. Não é à toa que, nesse período cresceu a animosidade entre brasileiros e portugueses, chegando ao auge desse processo com a *Noite das Garrafadas*. Em 13 de março de 1831, houve nas ruas da cidade do Rio de Janeiro um embate entre brasileiros contrários ao governo de D. Pedro I e portugueses defensores do governo. A denominação do ato deveu-se às garrafas usadas nesse conflito.

Após a Noite das Garrafadas e ciente de que sua impopularidade aumentava pelo país, D. Pedro buscou tomar medidas para amenizar as críticas ao seu governo. Mas era tarde. No dia 7 de abril de 1831, houve um grande protesto no Campo de Santana, com a participação do povo e de membros do exército imperial. Percebendo que tinha perdido apoio até entre parte do exército imperial, D. Pedro I renunciou ao trono brasileiro, em nome do seu filho D. Pedro de Alcântara. Logo após a abdicação, D. Pedro I seguiu para Europa e deixou seu filho D. Pedro de Alcântara para ser educado no Brasil e, um dia, assumir o trono brasileiro.

Como D. Pedro de Alcântara não podia assumir como imperador, pois possuía 5 anos de idade, seguindo à Constituição de 1824, ficou determinado que o Brasil seria governado por um grupo, denominado de *regentes*, até que o futuro imperador atingisse a idade de 21 anos. Surgiu, assim, o período *regencial* que durou de 1831 a 1840.

Período regencial

No começo do período regencial, foi estabelecida a Regência Trina, de 1831 a 1834, e depois a Regência Una, com Diogo Feijó exercendo o governo de 1835 a 1837, e Araújo Lima de 1837 a 1840. Em linhas gerais, podemos dizer que essa fase do período imperial é marcada por dois aspectos. O primeiro seria a disputa entre centralização e descentralização das ações

do Estado, envolvendo as províncias e o governo central; com as provinciais querendo ter uma maior liberdade política e econômica frente ao governo central, e este querendo ter um maior controle sobre as províncias.

O segundo aspecto residiu nas revoltas contra o governo central ocorridas em algumas províncias brasileiras. Dentre essas revoltas, destacam-se as cinco mostradas no mapa abaixo:



Figura 6.6: revoltas do período regencial.

Fonte: http://www.apoioescolar24horas.com.br/salaaula/estudos/historia/643_revoltas_regenciais/revoltasregenciais_content.html#pag4-tab

Importante dizer que o mapa da época era um pouco diferente. O Acre ainda não fazia parte do Brasil, e as fronteiras ainda não eram exatamente essas. O Pará, na época, se chamava *grão Pará*, e compreendia muito mais do que apenas o Pará, por exemplo. Mas isso você verá melhor adiante. Agora é importante focar no conteúdo.

Tais revoltas geraram um grande receio na elite brasileira, graças às suas demandas. A maioria, como a Cabanagem, Balaiaada e os Malês, estava ligada aos setores populares. As duas primeiras pleiteavam o acesso à terra e a melhoria das condições sociais e econômicas da população local; e a terceira, realizada por escravos e ex-escravos, tinha como luta maior o fim da escravidão.

Além disso, todas essas revoltas, inclusive a de Farroupilha, que era ligada a elite gaúcha, lutavam pela separação da região que atuavam, do restante do Brasil. Acreditavam que, formando um novo país, poderiam pôr em prática suas demandas, sem a interferência do governo central instalado no Rio de Janeiro.

Mesmo com o exército imperial derrotando todas essas rebeliões, criou-se na elite brasileira o medo de outras rebeliões e do fracasso do território nacional. Esse medo fez crescer a ideia de que era necessário estabelecer um novo governo, com D. Pedro de Alcântara assumindo o trono.

Começa o governo de Dom Pedro II

Como D. Pedro de Alcântara ainda estava com 14 anos, a Constituição teria que ser alterada pelos deputados e senadores, para permitir que sua majestade assumisse o governo. E assim foi feito, tendo início o Segundo Reinado, a partir do episódio denominado *Golpe da Maior Idade*.

Nesse período, no Brasil, já haviam se constituído os dois grupos políticos que marcariam a disputa política eleitoral no final do Período Regencial e, principalmente no Segundo Reinado: os liberais e os conservadores.

Apesar da diferença que essas denominações podem indicar sobre esses grupos políticos, na verdade, estes possuíam mais afinidades do que diferenças.

Ambos eram formados por membros da elite brasileira, notadamente por grandes proprietários de terras e de escravos, e não se preocupavam em mudar a estrutura econômica, social e política do país.

Nenhum dos dois grupos políticos, por exemplo, defendia a introdução de um processo de industrialização, o fim do voto censitário, o término da escravidão ou a inserção de uma reforma agrária que desse terra para o povo.

A diferença mais marcante entre os liberais e os conservadores é que os primeiros defendiam uma maior liberdade das províncias frente ao governo central. Assim mesmo, no Segundo Reinado, essa postura não será tão radical como no Período Regencial. A disputa político-eleitoral entre ambos, no Segundo Reinado, tinha como fator central ocupar os cargos políticos, principalmente na formação do Gabinete de Ministros, para promoverem ações políticas voltadas aos seus interesses econômicos.

O Golpe da Maior Idade é um exemplo dessa disputa. Diante da crise que havia no Período Regencial, os políticos liberais entenderam que deveria haver a antecipação da idade, para que D. Pedro de Alcântara assumisse. Com isso, o regente Araújo Lima, que era do grupo conservador, seria retirado do governo. Alguns historiadores não concordam com o termo *Golpe da Maior Idade*, porque D. Pedro de Alcântara tinha consentido que fosse antecipada sua maior idade, formalizando esse processo dentro das normas legais estabelecidas. De qualquer forma, o movimento dos liberais deu certo, D. Pedro de Alcântara assumiu como imperador do Brasil e formou um Gabinete de Ministros, apenas com políticos do partido liberal. Ao longo do Segundo Reinado, o Partido Liberal e o Partido Conservador se alternaram no poder, tornando-se os dois principais partidos do período imperial.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. A Constituição de 1824 estipulava que, no Estado Brasileiro, haveria quatro poderes. Aponte aquele que teria muito controle sobre os outros. Justifique.

2. O Poder Legislativo deve fazer as leis que regem o país, sendo composto, portanto, pelos deputados e senadores. Ciente disso, cite e explique o aspecto da Constituição de 1824 que garantia que apenas os membros da elite pudessem fazer as leis no período imperial.

3. Podemos dizer que entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, um desses, chegando ao poder, mudaria a situação do povo e dos escravos no período colonial? Justifique.

Resposta comentada

1. Para responder a essa pergunta, você deverá verificar o Poder que tem mais condições de intervir nos outros poderes e explicar como faria isso.
2. A melhor forma de responder a essa pergunta passa pela forma como eram escolhidos os membros do Poder Legislativo. Veja as normas para a participação política eleitoral e para se candidatar, e pense em qual o grupo social é beneficiado.
3. O caminho para responder a essa pergunta é verificar quem fazia parte desses partidos e que tipo de leis ou políticas não defenderiam.

Resumo

Nesta aula, estudamos a crise do sistema colonial, o processo de independência do Brasil, o reinado de Dom Pedro I, com todos seus problemas, até que chegamos ao Golpe da Maior Idade.

Na próxima aula, estudaremos mais a fundo o longo governo de Dom Pedro II e todas suas implicações na cidade do Rio de Janeiro.

Não se esqueça, querido aluno, o Rio de Janeiro se tornou a capital, com a vinda da família real, e, portanto, boa parte da história do Brasil do século XIX acaba passando, de uma forma ou de outra, pelas ruas da nossa cidade. Até a próxima aula!

Referências

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

CALCEIRA, Jorge. O Processo Econômico. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 161-204.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984

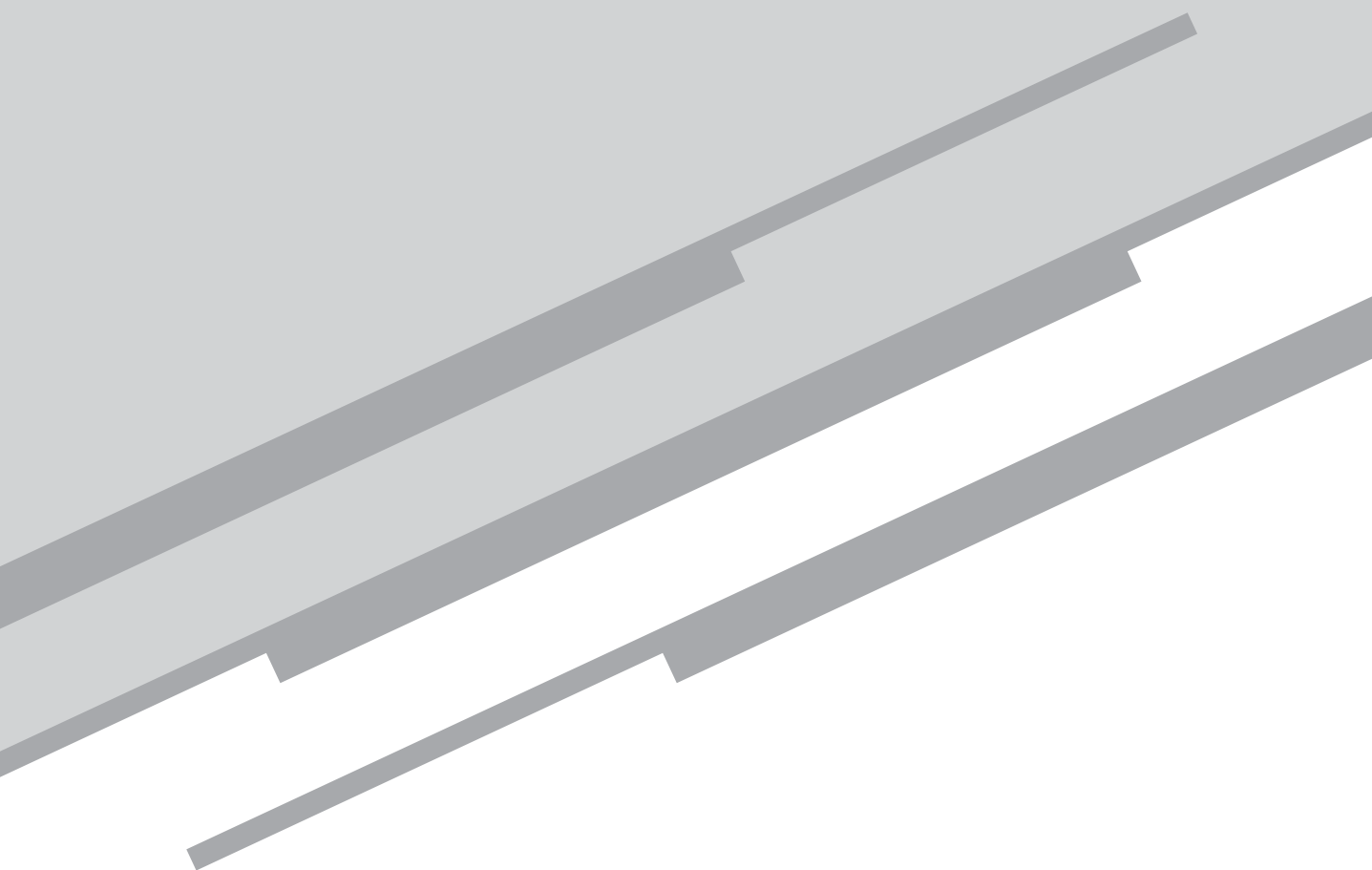
LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PAULA, João Antônio. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo. (Org.) *A Construção Nacional 1830-1899*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012, p. 179- 224.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa (Org). *Crise Colonial e Independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

Aula 7

O auge do período imperial, o café e o aprofundamento da cidade do Rio de Janeiro como entreposto comercial



Meta

Demonstrar as principais características econômicas, sociais e políticas do segundo reinado, destacando algumas de suas influências sobre a cidade e a província do Rio de Janeiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. exemplificar as ações do governo imperial a fim de se legitimar como fator essencial para o progresso do país;
2. relacionar a economia cafeeira com a ocupação definitiva do interior da província do Rio de Janeiro e com a consolidação da cidade do Rio de Janeiro como o principal entreposto comercial do país.

Introdução

Dando continuidade à temática do período imperial brasileiro, abordaremos os principais aspectos econômicos, sociais e políticos do Segundo Reinado, que é considerado o auge desse período, movido pelo equilíbrio político, pelo fim dos conflitos regionais que marcaram o Período Regencial e pelas receitas oriundas da venda do café brasileiro no mercado externo.

Trataremos a respeito do conjunto de ações realizadas pelo Estado imperial para legitimar o governo de D. Pedro II. Essas ações, na verdade, deram continuidade a um processo de legitimação iniciado durante o governo de D. João VI e mantido no período de D. Pedro I.

Falaremos também sobre os impactos desse período na província e na cidade do Rio de Janeiro; em especial, os efeitos da expansão da fronteira agrícola cafeeira, que gerou modificações no interior da província do Rio de Janeiro e aprofundou a função econômica da cidade do Rio de Janeiro como entreposto comercial.

Coroação de D. Pedro II

Após o Golpe da Maior Idade, houve a coroação e a sagração de D. Pedro de Alcântara, em 18 de julho de 1841, na Capela Imperial, com sua majestade passando a ser denominado *D. Pedro II*. Nesse dia, D. Pedro seguiu do Palácio Imperial, em São Cristóvão, numa grande comitiva composta por diversas carruagens e um corpo de soldados da cavalaria, com trajes de gala. Ao chegar no Largo do Paço (atual Praça XV), D. Pedro foi recebido por salvas de canhão que se repetiram durante o seu trajeto para a Capela Imperial.



Figura 7.1: quadro de François René Moureaux, Coroação de D. Pedro II.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coronation_of_dom_pedro_II.jpg

Em função da coroação, a cidade do Rio de Janeiro, capital do império, recebeu um conjunto de obras para deixá-la mais embelezada e em condições de receber as cerimônias e festas relacionadas à coroação. Afinal, além de atrair a atenção da população local, toda a corte e outros convidados viriam para esse evento.

Uma das principais obras realizadas para o dia da coroação foi a construção do prédio Varanda. Erguido no Largo do Paço (atual Praça XV), esse prédio foi construído para ser usado apenas no período da

cerimônia da coroação, servindo para apresentar o novo imperador ao povo, após a sua coroação. Tendo como criador e responsável pelas obras de construção o arquiteto Manuel de Araújo Porto Alegre, esse prédio demonstra a suntuosidade que envolveu o evento, como mostram as figuras abaixo:

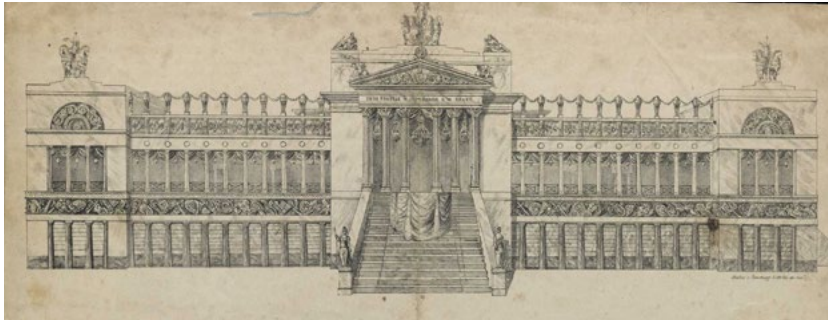


Figura 7.2: A Varanda.

Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon242027/icon242027.jpg



Figura 7.3: A varanda em litografia (Litografia Heaton e Rensburg) sobre arte de Abraham Louis Buvelot e Louis Auguste Moreaux.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coroação_de_D._Pedro_II_\(litografia\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Coroação_de_D._Pedro_II_(litografia).jpg)

De acordo com a descrição feita pela historiadora Lilian Swarcz, esse prédio pode ser dividido em três espaços contínuos; no centro, o *Templo*, e nas laterais, dois pavilhões.

O Templo foi onde se realizou a cerimônia de apresentação de D. Pedro II para o povo. Possuía um trono e um espaço para um grupo seleto de convidados e uma passagem para as pessoas. Já os dois pavilhões, local onde ficou a maioria dos convidados, simbolizavam a extensão do reino, com o da direita sendo denominado *Rio da Prata* e o da esquerda, *Rio Amazonas*.

Além desse conjunto de construções, o prédio possuía na sua fachada inscrições e estátuas que o tornava ainda mais suntuoso, carregando toda uma representação que valorizava a coroação e a figura de D. Pedro II.

Em cada lado do primeiro degrau da escadaria que dava acesso ao Templo, havia uma estátua de personagens da mitologia grega. Na direita encontrava-se a estátua de Athena, deusa da sabedoria, e na esquerda, a de Themis, deusa da justiça. Sobre o teto do templo, havia uma estátua representando o Gênio do Brasil, com um homem, tendo à mão um cedro que continha na sua ponta uma serpe alada (símbolo da família real), conduzindo uma biga puxada por quatro cavalos. Na parte superior da frente do Templo, voltado para o Paço Imperial, havia a inscrição “Deus protege o imperador”.

O interior do prédio não deixava nada a desejar ao seu aspecto externo, sendo ricamente decorado com candelabros, móveis, e paredes e teto cobertos por diversas pinturas. Algumas dessas pinturas destacavam fatos recentes da história da Família Real no Brasil, como a chegada da Família Real no Rio de Janeiro, o Dia do Fico e a declaração da Independência por D. Pedro I. Em outras palavras, o prédio Varanda não servia apenas como local para a cerimônia de apresentação do novo monarca ao povo, mas era também um espaço de legitimação de seu poder e da necessidade de tê-lo no comando do país, visto que D. Pedro II representava a justiça, a sabedoria, a riqueza e a grandiosidade que vigoraria no Brasil, daquele momento em diante, com o apoio de Deus.

O próprio D. Pedro II compareceu a sua coroação, sagração e apresentação para o povo devidamente trajado de acordo com o significado que essas cerimônias tinham:



Figura 7.4: retrato de D. Pedro II coroado imperador do Brasil. Autor: Duncan, A. *Dom Pedro II : Kaiser von Brasilien*. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1539999/icon1539999.jpg

Além do tecido de luxo e fios de ouro que compunham a roupa, usava um anel de brilhante, carregava um cedro de 2,5 metros feito de ouro, tendo na ponta uma serpe alada (símbolo da Família Real portuguesa) igualmente feita de ouro e com um brilhante em cada olho, ostentava a espada usada pelo seu pai no dia da Proclamação da Independência do Brasil e tinha uma coroa feita de ouro e cravejada de pedras preciosas, principalmente diamantes. Essa coroa foi feita especialmente para que D. Pedro II a usasse no cerimonial, ao invés da coroa de D. Pedro I, já que se desejava que D. Pedro II representasse uma nova era para o Brasil; marcada pela prosperidade e desenvolvimento do país, sem as crises dos períodos anteriores. Essa coroa, ainda existe e está em exposição no Museu Imperial na cidade de Petrópolis.



Figura 7.5: coroa de D. Pedro II.

Fonte: <http://museuimperial.museus.gov.br/dami/>

Pela descrição da Varanda e da vestimenta de D. Pedro II na sua coroação, percebe-se a continuidade do projeto iniciado por D. João, de valorização e legitimação da vinda da Família Real como fator fundamental para progresso do Brasil. Na verdade, essa continuidade já era gestada antes de D. Pedro II assumir o trono brasileiro, como demonstra esse quadro de quando ele possuía 12 anos. Uma visão crítica sobre esse quadro diria que retrata uma simples criança de 12 anos? Que visão passa sobre o futuro imperador?



Figura 7.6: quadro de Félix Taunay, de 1837, retratando D. Pedro II aos 12 anos. Esse quadro está exposto no Museu Imperial em Petrópolis.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Felix-Emile_Taunay_-_Retrato_de_Sua_Majestade_o_Imperador_D._Pedro_II,_1835.jpg

No transcorrer do Segundo Reinado, o projeto de construção de uma identidade nacional com um reino governado pelos Bragança, toma maior forma, visto que agora o imperador, mesmo sendo um membro da Família Real, era um brasileiro. Isso imputava maior legitimidade a esse processo.

Como no tempo de D. João, esse projeto de construção de identidade manteve como pressupostos a valorização da colonização portuguesa, a vinda da Família Real como marco para o progresso da nação, calcado num processo civilizatório de base europeia e numa visão romantizada do índio brasileiro. Na própria cerimônia de coroação de D. Pedro II, havia a presença desse projeto de construção da identidade nacional.

No traje da coroação, havia aspectos da cultura indígena e do Brasil. Abaixo da gola havia um cabeção feito de penas de tucano, as ombreiras eram feitas de galo-da-terra, e o manto possuía ramos de cacau e tabaco. No conjunto de pinturas de personagens históricos que decoravam o interior do prédio Varanda, junto a personagens como D. Pedro I e Napoleão, estavam presentes o de Caramuru (naufrago português que acabou morando por anos com os índios e se adaptando à cultura indígena) e do chefe indígena Tibiriçá, considerado pelo governo imperial um herói nacional.

Ao longo do Segundo Reinado, D. Pedro II cercou-se de historiadores, escritores e pintores para dar continuidade a esse projeto de construção da identidade nacional e para legitimar a sua imagem como a pessoa ideal para transformar o Brasil num país harmonioso, sem conflitos e regido pelo progresso.



Figura 7.7: escultura de Francisco Manuel Chaves Pinheiro de 1873, O índio, tem na sua mão direita o cedro real e na mão esquerda um escudo com o símbolo do império. Coleção Museu Nacional de Belas Artes.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Francisco_Manuel_Chaves_Pinheiro_-_Alegoria_do_Imp%C3%A9rio_Brasileiro.jpg



Figura 7.8: xilografia de 1869.

Fonte: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/2016/CAD_ENEM_2016_DIA_1_04_ROSA_2.pdf

No quadro a seguir, temos mais um exemplo desse processo de construção de legitimação do poder e importância de D. Pedro II.



Figura 7.9: quadro de Pedro Américo retratando D. Pedro II na Abertura da Assembleia Geral, composta por deputados e senadores, em 1872.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Américo_-_D._Pedro_II_na_abertura_da_Assembléia_Geral.jpg

Nesse quadro, Pedro Américo retrata D. Pedro II abrindo os trabalhos dos deputados e senadores na Assembleia Geral. Na parte de cima, no canto à esquerda, estão D. Tereza Cristina (esposa do imperador), a princesa D. Isabel e Dom Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, o conde d'Eu e, ao fundo, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré. Na parte de baixo encontram-se, também no canto à esquerda, outros nobres e importantes políticos do império. Na tela, Pedro Américo fez bastante uso das cores vermelha e amarela. A primeira representava, na cultura romana, a cor dos guerreiros e dos imperadores; e a segunda representava, entre os cristãos, a eternidade e a fé.

Realmente, o reinado de D. Pedro II representou o período mais longo do período imperial, com o Brasil tendo um crescimento econômico, urbano e cultural acima dos períodos governados por seu avô e por seu pai.

Por isso, o Segundo Reinado (1840-1889) é considerado o período do auge do império no Brasil. E muito desse processo de desenvolvimento está ligado ao grande alicerce econômico do período imperial: a produção de café.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Durante o governo de D. Pedro II, continuou a ser praticado o projeto de legitimação da Família Real e do poder de seus governantes como aspecto central para o progresso do Brasil. Esse projeto utilizava construções, pinturas, esculturas, ornamentos e tudo que fosse necessário para atingir o seu objetivo. A figura do índio, visto como filho original do Brasil, também era utilizada. Ciente disso:

a) escolha três aspectos da fachada externa da Varanda que estariam ligados ao projeto de valorização da figura de D. Pedro II.

b) entre vestimenta, objetos e ornamentos que D. Pedro II usou na sua coroação, aponte aquele que mais significava, ao mesmo tempo, riqueza e uma nova era para o Brasil. Justifique.

c) responda às duas perguntas que estão no corpo do texto da aula, antes do quadro de Félix Tauny, de 1837, retratando D. Pedro II aos 12 anos.

d) explique como a escultura e a xilografia, tendo como foco a figura do índio, presente nas páginas 167 e 168, inseriam-se no projeto de legitimação do império e do poder de D. Pedro II.

e) como na pergunta anterior, faça a mesma análise, mas agora baseando-se no quadro de Pedro Américo retratando D. Pedro II, na abertura da Assembleia Geral, em 1872.

Resposta comentada

1.

- a) Para responder a essa pergunta, você terá que escolher entre algumas das estátuas, a inscrição da fachada ou as características do prédio, explorando o significado dos aspectos escolhidos.
- b) Nesse caso, você terá que analisar os trajes, o cetro, a coroa, o manto e tudo que D. Pedro usou como vestimenta na sua coroação e escolher qual melhor responde à pergunta acima, além de explicar o porquê dessa sua escolha.
- c) Analise as expressões, a postura e as roupas de D. Pedro II nesse quadro e comente se traduzem a representação de um menino de apenas 12 anos.
- d) Para responder a essa questão, você deve dizer o que essas obras de artes estão retratando, estando ciente de que no projeto de legitimação do poder de D. Pedro II, o índio sempre aparecia como o filho da terra e havia uma visão romântica e heroica do povo indígena.
- e) Na elaboração dessa resposta, você deve explorar o local, o significado da vestimenta de sua majestade, as cores e a diferença entre a proporção entre a figura de D. Pedro II e as das outras pessoas presentes na tela.
-
-
-

O café, a cidade e a província do Rio de Janeiro

Em termos econômicos, o período imperial brasileiro manteve muitas semelhanças com o seu período colonial. Excluindo-se a liberdade de comércio, com o fim do pacto colonial; o deslocamento do polo econômico central, passando do nordeste para o sudeste; o começo da experiência do uso da mão de obra livre imigrante, a partir da segunda metade do século XIX; e a mudança do açúcar para o café como principal produto de exportação; as bases da economia não se alteraram.

Enquanto os países centrais do capitalismo mundial estavam entrando na II Revolução Industrial, no começo do Segundo Reinado a principal base da economia brasileira ainda se assentava no setor agrícola e pecuário. No período de 1841 a 1850 os principais produtos de exportação brasileiros eram açúcar, algodão, café, couros e peles. A forma de produção dos principais produtos agrícolas da pauta de exportação mantinha as mesmas características do período colonial, ou seja, a utilização da grande propriedade de terra (latifúndio), o predomínio da utilização da mão de obra escrava negra africana, a monocultura e a produção de produtos tropicais visando o mercado europeu, ou norte-americano. Na área da pecuária, também havia a manutenção da grande propriedade de terra e, apesar do uso de mão de obra escrava, vigorava o uso de uma mão de obra livre.

Como no período colonial, não podemos reduzir a produção agrícola brasileira, às características citadas acima. Pequenas e médias propriedades de terra eram utilizadas, dispondo de mão de obra familiar, composta pelo proprietário, seus filhos e algum agregado. Quando a família conseguia acumular algum pecúlio, comprava um ou dois escravos. Mas isso não significava que os membros da família deixavam de trabalhar na terra. Na maioria dos casos, essas propriedades se dedicavam à produção de alimentos para o comércio local, e seus proprietários ocupavam uma posição social e econômica abaixo dos grandes proprietários de terras e de escravizados.

A partir da metade do século XIX, ocorreu um “surto” de industrialização no Brasil. Este processo foi decorrente de uma conjugação de fatores: fim do Tratado de 1810 com a Inglaterra, em 1843; o surgimento das Tarifas Alves Brancos, em 1844, elevando as taxas sobre os produtos importados; fim do tráfico negreiro, em 1850, canalizando recursos desta atividade econômica para a nascente industrialização; capital excedente da cultura cafeeira, que passou a ser investido nas fábricas;

existência de uma infraestrutura montada para a economia cafeeira, que facilitou a industrialização, como ferrovias, portos, estradas; e acesso ao capital inglês.

Entretanto, apesar da sua importância, este “surto” industrial teve uma vida curta. As estruturas dominantes no Brasil, como a dependência do mercado externo e a manutenção do latifúndio e da escravidão, junto com o pouco apoio recebido por parte do governo (a maioria dos políticos era ligada ao setor agrário-exportador e não via com bons olhos o investimento de dinheiro público para fomentar a industrialização) e o temor da Inglaterra do desenvolvimento de um sistema fabril na ex-colônia portuguesa fez com que a industrialização do país não tivesse o apoio necessário para sobreviver e concorrer com os produtos estrangeiros.

O resultado foi que muitas empresas faliram, estancando o processo de industrialização que se ensaiava no país. Em outras palavras, num país cuja elite estava ligada ao setor agrário exportador e que dominava o setor político, não havia espaço para o crescimento substancial de uma atividade econômica como a industrialização, com amplo apoio do Estado. Principalmente num contexto que o café havia tomado o lugar de principal produto da pauta de exportação brasileira.



Barão de Mauá

Irineu Evangelista de Souza (1813 - 1889) nasceu no Rio Grande do Sul, mas veio morar com um tio na cidade do Rio de Janeiro, após a morte do pai.

Filho de uma família pobre, trabalhou no Rio desde os 11 anos. Com 23, tornou-se gerente de uma loja comercial e, logo depois, um dos sócios desse estabelecimento. Após uma viagem à Inglaterra, em 1840, percebeu que o processo de industrialização seria importantíssimo para o desenvolvimento do país e passou a investir nessa área.

Lógico que, para isso, também contribuiu a sua visão de homem de negócios e a percepção que era uma área pouco explorada no Brasil e que poderia lhe trazer bons lucros.

Irineu Evangelista tornou-se um dos maiores empresários daqueles tempos, criando um verdadeiro império. Construiu um dos maiores estaleiros do país, em Niterói. Possuía diversas fábricas, principalmente de tecidos. Criou a primeira companhia de gás para iluminação pública e a primeira ferrovia do Rio de Janeiro. Teve um banco com filiais nas principais capitais brasileiras e no exterior. Com todos esses empreendimentos, tornou-se um dos maiores empresários do império e recebeu diversas honrarias, como o de Barão, em 1850, e de Visconde, em 1874.

O auge de Irineu foi brilhante, e sua queda foi triste. Tendo boa parte da elite da época se opondo aos seus projetos, e após bastante desgaste político, Mauá viu seu império ruir e precisou declarar falência, vendendo quase todo seu patrimônio para quitar suas dívidas.

Ainda assim, recuperou-se financeiramente, trabalhando com corretagem de café, mas jamais voltou a ter o poder e as riquezas que teve. Morreu em 1889, aos 76 anos, e seu corpo foi levado de Petrópolis para o Rio de Janeiro, na estrada de ferro que ele mesmo havia construído anos antes.

No período de 1821 a 1830, havia o predomínio do açúcar, correspondendo a 30,1% na pauta da exportação brasileira, seguido pelo algodão, com 20,6%, e pelo café, com 18,4%. Já entre 1831 e 1840, o café suplantou o açúcar e o algodão, passando a ser o produto responsável por 43,8% da exportação do Brasil para a Europa e para os EUA.

Essa posição só se ampliou, ao longo do período imperial, alcançando 61,5%, entre 1881 e 1890. Em outras palavras, no período imperial, o café tornou-se a principal fonte de riqueza do país e de arrecadação de impostos pelo Estado, servindo para estabilizar a economia brasileira diante da crise gerada pela diminuição da venda de produtos brasileiros no mercado externo, em especial o açúcar.

Não é à toa que, quando José de Bonifácio ajudou a elaborar a bandeira do império (que foi criada por Jean-Baptiste Debret, em 1822), incluiu um ramo de café, junto com outro de fumo, alegando que seriam: “emblemas de sua riqueza comercial” (LESSA, 2005, p.103). Se ele não acertou sobre o fumo, com certeza o fez com relação ao café.



Figura 7.10: bandeira do Império. Do lado esquerdo, um ramo de café, e do lado direito, um de fumo.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flag_of_The_Empire_of_Brazil_1822-1889.png

O café não é uma planta originária do Brasil, e sim, da Etiópia, na África. Da Etiópia foi levado para Arábia e chegou no Egito e na Turquia no século XVI. Na Europa, o café só começou a ser comercializado no século XVIII, sendo vendido nos mais diversos países europeus. Os holandeses, percebendo o valor comercial da produção cafeeira, começaram a produzir café, na sua colônia no continente americano, a Guiana Holandesa, visando a venda do produto no mercado consumidor europeu. Da Guiana holandesa, sementes e plantações de café foram estabelecidas em outras regiões do continente americano como Jamaica e a Guiana Francesa.

Durante uma missão portuguesa na Guiana Francesa, o tenente Palheta se apropriou de algumas sementes de café e as trouxe para serem produzidas no Pará, em 1727.

Depois do Pará, o plantio do café foi introduzido no Maranhão e, finalmente, as primeiras plantações de café se estabeleceram no Rio de Janeiro, entre 1760 e 1762. Logo o café demonstrou a sua potencialidade para ser produzido no Brasil, saltando de uma exportação de 8.500 arrobas, em 1796, para 82.200 arrobas, em 1808; com a província do Rio de Janeiro tornando-se o primeiro grande polo nacional produtor dessa mercadoria, entre 1820 e 1870. Em 1867, essa província produziu 60% da produção mundial de café.

Com relação à província do Rio de Janeiro, no começo, o café foi plantado na cidade do Rio de Janeiro e nos seus arredores. Havia o plantio de café na Tijuca, São Cristóvão, Corcovado, Estácio, Gávea e São Gonçalo; mas foi no interior da província que se estabeleceu a maioria esmagadora da produção cafeeira, em especial do Vale do Paraíba. Locais como Campos, Cantagalo, Paty do Alferes, Vassouras, Barra do Pirai, Resende, Valença e Paraíba do Sul, tornaram-se as mais ricas regiões produtoras do país.



Figura 7.11: mapa do Vale do Paraíba, com as áreas produtoras de café.

Fonte: <https://player.slideplayer.com.br/2/365389/data/images/img5.jpg>

Por outro lado, a expansão da fronteira agrícola da produção de café pelo Vale do Paraíba possibilitou a ocupação definitiva do interior da província do Rio de Janeiro. Não que esse interior não fosse ocupado. Pelo contrário, há tempos havia engenhos de açúcar instalados na região. Porém, como o açúcar do Nordeste era de melhor qualidade e ainda tinha concorrência com o açúcar estrangeiro na venda para o mercado europeu, a produção de açúcar no interior da província não favoreceu a ocupação consistente dessa área.

Com o café, isso foi superado. A expansão das fazendas de café pelo Vale do Paraíba foi seguida pelo crescimento dos núcleos urbanos já existentes e pelo surgimento de novas cidades.

Da mesma forma, essa expansão da fronteira cafeeira pelo Vale do Paraíba requisitou o estabelecimento de novas estradas, ou melhoria das existentes, ligando a região à cidade do Rio de Janeiro. Afinal, o porto da cidade do Rio de Janeiro foi o grande local de embarque do café para os portos da Europa e dos EUA, como vemos no trecho que se segue.

[...] Em 1819/20, a junta de Comércio do Rio de Janeiro abriu um caminho carroçável chamado do Comércio, em direção a Vassouras, Valença e Rio Preto. A serra foi conquistada simultaneamente em direção a Resende, Pirai e Vassouras pelo famoso Caminho da Polícia, feito pelo intendente de D. João VI. Esses dois caminhos incorporaram à cafeicultura do Médio Paraíba e a região de Resende, dando origem à cidade de Vassouras – grande cidade cafeeira do interior fluminense. A região serrana central, franqueada pelo garimpo, foi rapidamente ocupada pelo café. De Resende/Pirai/Vassouras, caminhou o eixo do Paraíba abrindo ao norte a região de Cantagalo e Cordeiro, Santa Maria Madalena, Bom Jardim, Cambuci e pelo sul, e em direção a São Paulo, e em direção a São Paulo, ocupando Bananal, Queluz até Pindamonhangaba. (LESSA, 2005, p. 117).

De acordo com o economista Carlos Lessa, nessa expansão da fronteira agrícola cafeeira, diversas cidades foram fundadas: Valença (1823), Mangaratiba (1831), Barra Mansa (1832), Paraíba do Sul e Vassouras, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaboraí (1833), Pirai (1837), Saquarema (1841), Casemiro de Abreu e Rio Bonito (1846), Rio Claro (1849), São Fidelis (1850), Petrópolis (1857), Araruama (1859), Santa Maria Madalena (1861), Carmo (1874), Sapucaí (1881), Santo Antônio de Pádua (1882) e Itaperuna (1885) (LESSA, 2005, p.118). Todas essas cidades têm estreita relação com a cidade do Rio de Janeiro, visto que é da capital do império que saíam muitos produtos que abasteciam esses locais.

Os mesmos caminhos usados para escoar a produção cafeeira local para o Porto do Rio de Janeiro também serviam para o transporte das mais diversas mercadorias e viagens entre a cidade do Rio de Janeiro e essas jovens cidades. Tal fato vai se aprofundar, a partir de 1860, com a expansão das ferrovias que ligavam o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba. Criadas para substituir o transporte de café para o porto do Rio por meio de carroças e pelo uso de escravizados, o uso das ferrovias também serviu para o transporte de pessoas e de outros produtos.

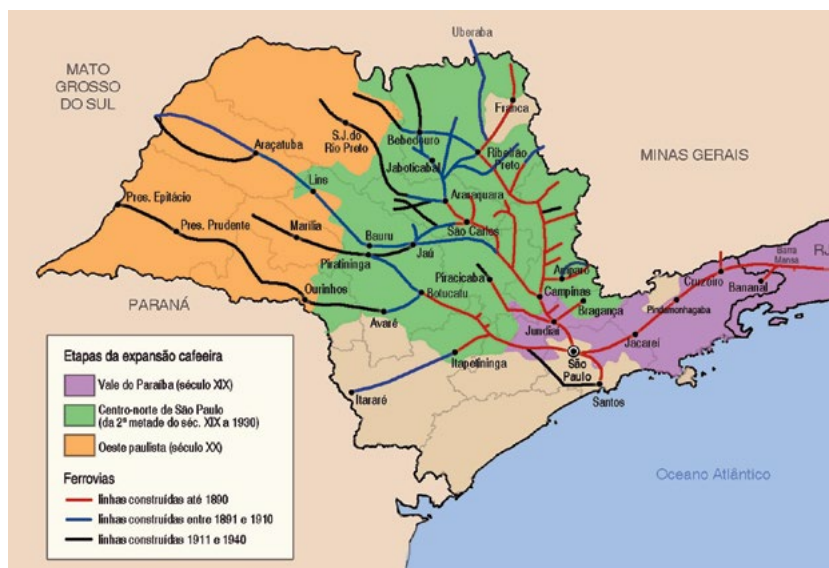


Figura 7.12: mapa mostrando a expansão da rede de estrada de ferro na área da produção açucareira no Sudeste.

Fonte: <https://player.slideplayer.com.br/2/365389/data/images/img5.jpg>

Os grandes cafezais dominavam a paisagem da região, e a massa de escravizados circulava entre estes e as áreas de beneficiamento do café; mantendo a mesma estrutura produtiva do período colonial, baseada na monocultura e na escravidão.



Figura 7.13: foto de Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles: escravizados trabalhando numa fazenda de café do Vale do Paraíba.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/107659>



Figura 7.14: foto de Marc Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles: escravizados trabalhando numa fazenda de café do Vale do Paraíba.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/107650>

Assim, a estrutura da casa grande e da senzala se manteve como fonte geradora da riqueza obtida por meio do café, reproduzindo as relações de uma sociedade que tinha, de um lado, uma elite que vivia de forma luxuosa, nababesca e, de outro lado, uma massa de escravizados que gerava as melhores condições de vida para essa elite, trabalhando sem ter liberdade e nem receber nada.

Os escravizados trabalhavam em todas as atividades produtivas. Preparavam a terra, plantavam as sementes de café, colhiam o café e o preparavam. Tudo isso sob a ameaça do chicote do feitor, usado diante de qualquer demonstração de que não se trabalhava da forma esperada. A sociedade imperial continuava a ser uma sociedade escravista, como no período colonial. A casa grande era o símbolo máximo do poder e da riqueza, enquanto a senzala, o símbolo máximo dessa exploração.

Porém, a ostentação da riqueza nas fazendas de café no período imperial foi maior do que nas fazendas produtoras de açúcar no período colonial.

O marco dessa ostentação residia na casa grande. Tais construções se configuraram em verdadeiros palacetes, tanto pelo tamanho quanto pelos aspectos arquitetônicos. Eram construções imponentes e cujo interior era decorado com móveis de luxo, lustres, tapetes dos mais caros, quadros e tecidos de decoração, vindos da Europa.

Não é à toa que os proprietários dessas fazendas eram denominados *Barões do café* e obtinham esse título junto ao governo imperial. Pela Fazenda do Secretário, de Laureano Correia de Castro, o Barão de Campo Belo, que chegou a possuir mais de 500 mil pés de café e 350 escravizados, podemos ver a exuberância dessas casas. Confira a litografia a seguir:



Figura 7.15: fazenda do Secretário. Litografia de Louis-Jullien Jacottet.
Fonte: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon976217i19.jpg

A partir do transcorrer de 1870, o Oeste paulista começou a despontar como nova fronteira para plantio e produção do café. Entre 1876 e 1880, o Vale do Paraíba produziu 52,2% do café exportado pelo Brasil, mantendo seu lugar como maior produtor nacional. Entretanto, entre 1891 e 1900, esse papel passou para o Oeste paulista, com essa região produzindo 60,5% do café exportado, enquanto o Vale do Paraíba despencou para 11,5%. E isso não representou apenas uma queda passageira: o esgotamento do solo tinha chegado ao seu auge, decretando o fim da região como grande produtora de café.

Dessa forma, diversas fazendas faliram ou passaram para o ramo da criação de gado, e várias das cidades fundadas em função da produção cafeeira se tornaram cidades fantasmas.

Hoje em dia, uma das principais atividades econômicas da região do Vale do Paraíba é o turismo. Além da beleza local, uma de suas atrações

é o circuito pelas fazendas de café, do tempo do império. Muitas foram reformadas e conservam aspectos da sua época áurea, no período da produção cafeeira.

Esse passeio turístico é feito de forma individual, através de excursões comuns e também de excursões agendadas por escolas. Como muitas dessas fazendas mantêm a casa grande, a senzala, móveis e objetos do tempo do império, os visitantes têm contato com uma parte da história do século XIX.

Em algumas delas, o turista é recebido por pessoas vestidas com roupas da época e vê uma encenação do dia-a-dia na casa grande, envolvendo o senhor, a senhá e os escravizados domésticos; com esses últimos servindo aos seus senhores. Nesse caso, cabe frisar que, por mais que essa encenação mostre uma realidade da história do Brasil, seria melhor que esse turismo tivesse uma atuação mais crítica e não mostrasse apenas os escravizados negros servindo. Poderiam representar as mais diferentes formas de resistências dos negros à escravidão, como suas fugas e rebeliões. O caráter turístico seria mantido, mas também haveria um caráter educacional atacando a ideia de que o negro não resistiu a escravidão, que acabou embasando visões preconceituosas sobre a população negra.



Figura 7.16: foto de uma fazenda atual no Vale do Paraíba, inserida no circuito turístico.

Fonte: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/17_secretario.pdf

Voltando ao tempo do império e finalizando esta aula, abordaremos agora alguns dos impactos da expansão da fronteira cafeeira no Vale do Paraíba sobre a cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, daremos ênfase às relações comerciais e deixaremos outros aspectos para a próxima aula.

No final do século XVIII, antes mesmo da chegada da Família Real, a cidade do Rio de Janeiro já se destacava como entreposto comercial. Na época da exploração de ouro em Minas Gerais, no período colonial, o Rio de Janeiro se estruturou e se destacou nessa atividade comercial. No seu porto, chegavam escravizados da África e produtos das mais variadas partes do mundo com destino à região do ouro em Minas Gerais. Também para esse porto, vinha o ouro mineiro que seria transportado para Portugal. Somado a isso, o porto do Rio era uma passagem obrigatória para um conjunto de produtos alimentícios, produzidos no entorno da cidade e em outras regiões do Brasil, cujo destino era a venda no mercado mineiro.

Mesmo com a crise da extração de ouro nas Minas Gerais, palpável na diminuição da quantidade de ouro encontrado nas minas e rios, não houve alteração nesse papel de entreposto comercial do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro continuou a conter uma rede comercial que trabalhava com produtos para a região de Minas Gerais e, desta, para outras regiões do Brasil. Com o crescimento da criação de animais em substituição à atividade de extração de ouro, vinham de Minas produtos ligados à pecuária, que eram vendidos para a própria população do Rio ou comercializados em outras regiões. Do Rio, partiam escravizados e produtos manufaturados para a região mineira.

Com a transformação do Vale do Paraíba na maior região produtora de café do Brasil e do mundo, esse papel de entreposto comercial da cidade do Rio de Janeiro se aprofundou. Novamente, o porto do Rio ocupou um papel central nesse processo. Sua localização favorecia o embarque e desembarque de mercadorias da Europa, América, África e Índia; sendo o local ideal para a exportação do café produzido no Vale do Paraíba. Antes da implantação das ferrovias, o café vinha dessa região para o porto do Rio num conjunto de forma de transporte que envolvia escravizados, mulas, carroças e barcos, e que também dinamizou o entorno da cidade do Rio de Janeiro e outras regiões:

O café era drenado, por caminhos carroçáveis ou trilhas para tropas de mula, para as casas comissárias de café. Estrela recebia o café do Médio Paraíba e da Zona da Mata Mineira. Magé drenava de Cantagalo, Mangaratiba embarcava cafés de São João

Marcos, Resende, Pirai e Barra Mansa. Uma séria de pequenos portos na região de Angra dos Reis – Macumba, Jurumirim, Frade, Bracuí etc. articulava-se com os caminhos iniciados no Vale do Paraíba. O café de Bananal e de São João de Barreiros era encaminhado para Parati. No fundo da Baía de Guanabara havia embarcações de café em Magé, Piedade, Iguaçu, Porto das Caixas, além de Estrela. Das tropas de burros, estes pequenos portos transferiam por hidrovia, em pequenas embarcações, o café que do Rio era exportado predominantemente para Hamburgo, Havre e Nova York.

LESSA, 2005, p.116)

Isto é, havia toda uma rede comercial que mobilizava a circulação dinheiro, no transporte do café para o porto do Rio, destino final da mercadoria, antes do seu envio para o exterior. O mesmo acontecia no sentido inverso, ou seja, no envio de mercadorias para a região do Vale do Paraíba.

Com o aumento da população e do poder aquisitivo, principalmente no que se refere aos Barões do Café, o Vale do Paraíba ocupou a mesma posição da região de Minas Gerais antes da crise da extração de ouro. No porto do Rio, chegavam caixas vindas da Europa, trazendo roupas, tecidos, talheres, móveis, porcelanas e todo tipo de objetos e produtos, encomendados ou para serem vendidos para a rica clientela proprietária das fazendas de café, no interior da província. Da mesma forma, partiam os comerciantes do Rio de Janeiro, que vendiam, para a região do Vale do Paraíba, os mais variados tipos de alimentos, inclusive vindos de outras províncias, material de construção civil e outras mercadorias produzidas no país.

O escravizado era fundamental para a economia cafeeira que saía do Rio. Desde a expulsão dos holandeses, que invadiram o nordeste brasileiro no período colonial, os traficantes de escravizados instalados no Rio de Janeiro controlavam o comércio da venda de escravizados, vindos da África, que desembarcavam no Porto do Rio. A expansão da produção de café no Vale Paraíba fez da região o local de maior venda de escravos vindos da África, e do porto do Rio, sua principal porta de entrada no país. Mesmo com a proibição do tráfico negreiro, com a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, o Porto do Rio continuou com a atividade, agora com escravizados vindos do tráfico interprovincial. Muitos comerciantes de outras províncias passaram a vender escravos locais para a região do Vale do Paraíba, atraídos pela lucratividade desse comércio de pessoas.

Em outras palavras, o crescimento econômico do Vale do Paraíba, gerado pela expansão agrícola das fazendas de café, impulsionou a posição da cidade do Rio de Janeiro como entreposto comercial, devido à circulação de mercadorias entre essas regiões. Além disso, a expansão do café também favoreceu modificações no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, modificações nos hábitos de sua população e introduções na sua infraestrutura. Mas isso será objeto de estudo do nosso próximo módulo.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Cite as rupturas e o que foi mantido nos principais aspectos da organização econômica do período imperial, em relação ao período colonial.

2. Podemos dizer que José de Bonifácio acertou no seu objetivo ao incluir uma folha de café na bandeira do império, em 1822? Justifique.

3. Explique como a expansão da fronteira agrícola cafeeira serviu para concretizar a ocupação do interior da província do Rio de Janeiro.

4. No âmbito da produção cafeeira, explique o significado da frase: “A casa grande era o símbolo máximo do poder e da riqueza, enquanto a senzala, o símbolo máximo dessa exploração.”

5. Especifique como a expansão da fronteira agrícola cafeeira pelo Vale do Paraíba reforçou a cidade do Rio de Janeiro como o principal entreposto comercial do país.

6. Hoje, no Vale do Paraíba, existe um circuito turístico envolvendo as fazendas de café do período imperial. No texto desse módulo, há uma crítica a uma atividade realizada em algumas locações desse circuito. Leia e argumente se você concorda ou não com essa crítica.

Resposta comentada

1. Para responder a essa pergunta, você terá que apontar as diferenças e semelhanças entre o período imperial e o período colonial, tendo como foco esses aspectos: o tamanho das terras (pequena, média ou grande), o principal tipo de mão de obra utilizada nas atividades produtivas, os tipos de produtos, o mercado consumidor, o produto principal da pauta de exportação, a principal região produtora, o aspecto da liberdade de comércio.

2. Para elaborar a sua resposta, utilize os dados sobre o avanço do café na pauta de exportação brasileira.

3. Faça uma relação entre a ocupação do Vale do Paraíba pelas fazendas de café e o surgimento e crescimento de cidades nessa região.

4. Estabeleça uma relação entre as condições de vida dos Barões do Café, abordando suas casas e seu poderio econômico; e as condições de vida, de trabalho e de exploração, vividas pelos escravizados.
5. Na resposta a essa pergunta, você deverá retomar o sistema de circulação de mercadorias entre a cidade do Rio de Janeiro e o Vale do Paraíba, destacando o papel do porto do Rio, os produtos e os lugares envolvidos nessa circulação comercial.
6. Essa resposta deve se basear na questão da encenação que algumas fazendas, desse circuito turístico, apresentam aos turistas, envolvendo o dia-a-dia na casa grande daquele período.



Resumo

O período imperial brasileiro foi marcado pela primeira formação do Estado brasileiro. Esse Estado mantinha muitas características do período colonial, principalmente nos aspectos econômico e social, mantendo a grande propriedade de terra, o predomínio da produção de mercadorias tropicais para o mercado externo e a utilização da mão de obra escrava, essencialmente a negra africana. A diferença residiu no predomínio da produção cafeeira, substituindo a açucareira como produto central de exportação, na mudança do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste e no fim definitivo do pacto colonial.

Em termos políticos, construiu-se um conjunto de leis que beneficiavam a elite brasileira, em especial o voto censitário, que excluía a participação política eleitora da maioria da população. De um processo de independência que foi feito de cima para baixo, não se poderia esperar uma organização política diferente.

Depois de um período conturbado, marcado por crises no Primeiro Reinado e no Período Regencial, o império se estabilizou e vive seu auge no Segundo Reinado, com D. Pedro II sendo o imperador que esteve mais tempo no comando do país.

Essa estabilização do império em muito se deveu ao predomínio da produção cafeeira no mercado consumidor europeu e norte-americano. O café mostrou-se uma fonte de recursos para sanar os problemas do Estado brasileiro e gerou uma elite de barões do café, que serviram de apoio

político para o regime imperial.

O Vale do Paraíba foi a primeiro grande polo produtor de café no Brasil e possibilitou a ocupação do interior da província do Rio de Janeiro, aprofundando o seu papel como entreposto comercial mais importante do país. A economia cafeeira também gerou outras relevantes transformações na cidade do Rio de Janeiro, que serão objeto de estudo do próximo módulo.

Referências

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

CALCEIRA, Jorge. O Processo Econômico. IN: SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 161 a 204.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.

Faria, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984.

LAVOR, João Conrado Niemeyer. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. *Rodriguésia*, v. 35, n. 57, Rio de Janeiro, Jan/Dec, 1983.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2005.

PAULA, João Antônio. O Processo Econômico. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *A Construção Nacional: 1830-1899*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012, p. 179 a 224.

SCHWARCZ, Lília Moritz. SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 205 a 248.

_____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Revista Convergência Lusíada*, 24, 2º Semestre, 2007, p. 67 a 99.

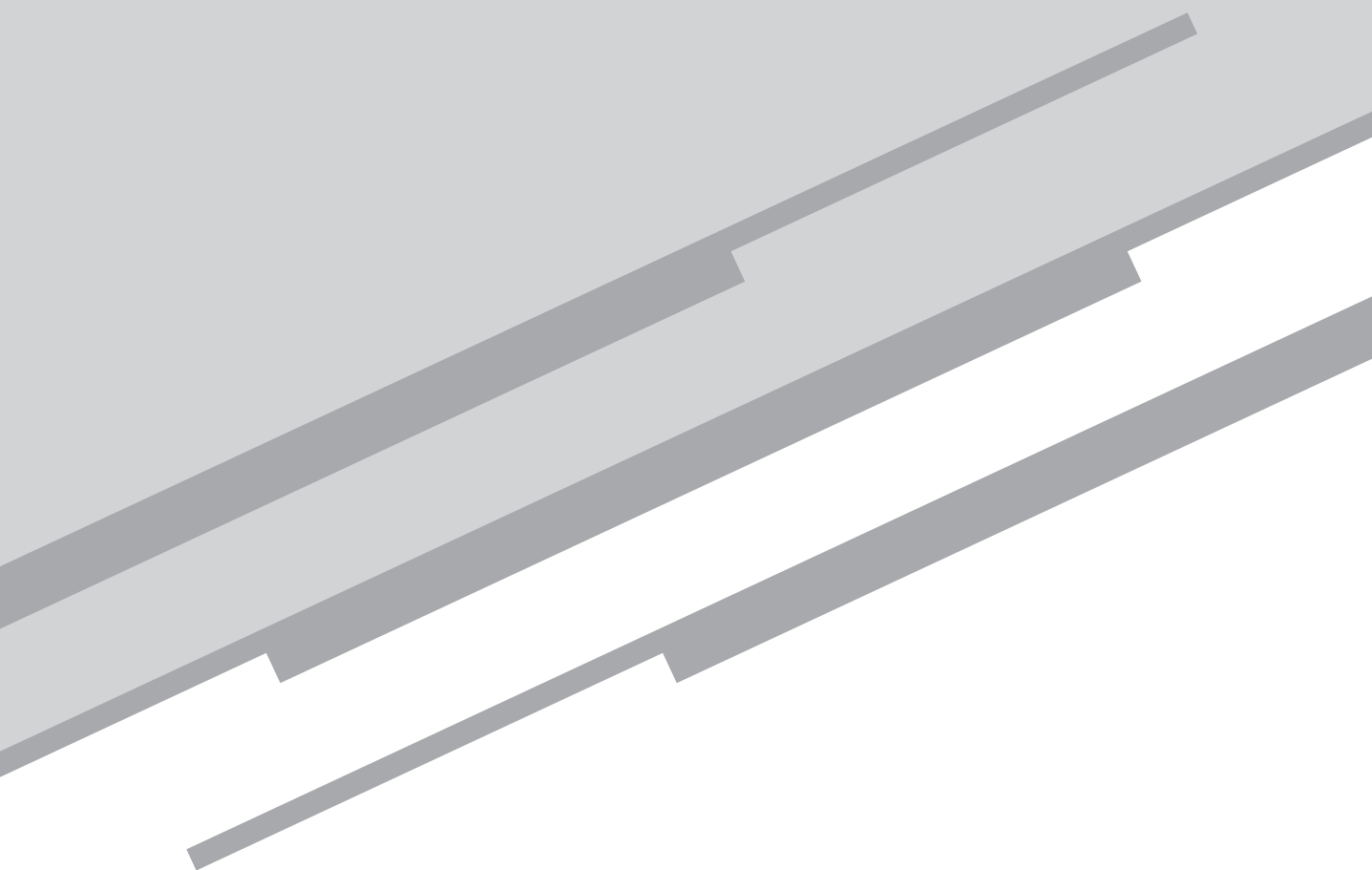
SCHWARCZ, Lília Moritz e SPACCA. *As Barbas do Imperador: D. Pedro, a História de um monarca em quadrinhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SILVA, Alberto da Costa. *População e Sociedade*. SILVA, Alberto da Costa *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 35 a 75.

SOUZA, Arini Fernandes. Teatro João Caetano conta sua história. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, n. 3, 2009, p.181-197.

Aula 8

Rio de Janeiro, a Capital do Império:
processo de modernização



Mário Luiz de Souza

Meta

Estudar o processo e as características do modelo de modernização pelo qual a cidade do Rio de Janeiro passou no período de sua efetivação como capital do Império brasileiro; demonstrando como esse processo esteve atrelado ao desenvolvimento econômico do país, seguindo o padrão europeu de modernidade, e apontado alguns dos problemas por que esse centro urbano vinha passando desde o período colonial.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. compreender a relevância dos bondes e dos trens no processo de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro;
2. reconhecer os aspectos que caracterizam o seu processo de modernização;
3. descrever as contradições desse processo.

Introdução

As transformações na cidade do Rio de Janeiro durante o período em que foi a capital do Império

Desde a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, houve todo um processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro.

Escolhida como moradia da Família Real e capital do reino português no Brasil, a cidade sofreu uma série de modificações nos seus aspectos urbanísticos e econômicos. Com a independência do país, frente à Portugal, esse processo se aprofundou, visto que passou a ser a capital do Brasil.

Nessa aula, abordaremos algumas das principais transformações ocorridas na cidade, dando ênfase aos aspectos urbanos, como a expansão das **freguesias**, a modernização dos meios de transporte público, as condições das ruas, a iluminação pública, o combate às condições sanitárias, dentre outros aspectos que marcaram o período.

Freguesia

Divisão dos territórios das cidades. No período imperial, por volta de 1870, a cidade do Rio de Janeiro possuía 13 freguesias urbanas (Candelária, São José, Santa Rita, Sacramento, Glória, Santana, Santo Antônio, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea, Engenho Novo) e 8 freguesias rurais (Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá).

A expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro: o papel dos bondes e dos trens

Quando o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, a cidade passou a ser a capital do novo reino. Com o processo de independência, em 1822, a cidade manteve a mesma posição, mas agora era capital do Estado brasileiro. Em 1834, sua situação institucional sofreu mais uma alteração, passando a ser um Município Neutro, deixando de fazer parte da província fluminense (da qual a cidade de Niterói passou a ser a capital) e ficando sob o domínio direto da coroa imperial.



Mesmo com o fim do período imperial e com a proclamação da República, a cidade do Rio de Janeiro continuou a ser a capital do país. Essa situação só modificou em 21 de abril de 1960, com a inauguração da nova capital do país: Brasília. Em função disso, surgiu o estado da Guanabara, formado pelo território da cidade do Rio de Janeiro. Esse novo estado durou até 1975, quando houve a fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro (antiga província fluminense). O nome desse novo estado será Estado do Rio de Janeiro e a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida como sua capital.

Maurício Abreu aponta que, um ano antes da proclamação da independência, o Rio de Janeiro ainda era uma cidade muito modesta. Sua área urbana ainda era formada pela região do Centro e da região portuária. As freguesias da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana, marcavam esse perímetro urbano. As outras províncias eram rurais, incluindo-se aí a freguesia de São Cristóvão e a região de Botafogo.



Figura 8.1: Gravura do Barão de Planitz - Botafogo por volta de 1850.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18570/botafogo-e-caminho-de-s-clemente-rio-de-janeiro>

Mas ao longo do século XIX, em especial a partir da sua segunda metade, o Rio de Janeiro viveu um processo de expansão urbana:

[...] Foi intensa a multiplicação de logradouros: O reverendo Walsh (1828) conheceu um Rio com 90 ruas, 16 travessas, 2 praças, 11 largos, 13 praias e 6 morros ocupados. Em rápida progressão, em 1860 o Rio teria 240 ruas, 47 praças, 42 travessas, 23 morros e 30 praias habitadas (LESSA, 2005, p. 132).

Tal processo de expansão se deu com a conjugação de aterro, desvios de rios, destruição de pântanos e outras ações para a criação de caminhos e ocupação de áreas:

Com o crescimento urbano acelerou-se a ocupação do solo. Para facilitar os deslocamentos de D. João VI por terra para a Quinta de São Cristóvão foi estimulada a ocupação por particulares da Cidade Nova (no eixo da atual avenida Presidente Vargas). Cada um consolidaria por aterro seu lote. Este processo foi avançado pelo barão de Mauá em 1860, que aterrou o saco de São Diogo até a ponte dos Marinheiros e organizou o canal do Mangue. Logo após o conselheiro João Alfredo, ministro do Império, projetou um plano estendendo a integração do Mangue com os melhoramentos urbanos. O morro do Senado foi desmontado (entre 1880 e 1906), e seu centro é a atual Praça da Cruz Vermelha. A história das praças centrais do Rio, iniciada com a Praça XV em gradual expansão sobre o mar desde o século XVI, é assemelhada com a Praça X, iniciada desde o século XVI em gradual expansão sobre o mar. A seu exemplo, o Largo da Carioca e o Passeio Público, foram conquistas sobre lagoas, e a Praça Tiradentes tem uma longa história de aterramentos e sepultamento de manguezais. O Campo de Santana surgiu sobre um aterro de lixo, finalizado no século XIX e embelezado com os jardins de Glaziou (este também reformou a Quinta da Boa Vista e o Passeio Público) (LESSA, 2005, p.132).



O francês Auguste François Marie Glaziou ocupou os cargos de Diretor dos Parques e Jardins da Casa Imperial e Inspetor dos Jardins Municipais. Participou dos principais projetos paisagistas da Corte durante o Segundo Reinado. Além de sua capacidade profissional, sua forte amizade com D. Pedro II facilitava a sua influência e decisão nos projetos paisagistas da cidade, levando-o a trabalhar nos projetos de praças, jardins e parques. Voltou para França em 1897 e faleceu em 1906.

Se no começo do século XIX, havia dez freguesias na cidade, no final desse mesmo século, esse número dobrou. Somado a isso, nessas freguesias houve a expansão de loteamentos, começando a partir de 1850, nas freguesias de São Cristóvão, Tijuca, Espírito Santo (Cidade Nova), Andaraí e Engenho Novo; e, a partir de 1860, em Riachuelo, Rio Comprido, Jardim Botânico e Botafogo. Esse aumento também se refletiu no número de habitantes. Se na época do desembarque da Família Real no Porto do Rio de Janeiro havia uma população de 43 mil habitantes na cidade, em 1890, havia 522 mil; e em 1906, 817 mil. Em outras palavras, a expansão urbana e populacional é uma das marcas do período do Rio de Janeiro como capital do império.

Entre as razões que servem para elucidar essa expansão, não se pode deixar de destacar o desenvolvimento do sistema de transporte público, que favoreceu a ocupação de outras regiões, para além do Centro e da região Portuária.

Um dos primeiros sistemas de transporte que surgiu na cidade foi o de serviço de carruagem, em 1838. Podendo comportar de 8 a 12 pessoas, esse tipo de transporte possibilitou o deslocamento de pessoas para regiões na área urbana da cidade e seus arredores. No entanto, os serviços de transporte que mais influenciaram na expansão urbana foram o bonde e o trem.

A implementação do serviço de bondes e de trens, no Rio de Janeiro, teve como motivação os interesses empresariais envolvidos no processo. O capital nacional, formado por empresários, políticos e membros de famílias mais abastadas, via o investimento nesses meios de transporte

como uma forma de aumentar os seus lucros. Alguns dos recursos financeiros desse grupo vinham do excedente de lucro do setor cafeeiro, que buscava novas formas de investimento, principalmente a partir de 1850. No caso dos trens, o setor cafeeiro também tinha um interesse direto no estabelecimento desse meio de transporte, como uma forma mais rápida e barata para deslocar a produção de café do interior do estado e, depois, de Minas Gerais e São Paulo, para o porto do Rio, e sua exportação para a Europa e os EUA. Já o capital estrangeiro, notadamente firmas americanas e inglesas, via na implementação desses serviços uma forma de expandir sua acumulação de capital, atuando na construção das linhas de ferro, venda do aço para formar os trilhos e venda dos bondes e dos trens; além de ofertar esses serviços para a população por meio de companhias especializadas.

Os Bondes

Seguindo os interesses citados acima, o serviço de bondes começou a ser instalado no Rio, a partir de 1850. Esses bondes eram movidos a tração animal, por meio do uso de cavalos e, principalmente, de burros.



Figura 8.2: Bilhete da antiga companhia que atuava em Santa Tereza, a partir de 1877.

Fonte: <http://www.vila-isabel.de/geschichte/bonde.htm>

A primeira companhia de bondes do Rio de Janeiro surgiu em 1859, através da ação do empresário Thomas Cochrane. O primeiro trajeto que foi servido por esse serviço ligava o Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes) com o alto da Tijuca, perfazendo uma viagem de 7 km. Na inauguração desse serviço, D. Pedro II, sua esposa e outros membros da Corte estiveram presentes, demonstrando a relevância dessa novidade

para o transporte na cidade. Depois, em 1868, uma nova companhia de bondes recebeu a concessão para explorar o serviço de bondes puxados a burro no Rio, a americana The Botanical Garden Railroad Company, depois chamada de Companhia de Ferro-Carril do Jardim Botânico. Primeiro, essa companhia atuou no trecho entre a rua Gonçalves Dias e o Largo do Machado, servindo na ligação entre o Centro e a freguesia da Glória. Depois, a partir de 1871, passou a operar ramais responsáveis pela ligação do Centro com Botafogo, Largo das Três Vendas (atual Praça Santos Dumont), Laranjeiras e Gávea, chegando a responder pela demanda de transporte de mais de 3.000.000 pessoas em suas linhas. O resultado do empreendimento da Companhia de Ferro-Carril do Jardim Botânico acabou demonstrando o potencial lucrativo da exploração da oferta de serviços desse tipo, atraindo a ação de outras companhias estrangeiras e investidores nacionais. Por exemplo, em março de 1870, começou a atuar a Rio de Janeiro Street Railway Company, que depois será mudou sua denominação para Companhia São Cristóvão, transportando pessoas entre os bairros de São Cristóvão, Tijuca, Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido.

Os bondes tinham capacidade para levar até 16 pessoas, eram puxados por burros e se deslocavam sobre trilhos. Esses bondes logo atraíram a população. D. Pedro II, um admirador dos avanços tecnológicos e científicos, também tinha admiração pelos bondes, recebendo de presente dois vagões desse tipo de transporte. Um, em 1878, dado pelo americano John Stephenson, fabricante de bondes, e o outro, em 1887, pela companhia Gilbert Car Company de Tro, de Nova York.

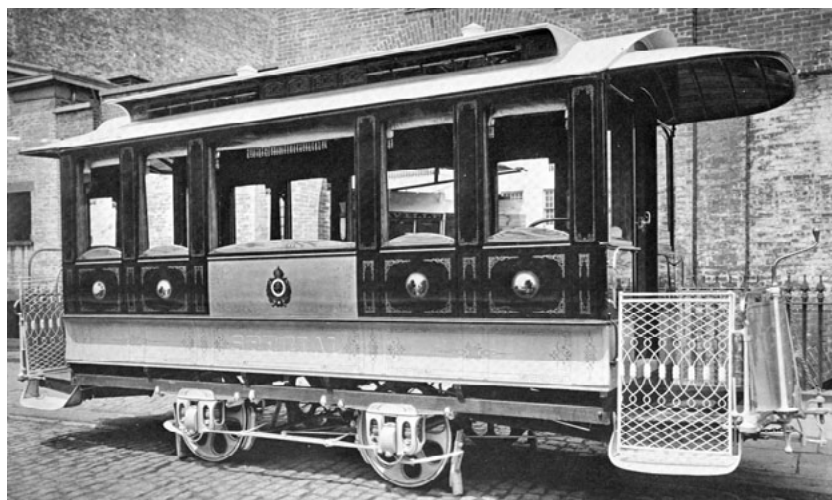


Figura 8.3: Bonde presenteado a D. Pedro II por John Stephenson.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bonde_do_Imperador_D._Pedro_II.jpg

Em 1862, tentou-se substituir os bondes movidos a tração animal por bondes movidos a vapor, mas o empreendimento não deu certo e o uso de burros nesse serviço se solidificou. Somente em 1892 houve a implementação de bondes movidos a energia elétrica no Rio de Janeiro. Por sinal, o Rio de Janeiro foi a terceira cidade do mundo a ser servida por bondes elétricos. Mesmo assim, isso não significou o fim imediato dos bondes puxados a burro e, durante um bom tempo, os dois tipos de serviços coexistiram. Tanto que, em 1911, foi inaugurada uma linha de bonde movido a burro que ligava Madureira ao Irajá. A substituição de bondes movidos a tração animal por bondes elétricos nessa linha só ocorreu em 1928:

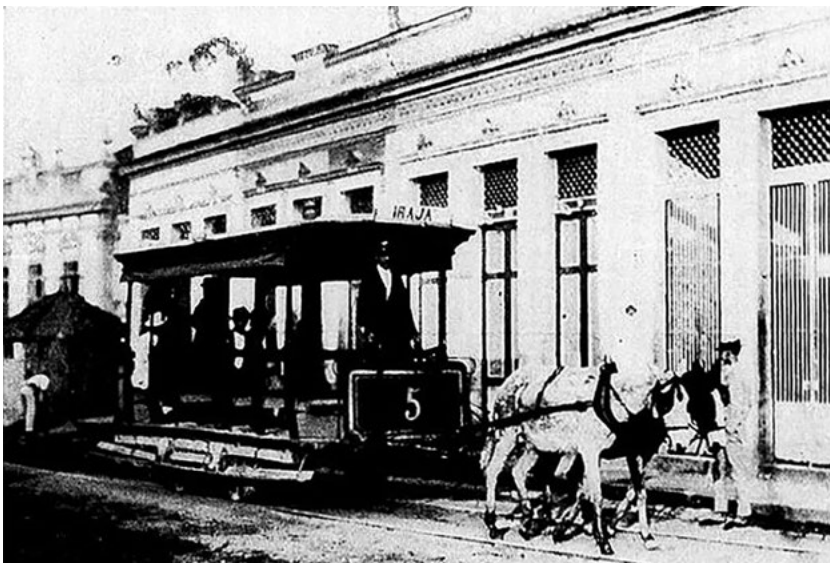


Figura 8.4: Bonde movido a burro da linha Madureira – Irajá.

Fonte: <https://jornaisantigosrio.wordpress.com/2013/04/09/nova-linha-de-bondes-entre-madureira-e-iraja-em-1911/>



De Bonds para Bondes

Quando surgiram os bondes, os mesmos eram chamados de caril de ferro, e só houve a mudança de denominação a partir de 1879, devido ao preço cobrado pelo transporte nesses veículos e a forma de pagamento. Explico: a passagem custava 200 mil reis, mas como não havia cédulas nesse valor, o que causava problemas na hora de dar o troco para os passageiros, a empresa criou uma cartela com cinco bilhetes que totalizavam 1.000 mil reis,

cédula que existia na época. Assim, a pessoa comprava a cartela e podia viajar cinco vezes. Cada bilhete era chamado pela empresa de *bonds*, que significava título da empresa, em inglês. Esses *bonds* não eram impressos no Brasil. Eram importados dos EUA e pareciam com uma ação de empresas vendidas na bolsa de valores, ou seja, títulos. Como era cobrado dos passageiros com esse nome, a população passou a chamar os carris de ferro de bondes.

O bonde teve um impacto na ligação e ocupação de regiões do Rio:

[...] Com a expansão populacional e o barateamento do aço os bairros passaram a ser interligados por bondes sobre trilhos a tração animal. A primeira concessão foi outorgada à Thomas Cochrane, em 1856 (a ligação entre o Rócio e a Gamboa). Até 1905 foram mais de quatro dezenas de autorizações para organização de companhias de carris e exploração de linhas. Desde 1868 estava organizada a mais importante: a Companhia Jardim Botafogo. Operava nos bairros da zona sul, e evoluiu de 3 milhões de passageiros, em 1870, para 22 milhões (1896). Esta companhia absorveu as demais entre 1905 e 1907: Carris Urbanos (Centro-Porto-Praça da Bandeira), a Vila Isabel (bairro do mesmo nome) a São Cristóvão (Caju-Catumbi-Tijuca, que também transportavam mais de 30 milhões de passageiros no final do século). Em 1906 somente a Companhia Vila Isabel transportou 50 milhões. Os bairros da Zona Norte tradicional, bem como os subúrbios lindeiros (Rocha, Cavalcanti e Méier) foram estruturados pelo bonde. O ritmo de ocupação dos bairros foi definido pelas linhas de bonde que estruturaram a geometria do cordão de novos bairros. Foi impressionante a evolução dos bondes, mesmo antes da eletrificação. Em 1859 o bonde puxado a burros ligou a cidade com o Alto da Boa Vista. Em 1875 o bonde a tração animal atingia a Freguesia e a Taquara, em Jacarepaguá. [...] (LESSA, 2005, p.142).

Um bom exemplo da relevância dos bondes no surgimento de bairros é o bairro de Vila Isabel, por meio da ação de João Batista Vianna Drummond (1825-1897), o Barão de Drummond. Empresário do ramo

imobiliário, o Barão de Drummond comprou, em 1872, a Fazenda dos Macacos, de propriedade da princesa Isabel, localizada na região que abarca boa parte do bairro de Vila Isabel de hoje, com o objetivo de lotear a fazenda e vender esses lotes. Para fomentar esse empreendimento, o Barão de Drummond resolveu criar um bairro no local, projetado por sua companhia de projetos urbanos, a Companhia Arquitetônica. Esse novo bairro teria como padrão as ruas da cidade de Paris. Numa viagem que tinha feito a capital francesa, o Barão de Drummond ficou encantado com o aspecto dessa cidade europeia e resolveu que criaria um bairro com algumas dessas características no Brasil. É assim que foi resolvida a criação de ruas largas e de uma avenida no estilo das *Boulevards* europeias, a Boulevard Vinte Oito de Setembro. Por sinal, o nome dessa avenida se insere em outra característica do Barão de Drummond que foi incorporada ao bairro: homenagear pessoas e eventos históricos, principalmente os ligados à Abolição da escravidão. Abolicionista, o Barão de Drummond deu esse nome à avenida graças à assinatura da Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que estipulava que todo filho de escravizado nascido a partir daquela data seria livre. Da mesma forma, o nome do novo bairro foi Vila Isabel, em homenagem à princesa Isabel, que também era abolicionista.

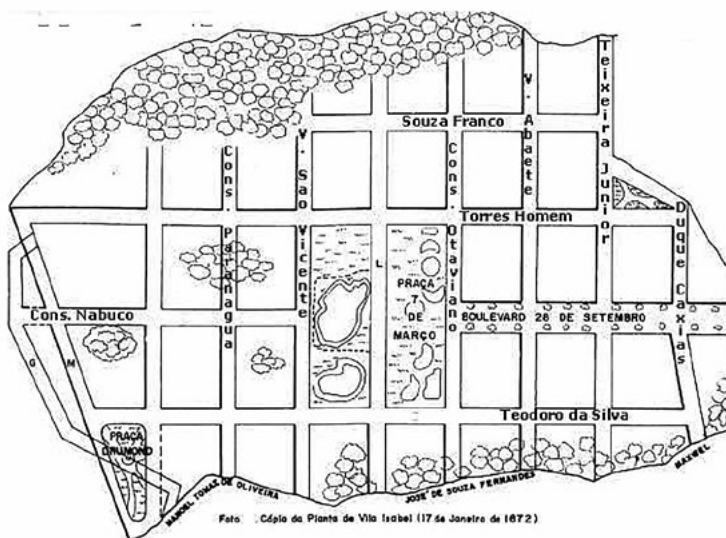


Figura 8.5: Planta de Vila Isabel, em 1872.

Fonte: <https://aviladenoelumbairroromusical.wordpress.com/category/2-historia-de-vila-isabel/2-3-as-ruas-de-vila-isabel/>



Lei do Ventre Livre

A Lei do Ventre Livre, assinada em 28 de setembro de 1871, estipulava que, a partir daquela data, todo filho de escrava nasceria livre. Era uma Lei que buscava responder às pressões do Movimento Abolicionista que começava a se expandir e ter força na sociedade brasileira. No entanto, no escopo dessa Lei, ficava determinado que, mesmo livre, o filho da escrava ficaria nas terras do proprietário da mãe e teria que trabalhar, de graça, para o senhor dessa, até completar 21 anos de idade. Caso o senhor liberasse o filho da escrava dessas obrigações, receberia uma indenização por parte do Estado.

Em outras palavras, essa Lei mostra o quanto o processo do fim da escravidão no Brasil se daria dentro dos interesses dos setores dominantes ou tendo estes como fronteiras aos limites para um efetivo fim da escravidão, dentro dos interesses dos escravizados e da população negra livre.

Para facilitar esse seu empreendimento o Barão de Drummond criou a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, recebendo a concessão dessa linha em 1872, com o objetivo de ligar o novo bairro às regiões adjacentes e ao Centro do Rio de Janeiro.

O começo da oferta dos serviços de bondes puxados a burro em Vila Isabel foi essencial para o desenvolvimento do novo bairro. Não é à toa que tanto o projeto de construção do bairro de Vila Isabel, como a criação da Companhia de Ferro-Carril de Vila Isabel se deram no mesmo ano. A ligação do novo bairro com as regiões adjacentes e, principalmente, com o Centro do Rio, foi um ponto fundamental para atrair pessoas interessadas em adquirir um lote e morar nesse local.

Para atrair mais pessoas, o Barão de Drummond, em 16 de janeiro de 1888, resolveu criar o primeiro zoológico do Brasil, no bairro de Vila Isabel. Esse seu empreendimento tinha como objetivo aumentar os seus ganhos financeiros na região, seja valorizando mais o novo bairro, e com isso favorecer a venda e o aumento do preço dos lotes, seja através

do pagamento das entradas cobradas aos visitantes e dos gastos desses nos serviços de bar, restaurante e hotel, presentes no zoológico. Sobre esse último ponto, cabe ressaltar que a oferta do serviço de bondes favoreceu o deslocamento de pessoas de diversas partes do Rio de Janeiro para visitar o zoológico, podendo passar o dia no local.

No entanto, os ganhos com o zoológico não estavam se realizando como o Barão de Drummond tinha idealizado. Os custos com a manutenção do zoológico se mostraram muito altos, não auferindo uma boa margem de lucro e, para piorar, os gastos haviam chegado a um ponto em que o fechamento desse empreendimento começava a ser aventado. Para tentar solucionar esse problema, o Barão de Drummond resolveu, como forma de atrair mais visitantes ao zoológico, criar um jogo relacionado aos animais expostos. Era algo simples: em cada bilhete de ingresso vendido, havia a imagem de um dos 25 animais expostos no zoológico e uma sequência de 4 números cujos dois últimos números variavam de 00 a 99, formando 100 dezenas. Ganhava a pessoa cujo bilhete continha a imagem do animal e da dezena sorteada. Assim, em Vila Isabel, em 4 de junho de 1892, surgiu o Jogo do Bicho.



Figura 8.6: Bilhete de entrada do zoológico do Barão de Drummond.

Fonte: <https://www.jogodobicho.net/historia>



Figura 8.7: Charge de Angelo Augustini sobre o Jogo do Bicho, na Revista Ilustrada (1893/1895).

Fonte: <https://blogdehistoria.wordpress.com/2009/10/13/1892-criacao-do-jogo-do-bicho-pelo-barao-de-drummond/>



Zoológico da Quinta da Boa Vista

O zoológico do Barão de Drummond esteve aberto até o começo da década de 1940, quando fechou as suas portas. O atual zoológico do Rio de Janeiro foi aberto em 18 de março de 1945, na Quinta da Boa Vista, no Bairro de São Cristóvão, e lá se encontra até os nossos dias. Passando por períodos de dificuldades e superação dessas dificuldades, o zoológico é um dos principais pontos turísticos da cidade, atraindo diversos visitantes.



Figura 8.8: Portal de entrada do Zoológico da Quinta da Boa Vista. Esse portal foi um presente de casamento de um nobre inglês para D. Pedro I e a Imperatriz Leopoldina. Autor: Halley Pacheco de Oliveira.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Portão_do_Jardim_Zoológico_na_Quinta_da_Boa_Vista.jpg

O exemplo do zoológico de Vila Isabel aponta que a importância da expansão da malha viária de bondes também deve ser vista como a ampliação do acesso de setores da população a outros meios de diversão. Por exemplo, as praias de Copacabana, de Ipanema e do Leblon passaram ser mais frequentadas quando as linhas de bondes chegaram nessas regiões mais afastadas.

A visita ao pátio do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista também passou a ser facilitada com o serviço de bonde até aquela localidade.

Nos fins de semana, o imperador permitia que a população visitasse os jardins e toda a área que ficava no pátio do Palácio Imperial, mas, antes dos bondes, o acesso a São Cristóvão ficava muito difícil e caro. Com os bondes, esse problema foi resolvido. Por sinal, com as obras pelas quais o Palácio Imperial foi passando ao longo dos anos, como a reforma na sua fachada e em seus aspectos paisagistas, inclusive com a construção de um lago artificial, este passou a ser um local de passeio muito agradável, como é nos nossos dias. Abaixo, temos duas figuras mostrando o Palácio Imperial, em momentos históricos diferentes, contendo as diferenças citadas:



Figura 8.9: Paço Imperial da Quinta (Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista), de Jean Baptista Debret, 1839. Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <https://www.brasiliاناiconografica.art.br/obras/17206/ameliorations-progressives-du-palais-de-st-christophe-quinta-de-boavista-depuis-1808-jusq-en-1831>



Figura 8.10: Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista. Fotografia de Marc Ferrez, 1870. Marc Ferrez / Coleção Gilberto Ferrez / Acervo Instituto Moreira Salles

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/71088>

Outro fator relevante a partir da expansão das linhas de bonde foi a maior e mais diversificada oferta de produtos, num preço mais favorável ao consumidor, nos locais servidos pelos ramais desse meio de transporte. Nas estações dos bondes, não chegavam apenas passageiros, mas também as mais diversas mercadorias; embora a grande importância das linhas de bondes tenha sido no transporte de passageiros, pois isso levou ao surgimento e à expansão de bairros por toda a cidade.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

1. Demonstre como a **Figura 8.1** comprova o conteúdo do parágrafo que a antecede. Justifique-se.

2. Demonstre como se deu a expansão do Rio de Janeiro, com o uso de aterro, deslocamento de rios e destruição de pântanos e manguezais.

3. Preencha o quadro, escrevendo o nome de três companhias de bonde e dos bairros servidos pelos seus serviços.

Companhias e Linhas de Bonde	Bairros

4. Como um guia turístico, aponte 5 fatos descritos sobre a ação do Barão de Drummond, na criação do bairro de Vila Isabel, que não poderiam ficar de fora de uma fala sua para um grupo de turistas que visitasse o bairro.

Resposta Comentada

1. O aluno deve ler o conteúdo do parágrafo anterior à **Figura 8.1** e descrever se o que está sendo retratado na figura confirma o que está escrito no parágrafo citado, ou não.
2. O aluno deve ler o início deste capítulo e citar duas obras de aterro que foram postas em prática, visando o processo de expansão urbana.
3. O aluno terá que escrever, na primeira coluna, o nome da companhia de bonde e, na segunda coluna, os bairros servidos por essa companhia. Por exemplo, pode, na primeira coluna, escrever Street Railway Company (Companhia de São Cristóvão) e, na segunda coluna, apontar os bairros servidos por essa companhia.
4. O aluno deverá citar cinco fatos que não podem deixar de ser abordados numa fala de um guia de turismo sobre o bairro de Vila Isabel, em termos de sua história. Por exemplo, o aspectos ligados aos nomes das ruas.

Os trens

Junto com os bondes, os trens foram outro meio de transporte que também tiveram uma forte influência na expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo com as intenções presentes no período do governo Regencial (1831-1842), só houve a implementação do serviço de trens a partir de

1854. Em 1852, o empresário Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Barão de Mauá, conseguiu a concessão para construir e explorar uma linha de transporte ligando o Rio de Janeiro ao começo da serra de Petrópolis. Primeiro essa linha seria fluvial, ligando o Porto da Prainha, atual Praça Mauá, até a Praia de Mauá, no atual município de Magé, e depois, seria via terrestre por meio da construção de uma ferrovia que ligaria Magé à raiz da Serra de Petrópolis. Na verdade, o objetivo central do Barão de Mauá, era usar esse projeto, para depois ampliá-lo, até construir uma ligação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, por estradas de ferro.

O trecho da estrada de ferro ligando a Praia de Mauá à Raiz da Serra era pequeno, tendo 14 km de comprimento. No entanto, para além de seus interesses comerciais diretos, o Barão de Mauá nutria com esse empreendimento o desejo de chamar a atenção da sociedade, principalmente dos seus setores mais abastados e poderosos, para a importância de se modernizar o país. Naquele período, desenvolver uma malha ferroviária estava muito ligado à visão de modernidade e progresso. Nesse ponto, Mauá contava com o apoio do imperador D. Pedro II, que, junto com outros membros da Corte, compareceu à festa de inauguração dos trabalhos de construção da ferrovia, em 1852; valorizando a vinda de estradas de ferro como um marco relevante para o país. Essa estrada de ferro ficou pronta em 1854, dando o início aos trens como meio de transporte no nosso país.

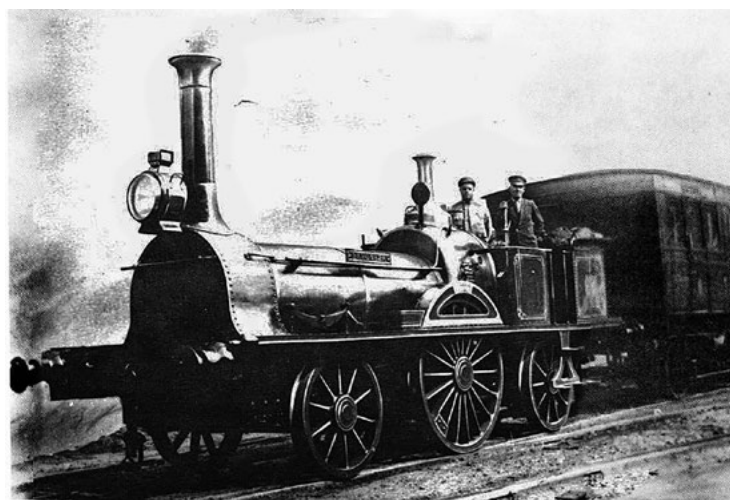


Figura 8.11: “A Baronesa” – Primeira Locomotiva a ser utilizada no país. Atuou na Companhia de Estrada de Ferro Mauá, criada em 1854, no trecho Magé a Raiz da Serra de Petrópolis. Hoje, é considerada monumento cultural, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e está em exposição no Museu Ferroviário do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://estradas-ferro.blogspot.com/p/blog-page.html>

Como conversamos na aula anterior, as estradas de ferro tiveram uma grande importância no transporte e expansão da fronteira agrícola do café. Por meio dos trilhos, os produtos passaram a ser transportados com maior eficiência, segurança e rapidez do que na época em que eram levados nos dorsos de mulas. Alinhado a isso, vimos também que a expansão das linhas de trens que atendiam a produção cafeeira, também favoreceu o surgimento de núcleos urbanos no interior do estado do Rio de Janeiro. Entretanto, isso não se restringiu ao interior do estado. Assim como o bonde, a ampliação do serviço de trens atuou no fomento de novos bairros na cidade do Rio de Janeiro, ou na expansão de outros que já existiam; notadamente no subúrbio.

O marco inicial desse processo foi a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que, com a República, passou a se chamar Estrada de Ferro Central do Brasil. Sob propriedade e controle do Estado, o objetivo oficial desse empreendimento seria realizar, a partir do Rio de Janeiro, a integração com todas as regiões do país. Seria, portanto, uma obra pública que, além de promover a circulação de pessoas e mercadorias, teria que integrar o país por meio de uma rede ferroviária, associada ao transporte fluvial, onde fosse necessário. Mesmo com esse objetivo, o fator decisivo para a construção da ferrovia foi servir à cultura do café, que se expandia pelo interior do estado do Rio de Janeiro e já dava mostras de sua presença em Minas Gerais e em São Paulo. Contudo, em nosso estudo, ateremo-nos mais à influência da expansão da rede ferroviária na ocupação e desenvolvimento do subúrbio carioca.

A construção dessa estrada de ferro se iniciou em 1855, e seu primeiro trecho ficou pronto em 1858, cobrindo 48 km que ligavam o Centro do Rio de Janeiro, a partir da estação do Campo, atual estação Central do Brasil, até Queimados; tendo ramais em Engenho Novo, Cascadura e Nova Iguaçu. Em 1859, foram inaugurados os ramais de São Cristóvão e o de Sapopemba (atual Deodoro). Na década de 1860, foram inaugurados os ramais de São Francisco Xavier, Riachuelo, Todos os Santos e o do Macaco (Paracambi).



Figura 8.12: Estação do Campo (atual Central do Brasil). Foto de Marc Ferrez.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estrada_de_Ferro_Central_do_Brasil.jpg

Mesmo que no seu começo a ocupação do subúrbio da cidade do Rio de Janeiro não tenha sido um dos objetivos fomentadores da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, essa realidade se impôs no processo. Seja nos locais servidos por esses ramais ou em lugares próximos a regiões servidas por esses ramais, núcleos populacionais surgiram, ou se desenvolveram. A circulação de pessoas entre esses lugares e, principalmente, entre esses novos ramais e o Centro da cidade, movida pela oferta dos trens, gerou modificações tanto na maior organização desse serviço, como no espaço urbano. Por exemplo, em 1880, a linha Casca-dura ampliou sua presença na área suburbana, com a construção das estações Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, Meier, Mangueira e Encantado; chegando, em 1890, em Madureira (ABREU, 2011, p.50).

Tabela da partida e chegada dos trens de passageiros nas diversas estações, nos domingos e dias santificados, que regeirá do 1º de Agosto em diante. . .				
DE MANHÃ.				
Da corte a Macacos.				
Estações.	Chegada.		Partida.	
	hs.	ms.	hs.	ms.
Côrte	—	—	8	0
S. Christovão.	8	8	8	10
Engenho-Novo	8	20	8	25
Cascadura.	8	38	8	43
Sapopemba	8	53	8	56
Maxambomba	9	19	9	24
Queimados	9	49	9	54
Belém.	10	15	10	25
Macacos	10	39	—	—
DE TARDE.				
De Macacos à corte.				
Estações.	Chegada.		Partida.	
	hs.	ms.	hs.	ms.
Macacos	—	—	3	36
Belém.	3	50	4	0
Queimados	4	29	4	25
Maxambomba	4	50	4	53
Sapopemba	5	15	5	21
Cascadura.	5	31	5	36
Engenho-Novo	5	48	5	53
S. Christovão.	6	3	6	6
Côrte	6	15	—	—

Figura 8.13: Tabela contendo horários dos trens na Estrada de Ferro D. Pedro II da Estação da Corte (atual Central do Brasil) até a Estação de Macacos (Paracambi).

Fonte: <http://www.belgianclub.com.br/pt-br/ef/estrada-de-ferro-dom-pedro-ii>

Na década de 1880, também houve a ocupação de áreas do subúrbio devido à ação de duas outras companhias de estradas de ferro na região: a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, servindo a Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto e Pavuna); e a Rio de Janeiro Northern Railway Company, servindo a Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral.

Como se pode observar, com a expansão das estradas de ferro, a expansão vigorosa do subúrbio tornou-se uma realidade tangível, fosse no aumento do número da sua população, fosse na ocupação e criação de novos bairros. Por exemplo, a população residente em São Cristóvão passou de poucas pessoas em 1821 e 1838, para 9. 272, em 1870; 13.615, em 1872; e 22.202, em 1890; enquanto a população da freguesia do Engenho Novo, sofreu um salto mais expressivo e em menor tempo,

passando de um número mínimo, em 1821, 1838, 1870 e 1872, para 27.873, em 1890 (ABREU, 2011, p. 39 e 54). As freguesias rurais (Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá) passaram por um acréscimo vigoroso de sua população, de 46.229, em 1872, para 92.906, em 1890, totalizando um aumento de 101% (ABREU, 2011, p. 54). De forma direta ou indireta, seja por uma oferta de ramais para a localidade, seja pela proximidade de um ramal, ou com a facilidade de estabelecer a ligação com o sistema de barcas, a expansão da rede ferroviária teve uma forte influência nesse processo de expansão da população residente nas chamadas freguesias rurais.

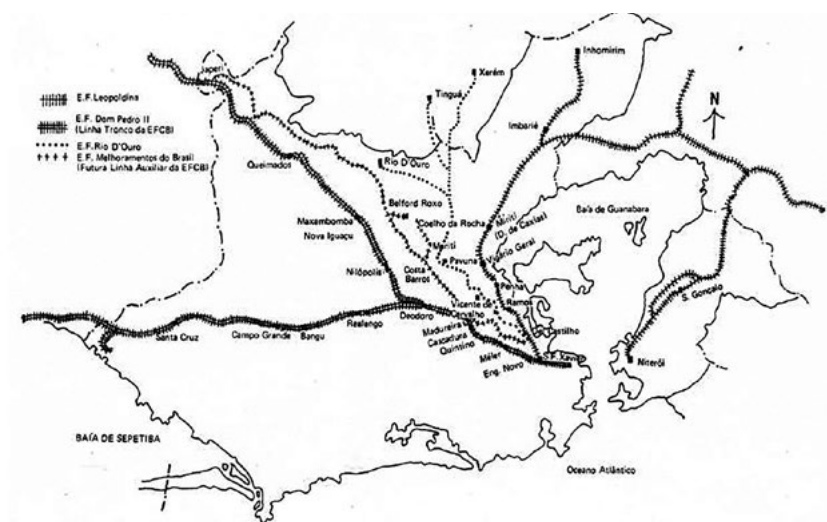


Figura 8.14: estrutura da rede ferroviária no final do século XIX.

Fonte: ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, 2006.

Em resumo, tanto a expansão das linhas de bondes movidos a tração de animais, quanto as linhas de trens tiveram papel fundamental no processo da mobilização espacial na cidade do Rio de Janeiro. Dentre os aspectos que levaram à formação de novos bairros e o desenvolvimento populacional de outros, a oferta desses meios de transporte não pode ser descartada no entendimento desses processos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 1

1. Na **Figura 8.11** há uma foto da locomotiva “A Baronesa”, e sua legenda contém observação de que a mesma, agora, está num museu e é patrimônio cultural. Levando em consideração os objetivos presentes no projeto que essa locomotiva foi utilizada, escreva o que você falaria para um grupo de turistas ao explicar o porquê de “A Baronesa” receber o título de patrimônio cultural.

2. Enumere os bairros que surgiram, ou se desenvolveram, a partir da implantação de cada uma dessas companhias de estrada de ferro: Estrada de Ferro Pedro II, Estrada de Ferro Rio D'Ouro e a Rio de Janeiro Northern Railway Company.

Resposta comentada

1. A resposta a essa pergunta deve ser buscada nos objetivos simbólicos que estavam presentes na visão do Barão de Mauá, também presente em outras partes do mundo, sobre a relevância do desenvolvimento de uma rede de estrada de ferro. Para isso, você deve ler atentamente os dois últimos parágrafos antes da **Figura 8.11**.
2. Essa pergunta deve ser respondida pondo-se ao lado de cada companhia citada o nome dos bairros que surgiram ou se expandiram a partir a partir de sua criação.

Alguns Fatos do Processo de Modernização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, Durante o Período Imperial

Sem sombra de dúvida, a cidade onde houve a proclamação da República, em 15 de novembro de 1888, seria muito distinta daquela onde a Família Real chegou, em 1808, e daquela que se transformou na capital do império, com a independência do Brasil e a constituição do governo imperial, em 1822. Houve um processo de modernização em diversos aspectos, tendo o padrão europeu como condutor, alguns dos quais abordaremos nesse módulo.

No aspecto das comunicações, destacam-se a entrada do telégrafo, do telefone e do cabo submarino, no país. Antes de abordar essas questões, cabe apontar a relevância de D. Pedro II nesse processo. Amante dos avanços científicos e tecnológicos que estavam surgindo, a partir da segunda metade do século XIX, na Europa e nos EUA, D. Pedro II tornou-se um grande incentivador da chegada desses avanços no Brasil. Para o imperador, tais avanços se inseriam dentro de um projeto visando à modernização do país. Para mostrar esse posicionamento, citamos que, sob a influência direta de D. Pedro II, em 1852, foi instalada a primeira linha de telégrafo no Brasil. Essa linha estabelecia a comunicação entre o Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista e o Quartel General do Exército, no Campo de Santana. Depois, outras foram sendo instaladas, tendo sempre os interesses do Estado em primeiro lugar e partindo do Rio de Janeiro. O telefone chegou no Brasil em 1877, apenas dois anos após ter sido inventado nos EUA, por Graham Bell e seu amigo Thomas Watson. Como no caso do telégrafo, D. Pedro II teve uma grande importância na implementação desse invento no Brasil. D. Pedro II foi o primeiro a adquirir um telefone no país, tendo um que foi construído especialmente para ele pela firma inglesa Western and Brazilian Telegraph Company. A partir disso, o Estado passou a dar concessões para a exploração de linhas telefônicas, por companhias estrangeiras e nacionais. Em 1883, havia cinco estações de telefones, com mil assinantes cada, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, houve a inauguração da primeira linha interurbana do país, ligando Rio de Janeiro a Petrópolis. Somente a partir de 1882, linhas telefônicas passaram a ser instaladas em outras importantes cidades brasileiras como São Paulo, Campinas, Curitiba, Florianópolis. O cabo submarino foi instalado no Brasil em 1857, fazendo parte da comunicação por telégrafo entre Rio de Janeiro e Petrópolis, sendo usado em 15, dos 50 km de extensão dessa

linha. Portanto, o primeiro cabo submarino do país era interligado a uma rede de telégrafo terrestre. Somente em 1873 foram instalados os primeiros cabos totalmente submarinos no Brasil. Nesse ano, foi inaugurada a linha Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém; em 1874, a linha Recife, João Pessoa e Natal; e, nesse mesmo ano, também foi instalado o primeiro cabo submarino internacional no país, estabelecendo a linha entre Recife e Portugal. Todos esses cabos foram instalados pela companhia inglesa British Eastern Telegraph Company.

No aspecto urbano, o calçamento das ruas, a implementação da luz a gás na iluminação das vias públicas e a melhoria na parte sanitária são alguns dos fatores que podem ser listados no processo de modernização. Muitas das ruas do Centro do Rio de Janeiro sofreram uma ação direta de melhoria de suas condições, como nivelamento e calçamento, a partir de 1840. A chamada Freguesia da Candelária, compreendendo importantes ruas no complexo urbano, como as atuais Sete de Setembro, Rio Branco e Ouvidor, foram calçadas com paralelepípedos em 1854, no estilo “pé de moleque”; o que se constituiu num avanço, visto que, desde o período colonial, tais ruas eram de terra batida.



Calçamento Pé de Moleque

A denominação de calçamento “pé de moleque” vem das cidades mineiras, durante o período colonial. O calçamento das ruas era feito com pedras, para evitar que, nos períodos de chuva, as mulas usadas no carregamento de ouro, diamantes, café, comida, roupas e outras mercadorias, ficassem atoladas nas ruas de chão batido. Para efetuar esse trabalho eram usados escravizados e presos. Depois que as pedras eram colocadas, crianças escravas usavam seus pés para alinhá-las. Como essas crianças eram chamadas de “moleques”, surgiu a expressão calçamento “pé de moleque”.

(Fonte: <https://www.conhecaminas.com/2018/07/rua-de-pe-de-moleque-o-que-e-isso.html>)

A iluminação a gás nas vias públicas foi outra melhoria ocorrida nas ruas do Centro da cidade. No ano de 1854, o Barão de Mauá recebeu a concessão do Estado para instalar e manter, em algumas ruas do Centro do Rio, uma rede de iluminação a gás, por meio da sua Companhia de Iluminação a Gás, substituindo a iluminação a óleo de baleia. Esse tipo de iluminação, que datava do período colonial, além de deficitária, gerava uma maior insegurança entre os transeuntes na parte noturna. Os primeiros locais do Centro do Rio que receberam iluminação a gás foram a Praça XV e as ruas 1º de Março, Ouvidor, Rosário, Hospício, Alfândega, General Câmara e São Pedro. Depois, a companhia do Barão de Mauá estendeu a iluminação a gás a outras vias públicas no Centro, sendo responsável por 3.027 lampiões públicos. No subúrbio, essa iluminação só chegou em 1877.

Apesar de se concentrar no Centro do Rio, a concessão da exploração da iluminação a gás se mostrou muito lucrativa. Mesmo assim, devido a dificuldades financeiras por que estava passando, o Barão de Mauá vendeu sua empresa, em 1865, para a firma inglesa Rio de Janeiro Gas Company Limited. A chegada da iluminação por luz elétrica das ruas do Rio de Janeiro só aconteceu em 1906.



Figura 8.15: A obra “Coleta de esmolas para as irmandades”, de Jean-Baptiste Debret (cerca de 1826), mostra um lampião alimentado por óleo de baleia.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_Coleta_de_esmolas_para_irmandades_\(acendedor_de_lampiões\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_Coleta_de_esmolas_para_irmandades_(acendedor_de_lampiões).png)



Figura 8.16: Iluminação a gás na Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). A foto é de 1903, mas mostra o período imperial. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/arquitetura-e-urbanismo/avenida-central/>

Em termos sanitários, o cuidado com a limpeza das ruas e a implantação de um sistema de esgoto também fizeram parte do processo de modernização da cidade, no tocante aos aspectos urbanos. A limpeza das ruas da cidade do Rio de Janeiro era uma questão problemática desde o período Colonial. No começo do período imperial, o Código de Postura, de 1834, buscou dar maior ordenamento a essa questão, dentre outros aspectos urbanos; coibindo o hábito de jogar excrementos e outros tipos de lixo nas ruas da cidade. Esse hábito era comum, mesmo entre as famílias mais abastadas. Se, por um lado, esse Código gerou avanços no cuidado com a limpeza das ruas, não resolveu o problema, e essas vias eram marcadas pela sujeira. Uma ação mais efetiva se deu a partir de 1875, quando o francês Aleixo Gary recebeu a concessão para fazer a coleta do lixo das ruas do Centro do Rio, por meio da Aleixo Gary e Cia. Diante do bom trabalho prestado por essa companhia, Aleixo Gary recebeu, em 1885, a concessão para também incluir, nas atividades de sua empresa, a coleta de lixo das praias e transportar todo o lixo removido para ser despejado na ilha de Sapucaia. Munido dessa nova função, Aleixo Gary enviou ao governo uma proposta para monopolizar o serviço de limpeza pública da cidade, passando a atuar em todas as esferas da coleta de lixo nas ruas, ou seja, nas casas, nas praias, nos lugares públicos e na remoção do lixo coletado. No entanto o governo não aceitou tal proposta. De qualquer maneira, a Aleixo Gary e Cia

continuou prestando serviço de limpeza das ruas e das praias até 1892. A ação dessa empresa marcou tanto a população, que os seus coletores de lixo passaram a ser chamados de garis e essa tornou-se a denominação pela qual nos referimos a esses profissionais até os nossos dias.

Com relação ao esgoto, o Rio de Janeiro foi uma das primeiras cidades do mundo a receber uma rede de esgoto. A necessidade da efetivação de uma rede de esgoto na cidade surgiu após o primeiro surto de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1849. A partir dessa enfermidade, as autoridades médicas indicaram que as condições sanitárias da cidade deveriam melhorar, para se combater essa e outros tipos de doenças. O sistema de levar os excrementos em barris para serem despejados em valas, nas praias e outros locais, além de acumular esses resíduos nas casas, aumentava as péssimas condições de higiene na cidade, em especial, das ruas. Por isso, em 1857, os empresários João Frederico Russell e Joaquim Pereira Viana de Lima Júnior receberam a concessão do Estado para efetivar um serviço de retirada de excrementos das casas e de limpeza das águas pluviais da cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo período, o governo imperial resolveu abrir uma concorrência para construção de uma rede de esgoto. Tal concorrência foi ganha pela inglesa Rio de Janeiro City Improvements.

As obras da rede de esgoto se iniciaram em 1862, em três regiões (Glória, Gamboa e São Bento), dando frutos a partir de 1868:

[...] O Centro, a Gamboa e a Glória têm 15.000 prédios ligados à rede de esgotos em 1868. Após 1885 o serviço alcança Vila Izabel, Tijuca, São Cristóvão e Botafogo. Somente na República a rede incorpora o Jardim Botânico e Copacabana (1906), e alguns subúrbios as Central [...]” (LESSA, 2005, p. 143).

Com a maior limpeza das ruas e o estabelecimento da rede de esgoto, há um salto qualitativo no cuidado e na situação da área sanitária da cidade. Por mais que esses serviços tivessem a sua precariedade e não alcançassem a totalidade dos locais públicos, ruas e casas, representaram avanço e modernização.

Para finalizar essa explanação a respeito dos aspectos que marcaram o projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro no período imperial, não podemos deixar de citar a questão da rua do Ouvidor.

A Rua do Ouvidor

Sem sombra de dúvida, nessa rua temos um microcosmo do processo de modernização, com sua iluminação a gás, limpeza, calçamento de pedra bem nivelado e belos prédios. Em uma de suas lojas, inclusive, foi instalada a primeira linha telefônica do país, ligando esse estabelecimento comercial ao quartel do corpo de bombeiros. Realmente, os avanços dos aspectos urbanos estavam presentes nessa rua.



Figura 8.17: Rua do Ouvidor. Fotografia de Marc Ferrez, 1890.

Fonte: <https://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-ouvidor-historia.html>

Contudo, a sua disposição como principal fator ilustrativo desse processo se deve ao seu valor na reprodução de hábitos e costumes, ditados pelo padrão europeu, por meio de suas lojas, cafés, livrarias, jornais e restaurantes. Desde o período da vinda da Família Real, com o advento da Abertura dos Portos e o respectivo aumento das atividades comerciais promovidas por esse Decreto, a rua do Ouvidor vinha se notabilizando como grande centro comercial do Rio, calcado em produtos finos europeus. No período imperial, esse processo se consolidou, com a rua tornando-se o centro do alto consumo. Suas lojas de tecidos, vestidos, roupas masculinas, chapéus, joias, sapatarias, perfumarias e livrarias, somadas aos seus cafés, cabeleireiros e confeitarias, passaram a ser passeio e local de compra obrigatório de muitas famílias de posses e de políticos, ávidos pelas novidades europeias: “[...] na rua do Ouvidor, a aristocracia carioca pode vestir-se à francesa, comer à francesa, e também ler e pensar em francês. [...]” (ENDERS, 2009, p.193).

Não é à toa que nessa rua havia um grande número de estabelecimentos comerciais de propriedade de estrangeiros, como indicou o recenseamento de 1862, que constatou que das 205 lojas comerciais presentes na rua: “[...] 91 pertencem a franceses, 68 a portugueses, 35 a brasileiros, 4 a suíços, 2 a italianos, 2 a americanos, 1 a espanhol, 1 a alemão e 1 a um inglês. [...]” (ENDERS, 2009, p.193).

Junto às casas comerciais de alto consumo, havia na rua do Ouvidor as editoras dos principais jornais do Rio de Janeiro. A proximidade desses locais com os bares, cafés e restaurantes frequentados por pessoas famosas, membros da alta sociedade e políticos famosos, tornava essa rua um centro de notícias de todos os níveis sobre os fatos marcantes daquele momento; seja com relação ao surgimento da notícia, como também entrar logo em contato com as mesmas, quando eram publicadas.

Por tudo isso, a rua do Ouvidor tornou-se o epicentro do processo de modernização que era posto em prática na cidade. Nessa rua, dos seus calçamentos às roupas vendidas, da sua iluminação às comidas e bebidas servidas, havia a marca de um outro Brasil, mais moderno e ditado pelo padrão europeu.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivos 3

1. Dentre os aspectos da modernização do Rio de Janeiro, no período imperial, foram citados os meios comunicação (telégrafo e telefone), o calçamento das ruas, a iluminação a gás e a questão sanitária (lixo e esgoto). Aponte entre esses, os dois que, na sua opinião, mais representariam a modernidade. Justifique cada escolha.

2. Voltando aos aspectos apontados acima, escolha aquele que você poderia em quarto lugar, na representação do processo de modernização. Justifique-se.

3. Explique porque a rua do Ouvidor pode ser citada como o local onde encontramos um resumo do processo de modernização do Rio de Janeiro.

Resposta comentada

1. Para responder a essa pergunta, você terá que escolher, dentre “meios comunicação (telégrafo e telefone), calçamento das ruas, iluminação a gás e questão sanitária (lixo e esgoto), dois aspectos que mais representam um processo de modernização na cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, a escolha será sua, não existindo, portanto, uma única resposta, visto que é totalmente pessoal. Mas não se esqueça que o fundamental será a sua justificativa, apresentando bons argumentos que legitimem a escolha feita.

2. Da mesma forma que na pergunta anterior, você responderá a respeito do aspecto que você apontaria como o quarto em importância, num processo de modernização. Novamente, lembro que a justificativa é um elemento fundamental da sua resposta.

3. Essa sua resposta deve levar em conta os aspectos e as construções presentes na Rua do Ouvidor, que destacam essa rua como imagem central da modernização do Rio de Janeiro, como o tipo de calçamento da rua, tipo de iluminação, lojas comerciais, estabelecimentos etc.

Modernização Conservadora

Como vimos, houve um processo de modernização na cidade do Rio de Janeiro, no período imperial; incorporando avanços existentes nas sociedades capitalistas mais avançadas da época, como a implementação de bondes e trens, iluminação pública, preocupação com os aspectos sanitários, desenvolvimento de meios de comunicação, em especial telégrafo e telefones, hábitos, costumes e modos de se comportar e de se vestir na sociedade, calçados nos europeus. No entanto, essa modernização, por mais que seja importante, é denominada de modernização conservadora, por gerar modificações na sociedade, sem modificar as suas estruturas econômicas e sociais.

Junto a esse processo de modernização, diversos aspectos da estrutura brasileira se mantiveram. A escravidão continuou a existir e serviu a esse processo de modernização, principalmente por meio do capital excedente da produção cafeeira. Como era da exploração da mão de obra escrava negra africana que o café era plantado, colhido e preparado para venda, o dinheiro do café investido no processo de modernização vinha do suor e dor dos escravizados.

Da mesma forma como a escravidão, alguns dos aspectos da economia brasileira continuavam os mesmos do período colonial. Agora não havia mais o pacto colonial, mas mantiveram-se o predomínio do latifúndio, da monocultura e da produção de produtos agrícolas tropicais voltados para o mercado europeu e norte americano. Por mais que o Brasil incorporasse avanços que estavam presentes nos países industriais, a industrialização não caminhava no país. Uma das principais marcas do processo de modernização da Europa e dos EUA não se desenvolvia no país: apesar dos esforços do Barão de Mauá e da admiração de D. Pedro II com o mundo industrial europeu, havia o pensamento de que o Brasil se destacaria no sistema capitalista mundial por ser o “celeiro do mundo”. Essa ideia favorecia a classe dominante brasileira, em sua maioria grandes proprietários de terras e de escravizados, e afastava as ações efetivas para o desenvolvimento de um parque industrial no país. Com isso, nossa dependência do setor externo só se aprofundava.

Em termos sociais, esse processo de modernização conservadora, sem modificar as estruturas econômicas do país, também mantinha a sua estrutura social. Por mais que muitas das inovações e mudanças trazidas pelo processo de modernização tenham beneficiado a população, não serviram para alterar a situação social e econômica da maioria do povo do Rio de Janeiro. O caso da rua do Ouvidor ilustra muito bem isso. Apesar de representar toda uma modernização, em seu calçamento, sua iluminação e sua limpeza, bem como nos produtos de suas lojas e nos serviços ofertados nos seus cafés e restaurantes, não era uma rua para o “povão”. Pelo contrário, os produtos vendidos nas suas lojas não eram para qualquer brasileiro: era para uma minoria de brasileiros abastados.

Essa disparidade também identificamos na própria expansão urbana que houve no período. Há uma distinção nos bairros que deixa à vista uma sociedade dividida por uma forte concentração de renda na mão de uma minoria. Os ricos buscavam fugir do calor e da sujeira do centro da cidade, passando a morar em locais mais afastados do Centro. Outeiro da Glória, Santa Teresa, Morro da Viúva, Morro dos Ingleses (encosta do corcovado), alto de São Cristóvão e matas da Tijuca e do Grajaú, são alguns dos locais amplamente procurados pelos grupos mais abastados para morar.

Porém, os bairros de São Cristóvão e Botafogo se destacavam como os mais ricos: por serem os bairros com moradia dos membros da Família Real, eram os locais mais procurados pelos membros da Corte e por grandes produtores de café, grandes empresários, políticos e outros setores mais abastados da sociedade do Rio de Janeiro. A presença desse grupo trouxe uma das principais características desses bairros naquele período: seus casarões. Compostos por prédios imponentes, arejados e tendo um amplo pátio, alguns desse casarões eram verdadeiros palácios.

Lógico que esses palácios não se situavam apenas nos bairros de Botafogo e São Cristóvão. No final do século XIX, havia 300 palacetes como esses na cidade do Rio de Janeiro, como os atuais Palácio do Itamaraty, que foi propriedade do Conde de Itamaraty, e Palácio da Guanabara, que foi residência do Conde D’Eu.



Figura 8.18: Palácio do Itamaraty. Hoje, contém o Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty. Foto: Bianca Giacomelli / Fundação Cecierj



Figura 8.19: Palácio da Guanabara. Sede do governo do Rio de Janeiro.
Fonte: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/palacio-guanabara-pertence-ao-poder-publico-confirma-agu-no-stf>.

No caso dos mais pobres, tanto os bairros quanto as condições de habitação eram totalmente diferentes. Os dois grandes pontos de concentração residencial dos mais pobres eram o subúrbio e o Centro do Rio de Janeiro. Essa organização espacial vinha acompanhado pelas condições de vida e de moradia. No caso do Centro, isso ficou mais claro:

Sede agora de modernidade urbanística, o centro, contraditoriamente, mantinha também a sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. Com efeito, para muitos, livres ou escravos, a procura

de trabalho era diária, e este era apenas encontrado na área central. A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela, que passam a grassar quase que anualmente na cidade a partir de 1850. (ABREU, 2011, p. 42)

O processo de modernização do Rio de Janeiro em nada modificou a situação dessa população mais miserável. Na verdade, não tinha esse objetivo. Enquanto modernização, seria um avanço; mas sem alterar as estruturas econômicas e sociais do país: portanto, uma modernização conservadora.

===== **Atividade 3** =====

Atende ao objetivo 3

1. Com suas próprias palavras, descreva o que seria um processo de modernização conservadora.

2. Faça um texto, com no mínimo 12 linhas, demonstrando por que a modernização da cidade do Rio de Janeiro, no período imperial, pode ser incluída como modernização conservadora.

Resposta comentada

1. A partir da leitura do texto, com suas próprias palavras, escreva o que você entendeu por um processo baseado numa modernização conservadora. Nesse sentido, o importante seria apontar em que aspecto é modernizadora (gerou progresso) e em que sentido seria conservadora (não gerou modificações para a maioria da população e/ou até criou problemas).
 2. Na construção do seu texto, você deve trabalhar com aspectos marcantes do processo de modernização conservadora no Rio de Janeiro, fixando-se nos aspectos modernizantes e em que grupos sociais mais se beneficiaram e em quais não se beneficiaram desse processo de modernização.
-
-

Resumo

Nesta aula, abordamos o processo de modernização por que a cidade do Rio de Janeiro passou no período em que foi a capital do Império Brasileiro. Com o processo de independência, o Rio de Janeiro, que já era capital do reino governado por D. João VII, continuou com esse papel, sendo agora capital do Brasil nos dois governos imperiais: Primeiro e Segundo Reinados.

Apesar da importância econômica que teve ao longo do período colonial, o Rio de Janeiro só teve um processo de modernização, visando ser uma cidade com certa envergadura, após a chegada da Família Real. Sede do reino instalado no Brasil, a cidade passou a se transformar visando adequar-se a essa condição de local de moradia da Família Real. No período do reinado de D. Pedro I e D. Pedro II, esse processo de transformação continuou.

No caso dessa nossa aula, a abordagem se ateve mais às questões urbanas. Houve, no período, uma importante expansão urbana, com o surgimento de novos bairros e o desenvolvimento de outros já existentes. Nesse caso, a aula trabalhou a importância dos bondes e dos trens nesse processo. Mesmo que estes não sejam os únicos fatores para explicar a ocupação espacial, tal fato não pode ser entendido sem a influência desses meios de transporte.

Além da questão do transporte, demonstramos outros aspectos do processo de modernização como o calçamento das ruas, o processo de iluminação a gás, a questão sanitária e a introdução do telégrafo e do telefone. Essas inovações, algumas entrando no Brasil muito antes do queem muitos países europeus, estão inseridas num processo de melhoria das condições da capital do império.

Por fim, temos uma abordagem sobre as características desse processo de modernização, demonstrando que este se inseriu no processo denominado de modernização conservadora: se, por um lado, esse processo trouxe diversos avanços para a sociedade do Rio de Janeiro, inclusive com algumas melhorias para o povo; por outro lado, não modificou as estruturas econômicas e sociais existentes.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- CALCEIRA, Jorge. O Processo Econômico. SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 161-204.
- ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984
- LAVOR, João Conrado Niemeyer. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. *Rodriguésia*. vol. 35, n. 57. Rio de Janeiro: jan./dez., 1983.
- LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. SILVA, Alberto da Costa *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 205-248.

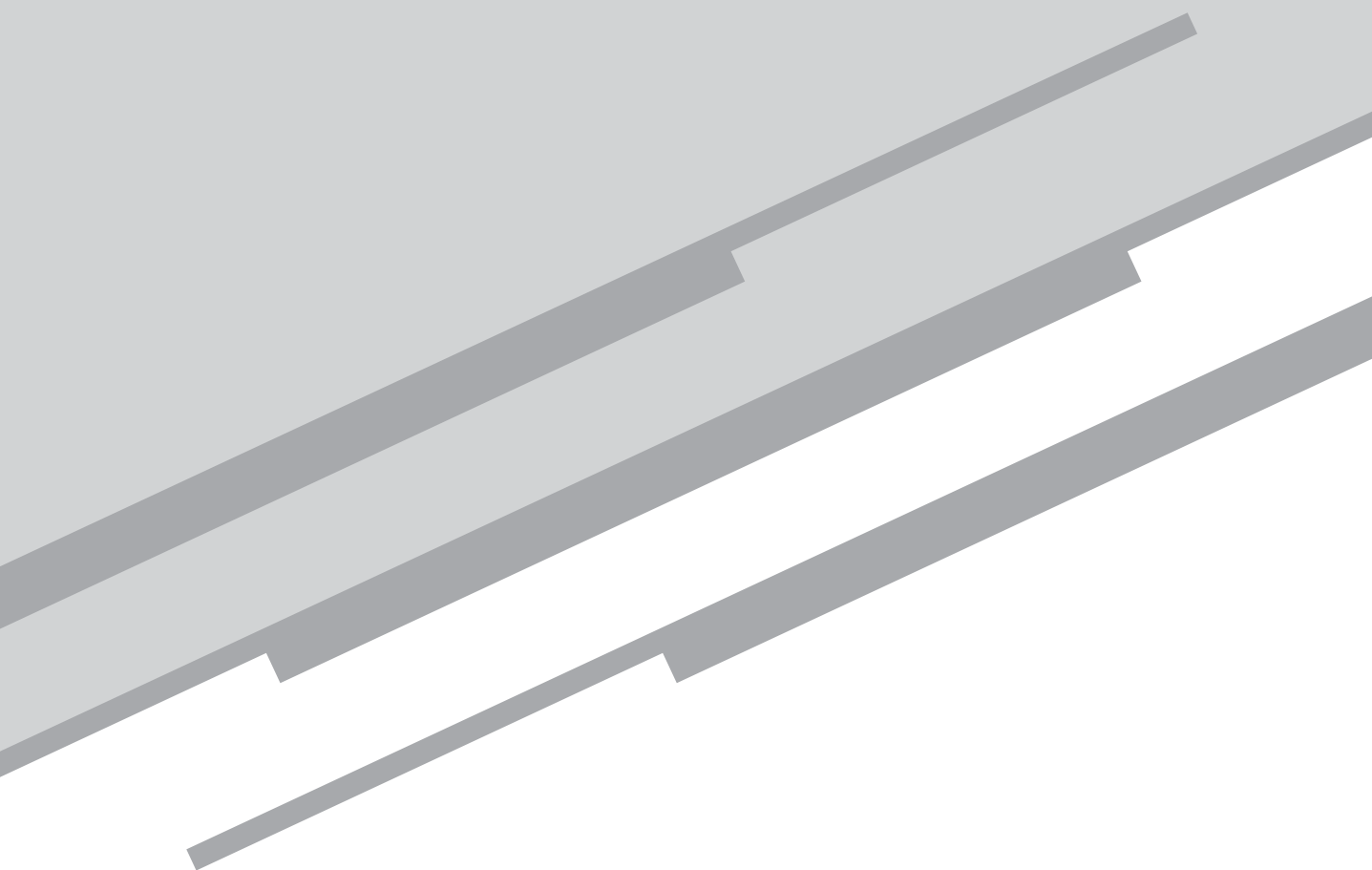
_____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Revista Convergência Lusíada*, 24, 2º Semestre – 2007, p. 67 a 99.

SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. SILVA, Alberto da Costa *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p: 35 a 75.

SOUZA, Arini Fernandes. Teatro João Caetano conta sua história. *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*. n. 3, 2009, p.181-197.

Aula 9

A presença negra na cidade do
Rio de Janeiro – Parte I



Mário Luiz de Souza

Meta

Nesta e na próxima aula, teremos como meta explicar a relevância da presença negra no Rio de Janeiro para a história dessa cidade. Uma vez que esta ocorreu, principalmente, por meio de africanos escravizados, esta aula aprofundará o estudo sobre o processo de escravização e tráfico dos africanos, as características do trabalho escravizado no setor urbano e a participação da cidade do Rio de Janeiro no comércio escravista.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. descrever as principais características da escravidão no Brasil, envolvendo: o trabalho dos escravizados, a importância do tráfico negreiro, a resistência dos negros frente à escravidão e as diferenças entre a escravidão rural e a escravidão nas áreas urbanas;
2. reconhecer o papel da cidade do Rio de Janeiro no tráfico negreiro e algumas mudanças causadas por este na ocupação urbana na cidade;
3. trabalhar com alguns dos principais sítios arqueológicos do período da escravidão, presentes nos nossos dias.
4. estabelecer a relação entre a escravidão e o racismo contra os negros.

Introdução

Não é possível compreender a presença negra na cidade do Rio de Janeiro, e mesmo a história do nosso país, sem levar em consideração o seu passado, sublinhado pela escravidão.

A escravidão deixou marcas das mais diversas na nossa sociedade, demarcando o princípio do racismo contra a população negra. Gerou fortunas e produziu a maioria das mercadorias, nas mais diversas atividades; à custa da **diáspora** africana e do sofrimento dos negros, tanto africanos, quanto nascidos no Brasil.

Por outro lado, a escravidão também gerou as mais diversas formas de resistência dos escravizados, que buscavam adaptar aos aspectos sociais locais, a sua cultura e suas divindades, como parte do processo de luta pela manutenção da própria identidade. A centralidade da escravidão negra africana como principal forma de trabalho acabou conferindo às cidades brasileiras um certo ar de africanidade, devido à grande presença de escravizados nas suas ruas como também aos hábitos, vestimentas, comida e cultura que esses passaram a implementar através das vias das cidades.

Apesar de já termos encaminhado algumas observações sobre a escravidão ao longo das nossas aulas, vemos que a importância reservada a essa temática na constituição da história do nosso país e, em especial, no caso do nosso curso, demanda que haja um aprofundamento desse tema.

Nesse sentido, mesmo que não tenhamos o intuito de esgotar esse assunto, teremos como foco central os aspectos principais relacionados à escravidão, à escravidão no Brasil, à escravidão no setor urbano e ao papel da cidade do Rio de Janeiro no comércio atlântico do negro africano escravizado. A escravidão tornou-se a forma predominante de trabalho na maior parte do tempo histórico coberto pelo nosso curso: do século XVI ao final do século XIX. Durante todo esse período, houve uma forte influência da escravidão nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais no nosso país, deixando vestígios na sociedade brasileira até os nossos dias. Por isso, vamos primeiro relembrar pontos já abordados sobre a escravidão e, então, introduzir outros que consideramos relevantes.

Diáspora

Termo surgido após um levante do povo judeu contra as tropas e a dominação romana na Judeia, em 70 d.C. Após dominar a Judeia, os romanos passaram a exigir pagamento de impostos dos judeus. Cansados dessa dominação e exploração, o povo judeu realizou um levante mas foi derrotado pelas legiões romanas. Como punição, e para servir de exemplo para que não houvesse revoltas em outras regiões conquistadas, o governo romano mandou expulsar os judeus da Judeia. O termo diáspora foi usada para denominar essa expulsão e passou a ser usado para descrever o processo em que um povo é forçado, por um outro povo, a se retirar de sua terra natal devido à questões políticas, religiosas e econômicas, dentre outras. Em nosso estudo, a diáspora africana está ligada à retirada forçada de diversos africanos para serem usados como escravizados no continente americano, por meio do tráfico negreiro.

Escravidão e Escravidão no Brasil

Começaremos lembrando que a escravidão é uma forma de trabalho movida por interesses econômicos, não tendo uma conotação racial, étnica ou religiosa como aspecto fundamental de sua utilização. Ao contrário, as três conotações, quando usadas, serviam como tentativa de legitimação do uso de um determinado grupo humano como escravizado. Tanto que, ao longo da história da humanidade, diversos povos foram submetidos ao regime de escravidão, independentemente de sua raça, etnia ou religião. Por exemplo, na Grécia e na Roma antigas, as duas maiores sociedades escravistas de então, a maioria da mão de obra escrava era branca, pois os escravizados eram europeus. Os gregos e os romanos, por meio da guerra, conquistavam povos da própria Europa e transformavam parte da população dominada em escravizados.

A base central para a utilização da mão de obra escrava reside na relação entre custo e benefício no processo de produção ou de prestação de serviço, como explica o historiador *Ciro Flamarion*:

Como definir o escravizado? Seguindo a *David Brion Davis*, apontaremos três características principais: 1) sua pessoa é propriedade de outro homem; 2) sua vontade está subordinada à autoridade do seu dono; 3) seu trabalho é obtido através de coação. [...] Em outras palavras, sua condição é hereditária e a propriedade sobre a sua pessoa é transmissível por venda, aluguel, doação, legado, empréstimo, confisco, etc. [...] Ele não tem direitos nem família legal - quando a lei reconhece a validade do casamento religioso, como no Brasil colonial, este é com frequência impedido pelo seu senhor. [...] Não pode legalmente possuir, legar, iniciar processo. E no entanto, sua incapacidade jurídica, não é acompanhada de sua incapacidade penal: pelo contrário, ao escravizado estão reservados os castigos mais duros e a tortura (FLAMARION, 1990, p.80).

Submetido a essas condições, o escravizado era uma mão de obra que podia ser explorada ao máximo, possibilitando ao seu proprietário o maior ganho pelo custo mais baixo possível. Os gastos do proprietário com seus escravizados se reduziam à compra, à alimentação, à roupa e ao pagamento dos seguranças, que evitavam fugas e rebeliões. Dessa forma, o escravizado era transformado num produtor de riquezas, à custa de sua liberdade e da violência reinante, que garantia que esse trabalho geraria os resultados esperados.

Como vimos na Aula 1, a escravidão se tornou a forma de trabalho predominante usada pelos portugueses no processo de colonização do Brasil. Essa escolha não foi aleatória. O processo de colonização, assentado em transformar a colônia numa grande produtora e exportadora de produtos tropicais para o mercado consumidor europeu, uniu o uso da grande propriedade de terra e da mão de obra escrava, atendendo tanto os interesses da Coroa portuguesa quanto os dos colonos. A primeira via nesse modelo uma forma de atrair pessoas dispostas a investir na colonização, sem muito custo para o Estado; ocupando o Brasil e ainda lucrando com a cobrança dos impostos sobre os colonos, sobre o tráfico negreiro e sobre as mercadorias comercializadas na colônia. Os colonos viam, no acesso à grande propriedade de terra e na possibilidade de usar mão de obra escrava, uma forma de obter altos lucros no comércio; já que poderiam produzir produtos em quantidades suficientes para a exportação, por um custo baixo. Havia ainda o interesse dos traficantes, que traziam negros africanos e os vendiam como escravizados para o Brasil.

No entanto, se o modelo de colonização idealizado pela Coroa portuguesa atendeu aos interesses do Estado português e dos colonos, o mesmo não se pode dizer com relação ao dos traficantes de escravizados da metrópole, pelos menos não nos primeiros anos do processo de colonização. No período de 1530 a 1610, a colonização estruturou-se no Brasil com o predomínio da escravidão da mão de obra indígena.

A explicação para isso está, novamente, nos custos: saía mais barato adquirir índios brasileiros do que comprar os escravizados negros africanos vendidos pelos traficantes portugueses. Os índios eram capturados pelos apresadores, moradores especialmente de São Paulo e chamados de *bandeirantes*, que realizavam incursões pelo litoral e interior, atacando as aldeias, e vendendo os índios cativos aos grandes proprietários de terras. Por meio desse comércio, os escravizados indígenas eram obtidos num preço bem mais baixo do que o dos negros vendidos pelos traficantes da metrópole. Somente depois de aproximadamente 1610 houve a inversão dessa situação. Devido à diminuição do abastecimento de índios para serem vendidos como escravizados, seja pelo extermínio de parcela considerável dos grupos indígenas do litoral (graças às guerras para se obter escravizados, ou por consequência da transmissão de doenças dos brancos), seja pelo deslocamento de outros grupos indígenas para o interior do país, para fugirem da escravidão, os grandes proprietários de terras passaram a usar mais a mão de obra escrava negra africana. Assim estes últimos passaram a ser a principal força de traba-

lho no período colonial e imperial, realizando a maioria das atividades de trabalho, como explica o professor Ciro Flamarion:

Na sua imensa maioria, os escravizados e escravas do Brasil, viveram, trabalharam e morreram nas áreas rurais. Quando se fala em escravidão rural, de imediato se pensa na agroindústria exportadora, em especial os engenhos de açúcar. [...] Os escravizados das *plantations* eram vítimas da exploração mais brutal, tendo poucas chances de ascensão social através da alforria. Era no entanto nas zonas rurais, no entanto, que muitos dos cativos recebiam, dentro dos engenhos e outras fazendas, parcelas de terras em usufruto e tempo livre para cultivá-las (fins de semana e feriados), com a licença de vender os excedentes eventuais que produzissem, acumulando assim um pecúlio que poderia empregar para comprar a sua liberdade. Cabe recordar, no entanto, que pela acumulação de um pecúlio ou por qualquer outros meios, só uma parcela ínfima de escravizados teve a possibilidade de obter a liberdade — predominantemente entre mulheres, os domésticos e outros escravizados de confiança, os mulatos [...].

A situação do escravizado variava muito de acordo com o setor em que eram empregados. Os mais desgraçados eram os escravizados do campo (*preparo da terra e colheita*), mas também o trabalho nos engenhos de açúcar (*preparação do açúcar*), nos meses da moagem e da preparação do açúcar, era duríssimo.

As áreas de pecuária [...] constituem setor no qual se postulava, no passado, a virtual ausência dos escravizados e o predomínio do trabalho de libertos, mestiços livres e brancos pobres. Novas pesquisas mostram que estar a escravidão muito presente também neste ramo de atividade, embora sem dúvida as zonas de pastoreio menor densidade de escravizados, maior pobreza e rusticidade, uma hierarquia social mais frouxa.

Fora as atividades produtivas, temos os escravizados domésticos. Sua situação caracterizava-se por uma certa ambiguidade. Gozavam sem sombra de dúvida de privilégios negados a outros cativos. A intimidade com os senhores valia-lhes a alforria com mais frequência do que escravizados de outras atividades. Mas tal intimidade e convívio próximo uma maior dependência e vigilância constante. A humildade, a obediência e a fidelidade poderia transformá-los em libertos; mas qualquer falta aos padrões esperados de conduta faria pesar sobre eles a ameaça de terríveis castigos, ou mesmo serem enviados ao eito [...].

Os escravizados urbanos gozavam de maior liberdade de movimentos, numa sociedade que abria uma gama mais variadas

de atividades do que a rural aos cativos e libertos, que podiam ser artesãos, carregadores, vendedores, “escravizados ao ganho” (estabelecidos por conta própria com licença dos donos), escravizados alugados por tarefa. Não somente havia maior chance que os cativos acumulassem um pecúlio e comprasse a liberdade, como também a provas de uma maior ascensão social e econômica para o liberto. Tudo isto é só relativo, surgindo da comparação entre o urbano e o rural. Os escravizados urbanos eram muito controlados: recordemos que nas cidades as tropas e as forças policiais faziam-se muito presentes todo o tempo (FLAMARION, 1990, p. 80-84).

Toda essa dependência dos escravizados, solidificou o tráfico negreiro como uma das atividades econômicas mais lucrativas daquele período, sendo o principal instrumento para manter a oferta de escravizados nas atividades econômicas desenvolvidas no Brasil.

O tráfico de escravizados fazia parte de um amplo comércio humano e era realizado da seguinte forma: primeiro, os europeus incentivavam os grupos étnicos que viviam no litoral africano a realizarem excursões pelo interior da África, capturando outros grupos africanos que seriam vendidos como escravizados para esses traficantes brancos. Depois, esses escravizados eram amontoados nos navios negreiros e transportados, nas piores condições possíveis, para portos do continente americano, onde eram vendidos como qualquer mercadoria.

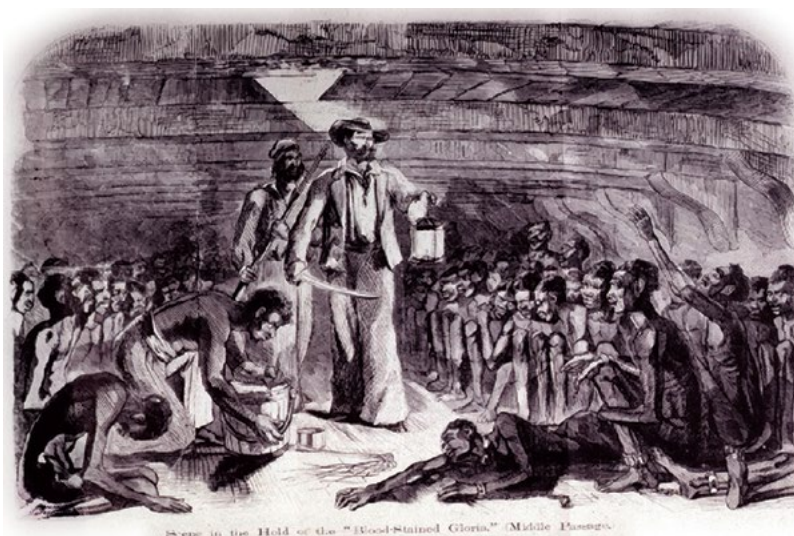


Figura 9.1: Gravura do interior de um navio negreiro, publicada em 1860 no livro *Revelations of a Slave Smuggler*, de Richard Drake.

Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/america-portuguesa/8739-o-tr%C3%A1fico-negreiro>

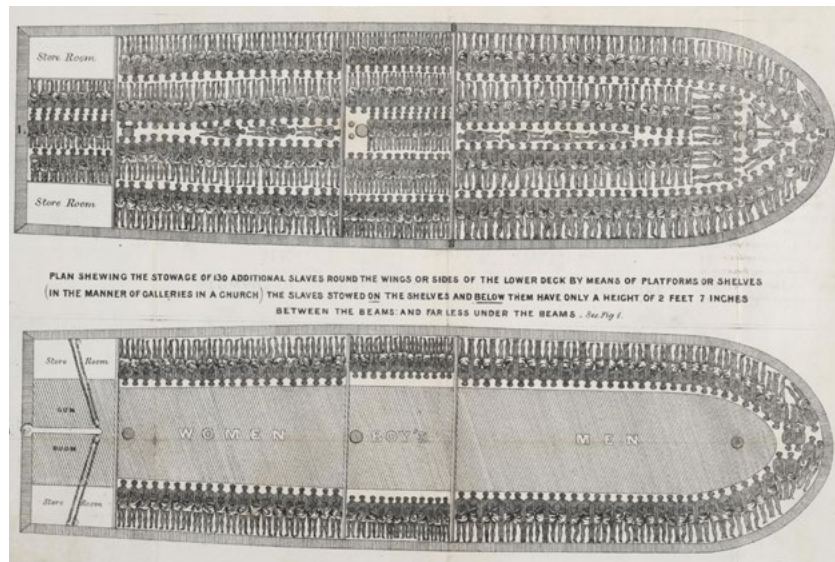


Figura 9.2: Ilustração de planos e seções do navio inglês Brookes. Os africanos eram transportados deitados nos navios negreiros.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slaveshipposter_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slaveshipposter_(cropped).jpg)

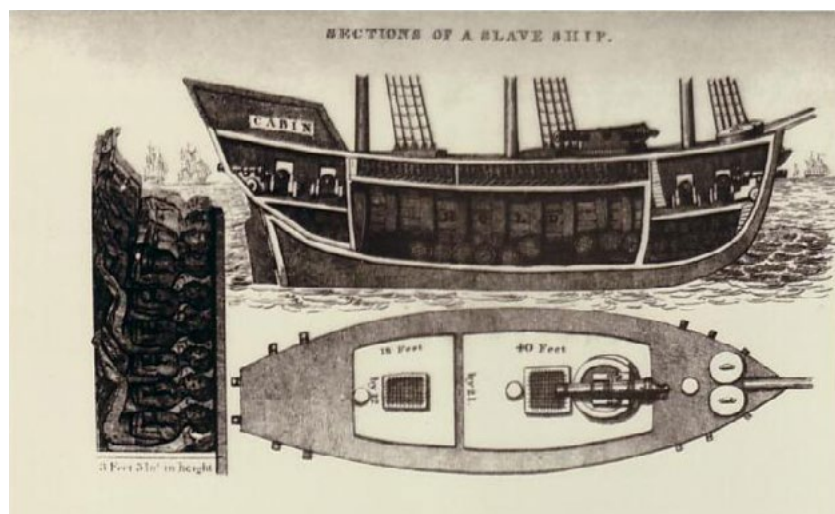


Figura 9.3: Diagrama de um navio negreiro (Robert Walsh).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diagram_of_a_slave_ship.jpg

Sobre esse tráfico, cabe destacar um levantamento registrado pela historiadora Kátia Mattoso, que escreveu um livro considerado um clássico na historiografia brasileira sobre a escravidão do negro africano:

Entre 1502 e 1860, mais de 9 milhões e meio de africanos serão transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos. O século XVIII detém o recorde da importação: as Américas coloniais fizeram vir a elas 6 milhões e 200 mil escravizados durante este período todas as grandes potências dos tempos modernos engajaram-se no tráfico [...] Desde os primeiros tempos da época colonial, holandeses, franceses, ingleses, lançam-se a conquista dos mercados africanos. Como o tráfico revela-se fonte de lucros importantes ele se autofinancia tanto mais facilmente quanto responde a uma procura sempre maior de mão-de-obra. Nação nenhuma quer abandonar esta fonte de lucros e cada qual pretende empalmar todo o tráfico em seu benefício exclusivo.

Durante todo o século XVI o tráfico é monopólio português [...].

Entre a segunda metade do século XVI e 1850, data que assinala a abolição definitiva do tráfico brasileiro, o número de cativos importados é avaliado entre 3 500 000 e 3 000 000 [...]. O Brasil teria, pois, importado 38% dos escravizados trazidos da África para o Novo Mundo.

A segunda metade do século XVI e o século XVII veem o nordeste do Brasil dedicar-se à agricultura canavieira de exportação. Para esta atividade, Bahia e Pernambuco importaram, nas últimas décadas do século, cerca de 30 000 africanos [...]. No final do século XVII, a descoberta de ouro na província de Minas Gerais criará uma nova demanda de mão-de-obra e triplicará o volume do tráfico. Calcula-se que 1 700 000 negros foram importados [...]. Ao que parece, 2/3 deles tomam o rumo do interior e povoam Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, onde as descobertas de ouro e diamantes aumentam consideravelmente a demanda [...]. A corrida ao ouro e aos diamantes diminui após 1760. A mão-de-obra escrava é atraída para o litoral, onde a produção de açúcar passa por um novo impulso, com períodos gloriosos [...]. Além disto, outros cultivos, como a lavoura de subsistência, aumentam mais a necessidade de mão-de-obra escrava [...]. Na época do café, 1 350 000 cativos importados [...] (MATTOSO, 1988, p. 19, 20 e 53,54).

Os números descritos acima, apesar de serem considerados pela maioria dos historiadores como os mais próximos em termos oficiais, são sempre apontados como estimativas. Na realidade, há indícios de que o número de africanos traficados tenha sido muito maior. O historiador Clovis Moura (2014) sustenta que muitos historiadores da Inglaterra e da França, tentando favorecer a imagem de sua nação, diminuíram a participação de seus países nesse horripilante tráfico

de pessoas. Além disso, Clovis Moura (2014) aponta que o Tratado de 1831 assinado entre a Coroa Brasileira e o governo inglês, proibindo o tráfico de escravizados africanos para o nosso país, não foi respeitado efetivamente pelo governo brasileiro. Pelo contrário, houve um contrabando realizado de forma aberta, com pouca fiscalização e repressão por parte do governo imperial brasileiro, resultando na entrada de um grande número de africanos que não foram registrados. Outra coisa a se destacar é que a chegada nas Américas de nove milhões e meio de africanos não corresponde ao mesmo número daqueles que foram retirados da África com esse fim. Como as condições nos navios negreiros eram as piores possíveis, com as pessoas sendo amontoadas, sem cuidados com seus ferimentos e recebendo o mínimo de água e alimentação possível, muitos morriam na travessia do oceano Atlântico, rumo ao continente americano. Os historiadores estimam que, de todos os africanos capturados e embarcados como escravizados, uma média de 40% a 45% morriam nessa travessia. Assim, podemos dizer que a diáspora africana relacionada à escravidão nas Américas, deve ter retirado do continente africano algo em torno de 14 milhões de pessoas.

Do total de escravizados traficados para o continente americano, 40% veio para o Brasil, 6% para os EUA, 18% para a América Espanhola, 17% para o Caribe Inglês e para o Caribe Francês. Clovis Moura (2014) sustenta que a população escrava no Brasil, atingiu o seu auge no século XIX, sendo 1.107.389, em 1819; 1.147.515, em 1823; e 1.542.230, em 1873. Os historiadores apontam que, entre 1880 e 1850, a população escrava no Brasil era na ordem de 30% a 40% da população total. Com a proibição definitiva do fim do tráfico negreiro, com a Lei Euzébio de Queiroz (1850), esse número passou a diminuir sensivelmente. No entanto isso não representou o fim da escravidão. Após essa lei, estima-se que 6.000 escravizados ainda entraram no país, através do contrabando; e, substituindo o tráfico de africanos, passou a vigorar no Brasil um tráfico interno, que comercializava escravizados de outras regiões do Brasil para o sudeste, que necessitava dessa mão de obra para a produção de café. Carlos Lessa aponta que, se em 1823, 54% dos escravizados brasileiros estavam no Nordeste, em 1872, essa taxa baixou para 32%, enquanto no Sudeste, passou de 39% para 59%. Em outras palavras, as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, movidos pela exploração do café, tornaram-se o grande eixo da presença dos escravizados no Brasil.

Sidney Chalhoub aponta que o censo geral de 1872, cujos dados foram obtidos entre 1876 e 1877, registrou que a população brasileira era de 9.930.478 habitantes, sendo 8.419.672 livres (84,7%) e 1.510, escravizados (15,2%). No quesito raça, havia 38,1% brancos, 19,6% pretos, 38,2% pardos e 3,9% indígenas. Portanto, 5.756,234 eram pretos e pardos, libertos e escravizados (57% da população), e a população de cor que era livre somava 4.245,428 (42,7%). No período da Abolição, havia aproximadamente 710 mil escravizados.

Mesmo que o censo de 1872 tenha seus erros e falhas, devidos a dificuldades na coleta de dados na época, esses números demonstram o quanto a presença de pretos e pardos é marcante na formação da população brasileira.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1

1. Explique o sentido da frase: “Ser escravizado não tem nada a ver com a questão racial, étnica ou religiosa da pessoa, porque é uma forma de trabalho ligada as suas vantagens econômicas”.

2. A partir da explicação do professor Ciro Flamarion, preencha o quadro abaixo apontando as diferenças com relação à forma de trabalho e de tratamento entre o escravizado da área rural, o escravizado doméstico e o escravizado do meio urbano.

Escravidão Rural	Escravidão Doméstico	Escravidão Urbano

3. Por meio da análise das **Figuras 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4**, faça um comentário sobre como os africanos eram tratados no tráfico negreiro.

4. Leia o registro da historiadora Kátia Mattoso e cite o número de escravos que marcaram a diáspora africana, quantos vieram para o Brasil e estabeleça a relação disso com os aspectos econômicos marcantes da história do nosso país.

Resposta comentada

1. O aluno terá que mostrar que o processo de escravização foi motivado essencialmente pelas vantagens econômicas dessa forma de trabalho.

2. A tabela deverá mostrar a diferença entre os escravizados da área rural, do setor doméstico e da área urbana. Nesse caso, devem ser sinalizados os tipos de trabalho realizados, o tratamento recebido pelos senhores e as condições em que seria possível obter a liberdade.

3. Por meio da análise das figuras, o aluno deve descrever a captura e o transporte dos negros africanos nos navios negreiros, destacando as condições a que era submetidos e se eram tratados como pessoas ou simples mercadorias.

4. Nessa resposta, é importante estabelecer a relação entre o número de escravizados traficados para o Brasil e os períodos econômicos citados pela historiadora Katia Matoso, verificando se esse quantitativo aumentou ou diminuiu de acordo com as fases da economia brasileira.

O Rio de Janeiro, o tráfico negro e as mudanças urbanas

No caso de Portugal, os dois pontos de importação de escravizados na África se situavam, inicialmente, em Angola e, depois, em Moçambique, como demonstra o quadro abaixo:



Figura 9.4: mapa do tráfico negro para o Brasil.

Fonte: <http://ghmonografiagbfq.goodstuffpettruck.com/dibspor-as-africanas-e-o-trbfico-negro-40cifijy2347.html>

O mapa acima demonstra que o porto na cidade do Rio de Janeiro foi um dos pontos de desembarque dos africanos que seriam vendidos como escravizados. De acordo com Armelle Enders, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de um milhão de escravizados passou pelo porto do Rio de Janeiro. Como já abordamos em outros módulos, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se um grande entreposto comercial, no período coberto pelo nosso estudo. Seu porto era o local de chegada e saída das mais diversas mercadorias, sendo o tráfico de escravizados africanos uma das suas principais atividades. Ali chegavam escravizados que tanto abasteceriam a própria cidade do Rio de Janeiro e o interior da província, além de outras cidades do Sudeste e da região Sul,

No entanto, houve uma relação mais profunda entre a cidade do Rio de Janeiro e seu porto com a escravidão, do que a de um simples en-

treposto do tráfico negreiro. Como se observa no mapa, os principais pontos de embarque, para o tráfico realizado por Portugal para o Brasil, eram Angola e Moçambique. Porém, seria um erro acreditar que esse comércio esteve nas mãos dos portugueses durante todo o período colonial e imperial. A partir 1758, o tráfico negreiro para o Brasil foi exercido por comerciantes brasileiros instalados na própria colônia, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

O envolvimento de brasileiros com esse tipo de comércio se deveu ao grande lucro obtido na atividade. Por exemplo, das 36 maiores fortunas da cidade do Rio de Janeiro, em 1799, seis eram de traficantes de escravos. O tráfico escravista gerava toda uma vida de riqueza e bem estar para os traficantes que, inclusive, eram bem vistos pelo próprio governo local. Esse foi o caso de Elias Antônio Lopes, que cedeu a sua casa na quinta da Boa Vista, atual Museu Nacional, para moradia de D. João e da Família Real. Comerciante rico, especializou-se no tráfico negreiro para o Brasil e, dessa forma, construiu uma fortuna que permitiu-lhe erguer e habitar a gigantesca casa da Quinta da Boa Vista, que depois foi doada para D. João.

Pelo Porto do Rio de Janeiro entraram 60% dos africanos submetidos a escravidão no Brasil. Inicialmente, o desembarque e a venda de escravizados se realizou na atual Praça XV, mais precisamente na Rua da Direita (atual Rua Primeiro de Março). Em 1776, o Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Brasil, decretou que o comércio de escravizados fosse transferido para a região do Valongo, que ficava entre o bairro da Gamboa e da Saúde, região desabitada na época do decreto; que foi o produto de um somatório de motivos. Havia uma preocupação com a saúde pública, devido ao estado lastimável como os escravizados chegavam, o que poderia trazer e propagar as mais diversas doenças. Havia também a preocupação com a segurança pública, movida pelo receio de uma revolta de escravizados, que estavam centralizados naquela área da cidade; e, por último, havia a preocupação de dar um ar mais civilizado ao Centro da cidade do Rio de Janeiro, levando para um local mais distante o comércio de seres humanos. A construção do Cais do Valongo se deu em 1811 e substituiu o Porto da Praça XV como o local de desembarque dos escravizados trazidos da África. Novamente, esse empreendimento, dando continuidade ao projeto do Marquês de Lavradio, procurava afastar do Centro do Rio a chegada dos escravizados, aprofundando o caráter civilizatório da cidade, principalmente com a presença da Família Real residindo no Rio de Janeiro.

Situado no que hoje é a Rua Barão de Tefé, no bairro da Saúde, estima-se que o Cais do Valongo tenha recebido 1,2 milhão de escravizados até o ano de 1831, sendo o principal desembarque de escravizados do continente americano no período. Não se pode esquecer que, na época, essa região que hoje é aterrada, era banhada pelas águas da Baía de Guanabara:



Figura 9.5: vista da Região do Valongo. Autor: Thomas Ender.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100299.

O Rio de Janeiro foi o destino de desembarque e comercialização de 60% dos africanos trazidos para o Brasil para servirem como escravizados, com o Cais do Valongo tendo um papel fundamental nesse processo, que também fez com que a região da Gamboa e da Saúde, antes desabitada, passasse a atrair um conjunto de pessoas. Havia em torno de 300 casas do comércio ultrajante de venda de escravizados, que expunham como mercadorias ou como animais, mulheres, homens e crianças, para serem vendidos. Esse comércio atraiu outros tipos de comércio e a região iniciou um processo de ocupação.



Figura 9.6: “Valongo, ou Mercado de Escravos no Rio”, desenho de Augustus Earle, gravura de Edward Finden.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Augustus_Earle_-_Rua_do_Valongo.jpg

A partir de 1831, devido a um acordo assinado com a Inglaterra, o governo brasileiro decretou a ilegalidade do tráfico negreiro para o Brasil. Porém, como vimos, esse ato não teve impacto sobre a vinda de africanos escravizados para o Brasil, visto que o contrabando aconteceu livremente na costa brasileira, em especial no Rio de Janeiro. Entretanto, sobre o Cais do Valongo, essa ilegalidade teve uma forte influência. Como esse cais estava sob o controle do Estado, teve que ser fechado para o tráfico, a fim de que não houvesse um problema diplomático com a Inglaterra, o que ocasionou a redução da sua função central e importância. Em 1843, houve uma total remodelação do Cais do Valongo, com o aterro de algumas partes e a modificação de sua estrutura e visual, a fim de receber a princesa Leopoldina, que viera para consumar seu casamento com D. Pedro II. Seu nome, inclusive, passou de Cais do Valongo para *Cais da Imperatriz*.

No começo do século XX, com as mudanças (das quais trataremos nas próximas aulas) realizadas pelo prefeito Pereira Passos, houve o aterramento da região e destruição de tudo que evidenciasse que naquele local já existira um cais e um comércio de seres humanos. Sobre o aterro do Cais da Imperatriz, houve a construção de uma praça. Apenas com as obras para a construção do Porto Maravilha, em 2011, foram descobertos restos do Cais do Valongo, que passou a ser um ponto tu-

rístico, histórico e ancestral ligado à escravidão e ao começo da presença negra na nossa sociedade. Em 2017, foi reconhecido pela Unesco como o vigésimo património histórico do Brasil.



Figura 9.7: sítios arqueológicos do Cais do Valongo. Autor: Halley Pacheco de Oliveira.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=24490560>.

Essa construção histórica tem um papel tão especial na ancestralidade da formação do povo brasileiro, especialmente para a população negra, que a historiadora Mônica Lima destaca:

Uma vez descortinado, o cais, a sensível memória que o cerca, se tornou outro ponto delicado. Nesse sentido, sacerdotes de religiões de matriz africana foram chamadas a visitar o local e diagnosticaram a necessidade de uma cerimônia de limpeza espiritual, para aliviar as marcas da dor ancestrais que por ali passaram, trazidos escravizados do continente africano. Foi realizada uma cerimônia que ficou conhecida como lavagem do Cais do Valongo, que hoje faz parte do calendário oficial da cidade do Rio de Janeiro, em todo primeiro sábado do mês de julho. Reitera-se, com sua realização, o vínculo com o passado e o reconhecimento do sofrimento, bem como a força da história viva que nos legaram (GURAN, 2017, p. 25).



Figura 9.8: ritual de lavagem do Cais do Valongo. Autor: Tomaz Silva/ABr.

Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/galeria/2013-07-06/ritual-da-lavagem-do-cais-do-valongo-homenageia-escravos>.

Abordar a importância do Cais do Valongo no processo desumano da escravidão e do tráfico de escravizados, também nos leva à questão do enterro daqueles africanos que chegavam mortos no Brasil ou que não sobreviviam antes de serem vendidos. Como já citamos, as condições de transporte dos escravizados eram as piores. Buscando obter o maior lucro possível, os proprietários dos navios negreiros reservavam aos africanos condições desumanas de transporte, alimentação e cuidados, o que resultava em muitas mortes. Aqueles que morriam durante a viagem eram jogados no mar. Já aqueles que morriam ao chegar, eram enterrados no Cemitério dos Pretos Novos. Esse cemitério primeiro se localizava no Largo de Santa Rita, mas depois, com a mudança do comércio de escravizados para a região do Valongo, passou a se situar no Caminho da Gamboa (hoje Rua Pedro Ernesto). O cemitério era tão pequeno frente ao número de falecidos, que houve a necessidade de os corpos serem incinerados, quebrados e jogados uns sobre os outros, para que pudesse caber o máximo possível deles, por cova. Os sepulcros eram feitos em valas comuns, com pouca profundidade. Fora isso, o local também era usado para despejo de lixo, demonstrando o total desrespeito com os mortos. Calcula-se que de 20 a 30 mil africanos foram sepultados nesse cemitério até o seu fechamento, em 1831.

Em 1999, a história do Cemitério dos Pretos Novos passou a ter uma maior exposição. Nesse ano, a família Guimarães, proprietária da casa de número 36 na Rua Pedro Ernesto, ao fazer uma obra no piso da casa, descobriu algumas ossadas. Após uma investigação, constatou-se que a casa estava sobre parte do Cemitério dos Pretos Novos. A família Guimarães junto com alguns amigos, criou o Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos (IPN). Nesse processo, receberam auxílio do grupo Afroxé Filhos de Ganhi, que adquiriu os números 32 e 34 da mesma rua, ampliando o espaço do IPN. O objetivo desse Instituto é preservar e divulgar a história do local, demonstrando os horrores a que foi submetida a população negra no período da escravidão e contribuindo como patrimônio histórico para a conservação da memória nacional. O Instituto oferece cursos, faz exposições e está aberto a visitação pública, atendendo também a visitas de escolas e universidades. Desde 2011, o IPN faz parte do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana.



Figura 9.9: parte de uma exposição do Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos. Autor: Halley Pacheco de Oliveira.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=25787145>.

Atividade 2

Atende aos objetivos 2 e 3

1. Seria correto afirmar que a diáspora africana gerada pelo tráfico negreiro para o Brasil foi sempre controlada pelos comerciantes de Portugal, e que o lucro com essa atividade criou fortunas apenas na nossa antiga metrópole? Justifique.

2. A partir do relato sobre o surgimento e fim do Cais do Valongo, faça um relato de como você, se fosse um guia turístico, apresentaria essa história para um grupo de turista no atual Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.

3. Como você fez na pergunta anterior, faça um relato demonstrando a história do Cemitério dos Pretos Novos, ao levar um grupo de turistas para visitar o Instituto de Pesquisas e Memória Pretos Novos (IPN).

Resposta comentada

1. Por meio da leitura do texto, o aluno deve mencionar os locais que passaram a controlar o tráfico negreiro para o Brasil e, consequentemente, se transformaram nas áreas onde os recursos financeiros gerados por essa atividade acabaram se concentrando, no país.
 2. O objetivo é que o aluno faça um roteiro explicativo sobre o Cais do Valongo, para ser apresentado a um grupo de turistas, destacando: seu surgimento, objetivos, como era, quantos escravizados desembarcaram nesse porto, a influência sobre a região onde foi instalado, como acabou e como foram encontradas as suas ruínas, que hoje formam um sítio arqueológico.
 3. No processo da resposta anterior, faça um roteiro explicativo sobre o cemitério dos Pretos Novos, destacando: a sua localização, a sua utilidade, como eram enterrados os escravizados, como foi encontrado, no ano de 1999, a sua situação atual.
-
-
-

Escravidão e racismo

Não poderíamos finalizar essa aula sem traçarmos algumas linhas sobre a relação entre a escravidão e o processo de racismo contra a população negra. Durante o período escravizadocrata, o europeu criou uma série de visões preconceituosas e estereotipadas contra o negro, para tentar justificar a sua escravidão, que seguiram dois eixos: um que punha a África como um continente selvagem e atrasado, desprovido de civilização; e o outro que apresentava a escravidão do africano como algo natural, como se os negros se adaptassem à escravidão, como se fosse uma raça voltada para isso. Vamos debater essas duas visões.

A visão da África como um continente reduzido ao atraso e à selva-geria consiste num erro histórico. Isso se deve à visão preconceituosa que os países europeus construíram a respeito da África, no período da colonização do continente Americano, entre o século XV e XIX; para legitimar o processo de dominação desse continente durante o período do imperialismo, a partir de 1870, explorando as riquezas naturais da região e submetendo parte da população, em algumas áreas da África,

ao regime de escravidão. A história da África e da escravidão nesse continente, não corresponde a essa visão preconceituosa, como comprova essa declaração da historiadora Kátia Mattoso:

O escravizado negro tornado mercadoria do século XVI ao XIX, mercadoria absolutamente indispensável ao Brasil, não vem de um continente desorganizado, sem cultura, sem tradições, sem passado [...]. Viram-se na África verdadeiros impérios centralizados, com brilho e autoridade incontestáveis, confederações tribais, reinos mais ou menos reconhecidos por seus vizinhos, cidades-pousadas com seus ricos mercados nos caminhos do ouro, das especiarias e do marfim, do sal, dos escravizados e, por toda a parte, um povo de guerreiros, pescadores, pastores, comerciantes a agricultores [...].

Muito antes da época da colonização, civilizações possuidoras de técnicas relativamente avançadas desenvolveram-se em numerosas regiões. Conhecia-se a agricultura de enxada,, extensiva, ou mesmo a intensiva ao redor das choças; a propriedade fundiária é desconhecida, mas o artesanato do ferro, do ouro, do bronze, do cobre, com seus ferreiros mistos de feiticeiros, um tanto médicos, seus tecelões e seus lenhadores, alimentam o consumo local e mercados mais distantes através de um comércio.

O escravizado já existe nas sociedades muito hierarquizadas mas somente é numeroso no Benin e nas regiões sudano-saelianas. Mas o “cativo” integra-se a família e não pode ser vendido. é uma escravidão quase patriarcal, que exclui o tráfico. No Daomé, os filhos de escravizados nascem livres e fazem parte da família do senhor. Influências estrangeiras e mercados exteriores só tardiamente generalizam o cativo com o tráfico e a venda como destinação mais ou menos imediata. Somente então um certo tipo de escravidão africana nasce do tráfico e para este, visto que cumpra alimentá-lo de sangue renovado (MATTOSO, 1988, p.24-25).

O mesmo pode ser dito a respeito da transformação do africano em escravizado. Como já citamos, não há relação entre escravidão e a raça do povo usado como escravizado, porque nenhum povo nasceu com características naturais para ser escravizado. A escravidão é uma forma de trabalho que se impõe pela violência. Aquele que será escravizado é tomado à força, levado à força e trabalha à força para seu senhor. O escravizado vive sob o jugo da violência para que faça o trabalho que dele se exige. Por isso, os grillhões, o chicote, o tronco, os castigos e as armas de fogo são presenças constantes em qualquer lugar onde se use a escravidão. As obras de pintores estrangeiros que estiveram no Brasil no período colonial e imperial nos deixaram uma demonstração dessa violência.

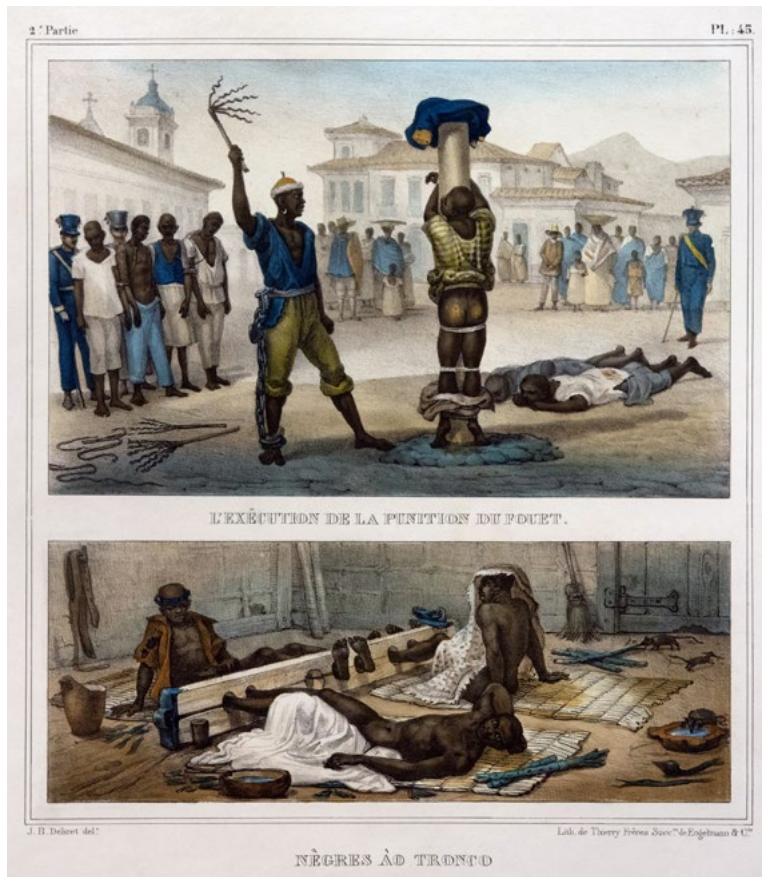


Figura 9.10: “Aplicação do Castigo do Açoite” (primeira) e “Escravos presos no tronco” (segunda), de Jean-Baptiste Debret.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:L%27Exécution_de_la_Punition_de_Fouet_et_Negres_ao_Tronco_by_Jean-Baptiste_Debret.jpg

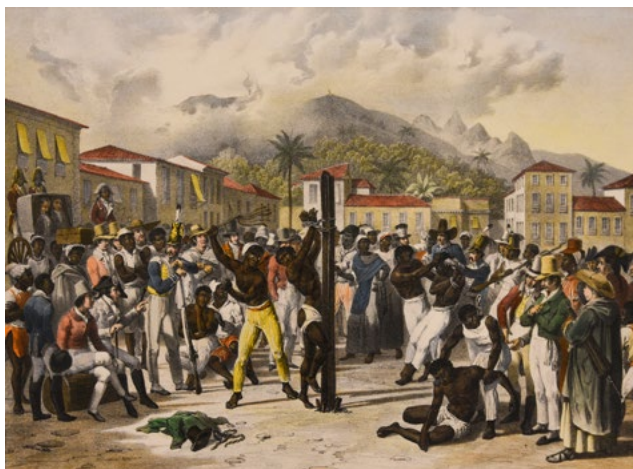


Figura 9.11: “Punições públicas: praça Santa Ana”, de Johann Moritz Rugendas.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Johann_Moritz_Rugendas_in_Brazil.jpg



Figura 9.12: Castigo na fazenda. Autor: Jean-Baptiste Debret.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slavery_in_Brazil,_by_Jean-Baptiste_Debret_\(1768-1848\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slavery_in_Brazil,_by_Jean-Baptiste_Debret_(1768-1848).jpg).



Figura 9.13: Castigo era carregar essa argola pesada. Autor: Jean-Baptiste Debret.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17147/transport-de-tuiles>. Acervo Biblioteca Nacional.

Outra comprovação de que o negro, como qualquer povo, nunca nasceu para ser escravizado, reside na resistência que os escravizados faziam diante da sua situação. De acordo com o historiador Jaime Pinsky (1982), a luta e a resistência à escravidão se deram das mais diferentes formas:

a) FUGAS ⇒ Registro de fugas de escravizados têm sido encontradas em diversas partes do país, a partir do século XVII até às vésperas da abolição [...]. O objetivo do escravizado em sua fuga era a liberdade definitiva. Ao sistema cabia evitar que isto ocorresse. É claro que o escravizado não fugia apenas porque e quando era submetido a maus tratos. Rebelava-se contra a sua condição de escravizado [...].

b) QUILOMBOS ⇒ O mais famoso deles foi o de Palmares [...]. Por exemplo, chegou-se a constituir um estado dentro do estado, com relações econômicas estáveis, estrutura sócio econômica estabelecidas e contatos comerciais com vilas próximas, em pleno século XVII e com duração total de 67 anos [...]. Vamos encontrar quilombos em São Paulo, na Bahia, no Norte e em Mato Grosso onde, curiosamente, uma mulher chegou a governar [...]. Esse quilombo, liderado pela rainha Tereza, vivia não apenas de sua lavoura, mas da produção de algodão que servia para vestir os negros e, segundo alguns autores, até para funcionar como produto de troca com a região [...]. Sua destruição foi considerado um ato de heroísmo em Portugal [...]. Um quilombo era um foco de negros livres numa sociedade que se baseava em relações sociais de caráter escravista. Era, pois, um mau exemplo para os outros escravizados e uma esperança para os fugitivos.

c) ASSASSINATOS DE SENHORES ⇒ Na verdade, assassinatos de senhores, feitores, administradores por parte dos escravizados foi uma constante no decorrer de todo o período escravista e muito raras vezes a imprensa explicava as razões do crime, preocupando-se em ver apenas o lado do senhor [...].

d) SUICÍDIOS ⇒ No limite de sua resistência física e moral, o escravizado se matava. Além de gesto de libertação, de ponto final a sua condição de objeto, ele golpeava fundo o seu senhor, fazendo com tivesse prejuízo do investimento que fizera nele. Alguns números nos permitem levantar suposições sobre o assunto. Em 1848, dos 33 suicídios ocorridos na Bahia, 27 foram de escravizados, dos quais 26 africanos [...].

e) REVOLTAS ⇒ De algum tempo para cá, vários trabalhos acadêmicos têm procurado mapear os levantes negros e é de se esperar que logo mais esses importantes capítulos da nossa história façam parte dos manuais escolares, uma vez que vamos encontrá-los por todo o Brasil.

(PINSKY, 1982, p. 54-60)

Atividade final

Atende ao objetivo 4

1. Uma das bases do racismo contra o negro no Brasil vem de duas visões: uma, que prega que a África sempre foi um continente apenas selvagem e atrasado; e a outra, de que o negro nasceu para ser escravo e nunca resistiu à escravidão, aceitando ser escravizado. Sobre essas visões responda:

a) Está correta a visão sobre a África? Justifique.

b) Analisando de forma geral as **Figuras 9.5, 9.6, 9.7 e 9.8**, bem como as observações do professor Jaime Pinsky, é correto dizer que o negro se adaptou a escravidão e não resistiu a ser escravizado? Justifique.

Resposta comentada

1. a) O aluno deverá analisar se é correto afirmar que a África é um continente atrasado, a partir do que o texto explica a respeito da África, quanto ao comércio, tecnologia, existência de cidades e de Estado, além de outros fatores.

b) Verificando o que as figuras demonstram sobre o tratamento dispensado aos negros, e retomando o fragmento de autoria do professor Jaime Pinsky sobre o comportamento dos escravizados diante da escravidão, o aluno deve debater se os negros se adaptaram à escravidão sem resistência.

Resumo

Nessa aula, discorreremos a respeito das características centrais da escravidão, demonstrando que esta nada tem a ver com o aspecto racial, mas é movida pelo aspecto econômico, por usar uma força de trabalho que possui o menor custo possível. No Brasil, depois do uso dos indígenas, os negros africanos formaram a base da força de trabalho escrava, usada na maioria das atividades econômicas.

Nestas, tratamos das semelhanças e, principalmente, das diferenças entre a escravidão no setor rural e no setor urbano. Sobre as diferenças, demonstramos que, no setor urbano, a maioria dos escravizados atuava como escravizado de ganho, vendendo produtos e oferecendo serviços pelas ruas das cidades. Esse fato será importante na compreensão da próxima aula, visto que nas ruas das cidades do Rio de Janeiro, o escravizado de ganho se transformou numa das marcas da cidade.

Vimos também que o tráfico negreiro foi um dos pilares do processo de escravização do negro africano, no Brasil.

Demonstração o quanto a violência constitui uma das bases da escravidão, o tráfico negreiro submetia os cativos a condições desumanas, na travessia do Atlântico. Essa atividade econômica foi responsável por manter o fluxo de escravizados usados nas atividades econômicas do Brasil e por gerar grandes riquezas para os traficantes de escravizados.

Vimos ainda que os traficantes do Rio de Janeiro se destacaram nesse horrendo processo, tornando-se os principais traficantes do Brasil e do mundo;. O Porto do Rio de Janeiro foi a mais relevante porta de entrada dos africanos escravizados, no país. O Porto do Cais do Valongo foi construído a fim de remover da Praça XV, área nobre do Centro da cidade, a visão das péssimas condições de chegada de escravizados, bem como a sua comercialização.

Por fim, apontamos a relação entre escravidão e racismo, demonstrando que algumas das justificativas usadas para legitimar a escravidão não correspondem à realidade histórica, não passando de estereótipos que serviram para fortalecer o racismo contra a população negra na sociedade brasileira.

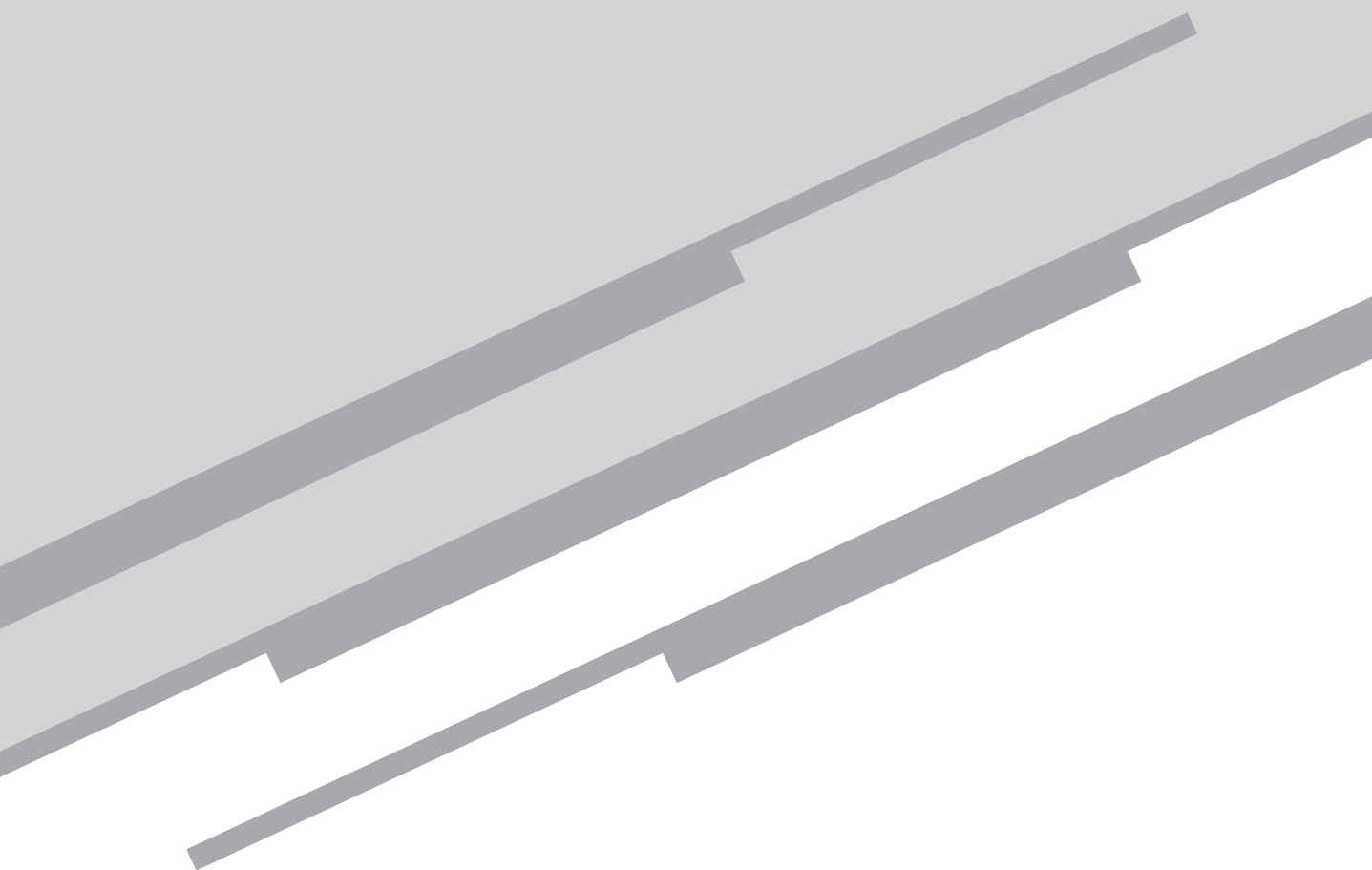
Agora, munidos dos conhecimentos desenvolvidos nessa aula, podemos aprofundar o tema da presença do negro na cidade do Rio de Janeiro, visto que o processo de escravidão está na base desse processo.

Referências

- DORIGNY, Marcel e GAINOT, Bernard. *Atlas das escravidões: da atualidade até os nossos dias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- FARIA, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FLAMARION, Ciro. *A Afro-América: a escravidão no novo mundo*. São Paulo. Brasiliense, 1982.
- FLAMARION, Ciro. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto (Orgs). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos escravista do século XIX*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- GURAN, Milton (Org.). *Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.
- MATTOSO, Katia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo. Brasiliense, 1988.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora e Livraria Anita, 2014.
- PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. 2. ed. São Paulo. Global, 1982.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 205-248.
- _____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Revista Convergência Lusíada*, 24, 2º Semestre – 2007, p. 67 a 99.
- SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 35-75.

Aula 10

A presença negra na cidade do
Rio de Janeiro – Parte II.



Mário Luiz de Souza

Meta

Estudar a presença dos negros na cidade do Rio de Janeiro, procurando demonstrar como a cidade se transformou no local de maior presença de africanos escravizados no continente americano, evidenciar as características dadas à cidade pela presença negra, apontar como era o uso da escravidão na área urbana da cidade e os aspectos da cultura e da forma de organização dos negros na sociedade escravista do município neutro da Corte.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. apontar os aspectos que demonstram que a cidade do Rio de Janeiro se transformou na maior cidade escravista da América Latina;
2. compreender o conceito de escravo de ganho e sua importância na compreensão da presença negra no Rio de Janeiro;
3. entender os aspectos da cultura negra na cidade do Rio de Janeiro e o quanto esses fatores representaram formas de manutenção da identidade negra africana, de continuidade e de adaptação de traços da cultura negra à realidade da sociedade escravista, de solidariedade entre os escravizados e de resistência à vida de exploração que eram submetidos os escravizados.

Introdução

Tanto a aula anterior quanto esta têm como objetivo central desenvolver um conjunto de conhecimentos que favoreçam uma maior compreensão sobre a presença negra na cidade do Rio de Janeiro, no período coberto pelo nosso curso. Por isso, na aula passada, dedicamo-nos a aprofundar o estudo da escravidão no Brasil. Não há como separar a presença negra na cidade do Rio de Janeiro da escravização dos negros africanos, bem como da escravização de negros e pardos nascidos no Brasil. Afinal, foi na forma escravizada que a presença negra se estruturou nessa cidade.

Nesta aula, o objetivo maior será trabalhar os aspectos mais específicos a respeito da presença negra na cidade do Rio de Janeiro; tão forte, que essa cidade foi considerada a maior cidade escravista da América Latina.

Em certo sentido, o Rio seria uma “cidade africana”, ou uma “cidade negra”, tanto pela presença numérica de negros, em sua maioria, africanos, como pelos aspectos culturais e urbanos gerados por ela. Contudo, a possibilidade de ser vista como uma “cidade africana” ou uma “cidade negra” não pode ser interpretada como sendo um local de domínio por negros vindos da África ou nascidos no Brasil; ao contrário, estes eram oprimidos e submetidos à escravidão.

Nem os negros e pardos libertos escapavam, porque sofriam as consequências de estar em uma sociedade na qual ser negro ou pardo era ser visto como escravo, e, por isso, sofriam todo tipo de discriminação. Mas mesmo assim, a presença negra na cidade do Rio de Janeiro foi significativa e marcou a cidade e sua história. Esse será o tema desta aula.

O Rio de Janeiro como a maior cidade escravista da América Latina

Como vimos na aula passada, a escravidão tornou-se uma das marcas da sociedade brasileira no período que estamos estudando, e o tráfico negreiro teve um papel fundamental nesse processo, sendo responsável pela manutenção da oferta de negros escravizados para servirem nas atividades econômicas e domésticas.

Vimos também que a cidade do Rio de Janeiro ocupou um lugar privilegiado nesse processo graças ao seu Cais do Valongo, que foi o principal local de desembarque de escravizados africanos no país. No entorno desse porto, no bairro da Saúde, estabeleceu-se um comércio voltado ou interligado à venda de seres humanos, marcando a presença de negros na cidade de forma ultrajante e desumana.

Mas a presença negra na cidade do Rio de Janeiro não se deve apenas ao papel do seu porto no tráfico negreiro e nos horrores envolvendo o comércio de seres humanos. Acima disso, isso está relacionada ao número de negros na cidade, a sua presença nas ruas, às marcas que deixaram no espaço urbano, no cotidiano e nos aspectos culturais da cidade.

Já na época da chegada da Família Real, em 1808, os escravizados tinham expressiva presença no Rio de Janeiro, formando 35% da população. Com o estabelecimento da Família Real e a transformação da cidade na capital do império português, essa presença se expandiu.

O crescimento econômico e populacional do Rio de Janeiro, ao ser alçado a capital do império, gerou o aumento do número de escravizados na cidade, chegando a quase metade de toda a população urbana. O Rio de Janeiro tornou-se, no transcorrer do século XIX, a maior cidade escravista do continente americano:

É bom destacar que o Rio de Janeiro era, nessa época, a maior cidade escravista das Américas, com a principal concentração de africanos. As freguesias centrais da Candelária e Santa Rita tinham em 1849 mais de treze mil escravos cada. Em 1821, os escravos já representavam 45,6% da população dessas freguesias urbanas e rurais do município do Rio de Janeiro, os cativos já alcançavam 48,8% com mais de 55 mil. O interessante é que mais de 65% dos escravos viviam nas freguesias urbanas. Em 1838, esse índice alcançaria 78% e, em 1870, aproximadamente 81,2%. Em 1872, no município neutro do Rio de Janeiro (Corte), as cinco principais freguesias urbanas contavam com os seguintes

números: escravos representavam um pouco mais de 14% do total da população, entretanto pretos e pardos livres atingiam o índice de 23,7%. Levando em conta somente os africanos (livres e cativos) residentes nessas freguesias, temos 38,3%. (GOMES; FARIAS, 2006, p. 10)

Para ilustrar mais ainda o papel do Rio de Janeiro como a maior cidade escravista das Américas, podemos citar os dados referentes à presença da população escrava nas principais freguesias urbanas, com relação à população total: Sacramento: 44,3%, em 1821; 34,4%, em 1838; 34%, em 1849; São José, nos mesmos anos, correspondia a: 42,6%, 35,3% e 37,8%, respectivamente; e na Candelária, também para os mesmos anos, 65%, 42,5% e 68,7%.

Mesmo com o declínio do tráfico negreiro vindo da África, a partir de 1850, e da própria escravidão, a partir de 1870, a cidade manteve como uma de suas principais características o grande número de escravos presentes em suas ruas. Em 1872, havia 48.939 cativos na cidade do Rio de Janeiro, suplantando o número que havia em municípios escravistas como Campos (32.620 escravos), Valença (23.496 escravos) e Vassouras (20.168 escravos) (GOMES e FARIAS, 2006).

Os dados citados são legitimados pelo relato deixado por viajantes estrangeiros que estiveram na cidade durante esse período. Esses estrangeiros ficaram impressionados com o número de negros circulando pelas ruas e com as diferentes formas de cabelo, roupas e adereços que esses exibiam. Com certeza, a grande concentração de negros nas ruas da cidade do Rio de Janeiro deixou os viajantes europeus diante de uma visão de mundo bem distinta daquela das suas cidades de origem.

Essa grande presença no setor urbano do Rio de Janeiro resultou do processo de escravização dos negros africanos e de sua utilização como *escravo de ganho*, uma das principais atividades econômicas da cidade.

A característica dominante desse tipo de atividade consistia na oferta de um serviço ou na venda de um produto por parte do escravo. A maioria do dinheiro recebido ia para o senhor do cativo e uma pequena parte ficava com ele; por isso a denominação *escravo de ganho*. Para ilustrar a diversidade de serviços e produtos vendidos pelos escravos de ganho, vamos fazer uso de pinturas dos mestres Johann Moritz Rugendas e Jean-Baptiste Debret.



Figura 10.1.



Figura 10.2.

Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/obras_desaparecidas/index.php?p=1102. Autor: Johann Moritz Rugendas.



Figura 10.3.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17324/negre-vendeurs-de-volaille>. Autor: Jean-Baptiste Debret. Acervo Biblioteca Nacional



Figura 10.4.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17289/le-st-viatique-porte-chef-un-malade>. Autor: Jean-Baptiste Debret. Acervo Biblioteca Nacional



Figura 10.5.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18716/les-barbiers-ambulants-boutique-de-barbiers>. Autor: Jean-Baptiste Debret



Figura 10.6.

Fonte: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18746/les-rafraichissemens-de-l-apres-diner-sur-la-place-du-palais-une-visite-a-la-campagne>. Autor: Jean-Baptiste Debret

Além de serviços como escravos de ganho, os escravos urbanos também trabalhavam nas mais diversas atividades, como podemos ver por meio dessas obras de Jean-Baptiste Debret:



Figura 10.7.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_-_Calçadores,_1824.jpg. Autor: Jean-Baptiste Debret



Figura 10.8.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debret_-_Negros_Cangueiros.jpg
Autor: Jean-Baptiste Debret



Figura 10.9.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Loja_de_Sapateiro_Aquarela_Jac_by_Jean-Baptiste_Debret_1820-1830.jpg. Autor: Jean-Baptiste Debret

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Cite alguns dados que demonstrem a vultosa presença de escravos na cidade do Rio de Janeiro.

2. Descreva o que seria um *escravo de ganho* e, a partir das Figuras 10.1 a 10.6, cite o que comercializavam.

3. Veja as **Figuras 10.7, 10.8 e 10.9**, e aponte outras atividades realizadas pelos escravos no setor urbano.

4. A partir das respostas das três perguntas anteriores, podemos entender por que a quantidade de negros nas ruas da cidade do Rio de Janeiro impressionava os viajantes estrangeiros? Justifique.

Resposta Comentada

1. Nessa resposta, o aluno deve especificar a quantidade e as atividades realizadas pelos escravizados pelas ruas do Rio de Janeiro.
2. Pede-se que o aluno explique o que seria um escravo de ganho, destacando se este se dedicava à agricultura ou ao comércio, além de citar a sua relação com o seu senhor. Somado a isso, a partir das figuras apontadas no enunciado da questão, indique as atividades que realizava.
3. O aluno deve analisar as figuras citadas no enunciado dessa questão e descrever os tipos de atividades que os escravizados também realizavam no setor urbano.
4. Para responder a essa pergunta, o aluno deve analisar as respostas que deu às perguntas 4, 5 e 6, e apontar por que os viajantes europeus ficavam impressionados com a presença de negros nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

A tentativa de manutenção da cultura e da identidade dos escravos

A presença negra no Rio de Janeiro não se resume ao grande número de escravos africanos presentes na cidade. Desde o período colonial, as ruas eram ocupadas por escravos, mas também por africanos, crioulos (como eram chamados os negros nascidos no Brasil) e pardos libertos e livres.

Se até 1850 o número de negros escravos superava em muito os negros que não eram cativos, depois dessa data, essa relação começou a se inverter fortemente. Tanto que, às portas da Abolição, existia um pequeno número de escravos na cidade, frente ao número de africanos, crioulos e pardos livres. Contudo, essa inversão não altera o fato de que havia uma esmagadora presença de negros na cidade do Rio de Janeiro.

Mesmo assim, seria um erro reduzir a importância da presença negra na cidade do Rio de Janeiro ao número de negros na população ou a sua importância na atividade urbana. Somada a esses fatores não se pode deixar de lado a busca desse grupo social na construção de atividades culturais ligadas à manutenção de sua identidade. Nesse sentido, o foco era a formação de uma cultura negra que, de uma forma ou de outra, buscava manter uma identidade com os aspectos culturais oriundos da África.

Porém, isso não foi tão fácil, principalmente diante da repressão criada pelas autoridades, sob a lógica de que, numa sociedade escravista, um ajuntamento de negros na quantidade presente na cidade do Rio de Janeiro preocupava as autoridades.

A possibilidade de fugas, roubos, assassinatos de senhores e outros eventos, colocava a polícia da Corte em constante estado de prontidão. Por isso, além do preconceito, o movimento de repressão a algumas manifestações culturais de cunho africano, principalmente aquelas que envolvessem aglomerações, devia-se a estas serem tomadas como um perigo à ordem pública.

Apesar da objeção e repressão dos órgãos de controle público, os negros, crioulos e pardos, escravos e libertos, edificaram suas práticas culturais como forma de se divertirem, se encontrarem, terem suas práticas religiosas, dançar e cantar, terem momentos de alento frente ao mundo repressor e preconceituoso em que viviam. Assim, formas de expressões culturais foram criadas.

Os *calundus* eram reuniões festivas, ocorridas ao longo do século XVIII, em que os negros dançavam e cantavam ao som de atabaques e tambores. Além desse caráter festivo, nesses encontros também havia rituais religiosos para obterem graças referentes a curas e adivinhações. Como uma parte dos frequentadores entrava em transe, havia a acusação de os calundus serem centros de feitiçarias, devendo, por isso, ser reprimidos pela polícia.

No século XIX, essa repressão às religiões de cunho africano tomaram uma forma mais intensa, agora voltada para a questão dos terreiros. Os africanos oriundos da África Central e da África Ocidental trouxeram para o Brasil seus cultos religiosos, que muitas vezes se mesclaram com aqueles já estabelecidos aqui pelos indígenas e europeus; não deixando, contudo, de ser uma forma de identidade negra e de resistência ao processo de escravização, como sustenta o professor Leon Araújo:

[...] O terreiro – a denominação mais comum do local do culto – é uma dessas formas organizacionais criadas na diáspora africana pelo mundo. É, sobretudo, uma comunidade centralizada em um culto religioso tradicional, baseada em matrizes culturais africanas, por vezes agregando referência indígenas e europeias, seja do catolicismo popular ou mesmo da feitiçaria ibérica. Como comunidade, o terreiro também é espaço de solidariedade e ajuda mútua e, como centro religioso, é o espaço para a manutenção de saberes ancestrais, de cantos, toques musicais, rezas, receitas, culinárias, fórmulas de chá e banhos, histórias e narrativas do passado, e uma complexa rede de mitos (GURAN, 2017, p.90).

No Rio de Janeiro, prevaleceu a cultura *banto* com o culto aos pretos velhos e às almas dos ancestrais.



Cultura Banto

Os povos bantos, há dos mil anos, fizeram sua expansão ao longo do continente africano, saindo da costa do atual Camarões e da Nigéria, para o restante da África. Apesar dessa origem comum, esses povos possuem características diferentes nas suas

organizações políticas, econômicas, sociais e culturais. O banto também é um tronco linguístico que acabou gerando diversas outras línguas.

No Brasil, a presença banto, foi muito forte, visto que uma parcela considerável dos escravizados traficados para o nosso país veio desse grupo étnico, principalmente de Angola, Moçambique e outras áreas da África Subsaariana.

Nesse sentido, tiveram influência na constituição cultural do nosso país, trazendo, dentre outras coisas, a sua religião, aspectos tecnológicos que foram implementados em atividades econômicas no Brasil e instrumentos de percussão. Também influenciaram na formação de palavras usadas no cotidiano brasileiro como *cafuné*, *macumba*, *senzala*, *farofa*, dentre outras.

Mas não era apenas essa, a influência. Um dos terreiros mais conhecidos e respeitados do Rio de Janeiro era o Kwê Podabá, de tradição jêje, fundado em 1864 por Gaiaku Rosenano de Dan, no bairro da Saúde (GURAN, 2017). O candomblé também se tornou um ramo da religião de matriz africana que se estabeleceu no Rio de Janeiro, no transcorrer do século XIX, sendo tão perseguida quanto qualquer religião de terreiro praticada pelos negros.

Apesar da repressão e do preconceito contra os terreiros, havia também tolerância em muitos momentos, o que demonstra as contradições e complexidades da sociedade escravista.

O elevado número de africanos escravizados e de africanos, crioulos e pardos libertos, que mesmo nessa condição não conseguiam uma vida melhor, devido aos limites impostos pela estrutura escravista, também fazia com que as autoridades tivessem que ceder e aceitar, em alguns momentos, esses cultos religiosos, até para evitar uma revolta maior dos negros na sociedade.

Somado a isso, muitos terreiros eram também frequentados por pessoas brancas e até membros da própria elite que buscavam nos ditos *feitiços* formas de enfrentar dificuldades por que passavam, desde questões financeiras até amorosas.

Outra expressão cultural dos negros que sofria uma forte repressão no século XIX, eram os *batuques*. Como os *calundus* do século XVIII, os *batuques* eram reuniões de negros nas praças e em algumas ruas, onde homens e mulheres negras dançavam, cantavam e batiam palmas, ao ritmo ditado pelos instrumentos de percussão, reunindo escravizados, libertos, escravos fugitivos. Há relatos de *batuques* com 300 a 400 negros presentes, com cada nação africana tendo o seu grupo: moçambiques, quilimanes, cabindas, bengueles e angolas, entre outros. Tudo isso gerava medo nas autoridades e em membros da sociedade. Além do medo de rebelião, pesavam sobre os *batuques* as visões preconceituosas de fundo sexual, devido às danças marcadas pelo requebrado dos homens e, principalmente, das mulheres:

No Rio de Janeiro, o reverendo norte-americano Stewart (...) assistira – no início da década de 1850 – a um grande encontro de negros (*batuque*) em Laranjeiras. No seu relato, não economizaria críticas e impropérios às celebrações observadas. Confessou, por exemplo, ter presenciado algo semelhante nas Ilhas Sandwich, no dia dos Reis Magos, mas ficara surpreso com aquela “música selvagem e rude” e a “revoltante licenciosidade dos dançarinos”. [...] (GOMES; FARIAS, 2006, p. 10).

Maltas e a Capoeira

A *capoeira* também foi outro aspecto da cultura negra reprimida na cidade do Rio de Janeiro. Pelo que algumas pesquisas indicam, no século XIX, a *capoeira* foi mais praticada no Rio de Janeiro do que em outras cidades do país, inclusive Salvador.

Essa forma de luta tornou-se uma característica marcante da reinvenção cultural urbana da diáspora. Seus praticantes se destacavam pela agilidade, força e preparo no uso das técnicas dessa luta. Além disso, somavam-se as essas especificidades, o uso de facas e outros objetos cortantes.

A *capoeira* se espalhou de tal forma entre membros da população negra, que chegou ao ponto de se formarem grupos de capoeiristas, as *maltas*, que lutavam entre si para proteger um território. Praticamente havia uma *malta* em cada freguesia. Alguns historiadores chegam a sustentar que a existência das *maltas* pode ser mais um fator que dificultou

um movimento de rebelião coletivo de escravos na cidade do Rio de Janeiro, visto que cada malta via a outra como um grupo inimigo (GOMES e FARIAS, 2006).

Apesar da repressão da polícia e da visão preconceituosa da sociedade sobre a capoeira, a hipocrisia fazia com que pessoas brancas mais abastadas se servissem dos grupos de capoeiristas. Os senhores de escravos de ganhos, por exemplo, gostavam de ter capoeiristas para fazerem serviços de venda ou para proteger o território para seus escravos, garantindo o lucro com a venda dos produtos.

O uso de capoeiristas acontecia nas mais diversas situações. Políticos os usavam contra adversários ou eleitores adversários, na época das eleições. Comerciantes faziam uso de membros de maltas para atacarem o estabelecimento de concorrentes. Mesmo no amor, os capoeiristas eram usados, quando um pretendente ou uma pessoa traída queria se livrar de seu oponente na conquista de uma dama.



Figura 10.10: Roda de Capoeira, de Johann Moritz Rugendas.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendasroda.jpg>

Nessa sociedade marcada pela escravidão e repressão a sua cultura, os negros procuravam de todas as formas manter sua identidade e laços de solidariedade. Nesse sentido, foi importante a relativa “liberdade” que o escravo urbano, principalmente de ganho, possuía, e a concentração de negros na região denominada *Pequena África*.



Figura 10.11: mapa da Pequena África, centro do Rio de Janeiro.

Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/rio-inaugura-roteiro-turístico-sobre-presença-africana-na-cidade/a-16309133>.

De acordo com a historiadora Mônica Lima, Heitor dos Prazeres, sambista e artista plástico negro, no início do século XX, denominou de *Pequena África*, no período que estamos estudando, a região do Rio de Janeiro que ia da Zona Portuária até parte do Centro da cidade, desde o Cais Valongo até o Campo de Santana, atual Praça da República (GURAN, 2017).

Essa denominação se deve ao número de africanos que circulavam e moravam na região. Como a maioria dos cativos era escravo de ganho, tinham autorização de seus senhores para morarem ou ficarem nos lugares que achassem melhor para exercer os seus ganhos. O importante, para os senhores, era que no final de semana o escravo levasse a parte do dinheiro recebido pelos seus serviços ou vendas, chamados de *jornal* (referente a *jornada de trabalho*).

Essa relação propiciava uma mobilidade intensa de africanos e crioulos escravizados pelas ruas, formando um universo de pessoas com características, línguas, costumes, vestimentas e cortes de cabelos dos mais diversos, levando africanidade para as vias da cidade.

A esses escravizados, também se juntavam africanos, pardos e crioulos libertos ou livres, formando uma visão cada vez mais negra e africana do Rio de Janeiro. A Pequena África era o local de atuação e de moradia dessa população, onde ficavam terreiros, batuques, capoeiristas e outras expressões da cultura negra.

Na Pequena África existiam moradias chamadas de *zungus* que, na verdade, eram mais que locais de moradia:

Mas o que era exatamente o zungu? O significado na época era de um tipo de moradia, para onde convergiam homens e mulheres negros. E constituíam um espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegido na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos. Para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos. Em busca de amigos, festas, deuses, esperanças... (GOMES; FARIAS, 2006, p.84)

Assim, os zungus não podem ser reduzidos à simples moradia ou local de pernoite. Mais do que isso, representavam espaços de identidade, onde os negros poderiam praticar o batuque com os seus tambores; dançar da forma que achassem melhor, sem o olhar reprovador da sociedade; ter cerimônias religiosas que seguiam os ensinamentos da África e dos ancestrais; estabelecer laços de amizade e irmandade, num mundo marcado pela exploração e a desumanização; encontrar um par romântico para dar um maior sentido à vida.

Não é à toa que os zungus foram reprimidos pela sociedade escravista, sendo vistos como locais de libertinagem, prostituição e criminalidade. A polícia da Corte fazia constantes batidas em casas de zungus.

Mesmo com a marca da exclusão e exploração presente na escravidão, os negros se aproximavam de algumas das festividades e adorações religiosas pregadas pela sociedade branca escravista. Um desses casos foi o *entrudo*.

Visto pelos pesquisadores como um “avô” do carnaval, consistia numa festa popular marcada pelo ato de as pessoas jogarem água, farinha, limonada, café, pó e até urina, uma nas outras. Era um momento de festa popular de que todos participavam. Escravos, senhores de escravos, libertos e toda a população participava da brincadeira. Mas como se dava numa sociedade altamente hierarquizada, tendo como marca central a escravidão, havia diferenças.

Nas famílias mais abastadas o *entrudo* se dava apenas dentro de casa. No caso dos escravos e dos setores populares, acontecia na rua. Para os escravos e para os excluídos, esse era um momento de extravasar suas frustrações por meio da alegria de jogar um no outro todos os líquidos e pós possíveis.



Figura 10.12: Entrudo.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:“Carnaval_de_Rua_Prancha”_by_Jean-Baptiste_Debret,_engraving_made_in_1834.jpg. Autor: Jean-Baptiste Debret

Entretanto, o *entrudo* criava um problema. Durante o seu período, os membros da elite brasileira não podiam sair pelas ruas, porque poderiam ser alvos dos escravos e dos negros libertos, sendo premiados com todo tipo de líquido no rosto. Isso fez com que se passasse a ter uma forte campanha nos jornais contra essa prática de festejar o carnaval, desde 1840. Alegava-se que o *entrudo* era imoral, violento e ofensivo, visto que se jogava de tudo no rosto das pessoas. Em 1855, finalmente a campanha conseguiu o seu objetivo e o *entrudo* foi proibido oficialmente e reprimido. No seu lugar, estabeleceu-se um carnaval com carros alegóricos, no estilo da cidade de Viena, na Áustria, cuja participação popular era proibida.

Atividade 1

Atende ao objetivos 3

1. Explique o medo que o número de escravos inspirava às autoridades na cidade do Rio de Janeiro

2. Demonstre a função dos terreiros na manutenção da cultura negra e aponte por que não podemos ver esses locais apenas como uma área para a prática religiosa.

3. Apesar de serem mal vistos pela sociedade, podemos dizer que existiam pessoas brancas que buscavam ajuda nos terreiros?

4. Cite que aspectos da cultura negra eram mantidos no *batuque* e descreva por que era reprimido pelas autoridades.

5. Sobre a capoeira, responda:

a) como os capoeiristas se organizavam e por que entravam em conflitos?

b) por que os capoeiristas, ao mesmo tempo em que eram perseguidos pelas autoridades, também eram bem vistos por pessoas brancas de prestígio político ou financeiro?

3. Atuando como um guia turístico, a partir do mapa da **Figura 10.10**, faça um roteiro turístico sobre a Pequena África, destacando a sua importância. Nesse caso, inclua a questão dos zungus nesse processo e faça uma pesquisa na *internet* sobre a Pedra do Sal e o Jardim Suspenso do Valongo, para também incluí-los no seu roteiro.

Resposta comentada

1. O aluno deverá responder essa pergunta levando em consideração o que a polícia achava que poderia acontecer devido ao grande número de escravizados circulando pelas ruas da cidade.
2. A resposta dessa pergunta deve se concentrar na importância dos terreiros para a manutenção de outras características da cultura africana, para além da questão religiosa; e o quanto isso recuperava a sua identidade e ajudava na luta pela sobrevivência.
3. Para resolver essa questão o aluno deverá dizer se a crítica e o preconceito que haviam na sociedade a respeito dos terreiros eram suficientes para afastar todos os brancos desses centros religiosos.
4. Entre os aspectos culturais que envolvem um ritmo musical, como dança, instrumentos, postura dos dançarinos e outros, aponte os

que caracterizavam o batuque e explique por que não era bem visto pelas autoridades.

5.

a) Nessa resposta, deve-se apontar como os capoeiristas se organizavam, quais eram os objetivos dessa organização e o que levava à existência de conflitos entre os capoeiristas; destacando os interesses que embasaram o embate entre esses grupos.

b) Nesse caso, o importante é explicar como a ação dos capoeiristas favorecia políticos e pessoas com poder financeiro.

6. O aluno deve compor um roteiro explicativo sobre a pequena África, destacando o período em que surgiu, o local, a sua importância, e apresentar alguns lugares, por meio de um pequeno resumo de sua história.



Resumo

Nesta aula, discutimos a presença negra na cidade do Rio de Janeiro, demonstrando como esta acabou se tornando a maior cidade escravista do continente americano. Para isso, na aula passada, começamos nossa exposição recordando e aprofundando alguns aspectos da escravidão e da escravidão no Brasil, dando ênfase ao tráfico negreiro, à importância da escravidão para a sociedade brasileira da época, ao tratamento reservado aos escravos; e mostramos o quanto constitui um equívoco ver a África como um continente ligado apenas à selvageria e ao atraso; ou ainda pensar que os negros não resistiram a escravidão.

Ainda nesta aula, vimos que a presença negra na cidade do Rio de Janeiro resulta do grande número de escravos africanos e escravos negros nascidos no Brasil, como também do número de africanos, crioulos e pardos livres, presentes na cidade. Mas não se reduz a isso. A especificidade do escravo de ganho transitando pelas ruas dava ao Rio de Janeiro a vista de uma “cidade negra”. As ruas eram tomadas por negros comercializando seus produtos, mas essa função acabava gerando outra questão sobre a cidade. Havia toda uma movimentação de negros das mais diversas etnias da África, com suas roupas, línguas, costumes e posturas. Não eram apenas mercadorias que cir-

culavam, mas também pessoas, com as marcas do seu continente e de sua identidade.

Devido à forte presença da escravidão e do tráfico negreiro, houve modificações no espaço urbano da cidade, como a ocupação da região do Valongo, principalmente a partir da construção do Cais do Valongo, gerando um aumento das atividades comerciais e do número de moradores dos bairros da Gamboa e da Saúde. Os sítios arqueológicos do Cais do Valongo e do Cemitério dos Pretos Novos demonstram isso.

Trabalhamos também diferentes formas de resistências dos escravizados, como a busca de tentar manterem ou construírem uma identidade étnica. Nesse sentido, a constituição dos calundus, batuques, rodas de capoeira e terreiros também devem ser vistos como formas de enfrentamento das agruras do dia a dia da escravidão. Mesmo sendo reprimidos pelas autoridades, essas manifestações se mantiveram. Para isso, a união entre os negros escravizados e livres foi fundamental. Da mesma forma, a criação da Pequena África constituiu um espaço urbano fundamental para a luta dos negros na manutenção dos aspectos culturais e religiosos citados.

Referências

- ENDERS, Armelle. *A História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- Faria, Sheila Castro. *A Colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FLAMARION, Ciro. *A Afro-América: a escravidão no novo mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FLAMARION, Ciro. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- GOMES, Flávio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto (Orgs.). *Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos escravista do século XIX*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.
- GURAN, Milton (Org.). *Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.
- MATTOSO, Katia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Editora e Livraria Anita, 2014.

PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

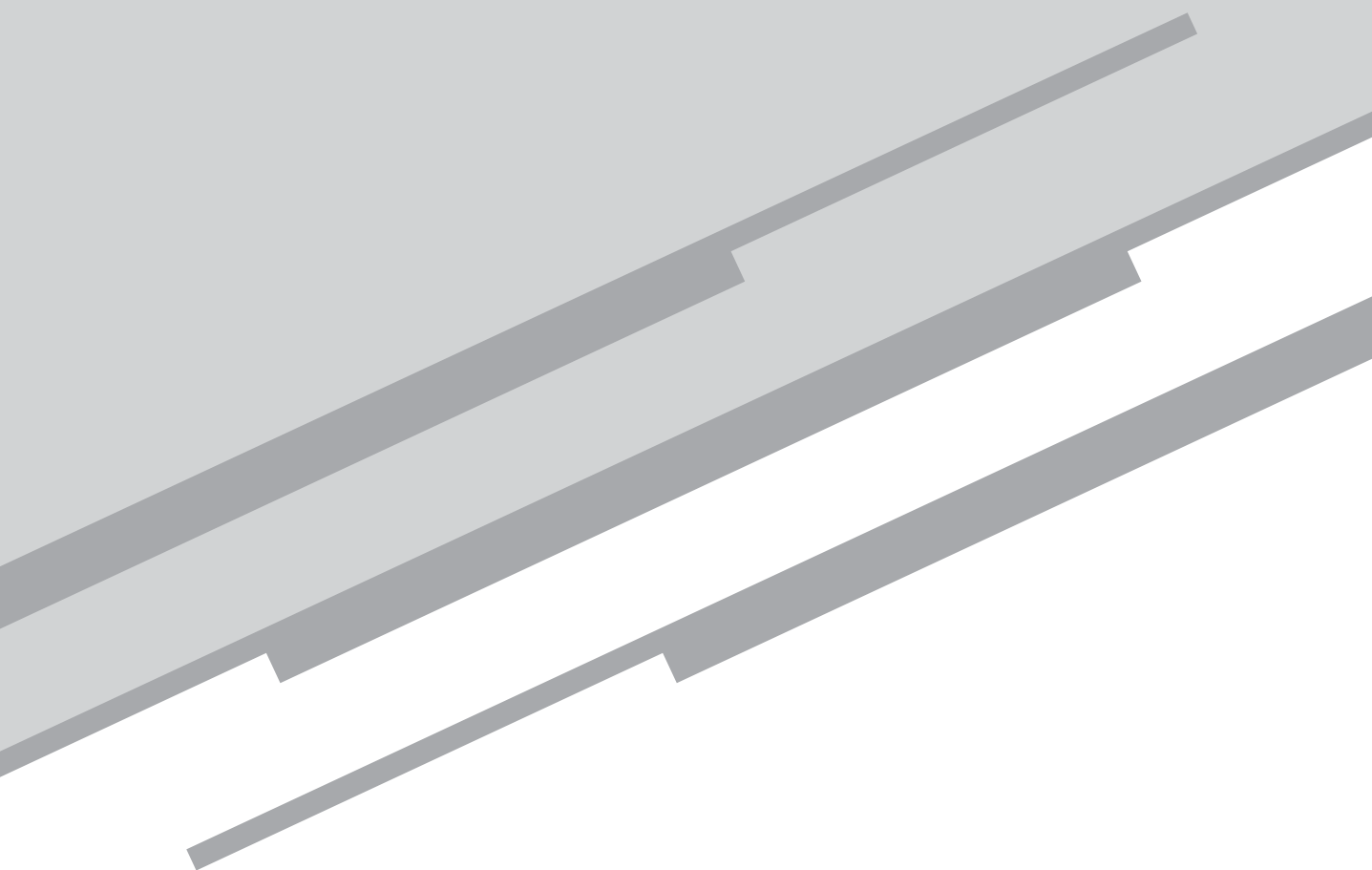
SCHWARCZ, Lília Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa. *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 205-248.

_____. D. João VI e os livros no Brasil: o caso da Real Biblioteca. *Revista convergência lusíada*, 24, 2º Semestre – 2007, p. 67-99.

SILVA, Alberto da Costa. População e Sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa *Crise Colonial e Independência: 1080-1830*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011, p. 35-75.

Aula 11

O fim do período imperial e a
proclamação da República



Mário Luiz de Souza

Meta

Abordar os principais fatores que levaram ao fim do período colonial e à proclamação da república em nosso país, demonstrando o tipo de república idealizada pelos principais atores políticos envolvidos nesse processo político.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. definir os principais aspectos que levaram ao fim da escravidão no nosso país;
2. identificar os impactos desse processo na população negra graças à forma como foi estabelecido;
3. perceber os interesses dos principais grupos políticos e sociais na proclamação da república e o tipo de república que queriam implementar no Brasil;
4. compreender o processo de proclamação da república no Brasil.

Introdução

Nesta aula, nossa temática será o fim do período imperial e a proclamação da república. Nesse sentido, vamos trabalhar com aquilo que os historiadores chamam de crise do período imperial, quando uma série de fatores levaram à derrocada da monarquia e a sua substituição pelo regime republicano. Dentre esses fatores, apontaremos os mais relevantes para a compreensão desse processo histórico.

Começaremos abordando a abolição da escravidão no Brasil, por meio da Lei Áurea, dando ênfase a como esse processo aconteceu, aos aspectos que levaram a sua efetivação, à posição do império sobre essa questão e aos impactos sobre a população negra e o próprio regime monárquico com a libertação dos escravizados. Depois, vamos debater a visão de república, os interesses e a forma como esta deveria ocorrer, na visão dos membros do Movimento Republicano e do exército brasileiro, procurando destacar as semelhanças e as diferenças presentes entre esses atores políticos que marcaram a implementação do regime republicano no nosso país.

Vamos começar, então, pelo processo de abolição da escravidão. Boa aula!

Abolição da escravidão

Como vimos ao longo de nossas aulas, a escravidão tornou-se a principal forma de trabalho no período colonial e monárquico brasileiros. Primeiro, com o indígena e depois, com a utilização do negro africano, a escravidão foi a mão de obra fundamental à maioria das atividades econômicas, estando presente na agricultura, na pecuária, na mineração, no trabalho doméstico e no trabalho urbano.

Não era a única, visto que existia o trabalho livre e assalariado, como também, entre as famílias mais pobres, o uso da mão de obra familiar. Contudo, sem sombra de dúvida, o uso da mão de obra escrava predominou como a principal força de trabalho no período colonial e em boa parte do período imperial brasileiro.

Apesar de sua utilização estar predominantemente associada à questão econômica, a escravidão ultrapassou esse aspecto, tendo uma forte influência social e cultural na sociedade brasileira.

Famílias mais pobres, que em função disso usavam a mão de obra familiar em suas terras, logo que podiam, adquiriam um ou dois escravos.

Mesmo que isso ocorresse pelo interesse econômico de ter um trabalhador para explorar, precisamos lembrar que ter escravizados também era uma forma de se obter prestígio social. Ou seja, ser proprietário de um ou dois escravizados já diferenciava uma família pobre de outras que não podiam adquirir um cativo.

Para além da questão de sua época, a escravidão deixou fortes marcas na sociedade brasileira até os nossos dias. Um exemplo disso é o caso do racismo contra a população negra, que não pode ser separado do fato de os negros terem sido escravizados durante 358 anos (levando em consideração o período compreendido entre 1530, ano da chegada do primeiro carregamento de negros para serem vendidos como escravos no Brasil, e 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, que deu fim à escravidão no nosso país).

Durante todo esse período, constituiu-se toda uma visão preconceituosa sobre o negro, sendo-lhe imputado um conjunto de estigmas – selvagem, bruto, sem aspectos morais, voltado para a tara sexual, pagão e com capacidade intelectual apenas para realizar trabalho braçal – que estão na base do pensamento racista contra a população negra.

A forma como se deu o fim da escravidão no nosso país, sem que fossem proporcionados trabalho, terras ou estudo à população negra, fez com que os (outro) escravizados se tornassem cidadãos livres, mas com sérias dificuldades para ter uma melhora de vida econômica e social. Desse modo, a liberdade não serviu em nada para que fossem superadas as visões preconceituosas herdadas do período da escravidão. Pelo contrário, a forma como se deu o fim da escravidão, se por um lado representou o fim dessa abominável forma de trabalho, por outro lado acabou favorecendo o aprofundamento da forma preconceituosa como o negro era visto na sociedade, como você verá no transcorrer desta aula.

Pensamentos utilizados pelos brancos, no período colonial, para justificar a escravidão do negro

Para se entender melhor os impactos da escravidão na formação de uma visão preconceituosa sobre o negro, vamos abordar a visão religiosa que legitimou a escravidão do negro africano. No período da introdução do negro como escravizado no Brasil, a explicação para submissão desse povo aos grilhões, exploração e dor da escravidão foi de cunho religioso:

[...] Os intelectuais da Igreja sempre cuidaram de justificar a escravidão negra, ora alegando, à moda de Aristóteles, a potencialidade de certos indivíduos para servir (*a escravidão seria algo natural, pois alguns nasceram para trabalhar para outros*), ora vinculando a triste existência da escravidão à natureza decaída da humanidade após o pecado original (*a escravidão seria um castigo e a salvação dos povos que tinham o pecado em seu sangue*). [...] no Brasil [...], o padre Antônio Vieira [...] procurou mostrar aos escravos o quão era ilusória a escravidão que os oprimia no mundo, se orassem conformados ao “pai de todas as criaturas”. [...] Que imitassem ao cristo crucificado, sacrificando-se na terra pela humanidade, sujeitando-se sem rancor aos castigos senhoriais, e assim obteriam a salvação eterna, verdadeira liberdade [...].

Para o padre Vieira, portanto, a escravidão era milagre e graça destinada a salvar eternamente os negros (*não deve se perder de vista que, para ele, a pessoa se tornou escrava por obra de Deus para que pudesse pagar os pecados que a levaram a esta condição*) [...].

Outro expoente do nosso antigo discurso escravista foi o inácio Jorge Benci [...] em 1700. Benci veria na escravidão um resultado do pecado original [...], associaria o cativeiro dos negros ao castigo imposto a Cam por ter escarnecido na nudez de Noé, seu pai. Condenado ao desterro por tão grave pecado, o suposto “ancestral dos negros” seria o grande responsável pela desdita dos negros nas colônias da América (*como Cam cometeu o pecado de ver a nudez de seu pai, foi condenado por Deus a vagar pelo mundo e a cor de sua pele ficou negra como forma de deixar claro o pecado que praticou, a Igreja começou a pregar que os negros eram descendentes de Cam e tinham herdado o pecado deste ancestral, sendo a pele negra a comprovação desse fato. Assim, deveriam ser salvos por meio da escravidão, sofrendo para pagar esse pecado e poder entrar no céu*) (VAINFAS, 1988, p. 48-51).

Uma leitura atenta do trecho acima demonstra como a religião foi utilizada para legitimar a escravidão do negro africano. Alinhado a isso, o uso da religião acabou passando à sociedade a visão do negro dotado das características de um ser pecaminoso, ou seja, possuidor de baixa moral, tara sexual, tendência à violência e desonestidade. Assim sendo, somado à representação de que por ser escravizado, o indivíduo só serve para trabalho braçal, vemos o quanto o processo de escravização pode ser apontado como a principal raiz do racismo contra a população negra na sociedade brasileira.

Fatores internos e externos que levaram ao fim da escravidão

Estimativas apontam que, no final do período colonial, os negros ou mulatos libertos e livres correspondiam a 27,8% da população brasileira e os escravizados a 38,15%. Pelo censo de 1872, houve uma inversão nessas porcentagens, passando os negros e mulatos libertos e livres a somarem 43% da população brasileira, enquanto os escravizados passaram à 15% desse total. Clovis Moura aponta que essa porcentagem ainda é válida para o período da assinatura da Lei Áurea, com a população escrava sendo composta de 700.000 de negros e mulatos, correspondendo a algo em torno de 15% da população total do Brasil. O censo de 1890, dois anos após a assinatura da Lei Áurea, indicou que 42% da população era mulata, 38% branca e 20% negra.



Libertos e livres

Há uma diferença entre o negro livre e o negro liberto. No primeiro caso, o negro nascia livre. Sua mãe podia ser escrava, mas ter obtido do seu senhor a promessa de que seu filho nasceria livre. O número de negros que nasciam livres aumentou com a Lei do Ventre Livre, de 1871, como mostraremos mais à frente.

No segundo caso, o negro conseguia sua liberdade por meio da aquisição da carta de alforria, que era um documento comprovando que aquele que o possuía era uma pessoa livre. Contudo, não era fácil obter tal documento. Havia escravizados e escravizadas que recebiam do seu senhor a carta de alforria, devido à relação mais estreita que teve com ele, seja como resultado de uma relação amorosa ambos, como aconteceu, em alguns casos, entre um senhor e uma escrava, seja por ter prestado seus serviços no setor doméstico e ter criado uma relação mais afetiva com a família.

Apesar disso, a forma mais usual para se obter uma carta de alforria era por meio da sua compra, o que só corrobora a dificuldade para se obter tal documento. Afinal, não era fácil um cativo economizar dinheiro para comprar a sua liberdade. Não é à toa que

a maioria das cartas de alforria eram compradas por escravizados urbanos, já que estes podiam economizar um pecúlio através da pequena parte de dinheiro que recebiam dos seus senhores pelas vendas dos produtos pelas ruas das cidades. Também havia o caso de Casa de Irmandades de Negros, todas baseadas em princípios católicos, que obtinham recursos financeiros para a compra da libertação de seus membros.

Não obstante as condições para se obter a carta de franquia, o alforriado não possuía uma condição de como qualquer pessoa livre, com direitos alienáveis adquiridos. Por exemplo, até 1865, o senhor poderia revogar a carta de alforria e exigir a volta do liberto à condição de escravizado.

Essa diminuição do número de escravizados na população brasileira só pode ser entendida dentro do processo que levou ao próprio fim da escravidão. Esse processo, na verdade, resultou de uma conjunção de fatores externos e internos.

O fator externo mais importante para o fim da escravidão foi a pressão da Inglaterra pelo fim do trabalho escravizado no Brasil. Impulsionada pela sua revolução industrial, a Inglaterra passou a incentivar a substituição da mão-de-obra escrava, pela mão de obra livre e assalariada nas mais diferentes partes do mundo. Seguindo este objetivo, o governo inglês passou a pressionar o governo imperial brasileiro, desde 1830, pelo fim do tráfico negreiro. Como vimos em aulas anteriores, em 1831, o governo brasileiro tinha assinado um tratado com a Inglaterra, firmando o fim do tráfico negreiro da África para o Brasil. Mas como os grandes proprietários de terras eram contra esta medida, principalmente os plantadores de café da província do Rio de Janeiro, que dependiam dos escravizados para o trabalho nas suas fazendas, o governo brasileiro não estabeleceu medidas realmente efetivas contra o tráfico negreiro. Apesar de oficialmente o tráfico ter terminado, na realidade ele continuou sendo feito, com amplo apoio de membros do governo, não havendo nenhuma grande repressão para o contrabando que se estabeleceu trazendo escravizados africanos.

Entretanto, essa história começou a mudar em 1845. Nesse ano, o Parlamento inglês aprovou uma lei denominada *Bill Aberdeen*, estipu-

lando que a marinha inglesa tinha o direito de atacar qualquer navio negreiro que estivesse transportando escravizados da África para qualquer outra parte do mundo, prender a tripulação desses navios e depois afundá-los; mesmo que esses navios estivessem em águas e portos de outros países. Como naquela época a marinha inglesa era a mais poderosa do mundo, o governo brasileiro não tinha condições de entrar num conflito militar com a Inglaterra e, muito menos, defender os portos brasileiros diante de um ataque dos navios ingleses, para manter o tráfico negreiro. Assim, diante dessa pressão, o governo brasileiro, em 1850, com a aprovação do Parlamento brasileiro, edita a lei Euzébio de Queirós, determinando que a partir daquele ano era proibida a vinda de negros para serem vendidos como escravizados no Brasil. Com esta lei, foi dado o golpe de morte na escravidão, pois com o fim do tráfico negreiro, mais cedo ou mais tarde, ela teria que acabar.

Entre os fatores internos que geraram o fim da escravidão, podemos começar com os impactos do fim definitivo do tráfico negreiro para o Brasil.

Como foi citado, com o fim do tráfico negreiro, o golpe de morte na escravidão fora dado, mas isso não significou o seu fim imediato. Apesar do término da importação de negros africanos para serem vendidos como escravizados, os grandes proprietários de terras, em especial os produtores de café do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, continuaram a utilizar a mão-de-obra escrava em suas terras. Para suprir essa demanda, esses produtores de café passaram a comprar os escravizados de outras regiões do Brasil, intensificando o comércio interno da venda do negro para a região Sudeste. Esse comércio interno foi tão intenso que, no período da assinatura da Lei Áurea, dos 7000 escravizados que existiam no país, aproximadamente uns 3500 estavam na região Sudeste, em especial o eixo Rio de Janeiro, Minas e Oeste paulista.

Por outro lado, essa medida para tentar sanar a falta de escravizados por meio do comércio interprovincial, acabou retirando uma das grandes vantagens econômicas da utilização da escravidão: seu baixo custo. Diante da demanda cada vez maior dos proprietários de terras do Sudeste, principalmente dos cafeicultores, os vendedores de escravizados para essa região começaram a aumentar o preço do cativo, retirando uma das grandes vantagens do uso dessa mão de obra.

Um outro fator interno que deve ser destacado na luta pelo fim da escravidão, residiu no surgimento do Movimento Abolicionista. Formado, em sua maioria, por profissionais liberais e estudantes, o Movimento

Abolicionista surgiu no Brasil, a partir de 1870. Nesse movimento, também havia a participação de personalidades negras e mulatas, como José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama. O primeiro, filho de um fazendeiro com uma mulher negra vendedora de frutas, foi vereador na cidade do Rio de Janeiro e criou um jornal abolicionista, o *Gazeta da Tarde*, transformando esse veículo de comunicação numa arma contra a escravidão. O segundo foi um dos principais engenheiros de sua época e atuava como professor da Escola Politécnica da Corte, além de desfrutar da amizade do imperador e ser uma pessoa presente nos eventos da corte. André Rebouças tornou-se um ferrenho abolicionista e pregava a libertação dos escravizados e a distribuição de terras para estes. O terceiro sofreu na própria pele os horrores da escravidão. Filho de um português rico com uma mulher negra livre, Luiz Gama foi vendido pelo pai quando ele empobreceu. Diante da exploração que sofria como escravizado, Luiz Gama fugiu da casa do seu senhor e dirigiu-se para a cidade de São Paulo. Com o tempo, passou a atuar como poeta, advogado e jornalista. Nessas três funções atuou vivamente contra a escravidão. Além de defender e publicar as ideias abolicionistas, como advogado, atuou na defesa de muitos escravizados.

Os abolicionistas atacavam a escravidão, dizendo que este sistema de trabalho era desumano, injusto e a marca do atraso da sociedade brasileira. Afinal, o Brasil, Cuba e a Costa Rica eram os únicos países do continente americano que, naquele final do século XIX, ainda utilizavam este tipo de mão de obra.

Como arma de luta, os abolicionistas usavam jornais, comícios e passeatas, para tentar conscientizar a sociedade do quanto a escravidão era desumana e um empecilho para o futuro do Brasil. Porém, alguns abolicionistas tiveram posturas mais radicais, ajudando os escravizados a fugirem das fazendas. Em São Paulo, havia um grupo de abolicionistas chamados de *Caifazes* que, sob o comando de Antônio Bento, ajudavam escravizados fugitivos ou auxiliavam os negros a fugirem das fazendas, chegando ao ponto de formar um quilombo para onde encaminhavam escravizados que evadiam das garras dos seus senhores.

Contudo, apesar da luta contra a escravidão, os abolicionistas não eram coesos sobre o que deveria acontecer com os negros após a sua libertação. Alguns defendiam que o negro deveria receber terras e acesso à educação, mas a maioria pregava que o negro deveria ser libertado, mas mantido como mão de obra barata, sem acesso à terra e à educação, para fortalecer a economia do país. Havia também aqueles que, além

de pregar que o negro deveria virar mão de obra livre e barata, incentivavam a vinda do imigrante europeu para que houvesse um processo de branqueamento na sociedade brasileira. Para boa parte da intelectualidade brasileira, do final do século XIX, a solução para o progresso do país viria através de um processo de branqueamento, com a miscigenação de negros com pessoas mais claras, em especial imigrantes europeus, para que a nação brasileira fosse formada, cada vez mais, por pessoas mais e mais claras, até a eliminação do negro.

Mesmo com essas contradições, o Movimento Abolicionista realizou um trabalho importante no processo de conscientização de uma parcela da população negra contra a escravidão e da necessidade para se acabar com essa forma de trabalho obrigatório, vista como natural e necessária. Após três séculos de escravidão, fazia-se necessário um forte movimento que pudesse atacar a legitimidade de que esse tipo de exploração usufruía na sociedade brasileira.

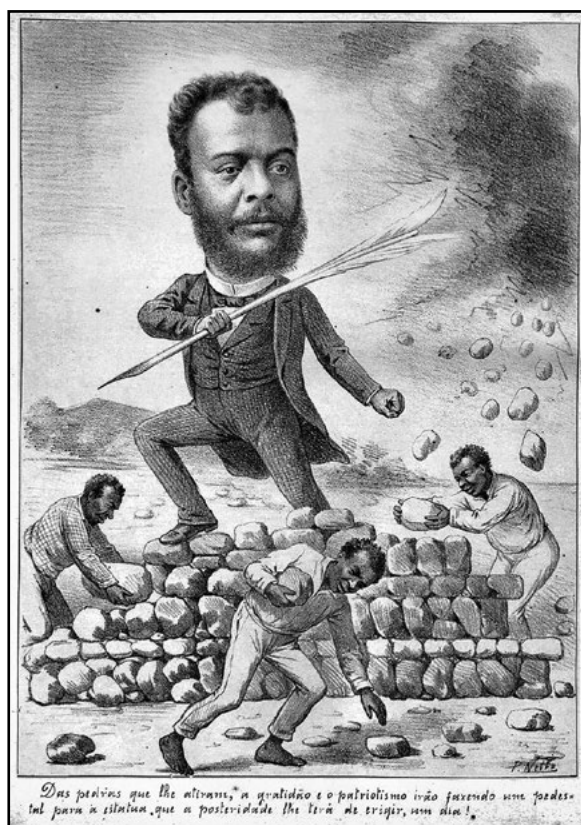


Figura 11.1: Revista Ilustrada, outubro de 1888, Edição 516. Pereira Neto. José do Patrocínio. Nela, lê-se: “Das pedras que lhe atiram, a gratidão e o patriotismo irão fazendo um pedestal para a estátua que a posteridade lhe terá de erigir, um dia!”. Acervo Biblioteca Nacional. Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747b&pagfis=3828>

Por fim, o último fator interno que teve influência no fim da escravidão foi as fugas em massa que os escravizados realizaram ao longo da década de 1880, principalmente em São Paulo. As fugas e as rebeliões dos negros frente à escravidão não surgiram no final do século XIX, mas estavam presentes desde que a escravidão foi introduzida no Brasil. Com também já citamos em aulas anteriores, o negro nunca foi submisso à escravidão. Pelo contrário, resistiu de diversas formas, como por meio do suicídio, aborto, ataque ao seu senhor ou aos seus empregados, fuga, rebelião e formação de quilombos. Entretanto, as fugas em massa que eles realizaram na década de 1880 ocorreram num momento histórico em que boa parte da sociedade brasileira estava contra a escravidão. Até o próprio exército, que sempre apoiou os grandes proprietários de terras, decidiu que não faria mais o trabalho de caçar escravizados fugitivos. O resultado prático dessas fugas em massa residiu no aprofundamento da ideia, entre os membros da elite brasileira e nos próprios defensores do império, de que poderia haver um grande levante dos escravizados, pondo em risco o poder e privilégios que possuíam, ocasionando a perda de terras, do controle político do país e até de suas vidas. Mais do que nunca, para os membros da elite, ficava cada vez mais nítido que não valia a pena arriscar tudo por um sistema de trabalho que estava com seus dias contados. A questão para esses setores da classe dominante que se prendiam ao uso da escravidão era serem indenizados pela perda de seus escravizados, com a vinda da abolição.

A posição do império frente à pressão pela abolição da escravidão

Diante da pressão que se fazia de um lado pelos abolicionistas e outros segmentos da sociedade, para que a escravidão acabasse, e do outro, pelos cafeicultores do sudeste, que insistiam pela continuidade deste sistema de trabalho, o governo imperial, procurando defender os interesses dos proprietários de terras, procurou manter a escravidão pelo maior tempo possível e providenciou um conjunto de leis para que, quando esta chegasse ao fim, não afetasse o poder da elite brasileira.

A primeira foi a Lei de Terras. Criada em 1850, estipulava que a partir daquela data somente se poderia adquirir terras no Brasil por meio da compra, acabando com o sistema reinante de que aquele que ocupasse uma terra sem dono a teria, depois de um período. Essa lei acabava favorecendo aqueles que possuíam recursos financeiros para adquirir

terras e dificultava o acesso a essa fonte de riqueza por aqueles não tinham recursos financeiros para compra-las.

No âmbito mais direto da escravidão, a Lei do Ventre Livre, assinada em 1871, tornou-se a primeira lei do governo imperial voltada diretamente para a questão dos cativos. Essa lei estipulou que, a partir de sua promulgação, todo o filho de escrava nasceria livre. Entretanto, mesmo livre, teria que ficar sob as ordens do senhor da sua mãe até os 8 anos. Após isso, o proprietário da escrava tinha o direito de escolher se essa criança trabalharia para ele até a idade de 21 anos (sem receber nenhum salário) ou se abriria mão desse direito e receberia uma indenização do Estado. Em outras palavras, a Lei do Ventre Livre era uma forma de dar a liberdade ao filho da escrava, mas ainda totalmente favorável ao seu senhor.



Figura 11.2: Quadro de Miguel Navarro y Cañizares. Alegoria à Lei do Ventre Livre (1871).

Fonte: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/brasil2imagensE.html>

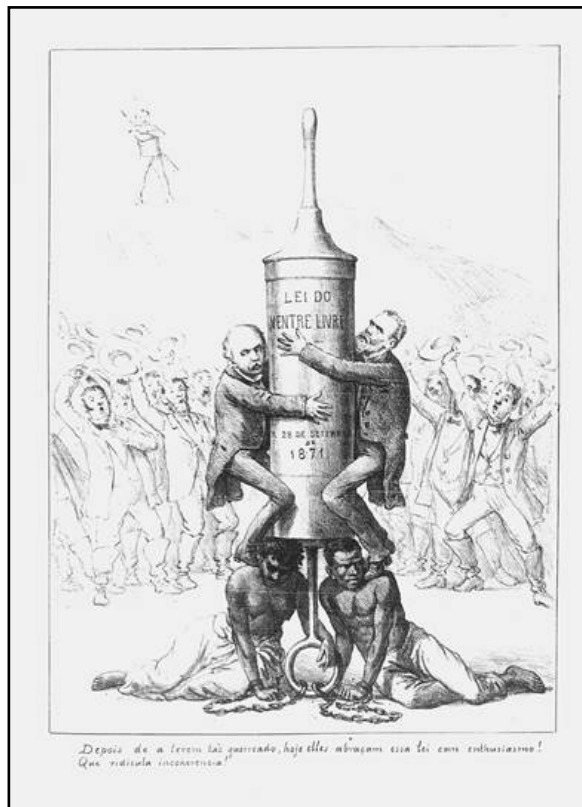


Figura 11.3: Revista Illustrada, 1884, Edição 387. Autor: Ângelo Agostini. Obra sobre a Lei do Ventre livre. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747b&pagfis=2871>

A segunda lei referente à escravidão, foi a Lei Saraiva Cotegipe, de 1884, também conhecida por Lei do Sexagenário. Procurando dar uma resposta ao fortalecimento do Movimento Abolicionista, o governo imperial criou essa lei concedendo a liberdade aos escravizados maiores de sessenta anos. Entretanto, a promulgação dessa lei não gerou o arrefecimento do Movimento Abolicionista. Essa lei serviu apenas para demonstrar que o governo queria estender o máximo possível a escravidão. Era uma lei com um baixo impacto sobre o processo da abolição, visto que poucos escravizados atingiam tal idade. Na verdade, gerou mais problemas para os escravizados, visto que permitia ao senhor abrir mão de um aspecto cultural da época, de que o escravizado que chegava a essa idade receberia uma moradia e seria mantido pelo seu proprietário. Com a Lei do Sexagenário, o senhor se via desobrigado a seguir essa postura cultural e dava a liberdade ao escravizado idoso, colocando-o para fora da fazenda.

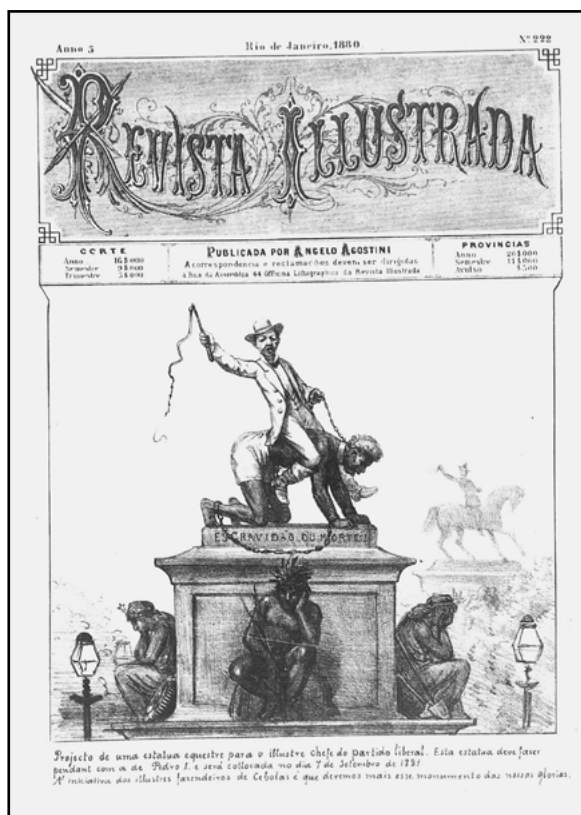


Figura 11.4: *Revista Ilustrada*. Charge de Ângelo Agostini sobre a Lei do Sexagenário, 1880, Edição 222. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=1601>

Lei Áurea

Apesar das tentativas do império de prolongar a utilização do trabalho escravizado, a pressão abolicionista e as fugas dos escravizados mostravam que manter a escravidão era arriscar o poder e os privilégios que a elite possuía no Brasil. Havia o receio muito forte de que se estabelecesse uma rebelião de grande vulto por parte dos escravizados, gerando um movimento que poria em risco a vida dos proprietários e suas propriedades. Associado a esse temor, o trabalho feito pelos abolicionistas obteve êxito em fazer com que uma parcela substancial da sociedade brasileira ficasse contra a escravidão e passasse a ver como fundamental que o Brasil deixasse de usar essa forma de trabalho. O exército brasileiro declarou que não mais serviria como caçador de escravizados fugitivos e a província do Amazonas, em 1883, aboliu a escravidão, como também a do Ceará, em 1884. Por mais que essas províncias não fossem grandes centros escravistas e os libertos não tivessem uma mudança ra-

dical no modo de vida a que eram submetidos, o término da escravidão nessas províncias, principalmente a província do Ceará, graças ao movimento liderado por José Luís Napoleão, o Dragão do Mar, foi publicizado como mais uma prova de que era mais do que necessário o fim da escravidão no país.



O Dragão do Mar

Tanto na província do Amazonas quanto na província do Ceará, o fim da escravidão foi decretado depois de movimentos de jangadeiros, que declararam que não mais transportariam escravizados para serem vendidos. O movimento de jangadeiros do Ceará tomou um simbolismo maior por ter sido o primeiro.

No Porto de Fortaleza, capital da província do Ceará, os navios não atracavam no cais para desembarcar as mercadorias que traziam. Devido às condições do mar, as mercadorias eram transportadas dos navios para o Porto por intermédio dos jangadeiros. Dessa forma, os jangadeiros também transportavam para terra, os escravizados trazidos pelos navios para serem vendidos nos mercados de escravizados em Fortaleza. Em 30 de agosto de 1881, um grupo de jangadeiros, liderados pelo jangadeiro abolicionista Francisco José do Nascimento, membro da Sociedade Cearense Libertadora, iniciou uma greve, afirmando que não mais transportariam escravizados dos navios para o porto. Além disso, cercaram o porto, impedindo que qualquer mercadoria fosse transferida dos navios para a terra. Esse ato acabou fortalecendo o movimento abolicionista no Ceará, fazendo com que, uma a uma, diversas cidades dessa província decretassem o fim da escravidão, culminando na assinatura do documento que decretava a abolição da escravidão na província, em 25 de março de 1884.

À ação dos jangadeiros no Ceará e a liderança de Francisco José do Nascimento teve repercussão nacional, com o Movimento Abolicionista dando visibilidade a esse fato e José do Patrocínio sendo um elemento importante nessa publicidade, por meio do seu jornal. Francisco José do Nascimento, apelidado de Dragão

do Mar devido a sua ação no movimento no porto de Fortaleza, foi recebido no Rio de Janeiro, em 25 de março de 1884, com direito a desfile pela cidade e uma série de homenagens. Chegou a ser capa da Revista Illustrada, um dos principais periódicos da época, com sede na cidade do Rio de Janeiro, como mostra a figura abaixo:

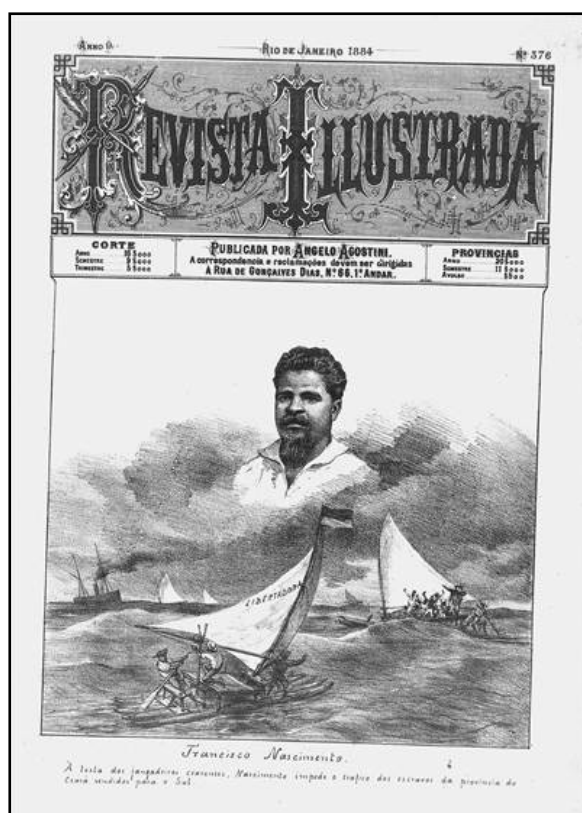


Figura 11.5: Capa da *Revista Illustrada* de 1884, Edição 376, homenageando o Dragão do Mar. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747b&pagfis=2791>

Enfim, ciente de que o fim da escravidão era algo que mais cedo ou mais tarde aconteceria, o governo imperial resolveu se aproveitar da situação para fortalecer a sua popularidade junto às massas, já que sofria uma forte pressão de alguns grupos da sociedade brasileira, que passaram a pregar que o regime imperial deveria ser substituído pelo regime republicano, para que o país saísse do atraso.

Procurando conseguir apoio para o império, a princesa Isabel, que assumira a regência do Brasil em função da ausência de D. Pedro II, assinou, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea que estipulava que: “a partir daquela data estava declarada o fim da escravidão e o Brasil pede desculpas ao mundo por ter utilizado esta mão-de-obra”.

Assim que foi promulgada a Lei Áurea, o governo imperial mandou celebrar missas e comemorações em todas as cidades brasileiras. A partir disso, construiu-se um mito que marcou a história do Brasil e que punha a princesa Isabel como a verdadeira responsável pelo fim da escravidão no Brasil, imputando a sua majestade uma visão da mulher governante bondosa e que, atenta às condições impostas aos negros, resolveu banir a escravidão do nosso país, sem nenhum interesse. Nessa abordagem, o processo do fim da escravidão se resume no ato pessoal da princesa, tanto que passou a ser apelidada de Princesa Isabel, a Redentora.

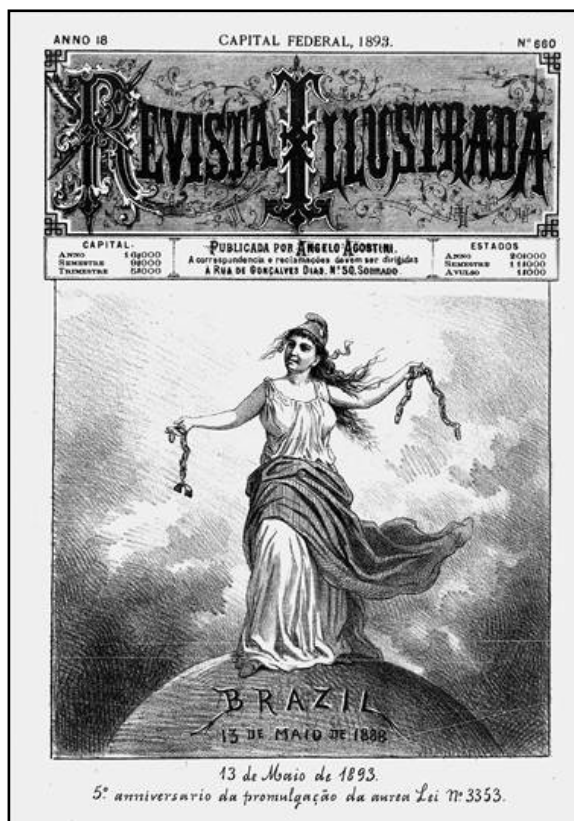


Figura 11.6: *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, maio/1893, Edição 660. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=332747b&pagfis=4940>

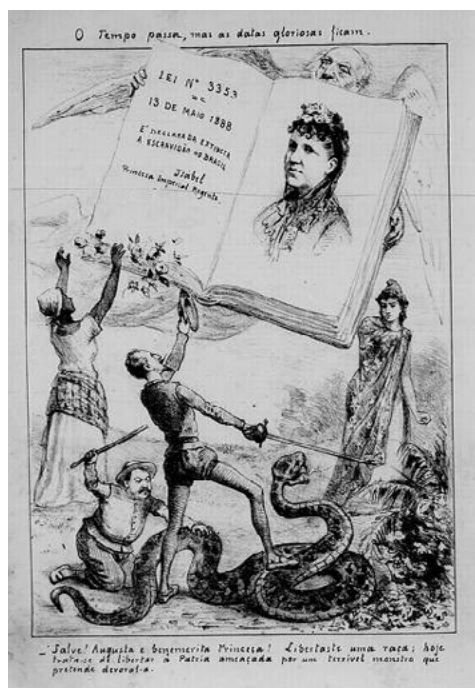


Figura 11.7: Dom Quixote: Jornal Illustrado de Angelo Agostini, Rio de Janeiro, 18/05/1895, Edição 17. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pagfis=120>



Figura 11.8: Dom Quixote: Jornal Illustrado de Angelo Agostini, Rio de Janeiro, 16/05/1896, Edição 62. Acervo Biblioteca Nacional.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=714178&pagfis=454>

Finalmente, após 358 anos, chega a liberdade para o negro no Brasil. Mas que tipo de liberdade seria esta?

Com a Lei Áurea, os negros obtiveram a liberdade tão sonhada e batalhada. Entretanto, ao negro liberto não foram dados terra, condições de freqüentar uma escola e muito menos de aprender uma profissão. Assim, a maioria só tinha duas opções: continuar a trabalhar para os antigos senhores, recebendo um salário insignificante e um tratamento desumano, ou ir para as cidades tentar uma nova vida. Esta última, acabou sendo a solução escolhida por muitos dos libertos.

Porém, a cidade não representou, para a maioria esmagadora dos negros, uma grande melhoria de vida. Sem escolaridade ou uma profissão definida, os negros, quando muito, conseguiam arranjar trabalhos com salários tão baixos que eram obrigados a morar em bairros de extrema pobreza, habitando cortiços ou morando em morros, marcados pela falta de higiene e propícios a proliferação da marginalidade e da prostituição.

Para terminar este texto, gostaria de deixar uma pergunta para você refletir: a forma como ocorreu a libertação do negro serviu para apagar as ideias preconceituosas que existiam contra ele desde o período colonial e imperial?

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Demonstre como a explicação religiosa para o negro africano ser escravo favoreceu uma visão sobre o negro que podemos apontar como sendo um fator para o surgimento do racismo.

2. Descreva a ação da Inglaterra que resultou no fim do tráfico negreiro da África para o Brasil.

3. Especifique como o fim do tráfico negreiro representou a perda de uma grande vantagem para o uso da mão de obra escrava.

4. Com relação à escravidão e à situação do negro no pós-abolição, aponte um aspecto positivo e um aspecto negativo do Movimento Abolicionista.

5. Comente como os escravizados acabaram sendo também um componente importante para o fim da escravidão.

6. A partir do conteúdo sobre a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário, analise as **Figuras 11.2, 11.3 e 11.4**.

7. A partir do conteúdo da aula podemos concordar com o conteúdo das **Figuras 11.6, 11.7 e 11.8**? Justifique.

8. Explique por que a Lei Áurea serviu para aprofundar o racismo contra o negro na sociedade brasileira.

Resposta comentada

Na questão 1, espera-se que o aluno aponte como o negro é concebido, a partir do fato de este ser retratado como um pecador.

Na questão 2, a resposta deve abordar o que a lei criada pelo Parlamento inglês permitia à marinha inglesa, em relação aos navios negreiros.

Na questão 3, deve-se mencionar como o tráfico interno de escravos retirou uma grande vantagem econômica do uso da escravidão.

Na questão 4, o objetivo é que se faça uma análise do Movimento Abolicionista, demonstrando que, apesar de uma postura semelhante frente à escravidão, os grupos possuíam divergências com relação ao que aconteceria com o negro após a abolição. Nesse caso, o positivo seria o que fosse bom para o negro e o negativo, o que fosse ruim para o negro.

Na questão 5, deve ser abordada a importância da ação dos escravizados frente à exploração que sofriam com a escravidão, no final do século XIX.

Na questão 6, deve-se, a partir do que estava estabelecido na Lei do Ventre Livre e da Lei do Sexagenário, fazer uma análise das figuras citadas no enunciado da pergunta. Nesse caso, deve-se estar atento ao fato de que a **Figura 11.2** é um quadro de um pintor ligado aos setores dominantes, enquanto as **Figuras 11.3 e 11.4** são charges criticando as leis citadas.

Na questão 7, deve-se começar respondendo que visão, de forma geral, as figuras citadas no enunciado da pergunta passam sobre a princesa Isabel e o fim da escravidão, para depois explicar se concorda ou discorda dessa visão.

Na questão 8, o intuito é que se faça uma análise crítica da Lei Áurea, demonstrando o que faltou nela, para que além do fim da escravidão, pudesse também ser uma arma na luta contra o racismo.

A proclamação da República

Sugimento do movimento e do Partido Republicano

Na maior parte do período imperial brasileiro, o cenário político foi dominado por dois partidos: liberal e conservador. Entretanto, em 1872, fruto do movimento republicano, surgiu um outro partido político: o Partido Republicano.

O movimento republicano surgiu a partir de 1860, mas passou a ter uma maior influência no cenário político apenas no transcorrer da década de 1870. Nesse período, passou a atrair uma parcela significativa da sociedade brasileira ao pontuar o império como um sistema político ultrapassado, corrupto, preso ao escravismo e responsável pela pouca participação popular na política. Em contraposição ao império, o movimento republicano defendia que somente com a adoção do regime republicano o país poderia caminhar rumo ao progresso social e econômico.

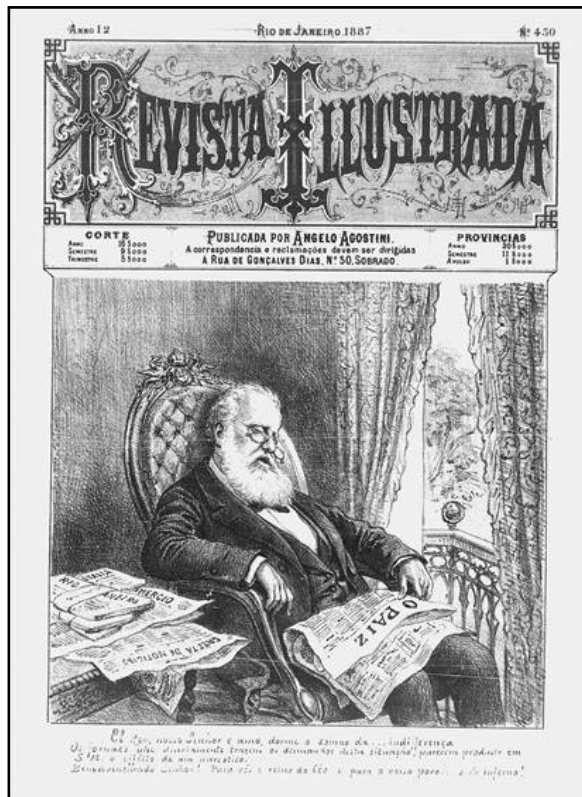


Figura 11.9: *Revista Ilustrada* (RJ), Ano 1887, Edição 450. Charge de Ângelo Agostini satirizando D. Pedro II. Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pagfis=3322>

Do movimento republicano, surgiu o Partido Republicano. Esse partido se estruturou de forma mais consistente em São Paulo e em Minas Gerais, enquanto no Rio de Janeiro se manteve mais como um movimento, pelo menos até antes da proclamação da república. O Partido Republicano tinha como principais propostas políticas: fim do império (incluindo o Poder Moderador, o Conselho de Estado e a vitaliciedade do Senado), implementação do sistema republicano, eleição direta para presidente, adoção de três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário) e do federalismo.

Com essas propostas, o Partido Republicano acabou atraindo os mais diversos segmentos da sociedade brasileira, como pequenos comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, professores), estudantes, abolicionistas, militares, pequenos e médios proprietários de terras e até os grandes plantadores de café do Oeste paulista. Esta gama de segmentos sociais, com seus interesses específicos, acabou gerando,

dentro do partido, um embate de ideias sobre como deveria ser proclamada a república e como ela se organizaria. Dois grupos se destacaram.

Havia o grupo liderado por Silva Jardim, que pregava a proclamação da república com ampla participação do povo, numa revolução. Entretanto, não ficava clara qual seria a ideia deste grupo sobre o poder e a participação do povo nesse novo governo, parece haver a ideia de uma “ditadura popular” onde o Estado faria aquilo que ele achava que seria bom e necessário para o povo. Contrário ao grupo do Silva Jardim, havia o grupo liderado por Quintino Bocaiuva, que pregava que a República não deveria vir por um processo revolucionário e muito menos com a participação popular, mas sim por meio do próprio imperador, que perceberia que o império havia se esgotado e que agora seria a vez do sistema republicano. Para este grupo, apenas os mais esclarecidos (mais cultos) poderiam ter participação na política eleitoral, para que fossem escolhidas as pessoas certas para os cargos certos. Nesse grupo, entre outras pessoas, estavam os grandes cafeicultores do Oeste paulista.

Com relação aos grandes cafeicultores do Oeste paulista, você deve estar pensando: se eles eram donos de latifúndios, utilizavam a mão de obra escrava e tinham direito ao voto censitário, por que eram contra o império? Por que ficaram atraídos pela República e pelo Partido Republicano?

A partir de 1870, a região do Oeste paulista passou a ocupar a posição de maior produtora de café do Brasil, suplantando a produção do interior do Rio de Janeiro. Assim, o Oeste paulista passou a ser o centro produtor da riqueza do país. Entretanto, algo não agradava aos cafeicultores paulistas. Apesar de serem responsáveis pela produção desta riqueza, não tinham o controle político do país, uma vez que a organização política do império colocava São Paulo como uma das províncias com menor representatividade no Parlamento, com o direito a um número de deputados e senadores abaixo de muitas províncias do país. Em função disso, esses cafeicultores tinham dificuldades de obter leis que privilegiassem os seus negócios, como, por exemplo, conseguir a liberação de verbas para financiar a vinda de imigrantes para a substituição da mão de obra escrava. Essa foi uma das razões que atraíram os cafeicultores do Oeste paulista à causa Republicana e ao Partido Republicano.

Contudo, a atração dos cafeicultores do Oeste paulista pelo partido republicano não se deu apenas devido à posição política do estado

no império. Uma outra razão teve uma influência fundamental neste processo: a proposta do Partido Republicano de introduzir, com a República, o federalismo. O federalismo seria a liberdade das províncias frente ao governo central, ou seja, cada província (que passariam a ser chamadas de estados), desde que respeitasse a Constituição Federal, teria o direito de eleger seu governador, estipular os impostos, pegar empréstimos no exterior sem precisar da autorização do governo central e fazer as suas próprias leis, por meio de suas Assembleias Legislativas, com deputados escolhidos por eleições. Com este federalismo, os cafeicultores paulistas resolveriam os seus problemas políticos e obteriam vantagens econômicas.

Só que não era apenas uma república federalista o que estes cafeicultores queriam. Esses grandes proprietários de terras sonhavam com uma república onde pudessem eleger um presidente e outros políticos, que defendesse o seus interesses e privilégios. Obviamente, para isto, fazia-se necessário a criação de um sistema de votação que impedisse a participação da massa popular. Não é à toa que, na Convenção Nacional do Partido Republicano, as propostas do grupo de Quintino Bocaiúva sobre a forma de como se daria e como ficaria organizada a república que surgiria no Brasil receberam o total apoio dos cafeicultores do Oeste paulista. Com este apoio, o grupo de Quintino Bocaiúva conseguiu que suas propostas fossem alçadas como propostas oficiais do Partido Republicano. Como resultado, Quintino Bocaiúva foi eleito presidente do partido e Silva Jardim foi expulso do Movimento Republicano.

O Exército e a questão da Republicana e da Proclamação da República

Após a Guerra do Paraguai, no ano de 1870, o exército brasileiro passou a ter uma maior estrutura e organização, fazendo com que passasse a ter uma maior projeção na sociedade brasileira. Mas não foi só isto que aconteceu. Nessa guerra, os militares brasileiros ao entraram em contato com o exército da Argentina e Uruguai, perceberam que esses militares eram muito mais valorizados nos seus países do que os militares brasileiros, em nosso país. Como nesses países vigorava o sistema republicano, muitos militares brasileiros passaram a achar que, se no Brasil existisse uma república, ao invés do império, eles também seriam mais valorizados.



Guerra do Paraguai

A Guerra do Paraguai ocorreu entre 11 de novembro e 1 de março de 1870, envolvendo, de um lado, Paraguai e, do outro, Brasil, Argentina e Uruguai. Apesar da união desses três países contra o Paraguai, o exército brasileiro teve um processo mais predominante nesse conflito. Esse conflito surgiu devido aos interesses da Inglaterra na região do Cone Sul do continente americano e dos interesses dos países envolvidos nesse conflito, como no caso do Paraguai que queria um acesso para o oceano Atlântico para fomentar seu comércio exterior; e do Brasil, Argentina e Uruguai, preocupados com o crescimento econômico do Paraguai e seus reflexos sobre essa parte do continente americano.

O resultado militar desse conflito foi a derrota do Paraguai, com a perda de parte de suas terras para o Brasil, Argentina e Uruguai, como também o extermínio de uma parcela substancial de sua população, principalmente seu contingente masculino. Para se ter uma ideia do impacto dessa guerra sobre a população paraguaia, estima-se que dos 406 mil habitantes que havia no país no começo do conflito, apenas 231 mil sobreviveram; a maioria dos sobreviventes sendo composta por idosos, mulheres e crianças.

No caso do exército brasileiro, esse conflito se transformou num marco. Antes dessa guerra, o exército brasileiro não era uma instituição muito prestigiada e o número de militares era pequeno. No fim desse conflito, esse quadro tinha se modificado substancialmente. O exército brasileiro cresceu em termos de número e profissionalização. Para ilustrar isso, podemos citar que, no começo da Guerra, o efetivo militar brasileiro era de apenas 18 mil homens e, no final desse conflito, o exército militar brasileiro chegou a ter entre 130 mil a 200 mil homens. Além disso, as vitórias em algumas batalhas e a vitória final imputaram ao exército brasileiro, e a alguns dos seus líderes, como Duque de Caxias, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, um prestígio social.

Essa visão do regime monárquico como algo que não valoriza os militares se consubstanciava devido à forma como o governo imperial tratava o exército, mesmo depois da vitória sobre o Paraguai, não dando a devida atenção às reivindicações dos militares. Por exemplo, os militares queriam que um oficial de carreira assumisse o cargo de Ministro Militar, mas o governo teimava em colocar um civil nesse cargo. Além disso, os pedidos dos militares de melhoria salarial e diminuição no tempo de promoção, para que subissem de posto (passar de tenente para capitão, por exemplo), eram sempre recusados. Esta situação fez com que os militares abraçassem cada vez mais o sonho republicano.

A relação entre o exército e o regime republicano teve seus laços estreitados com a introdução do pensamento positivista, idealizado por Augusto Comte, na academia militar, através de Benjamin Constant, que acabou atraindo parte dos jovens oficiais.



Positivismo

O positivismo foi uma corrente filosófica criada por Auguste Comte (1798-1857). Apesar de versar sobre vários aspectos, abordaremos aqueles relacionados a nossa aula, como a visão de Comte a respeito da república.

Comte se opunha aos governos monárquicos e pregava que, em seu lugar, deveria vigorar um regime republicano – mas não qualquer república. Não seria uma república no modelo clássico, com o povo participando com direito a voto, fazendo a escolha de quem seria o governante da nação e de quem ocuparia os cargos de deputados e senadores. Para Comte, a sociedade ideal seria aquela em que houvesse uma ditadura republicana, com o objetivo de favorecer o povo.

O positivismo, pregado por Benjamin Constant, apontava o império como um regime político ultrapassado, que impedia o desenvolvimento

do país, por manter políticas como a escravidão, obstáculos para uma efetiva industrialização, apoio aos políticos corruptos e falta de medidas direcionadas para gerar as melhorias econômicas e sociais às quais o povo tinha direito. Além disso, Benjamin Constant pregava que a solução seria a proclamação de uma república $\frac{3}{4}$ sem a utilização de uma revolução popular ou um levante militar; a república viria de um desgaste natural do império $\frac{3}{4}$, cujo objetivo central seria tirar o Brasil do seu atraso econômico e social, resolvendo, assim, os problemas do povo. Entretanto, esta república seria uma espécie de “ditadura republicana” que não precisaria da participação popular, pois um “ditador esclarecido e sábio” saberia fazer as leis que seriam boas para o povo e para o crescimento do país, bastando à população, obedecer.

Apesar da influência dos positivistas, o grupo do Benjamin Constant não possuía uma liderança sobre a maioria dos oficiais de alta patente. Numa parcela significativa destes oficiais, como também a maioria dos quartéis, vigorava a influência de um grupo liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que defendia a proclamação da república por meio de um golpe militar $\frac{3}{4}$ sem a participação popular $\frac{3}{4}$, mas não tinha uma ideia definida de como seria esse regime no país. Na verdade, a posição desse grupo com relação ao regime imperial era de cunho corporativista, pois achavam que, com a república, os problemas por que os militares passavam seriam sanados. Entretanto, esse grupo convivia com um sério problema para uma ação do exército na efetivação de uma mudança do regime monárquico para o republicano: o Marechal Deodoro da Fonseca era amigo íntimo do imperador e só admitia dar um golpe militar depois que ele morresse. Mas não foi isso o que aconteceu.

Proclamação da República

Quando se estuda o processo da proclamação da república, alguns fatos não podem deixar de ser citados, visto que fortaleceram as condições para o fim do regime imperial. Nesse caso, três fatores são sempre citados.

O primeiro é a questão religiosa. De acordo com a Constituição de 1824, o Brasil era oficialmente um país católico. Porém, esse mesmo documento estipulava que as ordens do Vaticano só teriam validade no Brasil depois de aprovadas pelo governo imperial. Esse fato criava uma certa tensão entre o Vaticano e o Estado brasileiro, notadamente a partir de 1848, quando o Papa Pio IX quis fortalecer o poder espiritual da Igreja, criticando os governos que submetiam as ordens do Vaticano as

suas aprovações. No Brasil, essa tensão se materializou num conflito em Pernambuco, mais especificamente na diocese de Olinda. O bispo de Olinda, Dom Vital, seguindo uma determinação do Papa, de 1870, proclamou que os maçons não poderiam mais frequentar ordens religiosas. Dom Vital recebeu ordens do governo imperial para revogar essa sua proclamação. Como não acatou essa ordem, Dom Vital acabou preso e condenado a dois anos de cadeia. Esse imbróglio só foi resolvido com a anistia dada a Dom Vital e com a retirada da ordem de que os maçons não podiam entrar em ordens religiosas, pelo Papa. Por mais que esse conflito não tenha sido forte o suficiente para gerar um movimento republicano, acabou trazendo uma visão depreciativa sobre o governo imperial em parcelas da população.

O segundo fator residiu na questão militar. Em 1884, o Tenente-coronel Sena Madureira, lançou no jornal *A Federação*, um texto elogiando o jangadeiro Francisco José do Nascimento, O Dragão do Mar, por sua postura à frente do movimento no Ceará, contra a escravidão. Essa ação foi interpretada pelo governo imperial e por alguns políticos como um ato ofensivo ao Estado brasileiro, gerando o ato assinado pelo ministro da Guerra que proibia que militares expusessem suas ideias políticas por meio da imprensa. Logo houve revolta entre membros do exército, com um protesto dos oficiais de um quartel de Porto Alegre. Imediatamente, o governo ordenou a punição dos oficiais envolvidos nesse protesto, mas o marechal Deodoro da Fonseca, presidente da província do Rio Grande do Sul, recusou-se a obedecer essa ordem. Mais uma vez, o governo imperial se viu diante de um imbróglio e, como solução, resolveu tomar uma posição totalmente favorável aos militares: a proibição de os militares exporem suas ideias políticas pela imprensa foi revogada e o gabinete de ministros sofreu uma censura por parte do Parlamento por ter criado essa proibição. Se, como o caso da questão religiosa a chamada questão militar não pôde ser apontada como a causa central da proclamação da república, por outro lado teve uma influência muito maior que a questão religiosa, porque fortaleceu mais ainda o setor militar contra o regime imperial e o ideal de que o regime republicano estaria mais de acordo com os interesses privados dos membros do exército do que o regime monárquico.

O terceiro fator que merece ser destacado foi a perda do apoio político ao regime monárquico por parte dos grandes proprietários de terras e de escravizados do Rio de Janeiro, com a assinatura da Lei Áurea. Lógico que esses grandes fazendeiros sabiam que, mais cedo ou mais tarde, a escravidão acabaria. Apenas queriam que fosse o mais tarde possível

e, principalmente, que recebessem uma indenização pela libertação e perda de seus escravizados. Contudo, isso não aconteceu. A Lei Áurea foi assinada e nela não constava nenhuma forma de compensação para os donos de escravizados. Sentindo-se traídos, os grandes proprietários de terras do Vale do Paraíba deixaram de dar apoio ao regime imperial.

Mesmo assim, a Proclamação da República não foi um ato fácil para o Marechal Deodoro da Fonseca. Como já citei, sua amizade com o imperador criava uma postura moral que ele não queria romper, por meio do uso das armas na deposição de seu amigo. No dia 11 de novembro de 1889, membros influentes do Movimento Republicano, como Rui Barbosa, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva, acompanhados de Benjamin Constant, reuniram-se com o marechal Deodoro da Fonseca e pediram-lhe que destituisse o imperador e proclamasse a república. Entretanto, o marechal mostrava-se irredutível em sua ideia de esperar pela morte do imperador. Essa postura só mudou quando passou a circular uma série de boatos sobre uma ordem de prisão contra Deodoro, assinada por Dom Pedro II, e que o imperador pensava em diminuir o número de efetivos militares. Diante desses boatos, o marechal Deodoro, no dia 15 de novembro de 1889, à frente de um regimento militar, saiu de um quartel que se situava no Campo de Santana e dirigiu-se para o Paço Imperial, Centro do Rio, onde estava o Gabinete de Ministros. Lá chegando, destituiu o Gabinete de Ministros, chefiados pelo Primeiro Ministro Ouro Preto, e proclamou a república. Havia no local um grupo de soldados chefiados pelo general Floriano Peixoto que poderia ter resistido à investida de Deodoro, mas nada fizeram. Depois, ficou provado que os boatos que impulsionaram a decisão de Deodoro eram falsos e, na verdade, haviam sido criados por jovens oficiais do exército, para que Deodoro proclamasse a República.

No dia da proclamação da República D. Pedro II estava em Petrópolis. Foi enviado para ele um telegrama informando a situação e exigindo a sua volta imediata. Sua majestade voltou para o Rio de Janeiro no dia seguinte e, em seguida, em 17 de novembro de 1889, partiu para seu exílio na Europa. Assim, após 67 anos, terminou o período imperial brasileiro e iniciou-se a nossa república. De qualquer forma, num e noutro, os acontecimentos se passaram sem a participação do povo.

Para muitos, a passagem do marechal Deodoro da Fonseca foi mais um desfile da força militar com seus cavalos e seus belos uniformes. Só depois, a maioria da população soube que o império tinha caído e novo regime havia sido estabelecido, a república.



Figura 11.10: Contracapa da *Revista Illustrada*, edição nº 569, de 1889. O ministro Ouro Preto, último Primeiro Ministro do Império, entregando o poder à República. Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pagfis=4260>

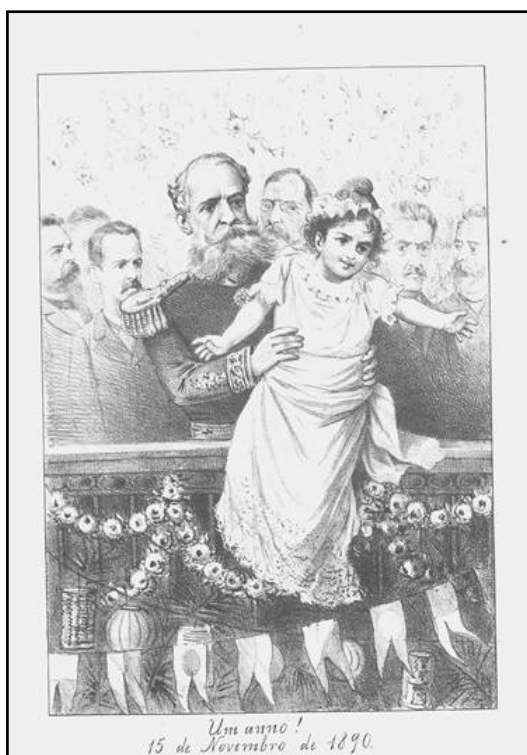


Figura 11.11: *Revista Illustrada*, nº 607, novembro de 1890. Marechal Deodoro da Fonseca apresenta a República. Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747b&pagfis=4562>

Atividade 2

Atende aos objetivos 2 e 3

1. Ciente de que a Revista Ilustrada fazia campanha defendendo a implantação do regime republicano, estabeleça a relação entre o que o movimento republicano pregava com relação ao império e a charge presente na **Figura 11.9**.

2. Podemos dizer que o grupo de Silva Jardim e o grupo do Quintino Bocaiúva comungavam das mesmas ideias sobre a proclamação da e a forma de república que deveria vigorar no Brasil? Justifique.

3. Demonstre por que os cafeicultores do Oeste-paulista ficaram contra a organização política do império e passaram a apoiar o estabelecimento de um regime republicano.

4. Aponte um fator pregado pelo Partido Republicano e outro pelo grupo de Quintino Bocaiúva que atraíram os cafeicultores do Oeste-paulista para o Partido Republicano.

5. Escreva por que os militares não se achavam valorizados no regime imperial.

6. Especifique a visão sobre como deveria ser proclamada e como seria a república, de acordo com as ideias de Benjamin Constant.

7. O grupo do marechal Deodoro da Fonseca tinha uma visão da república como o grupo de Benjamin Constant ou era mais de cunho corporativista? Justifique.

8. Pelas respostas que você deu até este momento, podemos dizer que, em linhas gerais, o pensamento dos cafeicultores e dos membros do exército estava de acordo com a implantação de uma república democrática, com ampla participação do povo e voltada para os problemas do povo? Justifique.

Resposta comentada

Na questão 1 espera-se que seja estabelecida a relação entre aquilo que os membros do movimento republicano falavam sobre o regime imperial com aquilo que a charge retrata de D. Pedro II. Para isso, deve-se relacionar o que Sua Majestade está fazendo na charge, como está sendo retratado e o que está em seu colo.

Na questão 2, a resposta deve abordar se o pensamento do grupo de Silva Jardim e do grupo de Quintino Bocaiuva possuíam a mesma visão sobre como se daria a queda do império e o estabelecimento do regime republicano, como também sobre a organização política da república no Brasil. Depois, deve-se justificar a resposta apontando os aspectos que legitimam a posição assumida.

Na questão 3, deve-se trabalhar com a representatividade política da província de São Paulo no Parlamento e o quanto isso atrapalhava a expansão dos negócios dos proprietários de terras do Oeste-paulista.

Na questão 4, o objetivo é que se faça uma análise da questão do federalismo e do sistema de voto, relacionando-a com os interesses dos cafeicultores paulistas.

Na questão 5, deve ser explorado o tratamento reservado aos militares pelo regime imperial.

Na questão 6, deve-se verificar como Quintino Bocaiuva defendia a implantação da república no Brasil e como seria sua organização política.

Na questão 7, deve-se responder demonstrando se o grupo do marechal Deodoro da Fonseca tinha uma visão sobre como a república seria organizada no Brasil ou se tinham em mente apenas a resolução de seus problemas privados, em termos de membros do exército.

Na questão 8, o intuito é o de que se faça uma análise crítica da proposta do processo de proclamação e da organização da república pregada pelos grupos citados no enunciado da pergunta, tendo como foco se pregavam um sistema democrático com ampla participação da população, ou algo bem restrito e excludente.



Resumo

Nesta aula, debatemos como houve a mudança do regime imperial para o regime republicano. Vimos que isso veio do processo de crise do império, por meio de dois fatores centrais: a abolição da escravidão e o processo de proclamação da república.

Com relação ao primeiro, demonstramos que a abolição da escravidão foi fruto de um processo que têm fatores externos e internos. O fator

externo foi a pressão da Inglaterra pelo fim do tráfico negreiro, com a atitude de atacar os navios negreiros que se dedicavam a transportar escravos. Impossibilitado de enfrentar uma guerra naval com a Inglaterra, o governo brasileiro resolveu realmente acabar com o tráfico negreiro da África para o Brasil. Mas, como vimos, isso não resultou no fim da escravidão, visto que o tráfico interprovincial acabou fornecendo escravos para a região Sudeste, em especial para a exploração do café.

Em termos de fatores internos, além do fim do tráfico negreiro, o movimento abolicionista e as fugas em massas dos escravizados criaram uma situação de pressão e medo que fez com que cada vez mais se visse a escravidão como uma forma de trabalho desumana, um atraso para o país e um perigo, já que poderia haver uma forte rebelião dos escravizados.

O império buscou prolongar ao máximo a continuidade da escravidão e, quando não pôde mais, procurou atrair para si as glórias do fim da escravidão no país. Mas apesar dessa tentativa, o fim da escravidão representou a perda do apoio político dado pelos grandes proprietários de terras e escravizados do Rio de Janeiro.

Também vimos que a forma como acabou a escravidão no Brasil, apesar de ter sido um fato muito importante, pouco representou para a melhoria das condições socioeconômicas da população negra. Pior, serviu para profundar o racismo que já existia sobre a população negra.

Já sobre a proclamação da república, vimos as propostas sobre a forma da proclamação e o tipo de república que deveria vigorar no Brasil, na visão dos principais grupos.

Vimos que o grupo do Silva Jardim, o grupo do Quintino Bocaiuva, o grupo do Benjamin Constant, o grupo do marechal Deodoro da Fonseca e o grupo formado pelos grandes produtores de café do Oeste Paulista eram contra o império e defendiam que fosse instalado no Brasil um regime republicano. Porém, cada um defendia uma forma de proclamação e um tipo de república no Brasil. O que possuíam em comum é que esse tipo de república que vigoraria no país teria como marca a exclusão do povo da participação político-eleitoral. Em resumo, seria uma república com um processo de organização política excludente, com o direito ao voto inexistente ou restrito a alguns grupos. Talvez por isso, como no caso da independência do Brasil, a maioria do povo brasileiro só comemora o dia 15 de novembro como mais um feriado em que não haverá aula e nem trabalho.

Referências

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

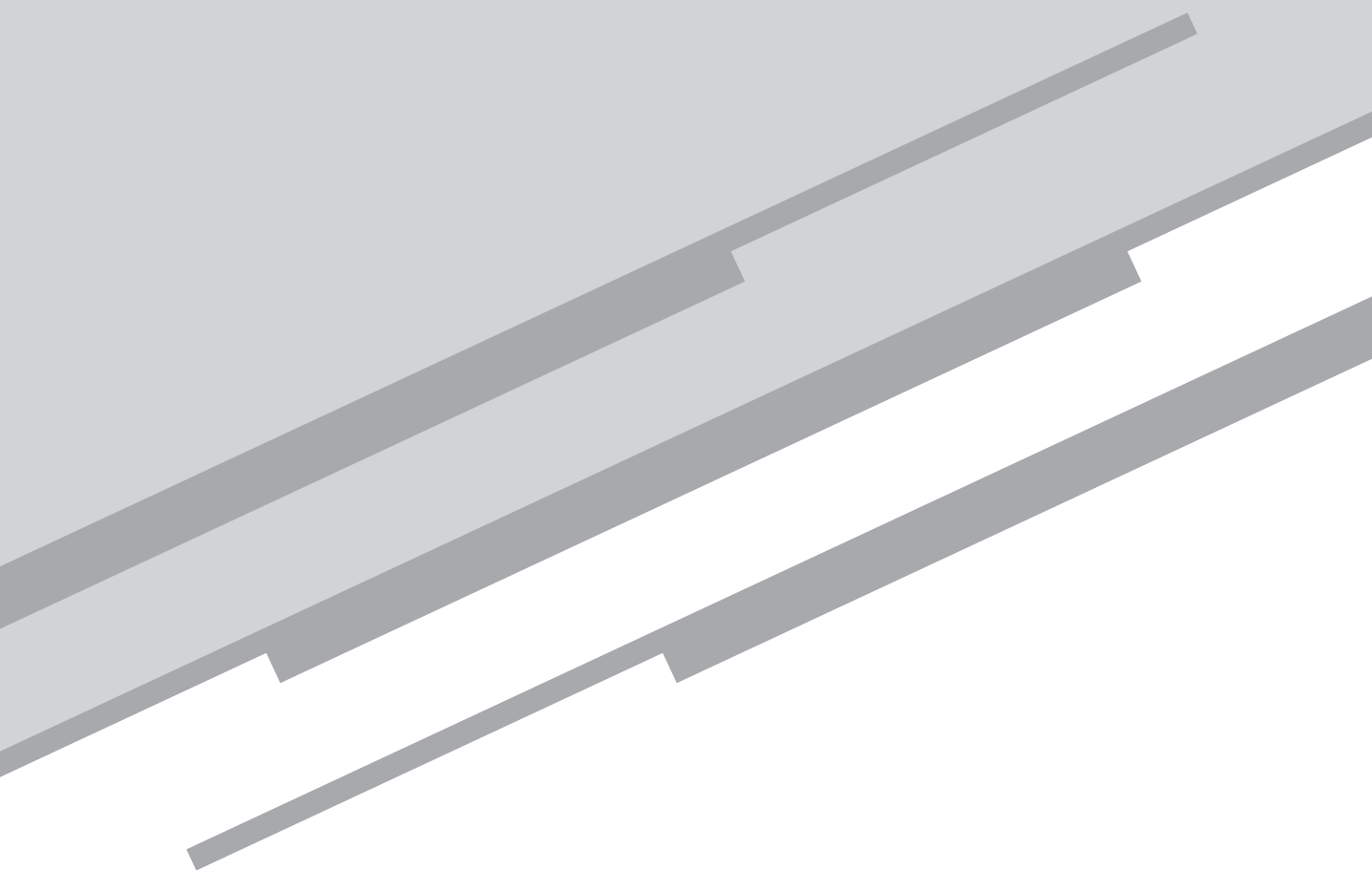
GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chavez. (Org.) *A república do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

MOURA, Clovis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

VAINFAS, Ronaldo. In: CARDOSO, Ciro F. (Org.) *Escravidão e abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 48-51.

Aula 12

A cidade do Rio de Janeiro no
início da Primeira República:
o processo de modernização



Mário Luiz de Souza

Meta

Trabalhar os principais aspectos que embasaram o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro no começo do século XX, adequando a cidade às premissas europeias de organização urbana.

Objetivos

Esperamos que, ao final dessa aula, você seja capaz de:

1. identificar a ideologia do determinismo racial e do branqueamento, bem como seus impactos sobre a população negra e sobre o aprofundamento do racismo na sociedade brasileira;
2. entender como se deu o processo de higienização da cidade do Rio de Janeiro e seus impactos sobre a população;
3. compreender como se efetivou o processo de modernização urbana realizada na cidade do Rio de Janeiro, por meio da reforma Pereira Passos.

Introdução

Como temos demonstrando ao longo de nossas aulas, desde a vinda da Família Real, o governo vinha implementando uma série de modificações no campo urbano, artístico e cultural (no sentido de hábitos e costumes), procurando adequar a cidade do Rio de Janeiro aos padrões das grandes cidades europeias.

Seja como capital do império português, durante a permanência de D. João VI e da Família no Brasil, seja como capital do império brasileiro, durante o governo de D. Pedro I e D. Pedro II, o governo central estabeleceu um conjunto de obras que buscavam aproximar a cidade do Rio de Janeiro de importantes capitais europeias. No começo do período republicano, esse processo continuou e se aprofundou.

Nesta aula, temos como objetivo fazer uma viagem ao começo do século XX e verificar as medidas adotadas pelo governo central para transformar a capital da jovem república numa cidade digna dessa denominação, dentro dos padrões europeus.

Veremos que houve, no período que será estudado, uma ação do governo em função de combater as doenças contagiosas que atacavam a população do Rio de Janeiro, como também veremos toda a modificação no espaço urbano da capital; dotando-a de ruas, avenidas, espaços públicos e outros tipos de construções, a fim de acabar com os vestígios da cidade colonial que ainda persistiam no começo do século XX. Tudo isso, baseando-se na premissa de que uma grande cidade deveria ter o aspecto semelhante ao das grandes cidades europeias.

Veremos ainda que todo esse processo de modernização não possuía o intuito de beneficiar a povo do Rio de Janeiro, mas pelo contrário. No modelo de modernização adotado, tendo as premissas europeias por base, o povo – pretos, mestiços e brancos pobres – era visto como um entrave ao desenvolvimento do país e de qualquer processo de modernização. O que importava era propiciar à cidade uma transformação urbana voltada aos interesses dos setores dominantes e que favorecesse o processo de imigração.

Boa aula!

O povo é o culpado

Mantendo a mesma linha que vinha sendo trilhada desde a chegada da Família Real, em 1808, as transformações urbanas que marcaram o Rio de Janeiro, no início do período republicano, tinham como objetivo central dar uma característica europeia, em especial, francesa, à capital da República. Nesse sentido, o principal motor do processo de transformação urbana residiu na palavra *progresso*; afirmando o centro do Rio de Janeiro como o cartão postal da capital da República e iniciando uma nova fase do país.

Como abordamos na aula anterior, para o movimento republicano, o império representava o atraso do país. Para os republicanos, as instituições políticas do império, a escravidão e outros aspectos que caracterizaram o regime imperial eram marcas de um passado que deveria ser superado para o desenvolvimento do país.

Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, para uma parcela substancial da intelectualidade brasileira, que criticava o regime monárquico, o progresso não estava relacionado apenas à superação das características políticas, econômicas e sociais que marcaram o período imperial brasileiro: a ideia de progresso do país residia em seu povo. Tal posição vinha do fato desses intelectuais seguiam a ideologia do determinismo racial.

O determinismo racial surgiu na Europa, no final do século XIX, e tinha como uma de suas premissas básicas o argumento de que a raça de um povo era o elemento central para o progresso de uma nação. Partindo do princípio de que os brancos seriam superiores aos negros e amarelos, em termos morais e intelectuais, o determinismo racial pregava que o futuro de um povo e de uma nação já estava inserido na sua raça, assim como seu fracasso. Sob essa lógica, a raça branca seria a única dotada das condições raciais para criação das sociedades calcadas na civilização e no progresso, enquanto os negros, os índios e os orientais estariam fadados a criação de povos e nações atrasadas e selvagens.

Essa abordagem acabou favorecendo os setores dominantes das sociedades capitalistas nos países hegemônicos, no final do século XIX e início do XX, em dois aspectos centrais.

Primeiro, porque serviu como ideologia para justificar as práticas de dominação dos países capitalistas na África, na Ásia e na América Latina, durante o processo conhecido por *imperialismo*. Nesse processo, os países capitalistas centrais passaram a dominar áreas nesses territórios,

para explorá-los economicamente, alegando que estavam levando a civilização aos povos dito inferiores. Alguns defensores do imperialismo chegaram ao ponto de propor que Deus queria que os brancos fossem para esses lugares porque os negros e os amarelos não tinham condições intelectuais de explorar as riquezas existentes em suas terras, desperdiçando a riqueza natural que o *Criador* lhes havia confiado.

Segundo, porque esse *determinismo racial* também foi usado como uma das explicações para a existência de pobres nos países capitalistas centrais. Os setores dominantes pregavam, por um lado, que a raça branca era superior e dotada das características raciais que levavam à intelectualidade e a civilização. Entretanto, isso não queria dizer que todos os brancos fossem iguais. Os defensores do determinismo racial pregavam que, por mais que a raça branca estivesse bem acima da negra e da amarela, entre os brancos também existiria uma diferenciação. Alguns brancos, devido a suas características genéticas, eram mais dotados que outros de inteligência e capacidade de esforço individual para vencer na vida. Esse seria o caso, de acordo com tal explicação, daqueles que conseguiam se destacar econômica e socialmente. Assim sendo, aproximando-se do liberalismo vigente, essa abordagem racial colocava no indivíduo as causas de sua situação social e econômica; retirando o sistema capitalista da análise, ao mesmo tempo em que reforçava a tese de que o Estado não deveria intervir na relação capital-trabalho, a não ser que fosse para reprimir o movimento dos trabalhadores e defender a propriedade privada.

No Brasil, o determinismo racial veio ao encontro dos interesses e da ideologia dos setores dominantes. Com o fim da escravidão e o advento da Primeira República, membros da intelectualidade brasileira, da classe dirigente e da classe dominante passaram a debater os rumos que o país deveria tomar diante dessas transformações. Um grupo de influentes intelectuais começou a defender que o futuro do país e a realização da nação brasileira passavam diretamente pela questão racial. Esses intelectuais, influenciados pelo determinismo racial, pregavam que existiam provas *científicas* que alinhavam o progresso e realização de uma sociedade à raça de seu povo.

Mas esses intelectuais se viram diante de um dilema ao adotar o determinismo racial. Para essa teoria, um povo constituído em sua maioria por pretos e mestiços estava fadado ao fracasso. Assim sendo, não haveria no Brasil as condições para se constituir uma nação rumo ao progresso e à civilização, já que a maioria da população se encaixava nas características tomadas como grande entrave para o desenvolvimento.

De acordo com o determinismo racial, ao Brasil, só restaria o atraso social e econômico.

Diante disso, um grupo de intelectuais brasileiros criou uma forma original de adaptar o determinismo racial à realidade brasileira: a miscigenação, visando o branqueamento da população. Tais intelectuais, com destaque para Silvio Romero, seguindo o princípio do determinismo racial de que o negro, devido a suas características raciais, era um ser inferior em termos morais e intelectuais, reconhecia que a população negra era um empecilho à realização do Brasil e da nação brasileira. Porém, contrariando o pressuposto do determinismo racial de que a miscigenação de brancos com negros levava à decadência física e mental dos primeiros, esses intelectuais passaram a pregar que a solução para o problema do negro e para o futuro da nação seria a vinda de imigrantes europeus e o casamento destes com pretos e mulatos, com o objetivo de gerar filhos e descendentes cada vez mais claros.

No entanto, tais intelectuais pregavam que o processo de branqueamento não seria apenas no âmbito biológico. Somado a isso, haveria também um branqueamento cultural, estético e de postura social, visto que prevaleceria uma forma de vida branca europeia. Para esses intelectuais, com o passar das décadas, o elemento negro seria extirpado da sociedade, seja pelas doenças desse grupo, seja por meio do casamento com pessoas mais claras. Assim, na população brasileira, haveria somente pessoas com as características físicas, morais e intelectuais dos brancos. Quando esse branqueamento se transformasse em realidade, no Brasil, haveria um povo em condições para gerar o progresso da nação.

Nesse ponto de nossa exposição, cabe ressaltar que nem todos intelectuais brasileiros abraçavam o determinismo racial e muito menos o branqueamento como explicação ou solução para os problemas brasileiros rumo ao progresso social e econômico. Por exemplo, Manuel Bonfim dizia que o problema brasileiro residia na forma da colonização que foi instalada no nosso país, no tratamento dado aos ex-escravizados após a Abolição (não receberam terras, indenização e nem uma formação educacional para conseguir empregos) e na insistência dos setores dominantes e políticos em copiar esquemas de desenvolvimento vindos de países estrangeiros. Para que houvesse o progresso do país, Manuel Bonfim pregava um processo educacional sobre o povo, o desenvolvimento de um sistema escolar e a diversificação da economia brasileira, com forte investimento no setor industrial.

Entretanto, o discurso do determinismo racial e a proposta do branqueamento, foram abraçados pela maioria da classe dirigente e da classe dominante brasileiras, sendo tomada como a forma de o país atingir o progresso.

Assim, o projeto de progresso que se constituiu na Primeira República surgiu com o negro sendo visto como um entrave para o futuro da nação e o branqueamento, como a solução para o país.

Esse posicionamento reforçou o conjunto de visões preconceituosas sobre o negro, vigente desde o período da escravidão, como um ser inferior que tende a todo tipo de ações desonestas e indecorosas. Tais representações, agora ditas como *científicas*, relacionavam o negro ao roubo, ao alcoolismo, à tara sexual, à transmissão de doenças, à miséria, à falta de cultura. Da mesma forma, sustentou ações ou censura a tudo ligado à cultura negra. No começo da Primeira República, foi postulado que a capoeira era crime, no Código Penal de 1890; apontada como prática de malandro e ladrão. O batuque, ritmo do qual viria o samba, era música proibida. A forma de dança do batuque e da cafeeira foram consideradas danças de malandros e prostitutas, porque estimulariam atos sexuais. As religiões afro-brasileiras, como umbanda e candomblé, passaram a ser perseguidas, seus locais religiosos foram invadidos pela polícia e seus símbolos foram destruídos ou apreendidos pelas forças policiais.

Essa abordagem acabou reforçando o racismo contra a população negra, uma vez que sustentava que a situação dos negros na sociedade era fruto dos aspectos morais e intelectuais determinados por sua raça. Assim sendo, a falta de qualificação profissional, o analfabetismo, a pobreza, a moradia em lugares carentes e o fato de alguns negros se entregarem ao álcool e à vida de crime não eram computados como reflexos da forma como foram inseridos como pessoas livres na sociedade, após a Abolição, e nem como a falta de ações efetivas do Estado na Primeira República. A razão era computada como devida a sua raça. Em outras palavras, a exclusão social e a situação de precariedade social e econômica às quais os negros foram submetidos passaram a ser vistos como a confirmação de um determinismo racial e da necessidade do branqueamento da população brasileira, reforçando o racismo contra o negro.

O determinismo racial, porém, não serviu apenas como desculpa para não se investir de forma mais concreta na reversão da situação de precariedade da maioria de pretos e pardos da população brasileira, mas foi usada em certo sentido também no tratamento dos brancos pobres. Numa sociedade em que subsiste a ideia de pautar a capacidade intelec-

tual e moral das pessoas em sua raça, os brancos pobres, por mais que fossem vistos como superiores aos negros, eram postos abaixo dos brancos que ascenderam socialmente. Pior: uma vez que a solução devia vir por meio do imigrante, um branco pobre era visto também como elemento nacional que dificultava o processo de desenvolvimento do país. Desta forma, o povo pobre, seja negro ou branco, era encarado como fator de impedimento do progresso do país e um problema a ser extirpado pelos mais diferentes meios; inclusive pelas reformas urbanas que marcaram a cidade do Rio de Janeiro no começo da Primeira República. No entanto, antes de falarmos dessas reformas urbanas, vamos a outro problema que existia na cidade do Rio de Janeiro: o covil de doenças.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

1. Demonstre por que o determinismo racial reforça o racismo contra o negro.

2. Especifique o que seria o branqueamento e aponte por que esse processo representaria o fim da população negra.

3. Entre as medidas adotadas contra aspectos da cultura negra, aponte aquela que, em certo sentido, ainda acontece em nossos dias. Justifique.

4. Explique como o determinismo racial e o branqueamento acabaram transformando as condições de vida dos negros em culpa dos próprios negros e reforçando o racismo na sociedade brasileira.

Resposta comentada

1. Para responder a essa pergunta, o aluno deve apontar o que o determinismo racial postulava, em relação à inteligência e aos aspectos morais ligados ao negro, que acabaram reforçando uma visão preconceituosa a seu respeito.

2. A resposta dessa questão deve ter como foco o que a ideologia do branqueamento ataca como a causa do atraso do Brasil; a solução para esse problema; e como essa solução atinge a população negra.

3. Dentre os aspectos da cultura negra que eram perseguidos e discriminados, no final do século XIX e no começo do século XX, aponte aquele que, mesmo em nossos dias, ainda sofre grande preconceito.

4. Essa questão terá de ser respondida levando-se em consideração o que o determinismo racial e o branqueamento pregavam com relação ao negro, que acabou gerando a visão de que a pobreza e as péssimas condições de vida da população negra era culpa dos próprios negros.

É preciso acabar com as doenças, mesmo que se tenha que acabar com o povo

Desde o século XIX, a cidade do Rio de Janeiro possuía a fama de ser um local marcado pela incidência de doenças contagiosas das mais variadas. A topografia da cidade, marcada por pântanos, morros que criavam obstáculos à circulação de ventos e dificuldade de se obter água potável; associado ao acúmulo de sujeira nas ruas, proporcionava um complexo social que nutria as melhores condições para a propagação de

doenças. Por tudo isso, junto a outros elementos, houve no Rio de Janeiro a propagação de doenças como malária, tuberculose, febre amarela, varíola, tifo e beribéri, gerando a morte de 23.066 pessoas, entre 1886 e 1910.

No embate para a superação dos problemas causados por essas doenças, os médicos sanitaristas, em especial Oswaldo Cruz, tiveram um papel predominante, centrando suas ações nas condições sanitárias das cidades e no combate aos animais propagadores de doenças.



Figura 12.1: Charge sobre Oswaldo Cruz e suas ações. O Malho (RJ), Ano 1910, Edição 0406 / Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=16427>



Oswaldo Cruz

Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em São Paulo, em 1872. Veio morar com sua família no Rio de Janeiro, em 1887, e se formou na Faculdade de Medicina, em 1892. Depois, esteve na França, em 1897 e 1898, completando seus estudos na área de microbiologia, soroterapia e imunologia, no Instituto Pasteur, e medicina legal, no Instituto de Toxicologia. De volta ao Brasil, passou a trabalhar no Instituto Soroterápico Federal e, depois, passou também a ocupar o cargo de Diretor-Geral de Saúde Pública (DGSP).

Após conseguir erradicar a febre amarela no Rio de Janeiro, passou a viajar pelo Brasil, procurando estabelecer um cinturão sanitário nos portos brasileiros, seguindo regras internacionais. Oswaldo Cruz também foi responsável pela reforma do Código Sanitário Brasileiro e por reestruturar os órgãos de saúde e de higiene do Brasil. A partir de 1909, dedicando seu tempo integral ao Instituto Soroterápico Federal, que agora, em sua homenagem, teve seu nome mudado para Instituto Oswaldo Cruz, passou a se dedicar às condições sanitárias no interior do Brasil.

Em 1915, devido a um problema de saúde, saiu da direção do Instituto Oswaldo Cruz, vindo a falecer no ano de 1917, com apenas 44 anos.

Oswaldo Cruz, no ano de 1902, passou a responder pela direção técnica do Instituto Soroterápico Federal, na fazenda de Manguinhos e, no ano seguinte, com apenas 31 anos, assumiu o cargo de Diretor-Geral de Saúde Pública (DGSP). Nesse cargo, empreendeu uma forte ação de higienização da cidade do Rio de Janeiro, buscando combater a peste bubônica, a febre amarela e a varíola, implementando novas ações, como a luta contra a proliferação de ratos, baratas e mosquitos, apontados por ele como transmissores das mais diversas doenças.

No caso da febre amarela, contrapondo-se à prática de muitos médicos que achavam que essa doença era transmitida pelo contato com o suor e secreção das pessoas contaminadas, Oswaldo Cruz passou a defender

que sua transmissão era feita através do mosquito. Introduziu, assim, o combate à doença por meio do ataque a locais de reprodução desses mosquitos. Desse modo, nasceu um grupo de *mata-mosquitos*, composto de 81 pessoas, que possuíam o direito de entrar nas casas, jardins, quintais, terrenos, prédios e outras construções, para realizar a fiscalização desses locais e pôr veneno, a fim de matar o mosquito transmissor.

Contudo, como não havia uma campanha consistente de conscientização de combate ao mosquito para evitar a propagação da doença, a ação dos mata-mosquitos não foi bem vista pela população. As pessoas começaram a ver essa ação sanitária como uma intervenção nas suas vidas e nas suas propriedades, bem como também tinham medo do que estava sendo posto em suas residências pelos mata-mosquitos. Essa postura de boa parte da população acabou recebendo o apoio de jornais e até de políticos, criando uma onda contra a ação sanitarista que estava sendo desenvolvidas e as ações desses médicos.

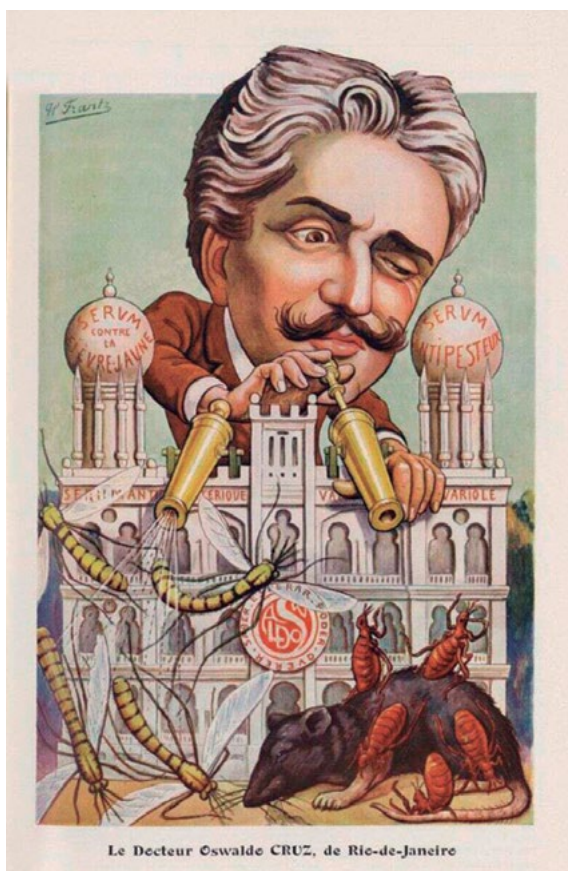


Figura 12.2: Charge sobre a ação de Oswaldo Cruz.

Fonte: <https://revistapesquisa.fapesp.br/guerra-a-peste/>

Por mais que as ações dos médicos sanitaristas, comandados por Oswaldo Cruz, estivessem presentes nas propriedades de todas as classes sociais, as vidas dos mais pobres foram as mais atingidas. As ruas e bairros dos membros da classe trabalhadora, como os operários, receberam uma maior visita dos mata-mosquitos. Os cortiços, habitação dos mais pobres da cidade, inclusive de negros, eram vistos como locais de grande reprodução de doenças e foram foco de ação de mata-mosquitos, tendo ao seu lado a truculência da polícia. Mesmo que ainda não houvesse, como nos nossos dias, uma grande ocupação dos morros no entorno do Centro do Rio de Janeiro, houve a remoção forçada de parte da população desses locais, sob a alegação que isso era vital para se debelar as doenças que versavam sobre a cidade. Tudo isso acabou efervescendo uma visão contrária à ação dos médicos sanitaristas.

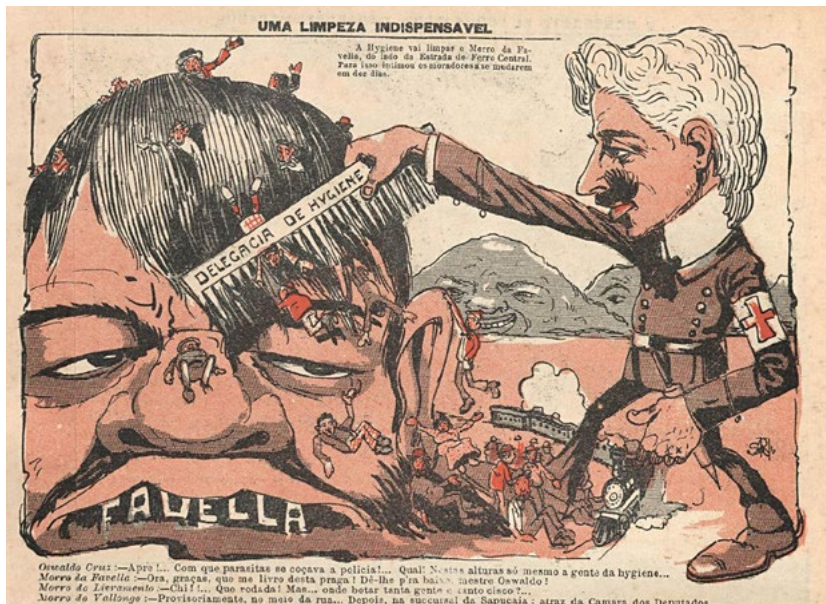


Figura 12.3: Charge sobre a ação dos médicos sanitaristas nos morros da cidade. O Malho (RJ), Ano 1907, Edição 0247 / Acervo Biblioteca Nacional
Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=9446>

Esse embate entre os médicos sanitaristas e a população tomou um vulto maior na chamada *Revolta da Vacina*. Para combater o surto de varíola que tinha se instalada na cidade, Oswaldo Cruz, no ano de 1904, com autorização do governo federal, instituiu uma vacinação obrigatória na capital da república. A resposta da população se traduziu num levante popular que durou de 10 a 16 de Novembro daquele ano, tomando as ruas e resultando, num lado, no ataque a meios de transporte

públicos, prédios públicos e agentes higienistas e, no outro lado, trinta mortos, cento e dez feridos, diversas prisões e a derrota do movimento e o exílio de seus líderes no Acre.



Figura 12.4: Charge sobre a Revolta da Vacina. O Malho (RJ), Ano 1904, Edição 0111 / Acervo Biblioteca Nacional

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=3567>

A Revolta da Vacina serviu para mostrar a relação entre as classes dirigentes e alguns intelectuais sobre o projeto de modernização que se estabeleceu no país. As doenças endêmicas eram vistas como um mal que deveria ser combatido, dentro do projeto de progresso do país. Não dava para se pensar em modernização num país marcado pela febre amarela, a varíola e a tuberculose.

A saúde do povo precisava ser melhorada. Mas a contradição residia no fato de que esse combate às doenças se fazia acima do povo, sem procurar a conscientização das próprias futuras vítimas, o que demonstra que o objetivo central desse processo não era a melhoria do povo em si. Acima disso, havia um projeto de modernização que colocava o próprio povo como um obstáculo. O determinismo racial, o branqueamento e o preconceito ao branco pobre nacional, apontava os próprios negros, mestiços e brancos pobres como os responsáveis pelas condições higiênicas propícias à propagação dessas doenças.

Os casebres, cortiços, favelas e outras formas de habitação dos mais pobres, bem como os hábitos e costumes de seus habitantes eram vistos

como os agentes fundamentais para o surgimento e disseminação das doenças endêmicas. Exterminar isso era fundamental para o projeto econômico e de progresso idealizado por alguns intelectuais e pela classe dirigente brasileira. Para esses grupos, mais importante era tornar a cidade do Rio de Janeiro atraente para a mão de obra imigrante e para os investimentos econômicos na cidade, do que uma preocupação real com o povo pobre, como fica patente nessa declaração do presidente Rodrigues Alves:

Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade de saneamento desta capital. [...] A capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (LESSA, 2005, p.191).

Longe de se pensar nos mais pobres; não havia por parte do Estado uma tentativa de buscar conscientizar o povo com relação às medidas higienistas postas em prática. Pelo contrário, a imposição foi a marca desse processo. Até porque todo esse processo de modernização e rumo ao progresso, como citamos, não tinha como ideal formar um novo Rio de Janeiro para a melhoria nas condições de vida do povo pobre. Tal fato fica mais evidente no processo de modernização presente na reforma urbana Pereira Passos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

1. Faça uma análise das **Figuras 12.1 e 12.2** e comente como Oswaldo Cruz e os médicos sanitaristas acreditavam que deveria ser feito o combate às doenças contagiosas no Rio de Janeiro.

2. Demonstre como deveria ter sido organizada a ação dos mata-mosquitos para evitar os problemas que essa ação acabou gerando junto à população.

3. Estabeleça a relação entre a forma das ações sanitárias e a **Figura 12.3**.

4. Aponte as causas e as consequências da Revolta da Vacina.

5. Explique como a implementação das ações sanitárias pode ser usada para demonstrar que o processo de modernização do Rio de Janeiro não tinha o povo como ponto central de sua implementação.

Resposta comentada

1. A resposta dessa pergunta deve ser obtida a partir do que as **Figuras 12.1 e 12.2** demonstram sobre o que deveria ser feito para se combater as doenças no Rio de Janeiro.

2. A forma como os mata-mosquitos agiram na cidade do Rio de Janeiro acabou atraindo muitas críticas e resistência entre membros da popu-

lação. Ciente disso, o aluno deve responder de que forma a ação desses agentes sanitários deveria ter sido organizada, para evitar essas críticas e resistência.

3. Para responder a essa questão, o aluno tem que primeiro analisar o que a **Figura 12.3** passa sobre a forma como as populações das favelas eram tratadas no processo de prevenção às doenças contagiosas e estabelecer a relação entre isso e a forma como agiam os agentes sanitários.

4. O aluno deverá citar as razões que levaram à Revolta da Vacina, o que esse movimento acabou gerando e como acabou.

5. Tendo como foco os objetivos do processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, o aluno deverá demonstrar, a partir da ação dos agentes sanitários e da forma como foi implementado o processo de higienização da cidade, o quanto o combate às doenças endêmicas não teve como foco central a melhoria das condições do povo.

Reforma Pereira Passos

No início da Primeira República, o processo de mudança na cidade do Rio de Janeiro, que se iniciou no período da vinda da Família Real e se estendeu no período imperial, continuou a ser posto em prática nas mais diferentes esferas culturais e espaços urbanos, dando seguimento ao processo histórico de modernização da cidade tendo os parâmetros da modernidade europeia como base desse processo.

Um dos marcos do processo de modernização da capital da República residiu na implantação da energia elétrica na cidade, gerando novos hábitos aos moradores da cidade e importantes modificações urbanas.

Uma das grandes modificações foi a introdução do serviço de bonde elétrico, instalado no Rio de Janeiro apenas oito anos após a sua criação, nos EUA. Em 1892, o bairro do Flamengo passou a ser servido por uma linha de bondes elétricos, que depois se expandiu pelo restante da cidade, chegando ao Alto da Boa Vista e a Jacarepaguá, em 1912.

Na primeira década do século XX, mesmo persistindo em alguns pontos a utilização do bonde movido a tração animal, o bonde elétrico dominava o transporte público, ampliando o acesso a diversas regiões da cidade e ofertando um meio de transporte mais rápido e mais limpo.

Com o bonde elétrico, ampliou-se a ocupação do subúrbio da cidade, visto que os moradores dessas regiões teriam acesso a um meio de transporte mais eficiente na sua ligação com o Centro.

Bairros como Jacarepaguá, Inhaúma, Meier, Irajá, Andaraí, Rocha, Riachuelo e Engenho Novo, dentre outros, passaram por um grande crescimento ocupacional, em termos de espaço e população, cuja oferta de bondes elétricos não pôde ser desprezada no entendimento de suas causas.

Por mais que os trens tenham um papel de destaque na ocupação e ampliação dos bairros do subúrbio, principalmente no sentido da ligação com o Centro da cidade, os bondes elétricos também tiveram seu espaço de relevância devido ao transporte entre esses bairros, bem como no interior de cada um. Junto a isso, os bondes elétricos favoreceram o uso dos espaços urbanos como espaços de lazer, promovendo passeios pela cidade, visita à Floresta da Tijuca, passeios pela avenida Beira-Mar e acesso mais rápido às praias, como as do Flamengo, Copacabana, Ipanema, Leblon e Leme.



Figura 12.5: Bonde Elétrico no Bairro de Botafogo. Fotografia de 1910, de Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/17154>

A importância da chegada da eletricidade obviamente não se restringiu à questão dos bondes. Na construção civil, a eletricidade favoreceu

a expansão de prédios verticais, graças ao uso dos elevadores, trazendo novas formas de ocupação do espaço urbano. No espaço doméstico, a eletricidade teve impacto na mudança de hábitos, proporcionando uma luz mais eficiente e segura do que a de lampiões ou velas e com o uso da geladeira elétrica, que revolucionou a manutenção de alimentos. No espaço público, o uso da eletricidade nas vias, no começo do século XX, trouxe uma iluminação mais eficiente do que aquela gerada pela iluminação a gás, ampliando as condições para o deslocamento das pessoas, como também para os passeios públicos, após o entardecer.

Esse processo de iluminação não se deu em toda cidade e nem no mesmo período. A iluminação elétrica das ruas do Centro do Rio de Janeiro, por exemplo, começou 1905, na Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) e Avenida Beira Mar, e só terminou em 1933. Mesmo assim, nas duas primeiras décadas do século XX, já havia uma grande rede de ruas no Centro do Rio abastecidas com iluminação elétrica, sendo este um dos marcos da modernização da cidade.

Na esfera cultural, no começo do século XX, o Rio de Janeiro reforçou sua imagem como grande centro cultural do país. Em 1906, houve a inauguração do primeiro cinema do Rio, o Palace Théâtre, e em 1909 já havia dez cinemas abertos na capital da república, trazendo para o público a arte do cinema. No campo teatral, espetáculos dos mais diversos, inclusive com companhias estrangeiras, tomavam conta dos palcos cariocas, em teatros como João Caetano, São Pedro, Lucinda, Fênix Dramática, Recreio, Apolo, República, Lírico e o Theatro Municipal, inaugurado em 1909.

Por mais que tudo isso demonstre a modernização que marcava o Rio de Janeiro no começo do século XX, cada vez mais voltada a atribuir um ar europeu à capital da jovem república e pôr seu aspecto colonial no passado, tal processo atingiu seu ápice apenas com as Reformas Pereira Passos e as transformações que geraram no espaço urbano.

Francisco Pereira Passos (1836-1913) foi nomeado prefeito da cidade do Rio de Janeiro, em 1902, pelo presidente Rodrigues Alves, que governou o Brasil de 1902 a 1906. Naquele período, o prefeito da capital da República era indicado pelo presidente do país e ficava subordinado a ele. A escolha de Pereira Passos para prefeito da capital se assentou na sua larga experiência como engenheiro e administrador de obras, no setor público e privado, e no seu maior contato com as modificações urbanas da Europa, em especial da cidade de Paris.

Havia por parte do presidente Rodrigues Alves a determinação de pôr em prática uma mudança radical no plano urbano da cidade do Rio de Janeiro, em especial sua área central, marcada por ruas estreitas, mal iluminadas, cortiços, sujeiras e pouca ventilação. Mesmo com todo o avanço que houve desde a chegada da Família Real e que se aprofundou no período imperial, o centro do Rio de Janeiro estava longe de ser visto como uma capital moderna, no estilo de organização e beleza das capitais europeias.

Para complicar essa visão, a larga presença de negros e mestiços morando no centro e o regular aparecimento de doenças contagiosas reforçavam as visões preconceituosas sobre a capital da República, como já dissemos. Se coube a Oswaldo Cruz a missão de reverter esse quadro em termos da saúde pública, a Pereira Passos coube o mesmo, só que em termos de modificações do espaço urbano, objetivando modernizar o Rio dentro do projeto idealizado pelo governo:

A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação que ainda apresentava características coloniais devido a ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e moderno das elites econômicas e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes de poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas que proporcionavam “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condição anti-higiênicas e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (ABREU, 2011, p. 60).

Inspirado na reforma urbana de Paris, realizada durante a gestão do prefeito Georges-Eugène Haussmann, conhecido por Barão de Haussmann, Pereira Passos, auxiliado por um grupo de engenheiros, idealizou e pôs em prática uma radical transformação urbana no Rio de Janeiro.

ro, cujo objetivo central, mas não o único, consistiu em dotar a sua área central de avenidas e ruas largas, iluminação mais eficiente, transporte público mais moderno, prédios mais suntuosos e uma maior ordenação urbana visando a limpeza das ruas.

Nesse processo de transformação urbana gerado pela Reforma Pereira Passos, iniciaram-se dois serviços públicos importantes para a cidade: o começo da substituição dos lampiões a gás por lâmpadas elétricas na iluminação das ruas do Centro do Rio de Janeiro e a substituição dos bondes movidos a tração animal por aqueles impulsionados por energia elétrica.

Essas duas inovações já marcavam o Rio de Janeiro com o caráter de modernização que se queria imputar à cidade. Afinal, o centro do Rio de Janeiro, no início do século XX, já despontava como um dos locais mais iluminados por energia elétrica do mundo e como um dos primeiros lugares a ser servido pelo serviço de bonde elétrico, inclusive antes de muitas capitais europeias.

Outra ação da Reforma Pereira Passos consistiu na implementação de um novo ordenamento urbano, voltado à limpeza das vias públicas, tendo por base o processo de higienização e a questão sanitária, isto é, o combate à transmissão de doenças.

Esse ordenamento consistiu em estabelecer uma série de determinações e medidas oficiais que buscavam coibir hábitos e costumes que resultavam no acúmulo de sujeira nas ruas da cidade, proibindo, dentre outras coisas, o comércio ambulante, o ato de urinar fora dos banheiros públicos, cuspir nas ruas, praticar medicina nas calçadas das vias públicas e ter cães soltos nas ruas, além de outras medidas:

Preocupado também com o saneamento e a higiene da cidade, ou pelo menos de alguns bairros, Passos mandou canalizar o Rio Carioca (que atravessa Laranjeiras e Flamengo) e parte dos rios Berquó (Botafogo), Maracanã, Joana e Trapiche (Tijuca). Além disso, saneou parte da Lagoa Rodrigo de Freitas e determinou que o lixo urbano fosse removido para a Ilha de Sapucaia. Também em nome da higiene e da estética, declarou guerra aos quiosques da cidade e proibiu a venda de vários produtos ambulantes, atingindo, principalmente, por conseguinte, as fontes de renda de grande número de pessoas. Proibiu ainda o exercício da mendicância e demoliu uma série de cortiços, que já haviam sido proibidos de sofrer reparos por lei municipal de 10/2/1903 (ABREU, 2011, p. 63).

Apesar da iluminação elétrica das ruas, do serviço de bonde elétrico e do ordenamento urbano visando a limpeza das ruas, a grande marca da Reforma Pereira Passos residiu no conjunto de obras que transformaram o espaço urbano da cidade.

Como no caso de Paris, o projeto de modernização e transformação da imagem da cidade passava por prover a capital da república de espaços públicos marcados por belos jardins, uma vegetação impecável e vistas para a beleza natural do Rio. Assim, implementou-se um processo de arborização das ruas do Centro, Botafogo e Laranjeiras; a melhoria e embelezamento de espaços públicos já existentes, como a Praça Tiradentes, a Praça da Glória, a Praça do Largo do Machado, a Praça XV de Novembro, o Passeio Público, principalmente no que se refere aos seus jardins e colocação de estátuas; a edificação de novos espaços públicos como o Jardim do Alto da Boa Vista, a Vista Chinesa, a fonte do Jardim da Glória, o Jardim Suspenso do Valongo e o Boulevard Vinte e Oito de Setembro e o Pavilhão de São Cristóvão.



Figura 12.6: Praça XV em 1919, de Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/17008>



Figura 12.7: Vista Chinesa em 1906, de Augusto Malta. Augusto / Coleção Brascan Cem Anos no Brasil / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/19234>

O tratamento das ruas da Zona Sul e, principalmente, do Centro estavam no epicentro do projeto da reforma Pereira Passos, que imputaria um ar de modernidade europeia à cidade do Rio de Janeiro. Várias ruas do Centro, Catete, Glória, Laranjeiras e Botafogo foram asfaltadas, fazendo com que o Rio fosse a primeira cidade do Brasil a ter um calçamento baseado nessa tecnologia.

As ruas Treze de Maio, Prainha (Rua do Acre), Marechal Floriano, Catete, Uruguaiana, Frei Caneca, Mariz e Barros, Visconde de Inhaúma, Camerino, São José, Assembleia, Estácio de Sá, Carioca, Sete de Setembro, dentre outras, sofreram um processo de alargamento, com algumas passando a ter 24 metros de largura. Esse alargamento favorecia uma maior circulação de ar, de luz natural, de bondes elétricos, de mercadorias e de pessoas, bem como propiciava a visão do Rio como uma cidade grande e moderna, dotada de extensas e largas ruas, contrapondo-se à visão da cidade colonial, com ruas estreitas e mal iluminadas. Somado ao processo de arborização que houve em muitas dessas ruas, esse alargamento trazia a visão de uma cidade cada vez mais bela, organizada e limpa.



Figura 12.8: Rua Marechal Floriano em 1915, de Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/17137>

É dentro dessa perspectiva que devemos entender a construção da Avenida Maracanã, da Avenida Atlântica e da Avenida Beira-Mar. Além da relevância dessas vias públicas para a circulação de pessoas e mercadorias, serviam também para a ligação entre outras regiões e o Centro do Rio, favorecendo a melhor ocupação populacional desses locais, sendo ainda marcas visíveis do processo de modernização da cidade, calçado na construção de vias públicas extensas e largas que demarcavam a sua grandiosidade.

A Avenida Beira-Mar serve para ilustrar essa afirmação. Ligando o Centro até depois da praia de Botafogo, essa avenida conjugou diversos aspectos desse projeto de transformação do espaço urbano, alinhando a sua extensão de 5.200 metros e sua largura de 33 metros, à beleza natural da orla, junto aos jardins que foram implementados em seu trajeto, ao acesso às praias e a bairros da Zona Sul, melhorando a circulação de pessoas e de mercadorias entre o Centro e a Zona Sul.



Figura 12.9: Vista da Avenida Beira-Mar com o Pão de Açúcar e a Pedra da Gávea ao fundo, em 1906, de Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/78654>



Figura 12.10: Praia de Botafogo em 1910, de Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

Fonte: <https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/17138>

No conjunto de obras efetuadas pela reforma Pereira Passos, duas se tornaram símbolos desse processo urbanístico. Uma delas seria a construção de um novo porto no Rio de Janeiro, porta de entrada pelo mar de imigrantes europeus, missões estrangeiras, e de toda a espécie de mercadorias vindas das mais diversas partes do Brasil e do mundo.

A construção de um novo porto no Rio atendeu a algumas demandas. Em termos econômicos, a capacidade de atracação de navios e de desembarque e de embarque de mercadorias do antigo porto não respondiam mais às necessidades das companhias que faziam uso desse porto e nem da posição do Rio de Janeiro como principal entreposto comercial do país.

Mesmo com a crescente importância do porto da cidade de Santos, devido à exportação do café produzido no Oeste paulista, o Rio de Janeiro ainda detinha essa posição de destaque no cenário comercial brasileiro. Em função disso, havia a necessidade de um porto mais amplo e mais moderno do que o existente no Rio. Somado a isso, havia a preocupação com a higienização. Oswaldo Cruz apontava a necessidade de se melhorar as condições sanitárias nos portos do Brasil para que diminuísse o tempo de quarentena e permanência obrigatória dos navios.

Por fim, um grande porto dotado de todo um aparelhamento moderno para receber estrangeiros e mercadorias seria uma excelente porta de entrada para mostrar o processo de modernização da cidade. Não é à toa que boa parte dos recursos financeiros, aproximadamente 70%, gastos na reforma Pereira Passos, foram destinados à reformulação do Porto do Rio de Janeiro, graças à grandiosidade da obra e à modernização de todos os seus equipamentos:

[...] Em 1901 foi criada a Companhia Docas do Rio de Janeiro. Foi iniciada a construção do moderno porto: prolongar-se-ia da ponta do Arsenal, perto das instalações da Marinha e de acesso à Ilha Fiscal, até a projeção da rua da São Cristóvão. O cais da Gamboa teria 3.500 metros. A obra finalizava-se na saída do canal do Mangue. Já havia instalado a fábrica de gás, em 1851, no limite dos manguezais. Havia feito na ocasião um canal de 1.876 metros. No governo Rodrigues Alves foram construídos mais 1.528 metros de canal, até a ponta do Caju. [...]. O porto do Rio foi, basicamente, construído por Rodrigues Alves. Equipado com 90 guindastes móveis, 18 armazéns internos e 96 externos, com 25 metros de plataforma e profundidade de até 10 metros, o cais era, na ocasião, ultramoderno [...].

Após a inauguração, o Rio foi o décimo quinto porto mundial em movimentação. Nas Américas, era apenas superado por Nova York e Buenos Aires. A partir das ligações ferroviárias e da navegação de Cabotagem, o porto do Rio era o centro logístico importador e distribuidor no Brasil (LESSA, 2000, p.193 e 194).

Apesar dos valores envolvidos na construção do porto e da relevância dessa obra, o grande símbolo da reforma Pereira Passos foi a construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco:

A cirurgia urbana básica de Pereira Passos, que marca o Rio e apaga a velha cidade colonial, constitui na implementação dos 1800 metros de avenida Central, com 33 metros de calha viária. A avenida articula-se, pela Praça Mauá, com a avenida Rodrigues Alves, traçada sobre o mar aterrado e paralela ao novo porto. Na outra extremidade, dá início à avenida Beira-Mar, com 5200 metros que se estende pela Praia do Flamengo e se liga à Praia de Botafogo, com o término no Pavilhão do Mourisco, hoje demolido. Este foi o percurso do Rio para a modernidade e sua principal carteira de identidade. Este trajeto cancelou no carioca a sensação de inferioridade que tinha ao percorrer a avenida Trece de Mayo, em Buenos Aires.

O primeiro trecho da avenida Central, entre a Praça Mauá e a rua do Ouvidor, foi inaugurada em 1904. Em 1906 a avenida está concluída e interligada ao novo porto já em operação. [...] (LESSA, 2000, p.201).

Com seus 1.800 metros de comprimento e 33 de largura, a Avenida Central tornou-se o marco do processo de modernidade da cidade, assentado no modelo francês. Ela representou a construção de uma via pública marcada por sua extensão e largura, que permitiam a circulação de ar, ligando duas pontas banhadas por mar e dotada de uma iluminação elétrica moderna; possuindo, ainda, prédios modernos e um excelente espaço para circulação pública, sem a sujeira que marcava a região; representando uma modernização que retirava do Rio suas características urbanas do período colonial e imperial. Tanto que depois de sua construção, a Avenida Central tornou-se a principal via pública do Centro, atraindo a instalação das melhores casas comerciais e prédios contendo os principais jornais, clubes, hotéis, agências de governo e restaurantes.



Figura 12.11: Avenida Central, de Augusto Malta / AGCRJ.

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/4595>



Figura 12.12: Avenida Central, de Augusto Malta / AGCRJ.

Fonte: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/4289>

Para completar esse quadro, quase no final da Avenida Central, na região da Cinelândia, o governo central construiu um conjunto de prédios, como que para coroar esse processo:

A República Velha investiu simbolicamente na construção de novos prédios na avenida. Em seu quadrilátero final foram situados o Teatro Municipal – projeto Francisco Passos, filho de Pereira Passos – a Biblioteca Nacional – do general Souza Aguiar – o Museu nacional de Belas Artes – do arquiteto Adolpho Morales de Los Ríos – o edifício do Supremo Tribunal Federal e o Palácio Monroe [...] (LESSA, 2000, p.201).

Em suma, com todas essas transformações urbanas, a reforma Pereira Passos atingiu o objetivo a que se propôs, como afirma Maurício Abreu: “[...] Concluindo, o período Passos, verdadeiro período Haussmann à la carioca, representa para o Rio de Janeiro, a superação efetiva da forma e das contradições da cidade colonial-escravista, [...]” (ABREU, 2011, p.67).

Mas esse processo de modernização não se deu sem suas contradições. O extenso número de obras no Centro do Rio, marcado pelo alargamento de ruas e criação de novas avenidas, deu-se sobre a destruição de diversas lojas comerciais, prédios e casas existentes na região.

Só na construção da Avenida Central, 2.7000 construções, dentre prédios e casas, foram postas abaixo. Os proprietários foram devidamente indenizados, recuperando parte do prejuízo com esse processo de modernização, apelidado de bota abaixo pela população, já que primeiro destruía as construções existentes.

No entanto, para a população mais pobre e excluída a situação não foi essa. Esses se viram excluídos das suas tradicionais condições de habitação, como no caso dos bairros operários e dos cortiços. Os primeiros viram as casas em que moravam sendo destruídas, os proprietários que lhe alugavam as casas recebendo as indenizações, enquanto a maioria dos operários nada recebeu.

Pereira Passos até conseguiu recursos do governo municipal para a construção de casas populares para os operários, mas o montante era muito pequeno para a quantidade de casas que deveriam ser levantadas, resultando no beneficiamento de uma minoria, dessa ação do Estado. Os segundos viveram uma situação ainda pior: para os moradores dos cortiços, não houve nenhuma compensação. Pelo contrário, a destruição dos cortiços era vista como um marco no processo de modernização da cidade, já que estes eram locais favoráveis à propagação de doenças, além de serem vistos como o covil de negros, marginais, prostitutas e brancos pobres, que apenas impediam o progresso da nação.

Enquanto os proprietários dos cortiços receberam indenizações pela perda dos imóveis, os habitantes nada receberam, a não ser a brutalidade empregada pela polícia para expulsá-los dos cortiços. Assim sendo, a grande vítima do processo de modernização do Centro do Rio foi a população pobre e carente que vivia nas habitações destruídas, a fim de que se erguesse o Rio moderno.

Ao que tudo indica, a maioria dessa população pobre se dirigiu para o subúrbio, para tentar refazer a sua vida. No entanto, uma parcela considerável passou a morar em morros que ficavam ao redor do Centro, como o morro da Providência, onde poderia ter uma casa, a um baixo custo, próximo ao seu lugar de trabalho. E essa situação se ampliou graças às pessoas que vinham do campo para a cidade, atraídos pelo aumento de oferta de empregos e melhores salários na construção civil e na indústria, gerados pela reforma Pereira Passos.

Enfim, se a reforma Pereira Passos gerou a modernização do Rio de Janeiro, assentada em grandes obras que buscavam adequar a capital da república à semelhança com grandes centros urbanos europeus, logrou também em expulsar das ruas do Centro aqueles indesejáveis que, seja pelo determinismo racial, seja pela pobreza, eram considerados um entrave para o progresso da nação.

Atividade 3

Atende ao objetivo 3

1. Demonstre uma relevante modificação no setor urbano da cidade do Rio de Janeiro com a introdução do bonde elétrico.

2. Aponte a relevância da eletricidade para a modernização do Centro do Rio de Janeiro.

3. Identifique as ações de Pereira Passos com relação ao processo de saneamento e higienização da cidade que favoreceram os mais abastados e atingiu os mais pobres.

4. Faça um roteiro de passeio com um grupo de turistas no Rio de Janeiro do início do século XX, a partir das **Figuras 12.6 a 12.12**, demonstrando as modificações da reforma Pereira Passos. Nesse caso, além das figuras, use outras informações contidas no conteúdo da aula, principalmente sobre o alargamento das ruas e a construção de novas avenidas.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

5. Explique os impactos da reforma Pereira Passos sobre a população mais pobre e excluída.

Resposta comentada

1. Entre as modificações que a oferta do serviço de bonde gerou na cidade do Rio de Janeiro, o aluno terá que escolher uma e explicar a importância dessa alteração.

2. Para a resolução dessa pergunta, o aluno terá que agir da mesma forma que atuou na conclusão da pergunta anterior, sendo que agora deve

trabalhar com as modificações geradas pela oferta da eletricidade na cidade do Rio de Janeiro.

3. O aluno terá de mostrar como as ações do prefeito Pereira Passos na área do saneamento e da higienização da cidade acabou beneficiando muito mais os mais ricos do que os mais pobres.

4. Usando as **Figuras 12.6 a 12.12**, o aluno terá de fazer um roteiro de orientação de um guia de turismo sobre o Rio Antigo, destacando os lugares e seus principais aspectos, descritos nessas figuras. Além disso, o aluno também deverá usar as informações contidas no conteúdo das aulas sobre o processo de alargamento das ruas e as construções de novas avenidas.

5. Sobre o processo de modernização realizado pelo prefeito Pereira Passos, o aluno terá que demonstrar como o conjunto de obras e a implementação de normas visando o ordenamento urbano acabou atingindo a população mais pobre.



Resumo

O conteúdo desta aula teve como foco central o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, no começo da Primeira República. Seguindo o processo que vinha se desenvolvendo desde 1808, a partir da vinda da Família Real, esse processo de modernização se baseou na transformação do Rio de Janeiro numa urbe com características europeias, em termos de suas ruas, praças, lojas comerciais, iluminação, centros culturais e outros aspectos que demarcavam o espaço urbano. Se no período do império, o objetivo central era o de transformar a capital num centro urbano moderno, a exemplo dos principais centros urbanos europeus, no começo do período republicano esse fato não se alterou; mas agora associava-se ao projeto governamental de mostrar ao mundo que a jovem república brasileira possuía uma capital espelhada nas capitais europeias.

Esse processo de modernização se efetivou por meio de três eixos orgânicos: o processo de ação sanitária e de higienização da cidade posta em prática pelo médico sanitarista Oswaldo Cruz; o processo de implementação de eletricidade, gerando uma melhoria na iluminação pública e no serviço de bondes movidos a eletricidade; e o processo de modernização das vias e dos espaços públicos, principalmente no Centro da cidade, derivados da Reforma Pereira Passos. De forma particular,

conjunta e interligada, esses três eixos geraram um conjunto de transformações que modernizaram a cidade, em especial a Zona Sul e, fundamentalmente, o Centro; restringindo a alguns pontos os resquícios da cidade colonial que ainda persistiam.

Por fim, cabe ressaltar que esse processo de modernização não teve como fator essencial gerar a melhoria para a população mais pobre. Pelo contrário: negros, brancos pobres, prostitutas e outros tipos de pessoas vistas pelo sistema oficial como entraves para o avanço do processo civilizatório brasileiro foram atingidos das mais diferentes formas. Tudo que foi feito, como já foi destacado, não se assentou no objetivo de melhorar as condições da população mais pobre e dos excluídos. Por mais que esses tenham se beneficiado de alguma forma de tudo que foi implementado, como no caso do combate às doenças infecto-contagiosas, esse foi apenas um resultado colateral do processo de modernização. Acima dos interesses do povão, esse processo de modernização teve como fator central melhorar o espaço urbano e as condições sanitárias da cidade, visando a melhoria para os setores mais abastados e transformar a cidade numa metrópole com traços de uma cidade europeia.

Referências

- ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- ENDERS, Armelle. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1984.
- LAVOR, João Conrado Niemeyer. Historiografia do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no contexto da Fazenda Real da Lagoa Rodrigo de Freitas e seus desdobramentos. *Rodriguésia*. n. 57, vol. 35. Rio de Janeiro, Jan./Dec. 1983.
- LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima*. Rio de Janeiro: 2005.
- SCHWARCZ, Lília Moritz e SPACCA. *As barbas do imperador: D. Pedro, a história de um monarca em quadrinhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

